RELATORIO

APRESENTADO

AO

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO

DA

Republica dos Estados Unidos do Brasil

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

ANNO DE 1932

2º VOLUME – 1ª Parte

ANNEXO C

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1935

RELATORIO

DO

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1932

ANNEXO C

RELATORIO

APRESENTADO

AO

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO

DA

Republica dos Estados Unidos do Brasil

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

ANNO DE 1932

2º VOLUME—1ª Parte

ANNEXO C

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1935

QUADRO DAS MATERIAS

(2° VOLUME — 1ª PARTE)

ANNEXO C

DECRETOS E CIRCULARES

N. 1.

DECRETOS

Decreto n. 20.904, de 4 de Janeiro de 1932 — Dispõe sobre as faltas dos funcionarios publicos civis, por motivo de nôjo ou gala de casamento... 3

Decreto n. 20.914, de 6 de Janeiro de 1932 — Regula a execução dos serviços aeronauticos civis.. 4

Decreto n. 20.917, de 7 de Janeiro de 1932 — Revigora os arts. 1° e 2° do decreto n. 19.482, de 12 de Dezembro de 1930, e dá outras providencias.. 13

Decreto n. 20.959, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Nicaragua, da Convenção sobre tratados, da 6ª Conferencia Internacional Americana.......................... 14

Decreto n. 20.960, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Mexico, da Convenção sobre funccionarios diplomaticos, da 6ª Conferencia Internacional Americana....... 14

Decreto n. 20.961, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia, pela Guatemala e pelo Mexico, da Convenção sobre asylo, da 6ª Conferencia Internacional Americana ... 15

Decreto n. 20.962, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publico o deposito ao instrumento de ratificação, pela Guatemala, da Convenção de Havana sobre a União Pan-Americana...................................... 15

Decreto n. 20.963, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publica a renuncia, pelo Governo norueguez, ás suas reservas á Convenção de Berna para a Protecção das Obras Litterarias e Artisticas, revista em Berlim, em 1908 16

Decreto n. 20.964, de 19 de Janeiro de 1932 — Publica a adhesão do Governo britannico, no que concerne á Palestina (comprehendida a Transjordania), a Sarawak, ás ilhas Gilbert e Ellice e ás ilhas Salomão, ao Accôrdo de 1904 e á Convenção de 1910, referentes ao trafico de mulheres brancas 17

Decreto n. 20.965, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia e pelo Mexico, da Convenção sobre deveres e direitos dos Estados, nos casos de luctas civis, da 6ª Conferencia Internacional Americana.............................. 21
Decreto n. 20.966, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia e pela Guatemala, da Convenção sobre a condição dos estrangeiros, da 6ª Conferencia Internacional Americana.. 21
Decreto n. 20.967, de 19 de Janeiro de 1932 — Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia e pelo Mexico, da Convenção sobre agentes consulares, da 6ª Conferencia Internacional Americana.. 22
Decreto n. 20.381, de 20 de Janeiro de 1932 — Retifica o art. 1° e seus paragraphos, do decreto n. 20.829, de 21 de Dezembro de 1931, que creou a Diretoria da Marinha Mercante e deu outras providencias...... 22
Decreto n. 20.996, de 25 de Janeiro de 1932 — Promulga o Convenio radioelectrico ou radio-telegraphico, entre o Brasil e o Perú, assignado em Lima, a 31 de Dezembro de 1928.............................. 24
Decreto n. 21.005, de 28 de Janeiro de 1932 — Extingue diversos Consulados de carreira.. 33
Decreto n. 21.017, de 2 de Fevereiro de 1932 — Promulga a Convenção Geral de conciliação interamericana firmada em Washington a 5 de Janeiro de 1929.. 33
Decreto n. 21.057, de 17 de Fevereiro de 1932 — Extingue alguns consulados honorarios... 42
Decreto n. 21.058, de 17 de Fevereiro de 1932 — Confia a auxiliares de consulado a direcção do consulado honorario na Corunha e a do vice-consulado em Villefranche sur Mer.................................. 43
Decreto n. 21.059, de 18 de Fevereiro de 1932 — Approva as tabellas do orçamento da despeza para 1932, dos diversos Ministerios.......... 44
Decreto n. 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932 — Codigo Eleitoral........ 45
Decreto n. 21.035, de 24 de Fevereiro de 1932 — Faz publica a adhesão do Governo Britannico na União Sul-Africana, para o Sudoéste Africano, á Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de Novembro de 1908, e ao Protocollo addicional de 20 de Março de 1914.. 85
Decreto n. 21.096, de 24 de Fevereiro de 1932 — Crêa doze logares de consules de 3ª classe na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, sem augmento de despeza... 86
Decreto n. 21.110, de 1º de Março de 1932 — Faz publica a adhesão do Governo italiano, no que concerne ás colonias italianas da Lybia e da Erythréa e a possessão italiana das ilhas de Egêo, á Convenção da União de Paris de 1883 e ao ajuste de Madrid de 1891, revistos por ultimo na Haya, em 1925.. 87
Decreto n. 21.113, de 2 de Março de 1932 — Autoriza operações de credito para regularizar o pagamento dos juros de determinados emprestimos externos, o pagamento de titulos sorteados e liquidar outros compromissos, inclusive os decorrentes da sentença do Tribunal de Haya...... 88

Decreto n. 21.135, de 9 de Março de 1932 — Regula a forma de pagar ou receber as fracções de 100 réis e o modo de sua escripturação na contabilidade publica.. 93
Decreto n. 21.143, de 10 de Março de 1932 — Regula a extração de loterias 95
Decreto n. 21.146 A, de 11 de Março de 1932 — Encarrega do serviço consular a Legação em Praga................................ 112
Decreto n. 21.157, de 15 de Março de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica do Salvador, da Convenção do Direito Internacional Privado, da 6ª Conferencia Internacional Americana .. 113
Decreto n. 21.158, de 15 de Março de 1932 — Promulga o Tratado Geral de arbitramento interamericano, firmado em Washington a 5 de Janeiro de 1929.. 113
Decreto n. 21.161, de 15 de Março de 1932 — Fixa os vencimentos dos consules de 3ª classe e dá outras providencias...................... 128
Decreto n. 21.169, de 16 de Março de 1932 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 99:000$000, papel, e dá outras providencias .. 128
Decreto n. 21.170, de 17 de Março de 1932 — Revoga o § 1º do decreto n. 20.199, de 10 de Julho de 1931, permittindo accumulação de pensões de montepio, e outras, com os proventos de funcção publica.......... 129
Decreto n. 21.172, de 17 de Março de 1932 — Regulamenta o decreto n. 20.989, de 21 de Janeiro de 1932................................ 130
Decreto n. 21.187, de 22 de Março de 1932 — Promulga o Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, firmado em Genebra a 24 de Setembro de 1923 136
Decreto n. 21.188, de 22 de Março de 1932 — Promulga a Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de Setembro de 1923............ 149
Decreto n. 21.189, de 22 de Março de 1932 — Faz publica a adhesão de Moçambique á Convenção relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris a 24 de Abril de 1926................................ 181
Decreto n. 21.190, de 22 de Março de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelos Estados Unidos da America, da Convenção sobre agentes consulares, da 6ª Conferencia Internacional Americana .. 181
Decreto n. 21.191, de 22 de Março de 1932 — Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, da Convenção Geral de Conciliação Interamericana, firmada em Washington a 5 de Janeiro de 1929 182
Decreto n. 21.192, de 22 de Março de 1932 — Faz publicas as ratificações pela Cidade Livre de Dantzig e pela Polonia da Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis........................ 182
Decreto n. 21.208, de 28 de Março de 1932 — Regula a percepção de vantagens pecuniarias nos casos de substituição dos funccionarios publicos, civis e militares.. 183
Decreto n. 21.219, de 29 de Março de 1932 — Faz publicos os depositos de ratificações por parte de varios paizes, do Tratado geral de arbitramento interamericano, firmado em Washington a 5 de Janeiro de 1929........ 184

Decreto n. 21.174, de 19 de Março de 1932 — Prorroga, até 10 de Junho de 1932, os prazos estabelecidos pelos decretos ns. 20.260 e 20.601, respectivamente, de 29 de Julho e 4 de Novembro de 1931, e dá outras providencias 185
Decreto n. 21.175, de 21 de Março de 1932 — Institue a carteira profissional 186
Decreto n. 21.176, de 21 de Março de 1932 — Prorroga, por mais seis mezes, a contar de 7 de Abril de 1932, o prazo estabelecido pelo art. 3° do decreto n. 19.808, de 28 de Março d 1931........ 191
Decreto n. 21.233, de 1° de Abril de 1932 — Regula a percepção de vencimentos pelos funccionarios publicos quando sorteados para o serviço do Exercito ou da Armada........ 192
Decreto n. 21.235, de 2 de Abril de 1932 — Assegura aos Estados o dominio dos terrenos marginaes e accrescidos dos rios navegaveis, que correm em seus territorios, das ilhas formadas nesses rios e das lagôas navegaveis, em todas as zonas não alcançadas pela influencia das marés 193
Decreto n. 21.245, de 5 de Abril de 1932 — Publica a adhesão do Governo britannico, no que concerne ao protectorado de Zanzibar, ao Accôrdo de 1904 e á Convenção de 1910, referentes ao tráfico de mulheres brancas 194
Decreto n. 21.246, de 5 de Abril de 1932 — Supprime, no Serviço de Protecção aos Indios, annexo ao Departamento Nacional do Povoamento, um logar de 2° official........ 196
Decreto n. 21.248, de 5 de Abril de 1932 — Permitte o pagamento, até 31 de Dezembro de 1932, de annuidades atrazadas de patentes de invenção, e dá outras providencias........ 197
Decreto n. 21.266, de 8 de Abril de 1932 — Dispõe sobre a prestação de contas dos chefes das Commissões de Limites........ 199
Decreto n. 21.305, de 19 de Abril de 1932 — Transfere para o Ministerio das Relações Exteriores attribuições do Departamento Nacional do Commercio relativas ao Commercio exterior e dá outras providencias.. 200
Decreto n. 21.320, de 26 de Abril de 1932 — Publica a adhesão da Yugoslavia ás convenções para a unificação de certas regras em materia de abalroamento e da assistencia e de salvamento maritimos, firmados em Bruxellas a 23 de Setembro de 1910........ 202
Decreto n. 21.350, de 3 de Maio de 1932 — Supprime o Consulado Honorario do Brasil em Port-au-Prince (Haiti)........ 203
Decreto n. 21.351, de 3 de Maio de 1932 — Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Bolivia e pela Venezuela, da Convenção de direito internacional privado, da 6ª Conferencia Internacional Americana 203
Decreto n. 21.352, de 3 de Maio de 1932 — Publica a adhesão do Governo ao Hedjaz, Nedjed e dependencias ao accôrdo internacional para a creação, em Paris, de uma repartição internacional de Hygiene Publica 204
Decreto n. 21.372, de 7 de Maio de 1932 — Presta homenagem a S. Ex. o Sr. Presidente da Republica Franceza, decretando luto nacional por tres dias........ 205
Decreto n. 21.373, de 7 de Maio de 1932 — Estabelece medidas complementares para a execução do decreto n. 21.303, de 19 de abril de 1932... 205

Decreto n. 21.382, de 10 de Maio de 1932 — Reduz de 25 % os direitos de importação para batatas.. 206
Decreto n. 21.383, de 10 de Maio de 1932 — Publica a adhesão de Hong-Kong á Convenção sanitaria internacional, assignada em Paris, a 21 de Junho de 1926.. 207
Decreto n. 21.384, de 10 de Maio de 1932 — Faz publica a ratificação pelo Governo Mexicano da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 21 de Junho de 1926................................. 208
Decreto n. 21.385, de 10 de maio de 1932 — Faz publico o deposito de ratificação pelo Governo dos Paizes Baixos da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 21 de Junho de 1926............. 208
Decreto n. 21.386, de 10 de Maio de 1932 — Faz publico o deposito de ratificação pelo Governo da Dinamarca, da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 21 de Junho de 1926............... 209
Decreto n. 21.402, de 14 de Maio de 1932 — Fixa o dia 3 de Maio de 1933 para a realização das eleições á Assembléa Constituinte e crêa uma commissão para elaborar o ante-projecto da Constituição........... 209
Decreto n. 21.416, de 17 de Maio de 1932 — Estabelece providencias sobre a reducção do quadro de auxiliares de Consulados.................. 210
Decreto n. 21.417, de 17 de Maio de 1932 — Promulga o accôrdo commercial, entre o Brasil e a Italia, firmado no Rio de Janeiro a 28 de novembro de 1931.. 211
Decreto n. 21.437, de 24 de Maio de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre asylo, da 6ª Conferencia Internacional Americana............. 215
Decreto n. 21.438, de 24 de Maio de 1932 — Manda que o dia 2 de Junho do corrente anno seja feriado nacional.............................. 216
Decreto n. 21.455, de 31 de Maio de 1932 — Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, da Convenção sobre transporte aereo internacional, firmada em Varsovia a 12 de Outubro de 1929 216
Decreto n. 21.487, de 7 de Junho de 1932 — Publica a adhesão da Ethiopia á Convenção Telegraphica Internacional, firmada em São Petersburgo, a 10/22 de Julho de 1875.. 217
Decreto n. 21.532, de 14 de Junho de 1932 — Faz publicas as ratificações e as adhesões, por parte de varios paizes, relativamente á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do traphico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de Setembro de 1923...... 218
Decreto n. 21.533, de 14 de Junho de 1932 — Faz publicas as ratificações e as adhesões, por parte de varios paizes, no que concerne ao Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, firmado em Genebra, a 24 de Setembro de 1923.. 219
Decreto n. 21.534, de 14 de Junho de 1934 — Faz publicas as assignaturas, por parte de varios paizes, do Protocollo relativo á entrada em vigor da Convenção Internacional do opio, firmada na Haya a 23 de Janeiro de 1912 .. 220
Decreto n. 21.553, de 17 de Junho de 1934 — Dispõe sobre a representação desportiva do Brasil á 10ª Olympiada Mundial, a realizar-se em Los Angeles .. 220

Decreto n. 21.563, de 22 de Junho de 1932 — Corrige a redacção do paragrapho unico do art. 6º do decreto n. 21.305, de 19 de Abril de 1932.. 222
Decreto n. 21.576, de 27 de Junho de 1932 — Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento.. 222
Decreto n. 21.598, de 5 de Julho de 1932 — Declara como devem ser pagos os vencimentos dos funccionarios postos em disponibilidade.......... 239
Decreto n. 21.646, de 19 de Julho de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre agentes consulares, da 6ª Conferencia Internacional Americana........ 240
Decreto n. 21.647, de 19 de Julho de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre tratados, da 6ª Conferencia Internacional Americana.......... 240
Decreto n. 21.648, de 19 de Julho de 1932 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre funccionarios diplomaticos, da 6ª Conferencia Internacional Americana.. 241
Decreto n. 21.692, de 2 de Agosto de 1932 — Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, do Acqôrdo sobre encommendas postaes, firmado no Mexico a 9 de Novembro de 1926............. 241
Decreto n. 21.693, de 2 de Agosto de 1932 — Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, da Convenção postal, firmada no Mexico a 9 de Novembro de 1926.............................. 242
Decreto n. 21.694, de 2 de Agosto de 1932 — Faz publica a adhesão do Haiti á Convenção postal, firmada no Mexico a 9 de Novembro de 1926 242
Decreto n. 21.716, de 9 de Agosto de 1932 — Faz publica a ratificação, pela Republica Peruana, da Convenção sobre propriedade literaria e artistica, da IV Conferencia Internacional Americana............... 243
Decreto n. 21.752, de 23 de Agosto de 1932 — Promulga tres actos postaes e respectivos annexos assignados no Congresso Postal Universal de Londres, de 1929... 243

ANNEXO C

DECRETOS E CIRCULARES

N. 1

DECRETOS

DECRETO N. 20.904 — DE 4 DE JANEIRO DE 1932

Dispõe sôbre as faltas dos funcionarios publicos civis, por motivo de nôjo ou gala de casamento

O Chefe do Govêrno Provisorio da República dos Estados Unidos do Brasil:

Usando da faculdade que lhe é atribuida pelo art. 1° do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930; e,

Considerando que o § 1° do art. 89 do decreto n. 15.210, de 28 de dezembro de 1921, que aprovou o regulamento para os serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional, dispondo sôbre a integralidade dos vencimentos, nos casos de nôjo ou gala de casamento, constitúe uma situação de privilegio para certos servidores do Estado, visto como outras disposições legais, como seja o § 4° do art. 22 do regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, determinam o desconto das gratificações, naqueles mesmos casos; e,

Considerando que nos direitos e vantagens outorgados aos funcionarios do Estado deve ser rigorosamente mantido o principio de igualdade;

Decreta:

Art. 1°. A ausencia por motivo de nôjo, ou gala de casamento, não será considerada falta para os efeitos da

perda de vencimentos, desde que não ultrapasse de sete dias.

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da República.

GETULIO VARGAS.

J. Mauricio Cardoso.
A. de Mello Franco.
Protogenes P. Guimarães.
José Fernandes Leite de Castro.
José Americo de Almeida.
Oswaldo Aranha.
Lindolfo Collor.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura na ausencia do Ministro.
Francisco de Campos.

DECRETO N. 20.914 — DE 6 JANEIRO DE 1932 (*)

Regula a execução dos serviços aeronauticos civis

O Chefe do Govêrno Provisorio da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1° do decreto n. 19.398. de 11 de novembro de 1930, decreta:

Art. 1.° Os Estados Unidos do Brasil exercem plena e exclusiva soberania em todo o espaço aereo correspondente ao seu territorio e aguas territoriais.

Art. 2.° Compete exclusivamente ao Govêrno Federal regular a aeronautica civil em todo o país, a qual será super-

(*) Decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932 — Retificação publicada no *Diário Oficial* de 2 de fevereiro de 1932:

"Art. 4°. Onde se lê: para entrada e saída do território nacional, leia-se: para entrada e saída do Território Nacional.

Art. 12. Onde se lê: medinte os *onus* de utilização, leia-se mediante os *onus* de utilização.

Art. 17. Onde se lê: nos casos expressamente resalvados pelo Govêrno, leia-se: nos casos expressamente resalvados pelo Govêrno.

Art. 46. As linhas aéreas entre pontos do território nacional e as do tráfego internacional que nele também inicio, leia-se: As linhas entre pontos do territ6rio e as de tráfego internacional que nele tenham inicio."

intendida e fiscalizada pelo Ministerio da Viação e Obras Públicas, por intermedio do Departamento de Aeronautica Civil.

Art. 3.º O espaço aereo nacional é franqueado á circulação das aeronaves, com as limitações estabelecidas neste decreto e na fórma dos regulamentos expedidos.

Art. 4.º As aeronaves em trajeto ou em trafego internacional deverão obedecer ás rotas prefixadas e pousar nos aeroportos que lhes forem designados para entrada e saída do territorio nacional.

Art. 5.º Por motivos de ordem militar ou de segurança nacional, o Govêrno reserva-se o direito de decretar a interdição permanente de certas zonas do territorio brasileiro ao sobrevôo das aeronaves.

§ 1.º As aeronaves nacionais, a juizo do Govêrno, poderão sobrevoar essas zonas, excepcionalmente, quando fôr de interesse da segurança pública.

§ 2.º A interdição, em qualquer tempo que se estabeleça, será publicamente notificada, com a indicação precisa das zonas abrangidas.

Art. 6.º Em casos excepcionais, o Govêrno poderá ainda restringir ou declarar interditos, provisoriamente, o trafego aereo e o sobrevôo de parte ou de todo o territorio nacional, feitas as devidas notificações públicas.

Art. 7.º Só serão consideradas brasileiras as aeronaves inscritas no Registro Aeronautico Brasileiro. A nacionalidade das aeronaves estrangeiras decorre do país em cujo registro estiverem inscritas.

Art. 8.º A tripulação das aeronaves nacionais deve ser constituida de brasileiros.

Paragrafo unico. Sómente na falta de aeronautas brasileiros licenciados na fórma deste decreto poderão ser admitidos, em carater provisorio e mediante as condições que forem estipuladas, os estrangeiros devidamente habilitados.

Art. 9.º Os transportes aereos entre pontos do territorio nacional ficam reservados ás aeronaves brasileiras.

Paragrafo unico. Excepcionalmente, poderá o Govêrno permitir que as aeronaves estrangeiras façam o transporte de correspondencia postal interior, bem assim o de passageiros entre pontos ainda não suficientemente servidos pelas aeronaves brasileiras e até que o sejam.

Art. 10. As aeronaves devem sempre pousar ou levantar vôos nos aeroportos ou aerodromos. Ficam resalvados os casos de força maior ou autorização especial.

Art. 11. Aeroportos ou aerodromos, segundo a sua utilização, são as superficies em terra, de agua ou flutuantes preparadas ou adaptadas para o pouso e partida das aeronaves.

Art. 12. Os aeroportos são destinados ao trafego público e franqueados a quaisquer aeronaves, sem distinção de propriedade ou nacionalidade, mediante os onus de utilização.

Art. 13. Os aerodromos destinam-se a uso particular e não podem ser utilizados por aeronaves em serviço comercial.

Art. 14. Aeronaves, para os efeitos deste decreto. são todos os aparelhos capazes de se elevar e circular nos ares e de transportar pessoas ou cousas.

Art. 15. Consideram-se públicas as aeronaves militares e as dos serviços administrativos permanentes da União, dos Estados e dos municipios; e aeronaves privadas, todas as demais.

Art. 16. As disposições deste decreto não se aplicam ás aeronaves públicas, salvo quando utilizadas em comunicações ou transportes comerciais. Neste caso, ficam equiparadas ás aeronaves privadas para todos os efeitos.

Art. 17. Nenhuma aeronave póde ser conservada no territorio nacional se não estiver devidamente matriculada, exceto nos casos expressamente resalvados pelo Govêrno.

Art. 18. Só serão matriculadas no Brasil as aeronaves que forem propriedade exclusiva de cidadão ou instituição brasileira e de empresa, sociedade ou companhia nacional.

§ 1.º Não se concederá matricula á aeronave que se achar inscrita no registro de outro país.

§ 2.º Perderá a nacionalidade brasileira a aeronave que fôr matriculada em outro país, ou que tiver a sua propriedade alterada contrariamente ao disposto neste artigo.

Art. 19. Para os efeitos deste decreto, considera-se sociedade, empresa ou companhia nacional a que estiver legalmente constituida, com séde principal no Brasil, tenha a sua gerencia confiada a brasileiro e um terço pelo menos do capital social pertencente a brasileiros aqui domiciliados.

Art. 20. A matricula das aeronaves brasileiras será efetuada no Departamento de Aeronautica Civil.

Art. 21. Fica instituido o Registro Aeronautico Brasileiro, a cargo do mesmo Departamento, para a matricula obrigatoria das aeronaves.

Paragrafo unico. Nesse registro, é igualmente obrigatoria a averbação da transferencia de propriedade e de quaisquer atos de constituição, alteração ou renuncia de direitos reais sobre aeronaves.

Art. 22. As aeronaves devem ter tripulação, equipamento e instalações que forem determinados, de acôrdo com o trafego e os transportes a que se destinarem.

Art. 23. As aeronaves só poderão ser tripuladas por aeronautas habilitados, matriculados e llicenciados conforme este decreto e respectivo regulamento.

Art. 24. Consideram-se aeronautas, para os fins deste decreto, os tripulantes de uma aeronave que exerçam a bordo funções tecnicas necessarias á sua condução.

Art. 25. As cartas de habilitação e as licenças dos aeronautas brasileiros serão concedidas ou revalidadas pelo Departamento de Aeronautica Civil, observadas as condições que forem estabelecidas.

Art. 26. A matricula e o registro dos aeronautas brasileiros serão efetuados no Departamento.

Art. 27. Para os efeitos dos arts. 17 e 23, os documentos das aeronaves e dos aeronautas estrangeiros deverão ser revalidados, ou simplesmente anotados quando prevalecerem por força de convenção internacional.

Art. 28. Os aeroportos serão estabelecidos e mantidos pela União, ou, mediante concessão desta, pelos Estados, municipalidades e particulares, empresas, sociedades ou companhias nacionais.

Art. 29. No estabelecimento de aeroportos e de outras instalações para os serviços aeronauticos, o Govêrno poderá aproveitar terrenos de propriedade da União e adquirir ou desapropriar por utilidade pública os de terceiros.

Art. 30. Os terrenos de marinha e acrescidos, confinantes com os aeroportos, serão aforados, de preferencia, para as instalações destinadas aos serviços aeronauticos; sómente quando o Ministerio da Viação e Obras Públicas julgá-los des-

necessarios poderá o aforamento ser feito para outros fins.

Art. 31. As instalações para abrigo, reparação e abastecimento das aeronaves e outros serviços auxiliares serão feitas em áreas reservadas dos aeroportos, ou em terrenos a estes adjacentes ou não.

Paragrafo unico. Essas instalações, consideradas accessorios dos aéroportos, servirão:

a) para uso exclusivo do instalador;

b) para uso das aéronaves de terceiros;

c) para utilização de quaisquer aéronaves.

Neste último caso, a utilização ficará subordinada ao pagamento das taxas que forem aprovadas.

Art. 32. Os aéroportos estabelecidos pela União serão por ela dirétamente administrados, ou arrendados a terceiros nacionais mediante as condições que forem fixadas.

Art. 33. O estabelecimento e a exploração de aéroportos pelos Estados, municipalidades e particulares, emprezas, sociedades ou companhias, ficarão subordinados, em cada caso, ao exame dos locais preferidos, e á prévia aprovação dos planos, plantas, especificações e orçamento de todas as obras projetadas e ás condições que forem determinadas nas respectivas concessões.

§ 1.° Essas concessões serão dadas, separadamente, para cada aéroporto, podendo, em casos excepcionais, ser outorgadas em conjunto.

§ 2.° Dada a concessão para o aéroporto de uma cidade ou localidade, só por exigencia do tráfego aéreo poderá ser aí estabelecido outro. Neste caso, o concessionario primitivo terá o direito de opção ao novo aéroporto, ou á indenização do capital ainda não amortizado do primeiro.

§ 3.° Si o novo aéroporto a estabelecer fôr dotado de uma única superficie de pouso, de terra ou de agua, diferente da do primitivo, tornando assim restrita a sua utilização, não prevalece o disposto no paragrafo anterior.

§ 4.° Independente de qualquer indenização, ficará reservada nos aéroportos de concessão a área necessaria ás instalações dos serviços federais que nelles devam funcionar.

Art. 34. Para o estabelecimento ou ampliações dos aéroportos, o Govêrno, mediante as condições que determinar, po-

derá ceder aos concessionarios terrenos de propriedade da União e conferir-lhes o direito de desapropriação.

Art. 35. O prazo de cada concessão deverá permitir a amortização do capital empregado no aéroporto, que reverterá ao dominio da União ao fim do mesmo, sem indenização de especie alguma. Verificado que foi insuficiente esse prazo, poderá ser prorrogado, no limite necessario, até completar-se a amortização.

Paragrafo unico. Si não conviér ao Govêrno prorrogar o prazo de que trata este artigo, caberá ao concessionario indenização do capital ainda não amortizado.

Art. 36. Em cada aéroporto serão cobradas, de acôrdo com as tabelas que forem aprovadas pelo Govêrno, taxas de utilização destinadas a cobrir as despesas de custeio e conservação e sobretaxas para fazer face aos serviços de juros e amortização dos capitais invertidos no seu estabelecimento, melhorias, ampliações e instalações.

Essas taxas e sobretaxas, aplicaveis ás aéronaves sem distinção de nacionalidade, serão reduzidas ou aumentadas na justa proporção das despesas a que devem atender.

§ 1.° Ficam isentas das taxas de utilização apenas as aéronaves públicas, que teem o direito de pousar livremente em qualquer aéroporto ou aérodromo.

As sobretaxas incidirão sómente sobre as aéronaves comérciais, cessando a sua cobrança em cada aéroporto logo que tivér sido amortizado o respectivo capital.

§ 2.° O capital empregado na instalação e obras novas de ampliação e melhoria de cada aéroporto, até o maximo dos orçamentos préviamente aprovados, será apurado e fixado pelo Govêrno.

Art. 37. Caducará a concessão do aéroporto cujas obras não tenham sido iniciadas e concluidas dentro do prazo minimo e estritamente necessario do respectivo contrato.

Art. 38. Os aérodromos poderão ser estabelecidos e mantidos pela União ou, mediante permissão desta, pelos Estados, municipalidades, e particulares, empresas, sociedades ou companhias brasileiras, para a utilização restrita a que se refere o art. 13.

Paragrafo unico. O estabelecimento e utilização dos aérodromos ficam subordinados ao exame dos locais escolhidos,

á prévia aprovação dos planos e plantas e ás condições que forem determinadas na respectiva permissão.

Art. 39. Os aérodromos que, a juizo do Govêrno, se tornarem necessarios ao tráfego público, poderão ser transformados em aéroportos, nas condições e com as garantias e favores a estes concedidos, mediante acôrdo com os permissionarios ou desapropriação por utilidade pública.

Art. 40. Não se admitirá o estabelecimento de aéroportos ou aérodromos em locais julgados improprios ou inconvenientes; e incorrerão em caducidade as concessões de aéroportos e as permissões de aérodromos quando a exploração ou uso deles não atender aos fins unicos a que se destinam.

Art. 41. Nenhuma edificação ou instalação será permitida nas proximidades dos aéroportos e dos aérodromos das escolas de aéronautica e das fábricas de aéronaves, desde que possa causar embaraços ao pouso e á partida das aéronaves.

Art. 42. As escolas civís de aéronautica serão creadas e mantidas pela União, ou, com autorização desta, pelos Estados e particulares nacionais.

Art. 43. O estabelecimento das fábricas de aéronaves em qualquer ponto do país, dependerá de autorização do Govêrno Federal.

Art. 44. As instalações e os serviços de radiocomunicação que interessem á aéronautica civil ficam subordinados aos preceitos legais que regulam a materia.

Art. 45. O serviço meteorologico especial de navegação aérea será atendido pela Diretoria de Meteorologia em entendimento diréto com o Departamento de Aéronautica Civil.

Art. 46. As linhas aéreas entre pontos do territorio nacional e as de trafego internacional que nele tenham inicio, só poderão ser estabelecidas e exploradas mediante concessão do Govêrno Federal, sem privilegio ou monopolio de especie alguma, por empresas, sociedades ou companhias nacionais, idoneas.

Paragrafo unico. Os concessionarios das linhas interiores poderão estabelecer tráfego mutuo com as empresas ou companhias estrangeiras de navegação aérea, mediante convenios ou ajustes préviamente aprovados pelo Govêrno.

Art. 47. As linhas aéreas estrangeiras, com ou sem escala no territorio brasileiro, só poderão ser estabelecidas e exploradas, com prévia permissão do Govêrno, sem privilegio ou monopolio de especie alguma, observadas as condições que forem estipuladas.

Art. 48. Os concessionarios deverão observar os regulamentos em vigôr e os que viérem a vigorar para a navegação aérea e fornecer, em suas linhas, passe livre aos funcionarios do Departamento, quando viajarem em objéto de serviço.

Paragrafo unico. Além disso, os permissionarios das linhas estrangeiras e as linhas nacionais que tiverem aéronaves dirigidas por pilotos estrangeiros ficam obrigados a transportar, sem onus para o Govêrno, um oficial aviador brasileiro, sempre que fôr julgado conveniente.

Art. 49. O transporte da correspondencia postal por via aérea será executado, quer no tráfego interior, quér no internacional, mediante ajuste com o Departamento dos Correios e Telegrafos, autorizado, em cada caso, pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, sobre a base do pagamento de parte do produto das sobretaxas postais aéreas cobradas por meio de sêlos, de acôrdo com as tabelas que forem aprovadas.

Art. 50. Salvo autorização especial, é proibido o transporte por via aérea de explosivos, armas e munições de guerra, toxicos e entorpecentes.

Art. 51. O transporte e uso de aparelhos fotograficos ou cinematograficos a bordo das aéronaves fica adstrito ás normas que forem fixadas no regulamento dêste decréto.

Art. 52. As aéronaves brasileiras que trafegarem entre pontos do territorio nacional poderão iniciar as operações de desembarque e descarga logo após a chegada; só em casos especiais estarão sujeitas ás visitas da Alfandega, da Polícia e da Saúde Pública. As aéronaves nacionais ou estrangeiras que executarem tráfego internacional serão visitadas nos aéroportos previstos no art. 4°.

Art. 53. São considerados de interesse público e ficam isentos de impostos federais, estaduais e municipais:

a) os aéroportos;

b) os aérodromos, os terrenos e as edificações das escolas civís de aéronautica e das fábricas de aéronaves;

c) as instalações para abrigo, reparação e abastecimento das aéronaves, quando exploradas para uso público ou para os serviços dos concessionarios nacionais de linhas aéreas;

d) as demais organisações do serviço aéronautico de utilização pública.

Paragrafo unico. Os materiais importados do estrangeiro para o estabelecimento e exploração das organizações especificadas neste artigo e os destinados aos serviços das linhas aéreas de transporte público sob a responsabilidade de concessionarios nacionais, gozarão das reduções consignadas no artigo 3° da lei n. 5.353, de 30 de novembro de 1927.

Art. 54. O Ministerio da Viação e Obras Públicas promoverá entendimentos com os Estados, municipalidades, particulares, companhias ou emprezas brasileiras, que tenham adquirido e utilizado terrenos para pouso de aéronaves, afim de condicionar esses terrenos ao regimen dos aéroportos ou aérodromos.

Art. 55. No regulamento dêste decreto o Govêrno estabelecerá as multas a que ficarão sujeitos os infratores das suas disposições, sem prejuizo da sanção penal em que os mesmos incorrerem.

Art. 56. As autoridades e os funcionarios que exerçam fiscalização pública, terão no exercicio dos seus cargos, livre acesso a todas as dependencias dos serviços aéronauticos.

Art. 57. O Departamento poderá ordenar a detenção de qualquer aéronave, por infração das leis e regulamentos em vigor, requisitando para esse fim a força necessaria.

Paragrafo unico. As autoridades públicas em qualquer ponto do país poderão adotar igual providencia, comunicando-a imediatamente ao Departamento, que decidirá a respeito, e deverão tambem dar conhecimento da existencia ou utilização de qualquer aéronave não matriculada.

Nestas comunicações terão franquia telegrafica e radiotelegrafica no Departamento dos Correios e Telegrafos.

Art. 58. Os serviços aéronauticos devem ser atendidos com toda a presteza que lhes é devida e terão preferencia nas repartições públicas.

Art. 59. Até que o presente decréto seja regulamentado pelo Governo, continuarão em vigor as disposições do de número 16.983, de 22 de julho de 1925, aqui não alteradas ou revogadas.

Art. 60. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da República.

GETULIO VARGAS.

José Americo de Almeida.

José Fernandes Leite de Castro.

Protogenes Pereira Guimarães.

Oswaldo Aranha.

Afranio de Mello Franco.

Lindolfo Collor.

J. Mauricio Cardoso.

Mario Barboza Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura na ausencia do Ministro.

DECRETO N. 20.917 — DE 7 DE JANEIRO DE 1932

Revigora os arts. 1° e 2° do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e dá outras providencias

O Chefe do Govêrno Provisorio da República dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Art. 1.° Ficam revigoradas até 31 de dezembro de 1932, as disposições constantes dos arts. 1° e 2° e respectivos paragrafos, do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930.

Art. 2.° As quantias correspondentes, no minimo, a dois e tres contos de réis exigidas aos estrangeiros que, vindos ao Brasil, pretendam permanecer no país por mais de 30 dias, conforme estabelece o art. 2° do decreto n. 19.482, podem ser, a juizo do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e em casos especiais, reduzidas, respectivamente, á metade.

Art. 3.° O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio regulamentará a execução dos dispositivos cuja vigencia se

renova pelo presente decreto, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da República.

GETULIO VARGAS.

Lindolfo Collor.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.959 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Nicaragua, da Convenção sobre tratados, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica de Nicaragua, da Convenção sobre tratados, da Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de fevereiro de 1928, conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.960 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Mexico, da Convenção sobre funccionarios diplomaticos, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica dos Estados Unidos Mexicanos, da Convenção sobre funccionarios diplomaticos, assignada na Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de fevereiro de 1928, conforme communicação

feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.961 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia, pela Guatemala e pelo Mexico, da Convenção sobre asylo, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, por parte das Republicas da Colombia, da Guatemala e dos Estados Unidos Mexicanos, da Convenção sobre asylo, assignada na Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de fevereiro de 1928, conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.962 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Guatemala, da Convenção de Havana sobre a União Panamericana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica da Guatemala, a 30 de abril de 1930, da Convenção sobre a União Panamericana, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, conforme

communicação feita pelo director geral da União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.963 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publica a renuncia, pelo Governo norueguez, ás suas reservas á Convenção de Berna para a Protecção das Obras Litterarias e Artisticas, revista em Berlim, em 1908

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a renuncia por parte do Governo da Noruega ás tres reservas que formulara ao ratificar a Convenção de Berna para a Protecção das Obras Litterarias e Artisticas revista, em Berlim, a 13 de novembro de 1908, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, por nota VI. 2-66/2 WJ, de 5 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

Traducção official — Legação da Suissa no Brasil — VI.2.66/2 WJ — Rio de Janeiro, 5 de Janeiro de 1932.

Senhor Ministro,

Baseando-me no artigo 30, alinea 2, da Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Berlim, a 13 de Novembro de 1908, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por notas de 16 de Julho e 13 de Novembro de 1931, a Legação da Noruega participou ao Conselho Federal Suisso a renuncia do seu Governo ás tres reservas que esse Estado formulara ao rati-

ficar a Convenção acima mencionada. Essas tres reservas visavam:

a primeira: as obras de architectura (as palavras "obras de architectura", que figuram no artigo 2, alinea 2, da Convenção de 1908, tinham sido substituidas pelas palavras "planos, esboços e obras plasticas, relativas á architectura", que figuram no artigo 4 da primitiva Convenção de Berna, de 9 de Setembro de 1886);

a segunda: os artigos de revistas e jornaes (o artigo 9 da Convenção de 1908 tinha sido substituido pelo artigo 7 da primitiva Convenção de Berna, de 1886);

a terceira: a retroactividade (o artigo 18 da Convenção de 1908 tinha sido substituido pelo artigo 14 da primitiva Convenção de Berna de 1886).

A renuncia da Noruega ás tres reservas mencionadas torna-se effectiva a partir da data da presente Nota, não contendo a Convenção de 1908 disposição alguma a este respeito, e não tendo o governo norueguez feito indicação alguma relativamente a esse ponto.

Pedindo a Vossa Excellencia queira tomar nota do que precede, aproveito a opportunidade para renovar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Afranio de Mello Franco, ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 20.964 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Publica a adhesão do Governo britannico, no que concerne á Palestina (comprehendida a Transjordania), a Sarawak, ás ilhas Gilbert e Ellice e ás ilhas Salomão, ao Accôrdo de 1904 e á Convenção de 1910, referentes ao trafico de mulheres brancas.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo britannico ao Accôrdo para a repressão do trafico de mulheres brancas e á Convenção internacional relativa á repressão do trafico

de mulheres brancas, firmados em Paris, respectivamente, a 18 de Maio de 1904 e a 4 de Maio de 1910, no que concerne ao territorio sob mandato da Palestina (comprehendida a Transjordania), ao Estado protegido de Sarawak, á colonia das ilhas Gilbert e Ellice, e ao protectorado das ilhas Salomão britannicas, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada de França nesta Capital, por nota de 31 de Dezembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

(Traducção official) — Embaixada da Republica Franceza no Brasil — N. 169 — Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1931.

Senhor ministro,

Em execução do artigo 11 da Convenção Internacional de 4 de Maio de 1910 relativa á repressão do trafico das brancas, tenho a honra de junto remetter a Vossa Excellencia a traducção autenticada de uma nota datada de 2 de Novembro ultimo, sob n. 680 (552/18/31), pela qual a Embaixada da Gran-Bretanha em Paris informou o Ministerio francez dos Negocios Estrangeiros da adhesão do Governo britannico ao Accôrdo internacional de 1904 e á Convenção de 1910, no que concerne ao territorio sob mandato da Palestina (comprehendida a Transjordania), ao Estado protegido de Sarawak, á colonia das ilhas Gilbert, e Ellice e ao protectorado das ilhas Salomão britannicas.

Nessa nota são indicadas as autoridades incumbidas de centralizar as informações, as leis elaboradas nos territorios em questão, assim como o modo de transmissão das cartas rogatorias.

A data do deposito nos archivos do Governo francez é 6 de Novembro de 1931.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos da minha mui alta consideração. — *A. Kammerer.*

A Sua Excellencia o Senhor Afranio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

(Traducção official da traducção franceza autenticada do annexo á nota n. 169, de 31 de dezembro de 1931, da Embaixada da França no Brasil a sua Excellencia o Ministro das Relações Exteriores do Brasil).

Embaixada da Gran-Bretanha — N. 680 (552/18/31) — Paris, 2 de Novembro de 1931.

Senhor Presidente,

De conformidade com as instrucções do Principal Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade, tenho a honra de notificar a Vossa Excellencia que Sua Majestade o Rei da Gran-Bretanha, da Irlanda, dos Dominios britannicos de além mar, Imperador da India, adhere, pela presente, ao Accôrdo internacional assignado em Paris a 18 de Maio de 1904, para a suppressão do trafico das brancas e á Convenção assignada em Paris a 4 de Maio de 1910 para a suppressão do trafico das brancas, no que concerne ao territorio sob mandato da Palestina (comprehendida a Transjordania), ao Estado protegido de Sarawak, á colonia das ilhas Gilbert e Ellice e ao protectorado das ilhas Salomão britannicas.

2. Na Palestina (comprehendida a Transjordania), nos Estados protegidos de Sarawak, nas ilhas Gilbert e Ellice e nas ilhas Salomão britannicas, as autoridades incumbidas, segundo o artigo 1 do Accôrdo de 1904, da coordenação de todas as informações relativas ao trafico das mulheres e das crianças para fins immoraes, no estrangeiro (isto é, as autoridades centraes) são (1) na *Palestina* (territorios outros que não a Transjordania) : o Serviço das Pesquisas Criminaes do Departamento da Policia e das Prisões; na *Transjordania*: o Official Commandante da Legião Arabe; (2) no *Sarawak*: o Secretario Geral do Sarawak; (3) nas ilhas *Gilbert* e *Ellice*: o Commissario Residente; e (4) nas ilhas *Salomão britannicas*: o Commissario Residente.

3. De conformidade com o artigo 11, paragrapho 2 da Convenção de 1910, tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que as leis que foram postas em vigor nos quatro

territorios interessados, relativamente aos objectivos da Convenção, são as seguintes:

(I) (a) *Palestina* (territorios outros que não a Transjordania):

Decreto n. 2, de 1927, que emenda a lei criminal, e decreto n. 1, de 1930, que emenda a lei criminal.

(*b*) *Transjordania*:

Os artigos 197, 198, 199, 200 e o addicional datado de 3 Jamazi Akhir do anno de hegira de 1277, assim como o artigo 202 do Codigo penal otomano estão ainda em vigor.

(II) *Sarawak*:

Decreto n. W-1 (Protecção das mulheres e das moças) do anno de 1927.

(III) *Ilhas Gilbert e Ellice*:

Decreto do Conselho relativo aos territorios do Pacifico do anno de 1893.

(IV) *Ilhas Salomão britannicas*:

Decreto do Conselho relativo aos territorios do Pacifico, do anno de 1893.

4. Finalmente, de conformidade com o artigo 11, paragrapho 4, da Convenção de 1910, tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que o modo de transmissão das cartas rogatorias destinadas aos quatro territorios de que se trata é o seguinte:

(I) (a) *Palestina* (territorios outros que não a Transjordania):

Transmissão por via diplomatica.

(*b*) *Transjordania*:

Dá-se preferencia ás communicações directas entre as autoridades judiciarias e as cartas rogatorias serão endereçadas ao Ministro da Justiça, em Amman.

(II) *Sarawak*:

Dá-se preferencia ás communicações directas entre as autoridades judiciarias e as cartas rogatorias serão endereçadas ao Secretario geral de Sarawak.

(III) *Ilhas Gilbert e Ellice*:

Dá-se preferencia ás communicações directas entre as autoridades judiciarias e as cartas rogatorias serão endereçadas ao Commissario residente.

(IV) *Ilhas Salomão britannicas*:

Dá-se preferencia ás communicações directas entre as autoridades judiciarias e as cartas rogatorias serão endereçadas ao Primeiro Magistrado e Consultor Juridico, em Tulagi.

Queira acceitar, etc. — *Tyrrell*.

A Sua Excellencia o Senhor Aristides Briand, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Por traducção autenticada. — O Sub-Director, *Navailles*.

DECRETO N. 20.965 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia e pelo Mexico, da Convenção sobre deveres e direitos dos Estados, nos casos de luctas civis, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, por parte das Republicas da Colombia e dos Estados Unidos Mexicanos, da Convenção sobre deveres e direitos dos Estados nos casos de luctas civis, assignada na Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de fevereiro de 1928, conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.966 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia e pela Guatemala, da Convenção sobre a condição dos estrangeiros, da 6ª Conferencia Internacional Americana.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicos os depositos dos instrumentos

de ratificação, por parte das Republicas da Colombia e da Guatemala, da Convenção sobre a condição dos estrangeiros, firmada na Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de fevereiro de 1928, conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.967 — DE 19 DE JANEIRO DE 1932

Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Colombia e pelo Mexico, da Convenção sobre agentes consulares, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, por parte das Republicas da Colombia e dos Estados Unidos Mexicanos, da Convenção sobre agentes consulares, assignada na Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de fevereiro de 1928, conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 20.981 — DE 20 DE JANEIRO DE 1932

Retifica o art. 1° e seus paragrafos, do decreto n. 20.829, de 21 de dezembro de 1931, que creou a Diretoria da Marinha Mercante e deu outras providencias

O Chefe do Govêrno Provisorio da República dos Estados Unidos do Brasil atendendo ao que lhe expôs o ministro de Estado dos Negócios da Marinha e usando das atribuições que

lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Artigo unico. O art. 1º e seus paragrafos, do decreto n. 20.829, de 21 de dezembro de 1931, passam a ter a seguinte redação:

Art. 1.º Os serviços referentes á Marinha Mercante e vias navegaveis federais ficam distribuidos pelos diversos ministerios, do seguinte modo:

§ 1.º Compete ao Ministerio da Marinha:

1. Registro de embarcações;
2. Matricula de pessoal maritimo;
3. Balisamento e farolagem;
4. Fiscalização da pesca;
5. Socorros maritimos;
6. Praticagem;
7. Policia naval;
8. Reserva Naval;
9. Cartas de habilitação do pessoal maritimo;
10. Ensino profissional do pessoal maritimo e de pesca;
11. Tribunais maritimos administrativos.

§ 2.º Compete ao Ministerio da Viação e Obras Públicas:

1. Regimen e conservação da costa e vias navegaveis;
2. Obras de melhoramentos e exploração de portos, rios e canais;
3. Fiscalização da exploração comercial da marinha mercante e estaleiros navais.

§ 3.º Compete ao Ministerio da Fazenda:

1. Fiscalização alfandegaria e Policia aduaneira;
2. Seguro maritimo;
3. Isenção de direitos aduaneiros.

§ 4.º Compete ao Ministerio da Justiça:

Policia Maritima do Distrito Federal.

§ 5.º Compete ao Ministerio da Educação e Saúde blica:

Defesa sanitaria, maritima e fluvial.

§ 6.º Compete ao Ministerio do Exterior:
Serviços consulares, pertinentes á navegação.

§ 7.° Compete ao Ministerio do Trabalho:

1. Assistencia ao pessoal maritimo;

2. Terrenos de marinha, acrescidos e reservados, de que trata o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da República.

GETULIO VARGAS.
Protogenes Pereira Guimarães.
José Americo de Almeida.
Oswaldo Aranha.
Afranio de Mello Franco.
Francisco Campos.
Lindolfo Collor.
Mauricio Cardoso.

DECRETO N. 20.996 — DE 25 DE JANEIRO DE 1932

Promulga o Convenio radio-electrico ou radio-telegraphico, entre o Brasil e o Perú, assignado em Lima, a 31 de Dezembro de 1928

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sido approvado o Convenio radio-electrico ou radio-telegraphico, celebrado entre os Governos da Republica dos Estados Unidos do Brasil e da Republica Peruana e firmado em Lima aos 31 de Dezembro de 1928; e havendo-se effectuado a troca das respectivas ratificações, nesta capital, a 30 de Outubro de 1931;

Decreta que o referido Convenio, appenso por copia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

GETULIO DORNELLES VARGAS

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluido e assignado, na cidade de Lima, aos trinta e um dias do mez de Dezembro de mil novecentos e vinte e oito, o Convenio radio-electrico ou radio-telegraphico do teor seguinte:

Convenio radio-electrico

A Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú com o proposito de estreitar cada vez mais a sua antiga amizade e de facilitar o desenvolvimento das relações de commercio e bôa vizinhança entre os dois povos, resolveram concluir e firmar um Convenio de trafego mutuo radio-electrico directo; e, para esse fim, nomearam Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, ao Senhor Doutor Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Perú;

O Presidente da Republica do Perú, ao Senhor Doutor Pedro José Rada y Gamio, Presidente do Conselho e Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Convenio Radio-telegrafico

La República del Perú y la República de los Estados Unidos del Brasil, con el propósito de estrechar cada vez más su antigua amistad y facilitar el desarrollo de las relaciones comerciales y de buena vecindad entre ambos pueblos, resolvieron celebrar y firmar un Convenio de recíproca comunicación radiotelegráfica directa, y para el efecto, nombraron sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República del Perú, al señor doctor don Pedro José Rada y Gamio, Presidente del Consejo de Ministros y Ministro de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores; y

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, al señor doctor don Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Perú;

Os quaes, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, que acharam em bôa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes:

I

Pelo presente Convenio se regerá o trafego entre as estações radio-electricas brasileiras e peruanas.

II

As duas Administrações se obrigam a conservar essas estações em perfeito estado de funccionamento e lhes darão instrucções para indicarem as horas mais favoraveis á permuta das radio-communicações, segundo os phenomenos atmosphericos que tiverem sido observados na região, e ainda para não prejudicarem mutuamente o seu trafego interior.

III

Para a transmisão de energia electro-magnetica, empregarão as estações a onda de 900 metros como normal, com a faculdade de combinarem uma onda maior ou menor — excepto as de 300, 600 e 2.400 metros — que neste caso substituirá a normal e será utilizada quando com aquella não se obtiver bôa correspondencia.

Los cuales, después de haber canjeado sus Plenos Poderes, que hallaron en buena y debida forma, convienen en las estipulaciones siguientes:

I

Por el presente Convenio se regirá la comunicación entre las estaciones radiotelegráficas peruanas y brasileñas.

II

Las dos Administraciones se obligan a conservar esas estaciones en perfecto estado de funcionamiento y les darán instrucciones para que indiquen las horas más favorables a la permuta de las radiocomunicaciones, según los fenómenos atmosféricos que hubieran sido observados en la región, para no perjudicar mutuamente su tráfico interior.

III

Para la transmisión de energia electro-magnética, emplearán las estaciones la onda de 900 metros como normal, con la facultad de combinar una onda mayor o menor — con excepción de las de 300, 600 y 2.400 metros —, que en este caso sustituirá a la onda normal y será utilizada cuando con aquella no se obtuviera buena comunicación.

IV

As estações limitrophes fixarão uma hora apropriada para se communicarem, diariamente, o estado de funccionamento das estações da respectiva rêde, informando-se mutuamente dos accidentes que occorrerem e da sua duração.

IV

Las estaciones limítrofes fijarán una hora apropiada para comunicarse diariamente, el estado de funcionamiento de las estaciones de la respectiva red, informándose mutuamente de los acidentes que ocurrieran y de la duración de éstos.

V

As communicações radioelectricas entre os dois paizes serão feitas por intermedio de Cruzeiro do Sul e Iquitos, estações essas que serão consideradas limitrophes.

V

Las comunicaciones radiotelegráficas entre los dos países se efectuarán por intermedio de Iquitos y Cruzeiro do Sul; estaciones que serán consideradas limítrofes.

VI

As estações de Cruzeiro do Sul e Iquitos conferirão o serviço permutado, o numero e a categoria dos despachos, o numero de palavras e as importancias a creditar a cada Administração relativamente ao serviço conferido. Essas conferencias servirão de base ao ajuste de contas entre as duas Administrações.

VI

Las estaciones de Iquitos y Cruzeiro do Sul comprobarán el servicio permutado, el número y categoria de los despachos, el número de palabras y las sumas por abonar a cada Administración, relativamente al servicio verificado. Estas comprobaciones servirán de base para el ajuste de cuentas entre las dos Administraciones.

VII

No trafego, serão observadas as disposições do regulamento Internacional (ultima revisão), relativamente ao serviço radio-electrico.

VII

En el tráfico se observarán las disposiciones del Reglamento Internacional (última revisión), relativo al servicio radio-telegráfico.

A contabilidade se regerá igualmente pelo Regulamento Telegraphico Internacional (ultima revisão) no que lhe fôr applicavel, sendo o ajuste de contas feito trimestralmente e a liquidação dos debitos em francos ouro, no trimestre seguinte áquelle a que se referir a liquidação.

VIII

Será creditada á Administração peruana a taxa terminal de sessenta centimos de franco ouro, por palavra.

IX

Serão creditadas á Administração brasileira as seguintes taxas:

a) Quarenta centimos de franco ouro, por palavra, quando o telegramma, procedente das estações peruanas, fôr destinado a qualquer estação brasileira, telegraphica ou radio-electrica;

b) Se o telegramma tiver percurso nas linhas da "The Amazon Telegraph Company", será aquella taxa accrescida da taxa que estiver em vigor pelos cabos dessa Companhia;

c) Se o telegramma fôr destinado aos navios, ficará sujeito, além da taxa de quarenta centimos por palavra até Belém, á taxa costeira e á

La contabilidad se regirá igualmente por el Reglamento Telegráfico Internacional (última revisión), en lo que le fuera aplicable, debiendo hacerse el ajuste de cuentas trimestralmente y la liquidación de los débitos en francos oro, en el trimestre siguiente a aquél a que se refiere la liquidación.

VIII

Se acreditará a la Administración peruana la tarifa de terminal de sesenta céntimos de franco oro, por palabra.

IX

Se acreditarán a la Administración brasileña las siguientes tarifas:

a) Cuarenta céntimos de franco oro por palabra, cuando el telegrama, procedente de las estaciones peruanas, fuera destinado a cualquiera estación brasileña, telegráfica o radio-telegráfica;

b) Si el telegrama pasase por las líneas de "The Amazon Telegraph Company", aquella tarifa será aumentada por la tarifa que estuviera en vigencia para los despachos de esa Compañia;

c) Si el telegrama fuera destinado a los buques, quedará sujeto además de la tarifa de cuarenta céntimos por palabra hasta Belem, a la tarifa

taxa de bordo, notificada pelas companhias de navegação.

PARAGRAPHO PRIMEIRO. O serviço de imprensa gozará do abatimento de cincoenta por cento sobre as taxas de que trata o presente artigo e o artigo VIII.

PARAGRAPHO SEGUNDO. Cada uma das Administrações poderá elevar ou reduzir as respectivas taxas, mediante notificação á outra, por via diplomatica, com antecedencia, pelo menos, de trinta dias.

costanera y a la tarifa de a bordo, notificada por las compañias de navegación.

PÁRRAFO PRIMERO. El servicio de imprenta gozará de la rebaja del cincuenta por ciento sobre las tarifas de que trata el presente artículo y el artículo VIII.

PÁRRAFO SEGUNDO. Cada una de las Administraciones podrá elevar o reducir sus respectivas tarifas, mediante notificación a la otra, por via diplomática, con anticipación, por lo menos, de treinta días.

X

Pelo serviço em transito destinado ás Republicas Argentina, da Bolivia, do Chile, do Paraguay e do Uruguay, via Uruguayana, será a Administração peruana debitada por oitenta centimos de franco ouro, por palavra, sendo: quarenta centimos — taxa brasileira de transito — e quarenta centimos — taxa estrangeira; e para o serviço destinado a qualquer outro paiz, a taxa brasileira, de quarenta centimos por palavra, será accrescida da taxa em vigor, a partir da estação da companhia de cabo ou administração á que fôr entregue o telegramma.

X

Por el servicio, en tránsito, destinado a las repúblicas de Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay, via Uruguayana, la Administración peruana pagará ochenta céntimos de franco oro por palabra, que corresponden a cuarenta céntimos — tarifa brasilera — y cuarenta céntimos — tarifa extranjera; y para el servicio destinado a cualquier otro país la tarifa brasilera de cuarenta céntimos por palabra será aumentada por la tarifa en vigencia, a partir de la estación de la compañia de despacho o administración en que fuera entregado el telegrama.

XI

Os despachos officiaes serão transmittidos isentos de taxa e terão preferencia na transmissão sobre quaesquer outros, devendo, no emtanto, constar dos respectivos mappas de registro:

a) Consideram-se officiaes os despachos emanados das autoridades seguintes de cada um dos dois paizes: Presidente da Republica, Vice-Presidente da Republica, Presidente e Vice-Presidente do Senado e da Camara dos Deputados, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, Representantes Diplomaticos, Addidos Militares e Agentes Consulares (estes, quando tratarem de assumpto official de seus cargos), Director Geral dos Telegraphos, Director Geral da Saúde Publica, Directores de Repartições Publicas (quando devidamente autorizados) e Chefe de Policia;

b) Os avisos meteorologicos e os relativos ao trafego;

c) Os representantes diplomaticos, addidos militares e agentes consulares poderão fazer uso official do telegrapho no serviço interior;

d) A classificação dos telegrammas como officiaes de-

XI

Los despachos oficiales serán transmitidos exentos de tarifa y tendrán preferencia en la trasmisión sobre cualesquier otros, debiendo, no obstante, constar en los respectivos mapas de registro:

a) Considéranse oficiales los despachos procedentes de las autoridades siguientes, de cada uno de los dos países: Presidente de la República, Vice-Presidente de la República, Presidentes y Vice-Presidentes del Senado y de la Camara de Diputados, Presidente del Tribunal Supremo, Ministros de Estado, Representantes Diplomáticos, Adjuntos Militares y Agentes Consulares (estos, cuando traten de asunto oficial de sus cargos), Director General de Telégrafos, Director General de Salubridad Pública, Directores de Reparticiones Públicas (siempre que estén debidamente autorizados) y Jefe de Policía;

b) Los comunicados meteorologicos y los relativos al tráfico;

c) Los representantes diplomáticos, adjuntos militares y agentes consulares podrán hacer uso oficial del telégrafo en el servicio interior;

d) La clasificación de los telegramas, como oficiales, de-

penderá das condições seguintes: 1) que o destinatario esteja em exercicio de cargo publico; 2) que o texto seja constituido de assumpto de interesse publico ou de cortezia internacional.

XII

Qualquer divergencia que possa surgir entre o pessoal das estações será levada ao conhecimento das Administrações, que resolverão o caso.

XIII

O presente Convenio, após a necessaria approvação do Poder Legislativo de cada uma das duas Republicas, será ratificado pelos dois respectivos Governos, sendo as ratificações trocadas nas cidades do Rio de Janeiro ou de Lima, no mais breve prazo possivel. Entrará em vigor trinta dias depois de effectuada a troca das ratificações, e durará tres annos, contados da data da referida troca, podendo ser modificado durante esse prazo, mediante accôrdo entre as duas Administrações, nas disposições que somente se referirem a regras de trafego, no caso em que a pratica isso tiver aconselhado.

penderá de las condiciones siguientes: 1) que el destinatario esté en ejercicio de cargo público; 2) que el texto esté constituído por asunto de interés público o de cortesia internacional.

XII

Cualquiera divergencia que pudiera surgir entre el personal de las estaciones será llevada a conocimiento de las Administraciones, que resolverán el caso.

XIII

El presente Convenio, después de su necesaria aprobación por el Poder Legislativo de cada una de las dos Repúblicas, será ratificado por los dos Gobiernos respectivos, y las ratificaciones serán canjeadas en las ciudades de Lima o Rio de Janeiro en el más breve plazo posible. Entrará en vigencia después de treinta días de efectuado el canje de las ratificaciones y durará tres años, contados desde la fecha del referido canje; pudiendo ser modificado durante ese plazo, mediante acuerdo entre las dos Administraciones, en las disposiciones que solamente se refiren a reglas de tráfico, en caso de que la prática asi lo aconsejara.

XIV

Findo o prazo de tres annos, e no caso de não haver objecção por parte de uma das Partes Contractantes, continuará o Convenio nas mesmas condições, por um novo prazo de tres annos, e assim successivamente. No caso porém de, ao findar aquelle primeiro prazo ou algum dos successivos, uma das Partes Contractantes apresentar proposta de modificação do Convenio, á qual a outra Parte se veja impedida de annuir, considerar-se-á o mesmo Convenio como denunciado, cessando de vigorar seis mezes depois da data da resposta negativa á referida proposta.

Em testemunho do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, firmamos o presente Convenio, em dois exemplares, cada um delles escripto nas linguas portugueza e castelhana, appondo em ambos o signal de nossos sellos.

Feito na cidade de Lima, aos trinta e um dias do mez de Dezembro de mil novecentos e vinte e oito.

XIV

Expirado el plazo de tres años, y en el caso de no haber objeción por parte de una de las Partes Contractantes, continuará el Convenio en las mismas condiciones, por un nuevo plazo de tres años y así susucesivamente. En caso, sin embargo, de que al terminarse aquel primer plazo o alguno de los sucesivos, una de las Partes Contratantes presentase propuesta de modificación del Convenio, a la cual la otra Parte se vea en la imposibilidad de acceder, se considerará este Convenio como denunciado, terminando su vigencia seis meses después de la fecha de la respuesta negativa a la referida propuesta.

En fé de lo cual, nosotros, los Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente Convenio en dos ejemplares, cada uno de ellos redactado en los idiomas español y portugués, poniendo en ambos nuestros sellos respectivos.

Hecho en la ciudad de Lima, a los treintaiun días del mes de deciembre de mil novecientos veintiocho.

(L. S.) F. B. CAVALCANTI DE LACERDA.
(L. S.) PEDRO JOSÉ RADA Y GAMIO.

E, tendo sido approvado o mesmo Convenio, cujo teor fica acima transcripto, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou

por firme e valioso para produzir os seus effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte dias do mez de Outubro de mil novecentos e trinta e um, 110° da Independencia e 43° da Republica.

(L. S.) GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.005 — DE 28 DE JANEIRO DE 1932

Extingue diversos Consulados de carreira

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tomando em apreço o que lhe foi exposto pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a conveniencia de extinguir alguns consulados de carreira cujas funcções são dispensaveis no momento, podendo ser exercidas por outras repartições visinhas, decreta:

Art. 1°. Ficam extinctos os consulados em Christiasun, Jacksonville, Lyão, Newport, Milão, Praga, Saint Gall e Turim.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.017 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1932

Promulga a Convenção geral de conciliação interamericana firmada em Washington a 5 de janeiro de 1929

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo approvado a Convenção geral de conciliação interamericana, adoptada a 5 de janeiro de 1929, pela Confe-

rencia interamericana de conciliação e arbitragem, reunida em Washington; e havendo-se effectuado o deposito do instrumento brasileiro de ratificação da dita Convenção nos archivos do Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, a 22 de janeiro ultimo;

Decreta que a referida Convenção, apensa por copia ao presente decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

GETULIO DORNELLES VARGAS

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e varios outros paizes, representados na Conferencia interamericana de conciliação e arbitragem, reunida em Washington, de 10 de dezembro de 1928 a 5 de janeiro de 1929, foi concluida e assignada pelos respectivos Plenipotenciarios, nesta ultima data, naquella cidade, uma Convenção do teor seguinte:

Convenção Geral de Conciliação Interamericana

Os Governos de Venezuela, Chile, Bolivia, Uruguay, Costa Rica, Perú, Honduras, Guatemala, Haiti, Equador, Colombia, Brasil, Panamá, Paraguay, Nicaragua, Mexico, Salvador, Republica Dominicana, Cuba e os Estados Unidos da America, representados na Conferencia de Conciliação e de Arbitramento, reunida em Washington, conforme a resolução aprovada a 18 de fevereiro de 1928, pela Sexta Conferencia Internacional dos Estados Americanos celebrada na cidade de Havana.

Desejosos de demonstrar que a condemnação da guerra como instrumento de politica nacional nas suas relações mutuas, contida na resolução mencionada, constitue uma das bases fundamentaes das relações interamericanas;

Animados do proposito de promover por todos os meios possiveis o desenvolvimento dos methodos internacionaes para a solução pacifica dos conflictos entre os Estados;

Convencidos de que o "Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos", assignado em Santiago do Chile a 3 de maio de 1923, constitue um progresso notavel nas relações interamericanas, que é necessario manter, prestigiando e fortalecendo a acção das commissões estabelecidas pelos artigos 3 e 4 do tratado acima mencionado;

Reconhecendo a necessidade de dar fórma convencional a estes propositos, concertaram a presente Convenção, para a qual nomearam os Plenipotenciarios seguintes:

Venezuela:

Carlos F. Grisanti.
Francisco Arroyo Parejo.

Chile:

Manuel Foster Recabarren.
Antonio Planet.

Bolivia:

Eduardo Diez de Medina.

Uruguay:

José Pedro Varela.

Costa Rica:

Manuel Castro Quesada.
José Tible-Machado.

Perú:

Hernán Velarde.
Victor M. Maúrtua.

Honduras:

Rómulo Durón.
Marcos López Ponce.

Guatemala:

Adrián Recinos.
José Falla.

Haiti:

Auguste Bonamy.
Raoul Lizaire.

Equador:

Gonzalo Zaldumbide.

Colombia:

Enrique Olaya Herrera.
Carlos Escallón.

Brasil:

S. Gurgel do Amaral.
A. G. de Araujo Jorge.

Panamá:

Ricardo J. Alfaro.
Carlos L. López.

Paraguay:

Eligio Ayala.

Nicaragua:

Máximo H. Zepeda.
Adrián Recinos.
J. Lisandro Medina.

Mexico:

Fernando Gonzaléz Roa.
Benito Flores.

Salvador:

Cayetano Ochoa.
David Rosales Junior.

Republica Dominicana: "

Angel Morales.
Gustavo A. Diaz.

Cuba:

Orestes Ferrara.
Gustavo Gutiérrez.

Estados Unidos da America:

FRANK B. KELLOGG.
CHARLES EVANS HUGHES.

Os quais, depois de terem depositado os seus Plenos Poderes, que foram achados em bôa e devida fórma pela Conferencia, concordaram nos seguintes artigos:

ARTIGO I

As altas Partes Contractantes obrigam-se a submetter aos processos de conciliação, criados pela presente Convenção todas as controversias, de qualquer natureza e causa, que houverem surgido ou surgirem entre ellas e que se não tenham podido resolver por via diplomatica.

ARTIGO II

A Commissão de Investigação que se organizar conforme o disposto no Artigo IV do Tratado assignado em Santiago do Chile a 3 de Maio de 1933 terá tambem o caracter de Commissão de Conciliação.

ARTIGO III

As Commissões Permanentes criadas em virtude do Artigo III do Tratado de Santiago do Chile de 3 de Maio de 1923, terão a obrigação de exercer funcções conciliatorias, ou por iniciativa propria, quando haja probabilidades de que se perturbem as relações pacificas, ou a pedido de qualquer das Partes em desaccôrdo até ao momento em que se constitua a Commissão de que trata o Artigo anterior.

ARTIGO IV

A Commissão mencionada no Artigo 2 exercerá as suas funções conciliatorias da maneira seguinte:

(1) A Commissão terá a faculdade de iniciar os seus trabalhos por uma tentativa para obter a conciliação das controversias submettidas a seu exame, tendo em vista chegar a um accordo entre as Partes;

(2) A Commissão terá tambem a faculdade de promover a conciliação das partes em qualquer momento que, a juizo da Commissão, seja propicio durante o

processo de investigação e dentro do prazo fixado para o mesmo no Artigo V do Tratado de Santiago do Chile de 3 de Maio de 1923.

(3) A Commissão, finalmente, será obrigada a exercer as suas funcções conciliatorias dentro do prazo de seis mezes a que se refere o artigo VII do Tratado de Santiago do Chile de 3 de Maio de 1923.

As partes em controversias poderão, não obstante, prorogar este prazo, se nisso concordarem e o communicarem no devido tempo á Commissão.

ARTIGO V

A presente Convenção não impede que qualquer ou quaisquer das Altas Partes Contractantes, conjuncta ou separadamente, por iniciativa propria ou a pedido de uma ou varias Partes em controversia, possam offerecer os seus bons officios ou a sua mediação; mas as Altas Partes Conrtactantes concordam em não fazer uso desses meios de solução pacifica desde o momento em que se constitua a Commissão mencionada no Artigo 2 até á assignatura da acta final a que se refere o Artigo 11 desta Convenção.

ARTIGO VI

A Commissão, como orgão de conciliação em todos os casos especificados no Artigo 2 desta Convenção, procurará conseguir a conciliação das controversias submettidas ao seu exame, esforçando-se por obter a sua solução entre as Partes.

Comtudo, no caso previsto no paragrapho 3° do Artigo 4° desta Convenção, a Commissão procederá a um exame consciencioso e imparcial das questões que constituirem o objecto da controversia, consignará em um relatorio os resultados dos seus trabalhos e proporá ás Partes as bases de um accôrdo para a solução equitativa da controversia.

ARTIGO VII

Salvo accôrdo das Partes, em contrario, as decisões e recommendações de qualquer das Commissões da Conciliação deverão ser tomadas por maioria de votos.

ARTIGO VIII

A Commissão a que se refere o Artigo 2 desta Convenção estabelecerá as proprias regras do seu procedimento.

Em falta de accôrdo em contrario, regerá o procedimento indicado no Artigo IV do Tratado de Santiago do Chile de 3 de Maio de 1923.

Cada uma das Partes proverá ás suas proprias despesas e mais a uma porcentagem das despesas geraes da Commissão.

ARTIGO IX

O relatorio e as recommendações da Commissão, sempre que esta funccione como orgão de conciliação, não terão caracter de sentença nem de laudo arbitral e não serão obrigatorias para as Partes, nem no que se refere á exposição ou interpretação dos factos nem em relação ás questões de direito.

ARTIGO X

No mais breve prazo possivel, depois da terminação dos seus trabalhos, a Commissão transmittirá ás Partes copia autentica do relatorio e das bases do accôrdo que propuzer.

Ao transmittir o relatorio e as recommendações ás Partes, a Commissão fixará um prazo, que não excederá de seis mezes, dentro do qual deverão as Partes pronunciar-se sobre as bases do accôrdo acima referido.

ARTIGO XI

Expirado o prazo fixado pela Commissão para que as Partes se pronunciem, a Commissão fará constar em uma acta final a decisão das Partes e os termos do accôrdo, caso se tenha effectuado a conciliação.

ARTIGO XII

As obrigações estabelecidas na segunda parte do paragrapho 1° do Artigo I do Tratado de Santiago do Chile de 3 de Maio de 1923 estender-se-á até o momento da assignatura da acta final a que se refere o artigo precedente.

ARTIGO XIII

Uma vez iniciado o processo de conciliação, só poderá este ser interrompido se as Partes chegarem a um accôrdo directo, se acceitarem de forma absoluta a decisão *ex aequo et bono*

de um Chefe de Estado americano ou se concordarem em submetter a controversia a arbitramento ou á justiça internacional.

ARTIGO XIV

Sempre que por qualquer causa não se applique o Tratado de Santiago do Chile de 3 de Maio de 1923, a Commissão a que se refere o Artigo II da presente Convenção será organizada com o fim de exercer as funcções conciliatorias estipuladas nesta Convenção; a Commissão deverá ser organizada da mesma maneira estabelecida no Artigo IV daquelle Tratado.

Em taes casos, a Commissão assim constituida funccionará de conformidade com as estipulações da presente Convenção relativas á conciliação.

ARTIGO XV

O disposto no artigo precedente tambem se applica ás Commissões permanentes criadas pelo Tratado de Santiago do Chile, afim de que as referidas Commissões possam exercer as funcções conciliatorias estipuladas no Artigo III da presente Convenção.

ARTIGO XVI

A presente Convenção será ratificada pelas Altas Partes Contractantes, de conformidade com os seus respectivos preceitos constitucionais, com a condição de ratificarem previamente o Tratado de Santiago do Chile, de 3 de Maio de 1923, as Partes que o não tiverem feito.

A Convenção original e os instrumentos de ratificação serão depositados no Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, que fará as convenientes communicações por via diplomatica aos demais Governos signatarios, começando a vigorar a Convenção entre as Altas Partes Contractantes pela ordem em que forem depositadas as respectivas ratificações.

Esta Convenção vigorará indefinidamente; pode ser denunciada e os seus effeitos cessarão para o denunciante um anno depois da notificação da denuncia, passado o qual cessará nos seus effeitos para o denunciante, e continuando em

vigor para os demaes signatarios. A denuncia será dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, que a notificará aos demais Governos signatarios, para os devidos effeitos.

Poderão adherir á presente Convenção os Estados americanos que a não tenham assignado, enviando o instrumento official de adhesão ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, que a notificará ás outras Altas Partes Contractantes, na fórma acima indicada.

Em testemunho do que os Plenipotenciarios acima nomeados assignam a presente Convenção em portuguez, espanhol, inglez e francez e a ella appõem os seus sellos.

Dado na cidade de Washington, aos cinco dias do mez de Janeiro de mil novecentos e vinte e nove. — *Carlos F. Grisanti.* — (Sello) — *Carlos F. Grisanti.* — *Fr. Arroyo Parejo.* — *Fr. Arroyo Parejo.*

Chile exceptua en esta Convencion las cuestiones que tengan origen en situaciones o hechos anteriores a ella.

A. PLANET — MANUEL FOSTER
(Sello)
(Sello) — E. DIEZ DE MEDINA
(Sello) — JOSÉ PEDRO VARELA
(Sello) — MANUEL CASTRO QUESADA
(Sello) — JOSÉ TIBLE-MACHADO
HERMÁNN VALVERDE — (Sello)
VICTOR M. MAÚRTUA — (Sello)
RÓMULO E. DURÓN — (Sello)
M. LÓPEZ PONCE — (Sello)
ADRIAN RECINOS — (Sello)
JOSÉ FALLA — (Sello)
(Sello) — A. BONAMY
(Sello) — RAOUL LIZAIRE
(Sello) — GONZALO ZALDUMBIDE
(Sello) — ENRIQUE OLAYA HERRERA
(Sello) — C. ESCALLÓN
S. GURGEL DO AMARAL — (Sello)
A. ARAUJO JORGE — (Sello)
R. J. ALFARO — (Sello)
CARLOS L. LÓPEZ — (Sello)
ELIGIO AYALA — (Sello)

Sello) MÁXIMO H. ZEPEDA
ADRIÁN RECINOS
J. LISANDRO MEDINA
(Sello) FERNANDO GONZALEZ ROA
(Sello) BENITO FLORES
CAYETANO OCHOA (Sello)
DAVID ROSALES, HIJO (Sello)
A. MORALES (Sello)
G. A. DIAZ (Sello)
ORESTES FERRARA (Sello)
GUSTAVO GUTIERREZ (Sello)
(Sello) FRANK B. KELLOGG
(Sello) CHARLES EVANS HUGHES

(TRADUCÇÃO DA RESERVA DO CHILE)

O Chile exceptua nesta convenção as questões que tenham origem em situações ou actos anteriores a ella.

E, declarando approvada a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa, para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos quinze de dezembro de mil novecentos e trinta e um, 110° da Independencia e 43° da Republica.

(L. S.) GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.057 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1932

Extingue alguns consulados honorarios

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a conveniencia de extingir alguns consulados honorarios, cuja gerencia fôra confiada a auxiliares de consulado por força do decreto nu-

mero 19.658, de 3 de fevereiro de 1931 e cujas funcções poderão passar a ser exercidas pelos consulados de carreira proximos, de accôrdo com as disposições que recentemente foram tomadas para esse effeito, decreta:

Art. 1°. Ficam extinctos os consulados honorarios em Alicante, Dundee, Halifax, Hull, Malmo e Sevilha.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.058 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1932

Confia a auxiliares de consulado a direcção do consulado honorario na Corunha e a do vice-consulado em Villefranche sur Mer.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tomando em apreço o que lhe foi exposto pelo ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a conveniencia de confiar a auxiliares de consulado a direcção do consulado honorario na Corunha e a do vice-consulado em Villefranche sur Mer, nos termos do decreto n. 19.658, de 3 de fevereiro de 1931, decreta:

Art. 1°. A direcção do consulado honorairo na Corunha e a do vice-consulado em Villefranche sur Mer será confiada a auxiliares de consulado.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.059 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1932

Approva as tabellas do orçamento da despesa para 1932, dos diversos Ministerios

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições contidas no art. 1° do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930 e tendo em vista o disposto no art. 2° do decreto n. 20.852, de 26 de dezembro de 1931, resolve:

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 2°. As despesas do Ministerio das Relações Exteriores, para o anno fiscal de 1932, nas importancias totaes de réis 3.579:143$820, ouro, e 10.903:310$000, papel, serão realizadas de accôrdo com a discriminação constante da tabella seguinte:

1ª — SECRETARIA DE ESTADO:

Variavel-ouro	242:000$000
Fixa-papel	604:820$000
Variavel-papel	915:540$000

2ª — SERVIÇO DIPLOMATICO:

Variavel-ouro	1.432:850$000
Fixa-papel	2.922:000$000
Variavel-papel	500:000$000

3ª — SERVIÇO CONSULAR:

Fixa-ouro	355:500$000
Variavel-ouro	864:387$000
Fixa-papel	2.826:000$000
Variavel-papel	400:000$000

4ª — COMPROMISSOS INTERNACIONAES:

Variavel-ouro	314:406$820
Variavel-papel	2.384:950$000

5ª — AJUDAS DE CUSTO:

Variavel-ouro	200:000$000

6ª — EVENTUAES:

Variavel-ouro	170:000$000

7ª — Disponibilidade:

Variavel-appel 150:000$000

8ª — Recepções Officiaes:

Variavel-papel 200:000$000

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

Getulio Vargas.

Oswaldo Aranha.
J. Mauricio Cardoso.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do Ministro.
José Fernandes Leite de Castro.
Lindolfo Collor.
José Americo de Almeida.
Francisco Campos.
Protogenes Pereira Guimarães.
Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.076 — de 24 de fevereiro de 1932

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Decreta o seguinte:

CODIGO ELEITORAL

PARTE PRIMEIRA

Introducção

Art. 1º. Este Codigo regula em todo o paiz o alistamento eleitoral e as eleições federaes, estaduaes e municipaes.

Art. 2º. E' eleitor o cidadão maior de 21 annos, sem distincção de sexo, alistado na forma deste Codigo.

Art. 3º. As condições da cidadania e os casos em que se suspendem ou perdem os direitos do cidadão, regulam-se pelas

leis actualmente em vigor, nos termos do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, art. 4°, entendendo-se, porém, que:

a) o preceito firmado no art. 69, n. 5, da Constituição de 1891, rege igualmente a nacionalidade da mulher estrangeira casada com brasileiro;

b) a mulher brasileira não perde sua cidadania pelo casamento com estrangeiro;

c) o motivo de convicção philosophica ou politica é equiparado ao de crença religiosa, para os effeitos do art. 72, § 29, da mencionada Constituição;

d) a parte final do art. 72, § 29, desta, somente abrange condecorações ou titulos que envolvam fóros de nobreza, privilegios ou obrigações incompativeis com o serviço da Republica.

Art. 4°. Não podem alistar-se eleitores:

a) os mendigos;

b) os analphabetos;

c) as praças de pret, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior.

Paragrapho unico. Na expressão praças de pret, não se comprehendem:

1°) os aspirantes a official e os sub-officiaes;

2°) os guardas civis e quaesquer funccionarios da fiscalização administrativa, federal ou local.

Parte segunda

Da Justiça Eleitoral

Art. 5°. E' instituida a Justiça Eleitoral, com funcções contenciosas e administrativas.

Paragrapho unico. São orgãos da Justiça Eleitoral:

1°) um Tribunal Superior, na Capital da Republica;

2°) um Tribunal Regional, na Capital de cada Estado, no Districto Federal e na sede do Governo do Territorio do Acre;

3°) juizes eleitoraes nas comarcas, districtos ou termos judiciarios.

Art. 6°. Aos magistrados eleitoraes são asseguradas as garantias da magistratura federal.

Art. 7°. Salvo motivo justificado perante o Tribunal Superior, a exoneração de seus membros ou a de membros dos

Tribunaes Regionaes somente pode ser solicitada dois annos depois de effectivo exercicio.

Art. 8°. Ao cidadão, que tenha servido effectivamente dois annos nos tribunaes eleitoraes, é licito recusar nova nomeação.

CAPITULO I

DO TRIBUNAL SUPERIOR

Art. 9°. Compõe-se o Tribunal Superior de oito membros effectivos e oito substitutos.

§ 1°. E' seu presidente o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2°. Os demais membros são designados do seguinte modo:

a) dois effectivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois effectivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Côrte de Appellação do Districto Federal;

c) tres effectivos e quatro substitutos, escolhidos pelo Chefe do Governo Provisorio dentre 15 cidadãos, propostos pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 3°. Sómente pode figurar na proposta quem reuna os seguintes requisitos:

1°) ter notavel saber juridico e idoneidade moral;

2°) não ser funccionario demissivel *ad-nutum*;

3°) não fazer parte da administração de sociedade ou empresa que tenha contracto com os poderes publicos, ou gose, mediante concessão, de isenções, favores ou privilegios;

4°) ser domiciliado na séde do Tribunal.

Art. 10. Não podem fazer parte do Tribunal Superior pessoas que tenham, entre si, parentesco até o 4° gráo; sobrevindo este, exclue-se o juiz por ultimo designado.

Art. 11. Ao juiz do Tribunal Superior, por sessão a que compareça, é abonado o seguinte subsidio:

a) 100$000, sem prejuizo das vencimentos integraes, quando exerçam outra funcção publica remunerada;

b) 150$000, em caso contrario.

Art. 12. Dentre seus membros, elege o Tribunal Superior um vice-presidente, e um procurador para as funcções do Ministerio Publico.

Art. 13. Salvo disposição em contrario. delibera o Tribunal Superior por maioria de votos, em sessão publica, com a presença de cinco membros, pelo menos, além do que occupar a presidencia, que tem apenas voto de desempate.

Art. 14. São attribuições do Tribunal Superior:

1) elaborar seu regimento e o dos Tribunaes Regionaes;

2) organizar sua secretaria dentro da verba orçamentaria fixada;

3) superintender sua secretaria e propor ao Chefe do Governo Provisorio a nomeação dos respectivos funccionarios;

4) fixar normas uniformes para a applicação das leis e regulamentos eleitoraes, expedindo instrucções que entenda necessarias:

5) julgar, em ultima instancia, os recursos interpostos das decisões dos Tribunaes Regionaes;

6) conceder originariamente *habeas-corpus*, sempre que proceda de Tribunal Regional a coacção allegada;

7) decidir conflictos de jurisdicção entre Tribunaes Regionaes ou entre juizes eleitoraes de regiões differentes;

8) propor ao chefe do Governo Provisorio as providencias necessarias, para que as eleições se realizem no tempo e forma determinados em lei.

Art. 15. As decisões do Tribunal Superior, nas materias de sua competencia, põem termo aos processos.

SECÇÃO UNICA

Da Secretaria do Tribunal Superior

Art. 16. Divide-se a secretaria do Tribunal Superior em duas secções: 1ª, a do expediente; 2ª, a do registro e archivo eleitoraes.

Art. 17. Tem a secretaria um director, um vice-director e os funccionarios julgados necessarios.

Paragrapho unico. O director é, ao mesmo tempo, secretario do Tribunal Superior.

Art. 18. Incumbe á secretaria:

1) publicar o *Boletim Eleitoral;*

2) realizar operações technicas de caracter eleitoral;

3) prestar informações de natureza eleitoral, solicitadas pelos partidos politicos;

4) em geral, exercer as attribuições que lhe sejam conferidas em regimento, bem como cumprir as determinações do Tribunal Superior.

Art. 19. Além das publicações ordenadas pelo Tribunal Superior, devem constar do *Boletim Eleitoral*:

a) as inscripções archivadas até o dia anterior á publicação do *Boletim*;

b) as inscripções cancelladas e revalidadas;

c) as decisões que alterem direitos eleitoraes;

d) a relação dos attestados de obito remettidos pelos officiaes competentes.

Art. 20. Comprehende o archivo eleitoral os seguintes registros:

1) o dactiloscopico;

2) o patronimico;

3) o domiciliario;

4) o photographico;

5) o de processos;

6) o eleitoral nacional;

7) o de inscripções pluraes;

8) o de cancellamentos;

9) o de inhabilitados;

10) o suppletorio nacional.

CAPITULO II

DOS TRIBUNAIS REGIONAES

Art. 21. Compõem-se os Tribunaes Regionaes de seis membros effectivos e seis substitutos.

§ 1°. Preside ao Tribunal Regional:

1) nos Estados, o vice-presidente do Tribunal de Justiça de mais alta graduação;

2) no Districto Federal, o vice-presidente da Côrte de Appellação;

3) no Territorio do Acre, o presidente do Tribunal de Appellação.

§ 2°. Os demais membros são designados do seguinte modo:

I. Quanto aos Estados:

a) o juiz federal, servindo o da 2ª Vara, se houver mais de uma;

Paragrapho unico. Na falta ou impedimento do juiz effectivo, funccionará o juiz da 1ª Vara, ou, se houver apenas uma, o juiz de direito mais antigo da capital do Estado;

b) dois effectivos e dois substitutos, sorteados dentre os membros do Tribunal de Justiça local;

c) dois effectivos e tres substitutos, escolhidos pelo chefe do Governo Provisorio, dentre 12 cidadãos propostos pelo Tribunal de Justiça local.

II. Quanto ao Districto Federal:

a) o juiz federal da 2ª Vara e, em sua falta ou impedimento, respectivamente, o da 1ª e o da 3ª;

b) dois effectivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Côrte de Appellação;

c) dois effectivos e tres substitutos, escolhidos pelo Chefe do Governo Provisorio dentre 12 cidadãos propostos pela Côrte de Appellação.

III. Quanto ao Territorio do Acre:

a) o juiz federal e, em sua falta ou impedimento, o juiz de direito da sede do governo;

b) os dois outros membros do Tribunal de Appellação;

c) dois effectivos e cinco substitutos, nomeados pelo Chefe do Governo Provisorio dentre 12 cidadãos propostos pelo Tribunal de Appellação.

Art. 22. Por sessão a que compareça, ao juiz do Tribunal Regional é abonado o seguinte subsidio:

a) 80$, sem prejuizo dos vencimentos integraes, quando exerça outra funcção publica remunerada;

b) 120$, em caso contrario.

Art. 23. São attribuições do Tribunal Regional:

1) cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do Tribunal Superior;

2) organizar sua secretaria dentro da verba orçamentaria fixada;

3) superintender sua secretaria, bem como as repartições eleitoraes da respectiva região;

4) propor ao Chefe do Governo Provisorio a nomeação dos funccionarios da mesma secretaria e dos encarregados das identificações nos cartorios eleitoraes;

5) decidir, em primeira instancia, os processos eleitoraes;

6) processar e julgar os crimes eleitoraes;

7) julgar, em segunda instancia, os recursos interpostos das decisões dos juizes eleitoraes;

8) conceder *habeas-corpus* em materia eleitoral;

9) fazer publicar, diariamente, no jornal official, a lista dos inscriptos na vespera;

10) dar publicidade a todas as resoluções, de caracter eleitoral, referentes á região respectiva;

11) fazer a apuração dos suffragios e proclamar os eleitos.

Art. 24. Dentro de 15 dias depois de installados, devem os Tribunaes Regionaes, para o effeito do alistamento:

a) dividir em zonas o territorio de sua jurisdicção;

b) designar as varas eleitoraes e os officios que ficam incumbidos do serviço de qualificação e identificação.

Art. 25. Applicam-se aos Tribunaes Regionaes as disposições dos arts. 9°, § 3°, 10°, 12° e 13°, reduzida, porém, ao minimo de quatro o numero de membros que devem estar presentes á sessão.

SECÇÃO UNICA

Da Secretaria dos Tribunaes Regionaes

Art. 26. Divide-se a secretaria de cada Tribunal Regional em duas secções: 1ª, a do expediente; 2ª, a do registro e archivo eleitoraes.

Art. 27. Cada secretaria tem um director e os funccionarios julgados necessarios.

Paragrapho unico. O director é, ao mesmo tempo, secretario do Tribunal Regional.

Art. 28. Incumbe á secretaria:

1) realizar ou ultimar a inscripção dos alistaveis;

2) receber e classificar os processos eleitoraes remettidos pelos cartorios;

3) colligir a prova nos processos de exclusão;

4) expedir titulos eleitoraes;

5) prestar as informações solicitadas pelos partidos politicos;

6) em geral, exercer as attribuições que lhes sejam conferidas em regimento, bem como cumprir as determinações do Tribunal Regional.

Art. 29. Devem os archivos regionaes comprehender, pelo menos, os seguintes registros:

1) o dactyloscopico;

2) o patronymico;

3) o domiciliario;

4) o photographico;

5) o de processos.

CAPITULO III

DOS JUIZES ELEITORAES

Art. 30. Cabem aos juizes locaes vitalicios, pertencentes á magistratura, as funcções de juiz eleitoral.

§ 1º. Onde haja mais de uma vara, o Tribunal Regional designa aquella, ou aquellas, a que se attribue a jurisdicção eleitoral.

§ 2º. Nas varas de mais de um officio, servirá o escrivão que fôr indicado pelo Tribunal.

Art. 31. Compete aos juizes eleitoraes:

1) cumprir e fazer cumprir as determinações do Tribunal Superior ou Regional;

2) preparar os processos eleitoraes, servindo tambem como juizes de instrucção, ao Tribunal Regional, em virtude de delegação expressa deste;

3) dirigir e fiscalizar os serviços de identificação nos cartorios eleitoraes;

4) despachar, em primeira instancia, os requerimentos de qualificação e as listas de cidadãos incontestavelmente alistaveis, enviadas pelas autoridades competentes.

Paragrapho unico. Nas comarcas, municipios, ou termos, em que não existam juizes nas condições previstas pelo art. 30, preparam os processos as autoridades judiciarias locaes, mais graduadas, remettendo-os, para julgamento, ao juiz que preencha taes requisitos, na comarca, districto ou termo mais proximo.

Art. 32. Aos juizes eleitoraes é abonado o subsidio de um conto e duzentos mil réis por anno, pago em quotas mensaes.

SECÇÃO UNICA

Dos cartorios eleitoraes

Art. 33. Subordinado a cada juiz eleitoral, funcciona, diariamente, das 9 ás 12 e das 13 ás 17 horas, um cartorio, que tem a seu cargo as operações iniciaes de inscripção.

Art. 34. Compõe-se o cartorio do respectivo escrivão e dos funccionarios nomeados pelo Tribunal Regional.

Art. 35. Ao escrivão designado para os serviços eleitoraes é abonada a gratificação de seiscentos mil réis, por anno, paga em quotas mensaes.

PARTE TERCEIRA

Do alistamento

TITULO I

Da qualificação

Art. 36. Faz-se a qualificação *ex-officio* ou por iniciativa do cidadão.

CAPITULO I

DA QUALIFICAÇÃO "EX-OFFICIO"

Art. 37. São qualificados *ex-officio*:

a) os magistrados, os militares de terra e mar, os funccionarios publicos effectivos;

b) os professores de estabelecimentos de ensino officiaes ou fiscalizados pelo Governo;

c) as pessoas que exerçam, com diploma scientifico, profissão liberal;

d) os commerciantes com firma registrada e os socios de firma commercial registrada;

e) os reservistas de 1ª categoria do Exercito e da Armada, licenciados nos annos anteriores.

§ 1°. Os chefes das repartições publicas, civis ou militares, os directores de escolas, os presidentes das ordens dos advogados, os chefes das repartições onde se registrem os diplomas e as firmas sociaes, são obrigados, nos 15 dias immediatos á abertura do alistamento, a fornecer ao juiz eleitoral,

sob cuja jurisdicção estejam, listas de todos os cidadãos qualificaveis *ex-officio*.

§ 2°. Devem as listas conter, em referencia a cada cidadão, o nome e prenome, o cargo e profissão que exerça, e o que conste quanto á nacionalidade, idade e residencia.

§ 3°. Recebidas as listas, declara o juiz qualificados os que se encontrem nas condições legaes, dando disto conhecimento ao Tribunal Regional.

§ 4°. Sempre que as listas sejam omissas, podem os interessados reclamar perante o juiz, o qual deve pedir informações a quem tenha de prestal-as, nos termos do § 1°.

§ 5°. As secretarias dos Tribunaes, ou os cartorios eleitoraes, fornecerão aos qualificados, directamente ou pelo correio, as fórmulas para a inscripção.

CAPITULO II

DA QUALIFICAÇÃO REQUERIDA

Art. 38. Deve o requerimento de qualificação:

1) ser escripto e firmado pelo peticionario, com a lettra e assignatura legalmente reconhecidas;

2) declarar a idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão e residencia do alistando;

3) conter a affirmação de se achar o mesmo, segundo a lei, quite quanto ao serviço militar, ou de não estar obrigado a este;

4) ser instruido com a prova:

a) de maioridade do alistando;

b) da qualidade de nacional, si nascido no estrangeiro o requerente.

§ 1°. Apresentado o requerimento, é permittido ao alistando identificar-se, no cartorio de seu domicilio eleitoral, mesmo antes de deferida a sua qualificação.

§ 2°. Deferida a qualificação, entrega-se o processo ao requerente, mediante recibo, em livro especial, sob a guarda do escrivão.

TITULO II

Da inscripção

Art. 39. Qualificado, *ex-officio* ou não, deve o alistando, para ser inscripto, comparecer á secretaria do Tribunal ou ao cartorio eleitoral, onde será identificado, si já o não tiver sido, na fórma do § 1° do artigo anterior.

CAPITULO I

DO MODO DA INSCRIPÇÃO

Art. 40. O pedido de inscripção é acompanhado:

a) de tres photographias do alistando;

b) da prova de qualificação, quando requerida (art. 38, § 2°).

Paragrapho unico. As photographias, com as dimensões approximadas de tres centimetros por quatro, apresentarão a imagem nitida da cabeça descoberta, tomada de frente.

Art. 41. O pedido de inscripção é entregue contra recibo, em que o funccionario da secretaria ou do cartorio eleitoral, si já não tiver sido identificado o alistando, ou não fôr possivel identifical-o immediatamente, marcará, observando a ordem da apresentação, o dia e a hora em que deve este comparecer para identificar-se.

Paragrapho unico. Não sendo tomado em consideração o pedido, póde o alistando requerer sua inscripção ao presidente do Tribunal Regional, ou ao juiz eleitoral.

Art. 42. Compete á secretaria do Tribunal ou ao cartorio eleitoral:

1) organizar a ficha dactyloscopica do peticionario, em tres vias, tomando-lhe a assignatura e as impressões digitaes das duas mãos, successivamente, a começar pela direita, e fazendo as annotações que no caso caibam;

2) preparar tres vias do titulo eleitoral, devendo cada uma conter a photographia do alistando, sua assignatura e impressão digito-pollegar direita, ou, na falta do pollegar, a de outro dedo, que é então indicado.

§ 1°. Si, por qualquer motivo, deixa o alistando de comparecer no dia e hora designados, póde a identificação ser feita a qualquer tempo, depois de attendidos os que já estejam presentes para o mesmo fim.

§ 2°. E' necessaria a presença do alistando, apenas, para a tomada das impressões e assignatura.

Art. 43. Aos delegados de partido, ou a qualquer eleitor, é licito, dentro de cinco dias depois de noticiada em edital, impugnar, por escripto, qualquer inscripção.

Paragrapho unico. O processo de impugnação será o do art. 55.

Art. 44. Os cartorios eleitoraes remetterão semanalmente os processos concluidos á secretaria do Tribunal Regional, e esta, á secretaria do Tribunal Superior, as peças destinadas ao seu archivo.

CAPITULO II

DA EXPEDIÇÃO DO TITULO

Art. 45. Cabe aos Tribunaes Regionaes ordenar ás respectivas secretarias a entrega immediata do titulo eleitoral:

a) quando não impugnada, no prazo legal, a inscripção do alistando;

b) quando rejeitada a impugnação em sentença irrecorrivel.

Paragrapho unico. Deve o titulo ser entregue ao eleitor ou a quem apresente e restitua o recibo mencionado no art. 41, com a assignatura do eleitor no verso.

CAPITULO III

DO DOMICILIO ELEITORAL

Art. 46. Ao cidadão é permittida, para o exercicio do voto, a escolha de domicilio differente de seu domicilio civil.

Paragrapho unico. Domicilio eleitoral é o logar onde o cidadão comparece para inscrever-se.

Art. 47. O eleitor que preferir outro domicilio deverá promover sua transferencia no respectivo registro.

§ 1°. Mudando-se o domicilio dentro da mesma região, basta o requerimento de transferencia.

§ 2°. Sendo a mudança para outra região, deve-se repetir, na secretaria do Tribunal ou no cartorio eleitoral, o processo estabelecido no art. 42.

§ 3°. Não se admitte mudança de domicilio sinão um anno, pelo menos, depois de inscripto o eleitor, ou de annotada a mudança anterior.

§ 4°. O eleitor que transferir seu domicilio eleitoral não poderá votar antes de decorridos tres mezes.

§ 5°. Os funccionarios publicos, civis ou militares, quando removidos, poderão requerer transferencia de domicilio sem as restricções estabelecidas nos §§ 3° e 4° deste artigo.

Art. 48. A secretaria do Tribunal Regional do novo domicilio registrará a mudança, communicando o facto á secretaria do Tribunal Superior, para os devidos effeitos.

Paragrapho unico. A mudança de domicilio é annotada no titulo do eleitor.

TITULO III

Da revisão

Art. 49. Cancellam-se as inscripções cuja illegalidade ou caducidade se verificar.

CAPITULO I

DAS CAUSAS DE CANCELLAMENTO

Art. 50. São causas de cancellamento:

1) qualquer infracção ao art. 38;

2) condemnação nos termos e com os effeitos do art. 55 do Codigo Penal;

3) suspensão ou perda dos direitos politicos;

4) pluralidade de inscripção;

5) fallecimento;

6) ausencia declarada em juizo, de accôrdo com a lei civil.

CAPITULO II

DA EXCLUSÃO E SEU PROCESSO

Art. 51. A exclusão dos inscriptos é promovida *ex-officio* ou a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido.

Paragrapho unico. Durante o processo de exclusão, e emquanto não fôr determinado o cancellamento de sua inscripção, póde o eleitor votar.

Art. 52. Qualquer eleitor ou delegado de partido póde, tambem, assumir a defesa do excluendo.

Art. 53. Dá-se a exclusão *ex-officio*, chegando ao conhecimento da secretaria do Tribunal Regional alguma das causas de cancellamento.

§ 1°. Ao commandante da Região Militar cabe provocar a exclusão *ex-officio* dos inscriptos não quites de suas obrigações militares.

§ 2°. Prova falsidade ou pluralidade de inscripção o attestado, expedido pela secretaria do Tribunal Superior, de haver, no archivo eleitoral, fichas dactyloscopicas da mesma pessôa inscripta sob nomes diversos ou em differentes lugares.

Art. 54. Apurado o facto determinativo de exclusão, enviam-se ao juiz eleitoral os documentos comprobatorios, observando-se, no que fôr applicavel, o processo estabelecido no artigo seguinte.

Art. 55. Na exclusão promovida a requerimento tomará o juiz eleitoral estas providencias:

a) mandará autuar e registrar a petição;

b) publicará edital, com prazo de 10 dias, para sciencia do interessado, que poderá contestar dentro de cinco dias;

c) concederá dillação probatoria, de 5 a 10 dias, si requerida;

d) a seguir, remetterá o processo, com sua informação, ao Tribunal Regional, que resolverá dentro de 10 dias.

§ 1°. Si, decretada a exclusão, nenhum recurso fôr interposto, o Tribunal Regional communicará a sentença ao Tribunal Superior, que determinará o cancellamento da inscripção.

§ 2°. Havendo recurso, o Tribunal Regional fará subirem os autos ao Tribunal Superior, que decidirá no prazo maximo de dez dias.

§ 3°. Confirmada a decisão recorrida, o Tribunal Superior ordenará á secretaria o cancellamento da inscripção.

PARTE QUARTA

Das eleições

TITULO I

Do systema eleitoral

Art. 56. O systema de eleição é o do suffragio universal directo, voto secreto e representação proporcional.

CAPITULO I

DO VOTO SECRETO

Art. 57. Resguarda o sigillo do voto um dos processos mencionados abaixo.

I — Consta o primeiro das seguintes providencias:

1) uso de sobrecartas officiaes, uniformes, opacas, numeradas de 1 a 9, em séries, pelo presidente, á medida que são entregues aos eleitores;

2) isolamento do eleitor em gabinete indevassavel, para o só effeito de introduzir a cedula de sua escolha na sobrecarta e, em seguida, fechal-a;

3) verificação da identidade da sobrecarta, á vista do numero e rubricas;

4) emprego de urna sufficientemente ampla, para que se não accumulem as sobrecartas na ordem em que são recebidas.

II — Consta o segundo das seguintes providencias:

1) registro obrigatorio dos candidatos, até cinco dias antes da eleição;

2) uso das maquinas de votar, regulado opportunamente pelo Tribunal Superior, de accôrdo com o regimen deste Codigo.

CAPITULO II

DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

Art. 58. Processa-se a representação proporcional nos termos seguintes:

1°. E' permittido a qualquer partido, alliança de partidos ou grupo de cem eleitores, no minimo, registrar, no Tribunal Regional, até cinco dias antes da eleição, a lista de seus candidatos, encimada por uma legenda.

Paragrapho unico. Considera-se avulso o candidato que não conste de lista registrada.

2°. Faz-se a votação em dois turnos simultaneos, em uma cedula só, encimada, ou não, de legenda.

3°. Nas cedulas, estarão impressos ou dactylographados, um em cada linha, os nomes dos candidatos, em numero que não exceda ao dos elegendos mais um, reputando-se não escriptos os excedentes.

4°. Considera-se votado em primeiro turno o primeiro nome de cada cedula, e, em segundo, os demais, salvo o disposto na lettra *b* do n. 5.

5°. Estão eleitos em primeiro turno:

a) os candidatos que tenham obtido o quociente eleitoral (n. 6);

b) na ordem da votação obtida, tantos candidatos registrados sob a mesma legenda quantos indicar o quociente partidario (n. 7).

§ 1°. Para o effeito de apurar-se a ordem da votação, contam-se ao candidato de lista registrada os votos que lhe tenham sido dados em cedulas sem legenda ou sob legenda diversa.

§ 2°. Tratando-se de candidato registrado em mais de uma lista, considera-se o mesmo eleito sob a legenda em que tenha obtido maior numero de votos.

6°. Determina-se o quociente eleitoral, dividindo o numero de eleitores que concorrerem á eleição pelo numero de logares a preencher no circulo eleitoral, desprezada a fracção.

7°. Determina-se o quociente partidario, dividindo pelo quociente eleitoral o numero de votos emittidos em cedulas sob a mesma legenda, desprezada a fracção.

8°. Estão eleitos em segundo turno os outros candidatos mais votados, até serem preenchidos os logares que não o foram no primeiro turno.

9°. Contendo a cedula um só nome e legenda registrada, considera-se esse nome votado em primeiro turno, e, em segundo, toda a lista registrada sob a referida legenda.

10°. Contendo a cedula legenda registrada e nome estranho á respectiva lista, considera-se inexistente a legenda.

11°. Contendo a cedula apenas legenda registrada, considera-se voto para a respectiva lista em segundo turno e voto em branco no primeiro.

12°. Póde-se repetir o primeiro nome da cedula: neste caso, considera-se votado o candidato em primeiro e segundo turno, muito embora não se deva reputar simultaneamente eleito nos dois turnos.

13°. Não se sommam votos do primeiro turno com os do segundo, nem se accumulam votos em qualquer turno.

14°. Em caso de empate, está eleito o candidato mais idoso.

15º. Nas secções eleitoraes onde se use a machina de votar, serão observadas estas regras:

a) o voto é dado na machina, dispensando-se a cedula;

b) é obrigatorio o registro dos candidatos até cinco dias antes da eleição;

c) a machina estará preparada de modo que cada eleitor não possa votar, no primeiro turno, em mais de um nome, e só o possa, no segundo, até o numero de logares a preencher.

16º. São supplentes dos candidatos registrados, na ordem decrescente da votação, os demais candidatos votados em segundo turno sob a mesma legenda.

TITULO II

Das condições de elegibilidade

Art. 59. São condições de elegibilidade:

1º) ser eleitor;

2º) ter mais de quatro annos de cidadania.

Art. 60. Serão determinados em lei especial os casos de inelegibilidade.

TITULO III

Dos actos preparatorios das eleições

CAPITULO I

DAS SECÇÕES ELEITORAES

Art. 61. Cada municipio que não tenha mais de 400 eleitores constitue uma secção eleitoral.

Paragrapho unico. Quando o eleitorado do municipio exceda áquelle numero, o Tribunal Regional o distribue em secções, com o maximo de 400, attendendo aos meios de transporte e á maior commodidade dos eleitores.

Art. 62. Incumbe ao Tribunal Regional:

a) dar immediato conhecimento aos juizes eleitoraes dos logares onde devam funccionar as Mesas Receptoras;

b) remetter, pelo menos 30 dias antes da eleição, aos juizes e ás Mesas Receptoras as listas, em folhetos avulsos, dos eleitores do municipio.

Paragrapho unico. Devem as listas ser affixadas em logar publico, na séde do cartorio eleitoral e nos locaes em que hajam de funccionar as Mesas Receptoras.

Art. 63. O eleitor, cujo nome tenha sido omittido, póde reclamar contra o facto verbalmente, por escripto ou por telegramma, ao juiz, ao Tribunal Regional, ou, directamente, ao Tribunal Superior.

§ 1°. A reclamação tambem póde ser feita por intermedio dos delegados de partido.

§ 2°. Verificada a procedencia da reclamação, providencia a autoridade competente para que o eleitor seja logo incluido em lista.

CAPITULO II

DAS MESAS RECEPTORAS

Art. 64. A cada secção eleitoral corresponde uma Mesa Receptora de votos.

Art. 65. Formam a Mesa Receptora um presidente, um 1° e um 2° supplentes, nomeados pelo Tribunal Regional, 60 dias antes da eleição, e dois secretarios, nomeados nos termos do art. 68.

§ 1°. São condições para ser nomeado presidente ou supplente da Mesa Receptora:

a) ser eleitor;

b) ser, de preferencia, magistrado, membro do ministerio publico, professor, diplomado em profissão liberal, serventuario de justiça formado em direito, contribuindo de imposto directo;

c) não ser funccionario demissivel *ad nutum*, nem pertencer á magistratura eleitoral;

§ 2°. O Tribunal Regional publicará as nomeações, communicando-as, pelo correio ou pelo telegrapho, aos nomeados, e, no mesmo acto, os convocará para constituirem as Mesas, no dia e logares designados, ás 7 horas da manhã.

Art. 66. Os supplentes das Mesas Receptoras auxiliam e substituem o presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 1°. E' anotada a hora exacta em que se substituam os membros da Mesa.

§ 2°. O presidente deve estar presente ao acto de abertura e de encerramento das eleições, salvo força maior, communicando o impedimento aos dois supplentes pelo menos 24 horas antes da abertura dos trabalhos, ou, imediatamente, si se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

§ 3°. Os dois supplentes não podem ausentar-se ao mesmo tempo, nem o presidente com um delles.

§ 4°. Não comparecendo o presidente á hora certa, assume a presidencia o primeiro supplente e, na sua falta, ou impedimento, o segundo.

§ 5º. Não se reunindo a Mesa por falta ou impedimento do presidente e supplentes, assiste aos eleitores a faculdade de votar em outra que esteja sob a jurisdicção do mesmo juiz, sendo os votos recebidos com a nota do facto, em folha de observação.

Art. 67. São attribuições do presidente da Mesa Receptora:

1°, receber os suffragios dos eleitores;

2°, decidir immediatamente todas as difficuldades, ou duvidas que occorrerem;

3°, manter a ordem, para o que disporá da força publica necessaria;

4º, communicar ao Tirbunal Regional as occurrencias, cuja solução delle dependerem, e, nos casos de urgencia, recorrer ao juiz eleitoral, que providenciará.

Art. 68. Cada Mesa Receptora tem dois secretarios, nomeados pelo presidente 24 horas, pelo menos, antes de começar a eleição.

§ 1º. Devem os secretarios ser eleitores e, de preferencia, serventuarios de justiça.

§ 2°. Sua nomeação é communicada immediatamente, por telegramma, ou carta, ao presidente do Tribunal Regional, e publicada pela imprensa ou por edital affixado á frente do edificio onde tenha de funccionar a Mesa.

§ 3°. Compete aos secretarios:

a) dar aos eleitores a senha de entrada, nos termos do art. 81;

b) tomar, no caso de protesto, quanto á identidade do eleitor, suas impressões digitaes;

c) cumprir as demais obrigações que lhe sejam attribuidas em regulamento ou instrucções.

§ 4º. O cargo de secretario é irrenunciavel.

§ 5°. No impedimento ou falta dos secretarios, funcciona o substituto que o presidente nomear.

Art. 69. O presidente, supplentes, secretarios, fiscaes, ou delegados de partidos, assim como as autoridades, podem votar perante as Mesas em que servirem, ainda que alistados em outra secção, anotando-se o facto na acta respectiva.

CAPITULO III

DO MATERIAL PARA A VOTAÇÃO

Art. 70. A's Mesas Receptoras onde a votação não seja feita por meio de machinas, remetterá o Tribunal Regional:

1°, listas dos eleitores da secção correspondente;

2°, uma urna fechada e lacrada, na fechadura e no orificio para a entrada de cedulas, ficando as chaves sob a guarda do presidente do Tribunal;

3°, sobrecartas de papel opaco, tendo impressos o escudo nacional e estas palavras: "Firma do presidente............ Firma do secretario.........., Municipio.......... Secção n................ Sobrecarta n..............

4°, fórmulas para actas;

5°, folhas para assignaturas e observações;

6°, utensilios e folhas para impressões digitaes;

7°, cedulas de qualquer candidato, ou partido, que lhe tenham sido enviadas para serem postas á disposição dos eleitores no gabinete indevassavel;

8°, objectos que considere indispensaveis ao funccionamento das Mesas.

Paragrapho unico. Deixará o Tribunal Regional de remetter urnas e sobrecartas ás Mesas Receptoras onde se empreguem machinas de votar, que virão seladas e lacradas.

Art. 71. Devem as cedulas ser:

a) de fórma rectangular;

b) de cor branca;

c) de dimensões taes que, dobradas ao meio, ou em quarto, caibam nas sobrecartas officiaes;

d) impressas ou dactylographadas e sem mais dizeres ou signaes que os nomes dos candidatos e uma legenda devidamente registrada.

TITULO IV

Da votação

CAPITULO I

DOS LOGARES DAS VOTAÇÕES

Art. 72. Funccionam as Mesas Receptoras em logares designados pelos Tribunaes Regionaes, sob proposta dos juizes eleitoraes, publicando-se a designação.

§ 1°. Dar-se-á preferencia a edificios publicos, recorrendo-se a edificios de propriedade particular quando aquelles não existam em numero e condições requeridas.

§ 2°. Dez dias, pelo menos, antes do fixado para a eleição, devem os Tribunaes Regionaes communicar aos chefes das repartições publicas e aos proprietarios, arrendatarios ou administradores das propriedades particulares, a resolução de serem utilizados os respectivos edificios, ou parte delles, para o funccionamento das Mesas Receptoras.

§ 3°. A propriedade particular será obrigatoria e gratuitamente cedida para esse fim.

Art. 73. No local da votação, será separado do publico o recinto da Mesa, e, ao lado desta, deverá achar-se a machina de votar, ou um gabinete indevassavel, para que, dentro delle, possam os eleitores, á medida que compareçam, collocar suas cedulas nas sobrecartas officiaes.

CAPITULO II

DA POLICIA DOS TRABALHOS ELEITORAES

Art. 74. Ao presidente da Mesa Receptora cabe a policia dos trabalhos eleitoraes.

Paragrapho unico. Sem ordem do presidente da Mesa, nenhuma força armada pode penetrar no logar da votação, nem se collocar em suas immediações, á distancia menor de cem metros em torno.

Art. 75. O presidente da Mesa fará retirar-se do local toda pessôa que não guardar a ordem e compostura devidas.

Art. 76. Sómente têm direito a permanecer no recinto da Mesa os seus membros, os candidatos e seus fiscaes os delegados de partidos, e o eleitor durante o tempo necessario á votação.

Art. 77. E' vedado offerecer cedulas de suffragio no local onde funcciona a Mesa Receptora e nas suas immediações, dentro de um raio de cem metros.

CAPITULO III

DO INICIO DA VOTAÇÃO

Art. 78. No dia marcado para a eleição, ás 7 horas, o presidente da Mesa, os supplentes e os secretarios verificam no local designado:

1°, si estão em ordem os papeis e utensilios remettidos pelo Tribunal;

2°, si a machina de votar ou a urna destinada a recolher os suffragios tem os sellos intactos;

3°, si estão presentes fiscaes de candidatos e delegados de partidos.

Paragrapho unico. Si os sellos não estiverem intactos, será substituida a machina, ou de novo cerrada a urna, pondo-se-lhe uma faixa de papel com a firma do presidente da Mesa, e, facultativamente, a dos fiscaes e delegados, registrando-se, em acta, o incidente.

Art. 79. Feita a verificação acima e suppridas as deficiencias, o presidente, ás 8 horas em ponto, inutiliza o sello da máquina, ou do orificio da urna, á vista dos eleitores, e, declarando iniciados os trabalhos, assigna, com os demais membros da Mesa, com os fiscaes e delegados de partido que quizerem, a acta respectiva.

Art. 80. O recebimento dos votos começa ás 8 horas, durando, seguidamente, até ás 18 horas.

Paragrapho unico. Em caso algum interrompe-se o acto eleitoral e, si isso acontecer, deverão constar em acta o tempo e as causas da interrupção.

CAPITULO IV

DO ACTO DE VOTAR

Art. 81. Observa-se na votação o seguinte:

1°, cada eleitor recebe, á entrada do edificio, uma senha numerada, e, no momento, rubricada ou carimbada pelo secretario;

2°, ao penetrar, cada um por sua vez, no recinto da Mesa, dirá o seu nome, e apresentará ao presidente o seu titulo de

eleitor, o qual poderá ser examinado pelos fiscaes e pelos delegados de partido;

3°, achando-se em ordem o titulo e não sendo contestada a identidade do eleitor, o presidente da Mesa entregar-lhe-á uma sobrecarta official, aberta e vasia, numerada no acto, e convidará o eleitor a passar ao gabinete indevassavel, cuja porta ou cortina deverá cerrar-se em seguida;

4°, no gabinete indevassavel, o eleitor, dentro do prazo maximo de um minuto, collocará a cedula de sua escolha na sobrecarta recebida, que fechará;

5°, ao sahir do gabinete, o eleitor depositará, na urna, a sobrecarta fechada;

6°, antes, porém, o presidente, os fiscaes e os delegados verificarão, sem tocal-a, si a sobrecarta que o eleitor vai depositar na urna é a mesma que lhe foi entregue;

7°, si não for a mesma, será o eleitor convidado a voltar ao gabinete indevassavel e trazer seu voto na sobrecarta que recebeu, deixando de ser admittido a votar, si o não fizer e mencionando-se em acta a circumstancia;

8°, collocado o voto na urna, o presidente da Mesa escreverá a palavra *votou*, na lista dos eleitores, ao lado do nome do votante, lançando no titulo deste a data e sua rubrica;

9°, em seguida, lançará o eleitor, na lista e em uma duplicata, que ficará com o presidente, a firma de que usa.

§ 1°. O presidente da Mesa poderá interrogar o eleitor sôbre anotações do titulo, referentes á sua identidade, e mencionará, nas observações da lista dos eleitores, a duvida suscitada.

§ 2°. Se a identidade do eleitor fôr contestada por qualquer fiscal, ou delegado, o presidente da Mesa tomará as seguintes providencias:

a) escreverá, em sobrecarta maior que a entregue ao eleitor, o seguinte: "Impugnado por F.....";

b) fará tomar, em seguida, as impressões digitaes e a assignatura do eleitor em folha apropriada, que rubricará juntamente com o impugnante, depois de consignar o numero e a série da inscripção do eleitor;

c) *ao* voltar este ao gabinete, com a sua cedula já encerrada na sobrecarta official, o presidente a collocará, sem dobrar, na sobrecarta maior, juntamente com a folha mencionada na letra anterior;

d) entregará ao eleitor a sobrecarta para que a feche e colloque na urna;

e) annotará, por fim, a impugnação, nas observações da lista de eleitores.

§ 3º. Proceder-se-á da mesma fórma se o nome do eleitor tiver sido omittido ou figurar erradamente na lista.

Art. 82. Si se utilizarem machinas de votar, o processo de votação será regulamentado opportunamente.

Art. 83. No recinto da eleição, não se admittem discussões a respeito dos eleitores, e só se poderão admittir observações que se refiram á sua identidade, quando formuladas pela Mesa, pelos candidatos, seus fiscaes ou delegados de partido.

CAPITULO V

DO ENCERRAMENTO DAS VOTAÇÕES

Art. 84. A's dezoito horas menos quinze minutos, o presidente suspenderá a entrega de senhas numeradas, admittindo, porém, a votar os que já tiverem senhas e estiverem presentes, os quaes entregarão, desde logo, á mesa, seus titulos eleitoraes.

Art. 85. Terminada a votação, o presidente encerrará o acto eleitoral, com as seguintes providencias:

a) sellará a machina, ou a abertura da urna, com uma tira de papel forte, que levará sua assignatura, bem como a dos fiscaes de candidatos e delegados de partidos, os quaes tambem poderão appôr suas impressões digitaes na tira;

b) assignará e convidará os fiscaes e delegados presentes a que assignem a lista eleitoral em duplicata, depois de riscar os nomes dos eleitores que não tiverem comparecido;

c) mandará lavrar, ao pé das listas assignadas pelos eleitores, acta de que constem o numero, por extenso, dos votantes e a menção de quaesquer protestos ou occurrencias que devam ser consignados;

d) assignará a acta com os demais membros da Mesa, com os candidatos, seus fiscaes ou delegados de partido que quizerem;

e) entregará á secretaria do Tribunal, ou á agencia do correio mais proxima, pessoal e immediatamente, sob recibo em duplicata, com a indicação da hora, a urna ou machina, e, dentro de sobrecarta rubricada por ele, e pelos fiscaes e

delegados que o quizerem, todos os documentos do acto eleitoral;

f) enviará, por fim, ao Tribunal Regional, em sobrecarta á parte, um dos recibos.

§ 1°. A secretaria dos Tribunaes Regionaes e as agencias do correio, no dia da eleição, devem conservar-se abertas e com pessoal sufficiente a postos, para receber a urna ou machina e os documentos acima referidos.

§ 2°. O presidente da Mesa garantirá, com a força de policia ás suas ordens, os agentes de correio, até que as urnas ou machinas e os documentos por elles recebidos estejam em logar seguro.

§ 3°. Os candidatos, seus fiscaes ou delegados de partido têm direito de vigiar a urna, desde o momento da eleição, emquanto estiver na agencia, e durante o percurso até o Tribunal Regional.

§ 4°. No Tribunal Regional ficarão as urnas á vista dos interessados de dia e de noite.

TITULO V

Da apuração

Art. 86. Compete aos Tribunaes Regionaes a apuração dos suffragios e proclamação dos eleitos nas regiões eleitoraes respectivas.

Paragrapho unico. Dos trabalhos de cada dia, será lavrada acta parcial, assignada pelo presidente, demais membros e secretario do Tribunal, devendo da mesma constar qualquer interrupção e os motivos desta.

Art. 87. Começa a apuração no dia seguinte ao das eleições e, salvo motivo justificado perante o Tribunal Superior, devem terminar dentro de trinta dias, não se podendo interromper no tocante a cada secção eleitoral.

Art. 88. A apuração póde ser feita simultaneamente em duas ou tres turmas, cada uma com a presença minima de dois membros do Tribunal.

Art. 89. A' medida que se realizar a apuração, podem os fiscaes de candidatos e os delegados de partido deduzir suas impugnações.

CAPITULO I

DOS ACTOS PRELIMINARES

Art. 90. Com respeito a cada secção, preliminarmente, deve o Tribunal verificar:

1) si ha indicios de haverem sido violadas as machinas ou as urnas;

2) si cada uma vem acompanhada dos documentos do acto eleitoral;

3) si o numero de sobrecartas, na urna, corresponde ao dos votantes;

4) si houve entrega immediata da urna e demais documentos á secretaria do Tribunal, ou agencia do correio mais proxima;

5) si o numero de urnas é igual ao numero de Mesas Receptoras.

§ 1°. Si houver indicio de violação da urna ou da machina, o Tribunal, antes de proceder á apuração, fará examinal-as por peritos, com assistencia do Ministerio Publico.

§ 2°. Si houver falta de uma ou mais urnas, ou si não vierem acompanhadas dos documentos legaes, ou se o numero de sobrecartas authenticadas, em cada urna, não corresponder ao declarado na acta pelo presidente da Mesa, o Tribunal fará lavrar um termo do que verificar, deixando de computar os votos da secção.

§ 3°. Neste caso, ordenará o presidente que, na secção respectiva, se realize nova eleição, sob a presidencia do juiz eleitoral.

CAPITULO II

DA CONTAGEM DOS VOTOS

Art. 91. Feita a verificação a que se refere o capitulo anterior, passará o Tribunal á contagem dos votos, observadas as seguintes regras:

1) o presidente examinará os registros dos votos encerrados nas machinas, ou, se não tiverem sido usadas, lerá ou fará ler por outro membro do Tribunal, em voz alta, as cedulas extrahidas, uma a uma das urnas;

2) se houver, na mesmo sobrecarta, mais de uma cedula, valerá uma dellas, se forem iguaes, e não valerá nenhuma, si forem differentes;

3) será nulla a cedula que não preencher os requisitos do art. 71;

4) no caso de falta ortographica, differença leve de nomes ou pronomes, inversão, ou suppressão de algum destes, decidir-se-á pela validade do voto em favor do candidato notorio, desde que não seja possivel confusão com outro candidato que figure em chapa;

5) as impugnações de cedulas serão resolvidas no inicio da apuração.

§ 1°. Si as impressões digitaes do eleitor impugnado não coincidirem com as existentes na folha pessoal de sua inscrição, o voto será declarado nullo; se coincidirem, o voto prevalecerá, voltando a cedula á urna; num ou noutro caso, providenciará o Ministerio Publico quanto ao processo a instaurar-se contra o eleitor fraudulento ou contra o autor da falsa impugnação.

§ 2°. Si sobre qualquer facto da apuração não houver, desde logo, unanimidade entre os membros presentes do Tribunal, reservar-se-á para o final dos trabalhos a discussão da duvida, que então se resolverá por maioria de votos.

CAPITULO III

DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 92. Terminada a apuração, o presidente do Tribunal annunciará, em voz alta:

1) a somma total dos votos liquidos em toda a região;

2) o quociente eleitoral, que resultou, para o primeiro turno;

3) os nomes votados, na ordem decrescente dos votos recebidos;

4) os nomes dos eleitos no primeiro turno;

5) os nomes dos eleitos no segundo turno;

6) os nomes dos supplentes.

Art. 93. Da apuração será lavrada acta geral, assignada pelo presidente, demais membros e secretario do Tribunal.

Art. 94. Qualquer candidato, fiscal de candidato ou delegado de partido pode recorrer das decisões tomadas durante a apuração.

Paragrapho unico. Esta acta, acompanhada de todos os documentos enviados pelas Mesas Receptoras, será remettida, em pacote lacrado, ao presidente do Tribunal Superior.

CAPITULO IV

DOS DIPLOMAS

Art. 95. O candidato eleito recebe, como diploma, um extracto da acta geral.

§ 1.º A Tribunal concederá, a requerimento de qualquer interessado, certidão da acta geral, sellando-a com 50$000.

§ 2.º Contestando o diploma, emquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto, pode o diplomado tomar assento na assembléa, exercendo o mandato em toda a plenitude.

§ 3.º A nullidade de votos só importa nullidade do diploma, quando, deduzidos os votos nullos, ficar o seu titular em inferioridade de votação em segundo turno, a outro da mesma chapa de partido ou quando, sendo candidato não registrado, ficar sua votação inferior ao quociente eleitoral.

Art. 96. As vagas que, por qualquer motivo, houver na representação de cada partido, alliança de partidos ou candidatos registrados, serão prehenchidas pelos supplentes respectivos, na ordem em que foram declarados eleitos.

Paragrapho unico. Si não houver supplentes, a vaga será provida mediante eleição, dentro de 30 dias.

TITULO VI

Das nullidades

Art. 97. Será nulla a votação:

1) realizada perante Mesa Receptora, constituida por modo differente do prescripto neste Codigo;

2) realizada em dia, hora ou logar diverso do legalmente designado;

3) feita mediante listas de eleitores falsas ou fraudulentas;

4) quando a urna não houver sido remettida em tempo, salvo força maior, ao Tribunal Regional, ou não tiver sido acompanhada dos documentos do acto eleitoral, ou quando o numero das sobrecartas autenticadas nella existentes for superior ao numero de votantes consignado na acta;

5) quando se provar que foi recusada, sem fundamento legal, aos candidatos, a seus fiscaes, ou a delegados de partidos, a assistencia aos actos eleitoraes e sua fiscalização;

6) quando se provar violação do sigilo absoluto do voto;

7) quando se provar coação, ou fraude, que altere o resultado final do pleito.

Paragrapho unico. Si a nullidade attingir a mais de metade dos votos de uma região eleitoral, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e mandar-se-á fazer nova eleição.

PARTE QUINTA

Disposições communs

TITULO I

Das garantias eleitoraes

Art. 98. Ficam assegurados aos eleitores os direitos e garantias ao exercicio do voto nos termos seguintes:

§ 1.° Ninguem pode impedir ou embaraçar o exercicio do suffragio.

§ 2.° Nenhuma autoridade pode, desde cinco dias antes e até 24 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo flagrante delito.

§ 3. Desde 24 horas antes até 24 horas depois da eleição, não se permittirão comicios, manifestações ou reuniões publicas, de caracter politico.

§ 4.° Nenhuma autoridade estranha á Mesa Receptora pode intervir, sob pretexto algum, em seu funccionamento.

§ 5.° Os membros das Mesas Receptoras, os fiscaes de candidatos e os delegados de partido são inviolaveis durante o exercicio de suas funcções, não podendo ser presos, ou detidos, salvo flagrante delito em crime inafiançavel.

§ 6.° E' prohibida, durante o acto eleitoral, a presença de força publica dentro do edificio em que funccione a Mesa Receptora ou nas suas immediações.

§ 7.° Será feriado nacional o dia da eleição.

§ 8.° O Tribunal Superior e os Tribunaes Regionaes darão *habeas-corpus* para fazer cessar qualquer coacção ou violencia actual ou iminente.

§ 9.° Nos casos urgentes, o *habeas-corpus* poderá ser requerido ao juiz eleitoral, que o decidirá sem demora, com recurso necessario para o Tribunal Regional.

TITULO II

Da interferencia dos partidos e eleitores

CAPITULO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 99. Consideram-se partidos politicos para os effeitos deste decreto:

1) os que adquirirem personalidade juridica, mediante inscripção no registro a que se refere o art. 18 do Codigo Civil;

2) os que, não a tendo adquirido, se apresentarem para os mesmos fins, em caracter provisorio, com um minimo de quinhentos eleitores;

3) as associações de classe legalmente constituidas.

Paragrapho unico. Uns e outros deverão communicar por escripto ao Tribunal Superior e aos Tribunaes Regionaes das regiões em que actuarem a sua constituição, denominação, orientação politica, seus orgãos representativos, o endereço de sua séde principal, e o de um representante local pelo menos .

Art. 100. Para todos os actos referentes ao alistamento, é facultado aos partidos politicos, por meio de delegados seus ou representantes, que nomeiem junto aos juizes ou Tribunaes eleitoraes:

1) examinar no archivo eleitoral, em companhia dos funccionarios designados, e com a acquiescencia previa do Tribunal Superior, quaesquer autos ou documentos;

2) apresentar allegações e protestos, por escripto, recorrer, produzir todo genero de provas e denunciar perante a autoridade competente os funccionarios eleitoraes;

3) acompanhar o processo de qualificação e inscripção dos eleitores;

4) requerer que, com sua assistencia, se interrogue, em forma summaria, o alistando quanto á identidade e se verifique seu conhecimento de leitura e escripta.

Art. 101. Para os actos referentes á votação e apuração, podem, quando registrados, nomear fiscaes:

a) os candidatos individualmente ou em conjunto;

b) os partidos e as allianças de partido.

§ 1.º Qualquer candidato avulso não registrado, pode nomear fiscaes juntos ás Mesas ou Tribunaes, mediante communicação escripta, assignada pelo menos por 50 eleitores, com as firmas reconhecidas.

§ 2.º Os partidos bem como os candidatos registrados podem ter junto a cada Mesa Receptora, um delegado, e, até tres, junto ao Tribunal Regional.

Art. 102. As observações dos fiscaes ou delegados sobre as votações serão registradas em formulas especiaes, assignadas pelo observante, pelo presidente da Mesa, e seus secretarios.

CAPITULO II

DOS RECURSOS

Art. 103. Dos actos, resoluções ou despachos dos juizes eleitoraes, caberá recurso, dentro de cinco dias, para o Tribunal Regional.

§ 1.º A petição de recurso deve ser fundamentada e conter indicação das provas em que se basear o recorrente.

§ 2.º O juiz recorrido, dentro de 48 horas, fará subirem os autos ao Tribunal Regional, com sua resposta e os documentos em que se fundar, si entender que não é caso de considerar sua decisão.

§ 3.º Ao tomar conhecimento do processo, sempre que o entenda conveniente, pode o Tribunal Regional attribuir effeito suspensivo ao recurso, dando sciencia disso ao juiz recorrido.

§ 4.º Si o recorrente ou o recorrido houver protestado por provas, será concedido, para isso, o prazo improrrogavel de quinze dias.

§ 5.º Processa-se a prova perante um membro do Tribunal ou juiz, designado pelo presidente.

Art. 104. Para o Tribunal Regional, dentro de cinco dias, caberá recurso dos actos, resoluções ou despachos de seu presidente.

Art. 105. Dos actos, resoluções ou despachos dos Tribunaes Regionaes, caberá recurso, dentro de dez dias, para o Tribunal Superior, observando o processo do art. antecedente.

Art. 106. O Tribunal Superior, nas decisões proferidas em recursos interpostos contra o reconhecimento de candida-

tos, tornará desde logo extensivos ao resultado geral da eleição os effeitos do julgado, com audiencia dos candidatos interessados.

TITULO III

Da sancção penal

CAPITULO I

DOS DELITOS

Art. 107. São delitos eleitoraes:

§ 1.º Inscrever-se fraudulentamente mais de uma vez como eleitor: Pena — tres mezes a um anno de prisão cellular.

§ 2.º Fazer falsa declaração para fins eleitoraes, ou de que possa resultar qualificação *ex-officio*: Pena — multa de 500$ a 5:000$, conversivel em prisão cellular, nos termos das leis penais.

§ 3.º Fornecer ou usar documentos falsos ou falsificados, para fins eleitoraes: Pena — um a quatro annos de prisão cellular, e perda do cargo publico que exerça.

§ 4.º Effectuar o funccionario inscripção de alistando não qualificado pela autoridade competente, ou não identificado devidamente: Pena — dois a seis annos de prisão cellular, perda do cargo publico que exerça, além de inhabilitação, por dez annos, para exercer qualquer outro.

§ 5.º Reter titulo eleitoral contra a vontade do eleitor: Pena — um a quatro annos de prisão cellular e perda do cargo publico que exerça.

§ 6.º Reconhecer o tabellião, para fins eleitoraes, letra ou firma que não seja verdadeira: Pena — dois a seis annos de prisão cellular e perda do cargo.

§ 7.º Attestar, junto aos tabelliães, como verdadeira, para fins eleitoraes, letra ou firma o que não seja: Pena — seis mezes a dois annos de prisão cellular.

§ 8.º Perturbar ou obstar, de qualquer forma, o processo de alistamento: Pena — quinze dias a seis mezes de prisão cellular.

§ 9.º Subtrahir, damnificar, destruir, ou occultar documento ou objecto das repartições eleitoraes: Pena — um

a quatro annos de prisão cellular, perda do cargo publico que exerça e multa de 20 % dos damnos causados.

§ 10. Recusar ou renunciar, antes de dois annos de effectivo exercicio, sem causa justificada e acceita pelo Tribunal competente, o cargo ou munus publico de natureza eleitoral, para que seja nomeado ou sorteado, ou passar, nas mesmas condições, seu exercicio: Pena — multa de 2:000$ a 5:000$, perda do cargo publico que exerça, além de inhabilitação, por dois annos, para exercer qualquer outro.

§ 11. Deixar o juiz eleitoral, ou membro do Tribunal, com violação do dispositivo expresso de lei, de julgar qualificado, ou de mandar inscrever, no registro eleitoral, cidadão que prove evidentemente estar no caso de ser eleitor: Pena — suspensão do cargo por seis mezes a um anno.

§ 12.º Embaraçar o juiz, ou qualquer magistrado eleitoral, o reconhecimento de direitos individuaes, de natureza eleitoral: Pena — seis mezes a dois annos de prisão cellular e, em caso de reincidencia, perda do cargo.

§ 13.º Deixar o juiz eleitoral, ou qualquer magistrado, ou autoridade eleitoral, de remetter aos representantes da justiça os papeis e documentos, para que se inicie a acção penal por delitos eleitoraes, cuja existencia seja patente de documentos, papeis ou actos, submettidos ao seu conhecimento: Penna — as do paragrapho anterior.

§ 14.º Não cumprir, nos prazos legaes, qualquer funccionario dos juizos e repartições eleitoraes, os deveres que lhe são impostos por este codigo: Pena — multa de 200$ a 1:000$, a criterio do juiz, e suspensão até 30 dias do exercicio do cargo.

§ 15º. Allegar o cidadão idade falsa, para fugir aos effeitos do art. 119: Pena — multa de 500$ a 5:000$, conversivel em prisão, nos termos da lei penal.

§ 16º. Recusar a autoridade eclesiastica aos interessados a verificação dos lançamentos de batismo, ou de casamento, anteriores a 1889 ou recusar-lhes certidão de assentos existentes: Pena — multa de 200$ a 1:000$ e privação dos direitos politicos no caso de reincidencia.

§ 17. Violar qualquer das garantias eleitoraes do art. 98: Pena — trinta dias a seis mezes de prisão cellular, e perda de

cargo publico que exerça, além das demais penas em que incorra.

§ 18. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem: Pena — seis mezes a tres annos de prisão cellular e perda do cargo publico que exerça.

§ 19. Offerecer ou entregar cedulas de suffragio, seja a quem for, onde funccione a Mesa Receptora de votos, ou em suas proximidades dentro de um raio de 100 metros: Pena — tres a doze mezes de prisão cellular, e perda do cargo publico que exerça.

§ 20. Violar ou tentar violar o sigillo do voto: Pena — seis mezes a tres annos de prisão cellular e perda do cargo publico que exerça.

§ 21. Offerecer, prometter, solicitar, exigir, ou receber dinheiro, dadiva ou qualquer vantagem, para obter ou dar voto, ou para conseguir abstenção, ou para abster-se de voto: Pena — seis mezes a dois annos de prisão cellular.

§ 22. Falsificar ou substituir actas ou documentos eleitoraes: Pena — dois a oito annos de prisão cellular, e perda do cargo publico que exerça.

§ 23. Praticar ou instigar desordens, tumultos ou agressões que prejudiquem o andamento regular dos actos eleitoraes: Pena— um a quatro annos de prisão cellular, e perda do cargo publico, que exerça, além das demais penas em que incorra.

§ 24. Arrebatar, subtrahir, destruir ou occultar urna, ou documentos eleitoraes, violar os sellos das urnas ou os involucros de documentos: Pena — tres a dez annos de prisão cellular, e perda do cargo publico que exerça.

§ 25. Praticar ou occultar acto de que decorra nullidade da eleição: Pena — seis mezes a dois annos de prisão cellular, além da perda do cargo publico que exerça.

§ 26. Recusar ou renunciar, sem causa justificada e acceita pelo Tribunal Regional, o cargo de membro de Mesa Receptora: Pena —perda do cargo publico, que exerça, e multa de 1:000$ a 2:000$, conversivel em prisão, na forma do Codigo Penal.

§ 27. Deixar de mencionar nas actas os protestos formulados pelos fiscaes, delegados de partido ou candidatos ou

deixar de remettel-os ao Tribunal Regional: Pena — seis mezes a dois annos de prisão cellular.

§ 28. Faltar, voluntariamente, em casos não especificados nos paragraphos anteriores, ao cumprimento de qualquer obrigação que este codigo expressamente impõe: Pena — oito a cem dias de prisão cellular, ou, si for funccionario, suspensão por dois a seis mezes do exercicio do cargo.

Art. 108. As infracções eleitoraes definidas acima são crimes inafiançaveis e de acção publica.

§ 1.º A autoridade judiciaria que verificar a existencia de algum facto delictuoso definido neste Codigo, providenciará para que seja iniciada a acção penal.

§ 2.º Não se suspende a execução de pena nos crimes eleitoraes.

Art. 109. Em todos os delictos de natureza eleitoral, a reincidencia elevará a pena ao maximo.

Paragrapho unico. Haverá reincidencia sempre que o criminoso, depois de condemnado por sentença irrecorrivel, commetter crime eleitoral, embora não infrinja a mesma disposição de lei.

CAPITULO II

DA ACÇÃO PENAL

Art. 110. A iniciativa da acção penal, pelos crimes eleitoraes, definidos neste Codigo, compete aos procuradores eleitoraes, ou a qualquer eleitor.

§ 1.º A denuncia será offerecida ao presidente do Tribulau Regional que, depois de mandar autual-a e de ouvir o procurador, si não for elle o denunciante, designará, por distribuição, um de seus membros, para servir de juiz preparador.

§ 2.º O juiz preparador mandará citar o acusado, para, dentro do prazo de cinco dias, a contar da citação, offerecer defesa escripta.

§ 3.º Apresentada a defesa, ou findo o prazo respectivo, o preparador concederá ás partes uma dilação probatoria commum, de 10 dias.

§ 4.º Após a dilação probatoria, o denunciante e o denunciado terão, successivamente, o prazo de cinco dias, para offerecer allegações finaes.

§ 5.º Expirado o prazo das allegações finaes, o juiz preparador submetterá a causa á decisão do Tribunal na forma do seu regimento, sendo permittida ás partes, na sessão de julgamento, defesa oral do seu direito, pelo tempo que o regimento conceder.

§ 6.º O juiz preparador, finda a dilação, poderá decretar a prisão preventiva do acusado, nos casos previstos na legislação em vigor.

Art. 111. Para os actos e diligencias, que se devam realizar fora da séde do Tribunal, o juiz preparador delegará attribuição ao juiz eleitoral do logar onde tenham de ser praticados, ou, em seu impedimento, ao da comarca ou termo mais proximo.

§ 1.º Em taes actos que podem ser acompanhados pelos delegados de partido, o procurador eleitoral será representado pelo orgão do ministerio publico, estadual ou da comarca, e, na falta delle, por um procurador *ad-hoc*, nomeado pelo mesmo juiz.

§ 2.º O juiz eleitoral que, por delegação do juiz preparador, ordenar a citação do acusado, receber-lhe-ha a defesa para encaminhal-a ao Tribunal.

Art. 112. Dos despachos do juiz eleitoral e do juiz preparador, caberá recurso para o Tribunal Regional, nos casos em que se admitte, segundo a lei processual commum, recurso dos juizes substitutos para os juizes seccionaes.

Art. 113. Das decisões do Tribunal Regional haverá recurso para o Tribunal Superior, nos mesmos casos em que se admitte, para o Supremo Tribunal Federal, recurso das decisões criminaes dos juizes seccionaes, observada a mesma forma processual, no que não for alterada pelo regimento.

Art. 114. O crime commum, ou de responsabilidade, connexo com crime eleitoral, será processado e julgado pelas autoridades judiciarias competentes para o conhecimento deste.

Art. 115. Em todos os termos do processo penal, poderá o acusado defender-se por procurador, emquanto não for ordenada a sua prisão.

Art. 116. A acção por qualquer dos crimes de natureza eleitoral prescreverá em 10 annos, observadas as causas de interrupção e suspensão estabelecidas na lei penal commum.

Art. 117. Contra as decisões passadas em julgado somente poderá haver recurso da revisão.

Art. 118. As leis processuaes da justiça federal serão applicadas subsidiariamente aos casos não regulados neste Codigo e no regimento dos tribunaes eleitoraes.

TITULO IV

Disposições geraes

Art. 119. O cidadão alistavel, um anno depois de completar maioridade ou um anno depois de entrar em vigor este Codigo, deverá apresentar seu titulo de eleitor para poder effectuar os seguintes actos:

a) desempenhar ou continuar desempenhando funcções ou empregos publicos, ou profissões para as quaes se exija a nacionalidade brasileira;

b) provar identidade em todos os casos exigidos por lei, decretos ou regulamentos.

Art. 120. Não se applicam as disposições do artigo anterior:

a) aos cidadãos residentes no estrangeiro, ou domiciliados no Brasil, ha menos de um anno;

b) aos homens maiores de sessenta annos, e ás mulheres em qualquer idade.

Art. 121. Os homens maiores de sessenta annos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral.

Art. 122. Não dependem de petição escripta, nem de despacho de juizes as certidões de assentamento, notas e averbações concernentes ou destinadas aos processos eleitoraes.

Art. 123. O serviço eleitoral e o criminal respectivo preferem a qualquer outro, e são isentos de onus não expressamente estipulado neste Codigo.

Art. 124. E' concedida franquia postal, telegraphica, telephonica, radiotelegraphica ou radiotelephonica nas linhas officiaes, ou nas que estejam obrigadas ao serviço official para as transmissões de natureza eleitoral, expedidas pelas autoridades e repartições competentes.

Art. 125. As secretarias e os cartorios da justiçça eleitoral, não poderão, sob pretexto algum, restituir os documentos que instruirem os processos eleitoraes.

Art. 126. Dentro de 10 dias, seguintes ao encerramento do periodo de alistamento, o Tribunal Superior publicará, no Boletim Eleitoral, os nomes de todos os eleitores.

§ 1.° A lista de nomes será feita por Estado, por Municipio ou suas divisões eleitoraes.

§ 2.° Designar-se-ão, com o nome, prenome e domicilio do inscripto, a serie e o numero de sua inscripção.

§ 3.° No dia do encerramento do periodo inscripcional, todos os cartorios eleitoraes communicarão, telegraphicamente, ou, na falta de telegrapho, por officio, á Repartição Regional, o numero dos cidadãos inscriptos com indicação do numero de ordem da primeira e da ultima inscripção effectuada.

Art. 127. O eleitor que, por justo motivo, não puder estar no seu domicilio no dia da eleição, pedirá ao juiz eleitoral resalva que o habilite a votar em outra secção eleitoral, dentro da mesma circumscripção.

§ 1.° A resalva só é valida para a eleição a que se referir.

§ 2.° Na secção em que votar, o voto será recebido com as formalidades dos impugnados por identidade, remettida a resalva respectiva, com os papeis da eleição, ao Tribunal apurador.

Art. 128. Sempre que os Tribunaes Refionaes, deixarem de fazer, nos prazos legaes, salvo motivo justificado, qualquer acto ordenado por este Codigo, o Tribunal Superior, *ex-officio*, ou a requerimento da parte interessada, poderá realizal-o, communicando sua resolução ao tribunal faltoso.

Paragrapho unico. Analogamente praticarão os Tribunaes Regionaes em relação aos juizes eleitoraes.

Art. 129. Não se admittem, como prova no alistamento eleitoral, publicas-formas ou justificações.

Art. 130. O serviço de qualquer das secretarias dos Tribunaes será organizado de modo que toda modificação operada em seus registros seja communicada á secretaria do Tribunal Superior e por esta, á secretaria do Tribunal Regional a que interessar a modificação.

Art. 131. Os cegos alfabetizados, que reunam as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante petição por eles apenas assignada.

Paragrapho unico. Suas cedulas, no ato de votar, serão collocadas na sobrecarta e na urna pelo presidente da Mesa.

Art. 132. As repartições publicas são obrigadas, no prazo maximo de dez dias, a fornecer ás autoridades, aos representantes dos partidos, ou a qualquer alistando, as informações e certidões que solicitarem, relativas á materia eleitoral.

Art. 133. As autoridades ecclesiasticas fornecerão, gratuitamente, aos interessados, as certidões de baptismo de pessoas nascidas antes de 1889, podendo o requerente, se lhe for negada a existencia do assentamento de baptismo, pessoalmente e por determinação do juiz eleitoral, revistar os livros, em presença da autoridade ecclesiastica ou seu representante.

Art. 134. Os tabelliães não podem deixar de reconhecer, nos documentos necessarios á instrucção dos requerimentos e recursos eleitoraes, as firmas de pessoas de seu conhecimento, ou das que se apresentem com dois abonadores seus conhecidos.

Paragrapho unico. Si a letra e a firma a serem reconhecidas forem de alistando, poderá o tabellião exigir que o requerimento seja escripto e assignado em sua presença; ou, si se tratar de documento, o tabellião poderá exigir o seu signatario escreva em sua presença para a devida conferição.

Art. 135. Os escrivães ou officiaes, encarregados dos registros de obitos, são obrigados a remetter, semanalmente, á secretaria do Tribunal Regional, respectivo, lista em duplicata de todos os obitos de pessoas de maior idade e nacionalidade brasileira, registrados na semana anterior.

Art. 136. Os escrivães, ou secretarios dos juizos ou tribunaes, são obrigados a enviar, mensalmente, ao Tribunal Superior, communicação da sentença ou acto que declare ou signifique suspensão, perda ou reacquisição da cidadania.

Art. 137. O sorteio dos magistrados, para a formação dos tribunaes eleitoraes, se fará, em sessão publica, dentro de dez dias depois de entrar em vigor este Codigo.

Art. 138. Emquanto o Tribunal Superior não organizar o seu regimento, vigorará o do Supremo Tribunal Federal, no que for applicavel.

Art. 139. Ficam sem effeito os alistamentos eleitoraes da União ou dos Estados, effectuados até esta data.

§ 1.° Os escrivães dos juizos eleitoraes restituirão, sob recibo, independente de traslado, e a requerimento do alistado

ou seu procurador, os documentos com que intruiram o processo do seu alistamento anterior a este Codigo.

§ 2.º Por esta restituição não serão cobradas custas ou taxas.

Art. 140. Ao actual Juiz de Direito da Vara Eleitoral do Districto Federal, são assegurados todos os direitos e vantagens que a Constituição e as leis lhe garantem, com a competencia para todos os casos previstos no art. 85, §§ 3º, 4º e 5º, do decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923, e decreto n. 20.661, de 16 de novembro de 1931, mantidos para esse fim os actuaes serventuarios.

Art. 141. Terão preferencia, na nomeação, para os cargos administrativos dos tribunaes, respeitadas as condições de capacidade, os funccionarios do extincto Registro Geral dos Eleitores.

Art. 142. No decreto em que convocar os eleitores para a eleição de representantes á Constituinte, o Governo determinará o numero de representantes nacionas que a cada Estado caiba eleger, bem como o modo e as condições de representação das associações profissionaes.

Paragrapho unico. Cada Estado, o Districto Federal e o Territorio do Acre, constituirá uma região eleitoral.

Art. 143. Pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores correrão as despesas com a execução deste Codigo.

Art. 144. O Codigo Eleitoral entrará em vigor trinta dias depois de officialmente publicado.

Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

J. Mauricio Cardoso.
Protogenes P. Guimarães.
Oswaldo Aranha.
José Fernandes Leite de Castro.
José Americo de Almeida.
Lindolfo Collor.
Francisco Campos.
Afranio de Mello Franco.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do Ministro.

DECRETO N. 21.095 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932

Faz publica a adhesão do Governo Britannico na União Sul-Africana, para o Sudoéste Africano, á Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908, e ao Protocollo addicional de 20 de março de 1914

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo Britannico na União Sul-Africana, para o Sudoéste Africano, territorio sob o mandato da referida União, á Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908, e ao Protocollo de 20 de março de 1914, addicional áquella Convenção, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 12 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
Afranio de Mello Franco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

LEGAÇÃO DA SUISSA NO BRASIL

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1932.

VI. 2-71/3 J.

Senhor Ministro,

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por nota de 28 de outubro de 1931, a Legação de Sua Majestade Britannica em Berna scientificou o Conselho Federal Suisso de que o Governo de Sua Majestade Britannica na União Sul-Africana adheria, para o Sudoéste Africano, territorio collocado sob o mandato da dita União, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908, e ao Protocollo, de 20 de março de 1914, addicional áquella Convenção.

A Legação accrescentava que a adhesão do Sudoéste Africano se effectuava sob a seguinte reserva:

"Em virtude do art. 27 da Convenção supracitada, fica declarado que, no que diz respeito á applicação desta ás obras que no momento da sua entrada em vigor, ainda não cahiram no dominio publico em seu paiz de origem, o Governo do Sudoéste Africano deseja substituir o art. 18 da dita Convenção pelo art. 14 da Convenção assignada, em Berna, a 9 de setembro de 1886, e o n. 4, do Protocollo de encerramento desta ultima Convenção, emendado pelo Acto addicional de Paris, de 4 de maio de 1896."

Além disso, o Governo de Sua Majestade Britannica na União Sul-Africana deseja que a adhesão de que se trata seja considerada como effectiva a partir de 28 de outubro de 1931, data da nota supramencionada.

Pedindo a Vossa Excellencia queira tomar nota do que precede, aproveito a occasião para renovar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração. — *A. Gertsch.*

A sua Excellencia, Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 21.096 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932

Crêa doze logares de consules de 3ª classe na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, sem augmento de despesa

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tomando em apreço o que lhe foi exposto pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a conveniencia de augmentar o numero dos consules de 3ª classe, para assegurar-lhes na Secretaria de Estado o estagio sufficiente, afim de que possam receber o preparo inicial necessario ao seu ingresso na carreira diplomatica ou consular, decreta:

Art. 1°. Ficam creados, sem augmento de despesa, doze logares de consules de 3ª classe, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, devendo ser nomeados para esses cargos, de preferencia, os auxiliares de consulado, que actualmente dirigem consulados honorarios.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.110 — DE 1 DE MARÇO DE 1932

Faz publica a adhesão do Governo italiano, no que concerne ás colonias italianas da Lybia e da Erythréa e á possessão italiana das ilhas de Egêo, á Convenção da União de Paris de 1883 *e ao ajuste de Madrid de* 1891, *revistos por ultimo na Haya, em* 1925

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo italiano, no que concerne ás suas colonias da Lybia e da Erythréa e á possessão italiana das ilhas do Egêo, aos textos, revistos por ultimo na Haya, em 6 de novembro de 1925, da Convenção da União de Paris para a protecção da propriedade industrial, de 20 de março de 1883, e do Ajuste de Madrid referente ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, de 14 de abril de 1891, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta capital, por nota de 19 de janeiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

Traducção official — Legação da Suissa no Brasil — 19 de janeiro de 1932 — VI. 2-68/3 J.

Senhor Ministro,

Por ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por nota de 3 de dezembro, a Legação Real da Italia em Berna participou ao Conselho Federal suisso a adhesão do Governo Real, no que concerne ás colonias italianas da Lybia e da Erythréa e á

possessão italiana das ilhas do Egêo, aos textos, revistos por ultimo na Haya, em 6 de novembro de 1925, da Convenção da União de Paris para a protecção da propriedade industrial, de 20 de março de 1883, e do Ajuste de Madrid referente ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio, de 14 de abril de 1891.

Na conformidade dos arts. 16, *bis*, da Coonvenção, e 11, do Ajuste, supracitados, essas adhesões produzirão os seus effeitos um mez após a remessa da notificação, seja a partir de 19 de janeiro de 1932.

Rogando a Vossa Excellencia a bondade de tomar nota do que precede, aproveito o ensejo para apresentar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 21.113 — DE 2 DE MARÇO DE 1932

Autoriza operações de credito para regularizar o pagamento dos juros de determinados emprestimos externos, o pagamento de titulos sorteados e liquidar outros compromissos, inclusive os decorrentes da sentença do Tribunal de Haya

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de accôrdo com o art. 1° do decreto n. 19.398, de 1 de novembro de 1930 e considerando que a situação financeira internacional, alliada ás condições actuaes do commercio exterior do paiz, impossibilita o pagamento em moeda estrangeira dos serviços dos emprestimos de responsabilidade do Governo Federal, resolve:

Art. 1°. O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda fica autorizado a realizar operações de credito na Inglaterra, nos Estados Unidos da America do Norte e na França, para regularizar o pagamento dos juros dos emprestimos externos que o Governo Federal contrahiu directamente, bem assim, daquelles por cujos serviços ficou responsavel nas moedas daquelles paizes.

§ 1°. As operações de credito consistirão na emissão de titulos de um "Funding-Loan" durante o periodo de tres

annos, contados de 15 de outubro de 1931, para o emprestimo de 1927 — 6 1/2 % — em libras esterlinas e em dollares; de 1 de outubro de 1931, para o emprestimo em dollares de 1926 — 6 1/2 %, e para todos os demais emprestimos, a partir da data de vencimento de juros mais proxima e anterior ao dia 1 de outubro de 1931.

§ 2º. O pagamento dos juros dos emprestimos francezes, vencidos antes de 1 de outubro de 1931, ainda não pagos, bem como o resgate dos titulos dos mesmos emprestimos sorteados até 1 de setembro de 1931, inclusive, ainda não effectivado, serão feitos mediante a entrega de titulos do "Funding-Loan".

§ 3º. Na regra estabelecida no paragrapho precedente, não estão comprehendidos os *coupons* e os titulos que fizeram parte da sentença do Tribunal de Haya, á excepção dos juros e titulos do emprestimo de 1911 — da Viação Bahiana, que deixaram de ser pagos, depois daquella sentença e em virtude da fallencia dos agentes pagadores em Paris.

Art. 2º. O Governo Federal creará e emittirá titulos da divida externa do Thesouro Nacional, observadas as condições seguintes:

1 — as emissões serão divididas em duas séries, a primeira resgatavel em vinte annos e a segunda em quarenta, ambas vencendo juros de 5 % ao anno;

2 — os titulos de 20 annos, emittidos em libras esterlinas, em dollares ou francos, serão trocados respectivamente por *coupons* dos emprestimos contractados, com garantia hypothecaria, na Inglaterra, nos Estados Unidos da America do Norte e na França, exceptuados os de "Funding" de 1898 e 1914 e o do café, de 1922;

3 — os *coupons* e os titulos mencionados no § 2º do art. 1º, serão tambem permutados por titulos da série de 20 annos;

4 — os titulos de 40 annos, emittidos em libras esterlinas ou em francos serão applicados respectivamente no resgate dos *coupons* dos emprestimos inglezes e francezes sem garantia hypothecaria. Os *coupons* dos emprestimos que não foram directamente contractados pelo Governo Federal, serão incluidos nesta série;

5 — as amortizações começarão em 1 de outubro de 1934, por meio de um fundo accumulativo calculado de fórma a extinguir as emissões da primeira série em 1 de outubro de 1951, e as da segunda em 1 de outubro de 1971;

6 — o capital maximo das emissões de titulos de 20 annos é fixado em £ 2,648,939, para a parcella da Inglaterra, em U$S 29,884,545, para a dos Estados Unidos da America do Norte, e em Frs. 66,000,000, para a da França;

7 — a importancia maxima das emissões de titulos de 40 annos será de £ 7,881,814, para a parcella da Inglaterra, e de Frs. 135,000,000, para a da França;

8 — os juros e o capital da parcella ingleza de titulos de 20 annos serão pagos em Londres em libras esterlinas ou em Nova York em moeda ouro dos Estados Unidos da America do Norte, na base do padrão de peso e titulo existente no dia 1 de outubro de 1931;

9 — o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda fixará em contracto as condições que periodicamente determinarão a moeda em que serão pagos os juros e o capital referidos no numero anterior;

10 — em relação a estes titulos, a conversão da libra esterlina em moeda dos Estados Unidos da America do Norte será feita na base de £ 1 equivalente a U$S 4.8665.

11 — os juros e o capital dos titulos emittidos nos Estados Unidos da America do Norte serão pagos em moeda ouro deste paiz ou em seu equivalente no padrão de peso e titulo existente no dia 1 de outubro de 1931;

12 — a moeda mencionada nos titulos de ambas as séries, emittidos na França, será a unidade monetaria definida pela lei franceza de 25 de junho de 1928, representada por 65 1/2 milligrammas de ouro e titulo de 9/10. Os juros e o capital dos titulos francezes deste "Funding-Loan" serão pagos nesta moeda;

13 — os juros e os atrazados dos emprestimos pagaveis em francos-ouro, equivalendo cada franco á vigesima parte de uma moeda de ouro, 6,45161 grammas de peso e titulo de 9/10, a que se refere a sentença de 12 de julho de 1929, da Côrte Permanente de Justiça Internacional, em Haya, serão convertidos em francos da lei franceza, de 25 de junho de 1928;

14 — para facilitar a emissão de certificados fraccionarios do "Funding-Loan", relativos aos *coupons* dos emprestimos em francos-ouro, o Ministro da Fazenda fica autorizado a permittir a conversão na base de um franco-ouro para cinco francos francezes.

Art. 3°. Os *coupons* vencidos e a vencer e os titulos sorteados até 1 de setembro de 1931, inclusive, ainda não resgatados, dos emprestimos das estradas de ferro de Goyaz e Victoria a Minas (ramal de Curralinho a Diamantina), serão incluidos na operação de "Funding", de accôrdo com os ns. 13 e 14 do art. 2° deste decreto.

Paragrapho unico. O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, fica autorizado a pagar em dinheiro a quinta parte dos *coupons* dos emprestimos destas estradas de ferro vencidos e não pagos antes de 1 de outubro de 1931 e na mesma proporção os titulos sorteados e não resgatados até 1 de setembro de 1931, inclusive. Os quatro quintos restantes serão pagos em titulos de 20 annos do "Funding-Loan".

Art. 4°. Durante o periodo da emissão do "Funding-Loan", o Governo depositará no Branco do Brasil, em moeda nacional, ao cambio de 6 d. por mil réis, U$S 0.12166 (doze centavos cento e sessenta e seis millesimos) por mil réis ou ainda Frs. 3.105 (tres francos e cinco millesimos) por mil réis, as importancias correspondentes aos *coupons* vencidos e a vencer desde 1 de outubro de 1931 e que serão trocados por titulos.

Paragrapho unico. Os depositos serão feitos nas importancias dos titulos emittidos parcelladamente e nas datas em que as remessas deveriam ser feitas aos agentes pagadores.

Art. 5°. As amortizações dos emprestimos externos, exceptuados os de "Funding" de 1898 e 1914 e o do café de 1922, continuarão suspensas até ulterior deliberação, sendo as quantias equivalentes, em moeda nacional ao cambio mencionado no art. 4°, emquanto durar a suspensão de pagamentos, tambem depositadas no Banco do Brasil, nas datas em que deveriam ser remettidas aos agentes pagadores.

Art. 6°. As importancias depositadas de accôrdo com o art. 4°, serão applicadas na acquisição de cambiaes pagaveis no estrangeiro e destinadas á amortização extraordinaria dos titulos da operação de que trata este decreto.

§ 1°. Emquanto não fôr possivel adquirir as cambiaes acima, o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda autorizará a inversão das quantias depositadas em apolices da divida publica ou em obrigações do Thesouro Nacional que vençam juros ou ainda noutros titulos com garantia incondicional do Governo Federal.

§ 2°. Quando convier, o Governo mandará incinerar, no todo ou em parte, as importancias depositadas e correspondentes ás amortizações suspensas referidas no art. 5°.

Art. 7°. Os titulos das emissões do "Funding-Loan" de que trata este decreto e os juros correspondentes ficarão isentos de todas e quaesquer taxas e impostos brasileiros presentes e futuros.

§ 1°. Por conta do Governo Federal correrão as despesas contractuaes, os sellos e os impostos que recahirem sobre os contractos e titulos que delles resultarem, nas datas da respectiva assignatura e emissões.

§ 2°. O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda fica autorizado a entrar em accôrdo com os agentes financeiros do Brasil na Inglaterra e na França, afim de contribuir para o imposto de renda que recahir sobre os titulos trocados por *coupons* dos emprestimos brasileiros que deixam de ser pagos em dinheiro durante o periodo do "Funding-Loan".

Art. 8º. O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda fica autorizado a firmar accôrdos com os agentes financeiros do Brasil no estrangeiro, para a execução deste decreto, podendo acceitar, além das condições estipuladas nos artigos anteriores, outras que se tornarem necessarias, ficando resalvado ao Governo o direito de rever annualmente os termos combinados, afim de reiniciar, antes de findo o periodo da emissão do "Funding-Loan", o pagamento á dinheiro dos serviços da divida externa.

Art. 9°. Para liquidar os compromissos resultantes da sentença da Côrte Permanente de Justiça Internacional, com séde em Haya, fica o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda autorizado a applicar as importancias em francos francezes já depositadas em Paris e a emittir titulos especiaes, sem juros, resgataveis dentro de 24 mezes, contados á partir de 5 de outubro de 1932, na importancia maxima de francos 150,000,000, definidos pela lei franceza de 25 de junho de 1928.

Art. 10. Sendo o "Funding-Loan" uma operação de credito externo consolidado, as obrigações delle resultantes serão regidas pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1932, no que lhes fôr applicavel.

Art. 11. Os pagamentos dos juros e de titulos sorteados, a que se refere a operação do "Funding-Loan", serão exclusivamente feitos de accôrdo com o plano de que trata este decreto.

Art. 12. O Governo abrirá, quando fôr opportuno, os creditos necessarios á execução deste decreto.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
Oswaldo Aranha.
José Americo de Almeida.
Afranio de Mello Franco.
José Fernandes Leite de Castro.
Lindolfo Collor.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do ministro.
Protogenes Guimarães.
Francisco Campos, como ministro da Educação e Saude Publica e como encarregado do Ministerio da Justiça.

DECRETO N. 21.135 — DE 9 *de* MARÇO DE 1932

Regula a forma de pagar ou receber as fracções de 100 réis e o modo de sua escripturação na contabilidade publica

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 1°, do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando que as fracções de 100 réis, pela defficiencia de seu poder acquisitivo, não têm quasi expressão real de valor;

Considerando, ainda, que a escassez na circulação de moedas representativas de taes fracções torna praticamente impossivel o troco em moeda inferior a 100 réis;

Considerando mais que, não obstante as razões precitadas é commum levar-se em conta, não só nos recebimentos e pagamentos, como na escripturação publica ou particular, ditas fracções, sem que tenham objecto real;

Considerando, em consequencia, que, se o uso vem consagrando a não obrigação de pagar ou receber ditas fracções, ellas passam a ter apenas expressão ficticia;

Considerando, por fim, que, si assim succede na pratica, as fracções de 100 réis difficultam a escripturação, o recebimento de impostos, taxas e quaesquer outros tributos, bem como o pagamento de contas, vencimentos, etc., sem proveito para ninguem e, portanto, sem nenhuma utilidade publica, decreta:

Art. 1°. Todo e qualquer recebimento de impostos, taxas, ou de quaesquer outros tributos, como o pagamento de vencimentos, contas, etc., far-se-á:

a) desprezando-se as fracções de 100 réis, quando não attinjam a 50 réis;

b) considerando-se como 100 réis as fracções que excederem de 50 réis, inclusive.

Art. 2°. Nos documentos de receita e despesa, de curso nas repartições publicas, serão supprimidos os algarismos correspondentes á unidade e á dezena do real.

Art. 3° A suppressão dos dois algarismos a que se refere o artigo anterior será extensiva a todos os actos de contabilidade publica e a todas as publicações officiaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

José Americo de Almeida.

Protogenes Pereira Guimarães.

Afranio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores e encarregado do expediente do Ministerio do Trabalho.

José Fernandes Leite de Castro.

Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do ministro.

Francisco Campos, ministro da Educação e Saude Publica e encarregado do Ministerio da Justiça.

DECRETO N. 21.143 — DE 10 DE MARÇO DE 1932 (*)

Regula a extracção de loterias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, á vista do que dispõe o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando que a legislação actualmente em vigor sobre loterias é toda dispersa e em muitos pontos contraditoria;

Considerando que muitos dispositivos, pela sua ambiguidade, se prestam a diversas interpretações e geram frequentes duvidas e lides;

Considerando que outros contravêm francamente ao interesse publico e á moralidade administrativa;

Considerando que, á sombra das loterias, outros jogos de azar estão se alastrando de modo altamente nocivo á economia privada e aos bons costumes, incumbindo aos poderes publicos o dever de reprimil-os, sem demora:

Art. 1°. Fica revogada toda a legislação existente sobre loterias, federaes ou estaduaes, que passarão d'ora avante a se reger pelos dispositivos deste decreto.

Decreta:

Art. 2°. Nenhuma loteria, federal ou estadual, poderá ser extrahida no territorio da Republica, sem que distribua, no minimo, a percentagem de 70 % em premios, assim como nenhuma concessão poderá ser outorgada no prazo superior a um lustro.

Art. 3°. Nenhum serviço de loteria, federal o estadual, poderá ser contractado a não ser mediante concurrencia publica, aberta com todas as formalidades legaes, durante um prazo minimo de trinta dias, devendo no julgamento das propostas ser apreciada a idoneidade moral e financeira dos proponentes.

Art. 4°. São terminantemente prohibidas as prorogações de contractos, bem como as concessões de preferencia em

(*) Decreto n. 21.143, de 10 de março de 1932 — Retificação publicada no *Diario Oficial* de 21 de março de 1932:

"Art. 2°. Nenhuma loteria, federal ou estadual poderá ser extraida no territorio da Republica, sem que distribua, no minimo, a percentagem de 70 % em premios, assim como nenhuma concessão poderá ser outorgada por prazo superior a um lustro".

igualdade de condições, devendo, para todos os effeitos, ser considerados concurrentes sómente os candidatos á concessão, que effectivamente houverem apresentado proposta, com valor declarado, nas condições do edital respectivo.

Art. 5°. Pessoa alguma, singular ou collectiva, poderá directa ou indirectamente explorar ao mesmo tempo mais de um serviço de loterias, respeitados até á expiração dos respectivos contractos os direitos porventura adquiridos.

Art. 6°. Nenhuma loteria, federal ou estadual, poderá ser extrahida com premio maior excedente do valor da caução, sem que o respectivo contractante haja recolhido, con antecedencia no minimo de oito dias, ao cofre publico ou estabelecimento bancario que o poder concedente determinar, a differença verificada entre a caução e o premio.

Art. 7°. Exclusivamente os bilhetes da loteria federal terão livre curso em todo o territorio nacional, ficando a circulação dos das loterias estaduaes circumscripta aos limites dos Estados concedentes.

Art. 8°. E' expressamente prohibida a introducção ou venda, no territorio nacional, de bilhetes de loterias ou rifas estrangeiras, assim como a venda de bilhetes de loterias dos Estados, fóra da jurisdicção dos governos que as tiverem concedido.

Aos infractores applicar-se-á a pena: de apprehensão e inutilização dos bilhetes e outros valores, de multa de 500$ a 10:000$000, e de inutilização de todo o material da loteria prohibida.

Art. 9°. A loteria federal poderá effectuar, no maximo, duas extracções por semana, e as estaduaes, no maximo, uma extracção por semana, com os premios maiores de 100:000$ a 2.000:000$ aquella e de 50:000$ a 1.000:000$000 estas.

O Governo da União designará os dias dessas extracções.

Art. 10. A loteria federal poderá emittir, no maximo, até 35.000 bilhetes de cada vez, sendo a emissão das estaduaes regulada pelos Governos dos Estados concedentes, de accôrdo com o censo da população respectiva, de modo a impedir o desvirtuamento da natureza e dos fins desse serviço.

Art. 11. O producto liquido annual de cada loteria deverá ser integralmente applicado em obras de caridade e instrucção

não sendo licito nem á União, nem aos Estados, a partir de 1 de janeiro de 1933, incorporal-o, para qualquer outro effeito, á sua receita orçamentaria.

Art. 12. No primeiro trimestre de cada anno, será feita a distribuição do producto liquido de cada loteria, federal ou estadual, arrecadado no anno anterior, devendo dessa distribuição participar, de certa forma, no primeiro caso, todos os Estados da União e, no segundo, todos os municipios do Estado concedente, onde haja estabelecimentos de misericordia e instrucção dignos de amparo.

Art. 13. Sempre que o julgarem conveniente, a União com os Estados e estes entre si, poderão celebrar ajustes e convenções para o fim de melhor realizar quaesquer obras de cultura ou assitencia social de grande vulto.

Paragrapho unico. Para esse escopo, fica o Districto Federal equiparado a um Estado.

Art. 14. O concessionario de loteria, que não cumprir fielmente as obrigações assumidas, será declarado inidoneo e como tal prohibido de celebrar mais contractos com a administração publica.

Art. 15. E' inaffiançavel a contravenção, denominada "jogo do bicho", praticada mediante a venda de cautelas, bilhetes, papeis avulsos, com ou sem dizeres, ou ainda sob quaesquer outras modalidades.

§ 1°. Incorrerão em pena:

a) os emprehendedores ou banqueiros do jogo;

b) os que comprarem, distribuirem ou venderem os bilhetes ou papeis;

c) os que, directa ou indirectamente, promoverem ou facilitarem o seu curso.

§ 2°. Penas: de seis mezes a um anno de prisão cellular e multa de dez a cincoenta contos de réis aos emprehendedores ou banqueiros; e de dez a trinta dias de prisão cellular e multa de duzentos mil réis a um conto de réis, aos demais infractores.

§ 3°. Se os infractores forem estrangeiros, as penas serão accrescidas da de expulsão do territorio nacional.

§ 4°. Não haverá suspensão de execução da pena imposta por motivo de infracção deste decreto.

Art. 16. Em relação ás loterias estaduaes, não registradas ou inscriptas na Fiscalização Geral de Loterias, este de-

creto entrará em vigor na data de sua publicação, ao passo que as registradas ou inscriptas o observarão a contar de 1 de julho vindouro, quando caducarão os seus contractos com a Fazenda, e inscripção e registro serão extinctos.

Art. 17. Constitue loteria prohibida toda operação que faça depender de sorteio a acquisição de qualquer ganho ou lucro pecuniario.

Art. 18. As loterias estaduaes só poderão ser concedidas sob a condição expressa de se subordinarem em tudo ás disposições deste decreto, sob pena de rescisão de seus contractos, que será declarada pelo Governo Federal, independente de acção directa e de interpellação.

Art. 19. O Govrno da União responsabiliza-se pelo pagamento dos premios sorteados pela loteria federal. Pelo pagamento dos premios sorteados pelas loterias estaduaes, ficam responsaveis os Governos dos Estados, que as concederem.

Art. 20. São conideradas como serviço publico as loterias concedidas pela União e pelos Estados.

Art. 21. São intransferiveis as concessões de serviços lotericos, feitas pela União e pelos Estados, não podendo a firma commercial dos concessionarios soffrer quaesquer modificações, sem prévio assentimento do poder concedente.

Art. 22. Para todos os effeitos legaes, o bilhete de loteria é considerado um titulo ao portador.

Art. 23. E' caso de rescisão do contracto, sem direito a qualquer indemnização por parte dos concessionarios, a violação das clausulas nelle estipuladas, sem prejuizo, porventura, de pena especial estatuida.

Art. 24. E' obrigatoria a remessa ao Ministerio da Fazenda de uma cópia authentica dos contractos de concessão de serviços lotericos, que os Estados celebrarem, bem como de quaesquer modificações ulteriores, que nos mesmos sejam introduzidas.

Mediante despacho do Ministro, serão as ditas cópias archivadas na Fiscalização Geral de Loterias.

Art. 25. São nullas de pleno direito quaesquer obrigações resultantes de loterias não autorizadas.

Art. 26. E' approvado e faz parte integrante deste decreto o seguinte Regulamento de Loterias, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda.

Art. 27. Revogam-se quaesquer disposições em contrario, não attingidas pelo art. 1°.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.
José Americo de Almeida.
Protogenes Pereira Guimarães.
Afranio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores e encarregado do expediente do ministerio do Trabalho.
José Fernandes Leite de Castro.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricltura, na ausencia do ministro.
Francisco Campos, ministro da Educação e Saude Publica, e encarregado do ministerio da Justiça.

Regulamento de Loterias

Art. 1°. A exploração do serviço de loterias, em todo o territorio da Republica, fica subordinada ás disposições do presente decreto.

DAS EXTRACÇÕES

Art. 2°. Os sorteios serão effectuados em publico, por meio de apparelhos de precisão e preferentemente pelo systema de urnas transparentes e espheras numeradas por inteiro.

A Fiscalização de Loterias designará os dias de sorteio, tanto para a loteria federal como para as estaduaes.

Art. 3°. Os numeros premiados com os premios correspondentes serão expostos em taboleiros.

Além da exposição dos numeros em taboleiros, tambem será affixada, depois de cada extracção, em logar accessivel ao publico, a lista official dos numeros premiados com os premios correspondentes, devidamente visada pelo fiscal ou fiscaes que houverem assistido a extracção.

Art. 4°. Nenhuma extracção poderá ser effectuada sem a assistencia do fiscal ou fiscaes competentes.

Art. 5°. De cada extracção será lavrada uma acta pelo escrivão, na qual se mencionarão os principaes premios, e que será assignada pelo fiscal e pelos concessionarios.

DOS BILHETES E DA SUA VENDA

Art. 6°. E' assegurada á loteria federal a exclusividade da venda de bilhetes no territorio do Districto Federal.

Art. 7°. Os bilhetes da loteria do Amazonas poderão tambem circular no Territorio do Acre.

Art. 8°. Os concessionarios da loteria federal manterão agencias de venda de bilhetes em todos os Estados da União e no Territorio do Acre, devendo communicar á Fiscalização de Loterias a sede das mesmas e os nomes de seus representantes.

Art. 9°. Ninguem poderá expor ou offerecer á venda bilhetes de loterias, sem prévia licenaç da autoridade competente.

Essa licnça será annual e só poderá ser concedida, sob a condição do licenciado não vender bilhetes de nenhuma loteria clandestina, estrangeira ou nacional, nem cautelas ou papeis de qualquer jogo prohibido, seja qual for a sua denominação.

Art. 10. A infracção do artigo anterior determinará a cassação immediata da licença concedida, com inhabilitação permanente do infractor para receber qualquer outra ortorga ou mercê dos poderes publicos, sem prejuizo de quaesquer outras penas legalmente estatuidas.

Art. 11. São competentes para conceder a licença, referida nos artigos anteriores os chefes das repartições fiscaes federaes de cada municipio.

Art. 12. O licenciado para vender bilhetes de loteria federal poderá tambem vender bilhetes das estaduaes, dentro da jurisdicção de cada Estado concedente.

Art. 13. A concessão de licença para vender bilhetes de loterias independe de requerimento escripto.

Qualquer que seja a data de sua concessão, ella caducará sempre no dia 31 de dezembro de cada anno, devendo ser renovada na primeira quinzena do mez seguinte.

Art. 14. Cada licença para vender bilhetes de loterias, federaes ou estaduaes, fica sujeita ao sello adhesivo de 50$000, sendo para agencias ou quaesquer outros estabelecimentos, e de 5$000, sendo para vendedores ambulantes, sem prejuizo de quaesquer outros tributos a que os licenciados estejam ou venham a estar sujeitos.

Art. 15. Para os effeitos da venda, todos os bilhetes se dividirão em meios, quintos, decimos e vigesimos.

Art. 16. Os bilhetes de loteria deverão ser impressos a côres e expostos á venda inteiros, só a pedido dos compradores podendo ser fraccionados.

Art. 17. Cada bilhete exposto á venda deverá conter, repetidos em cada fracção, na face, o nome da loteria, o numero (cujos algarismos serão tambem escriptos por extenso), o preço do bilhete inteiro e de cada fracção, inclusive o imposto, o premio maior, a série da fracção e o compromisso de pagamento e, no verso, a descripção do plano, a que o bilhete pertença, a data do contracto e a firma social do contractante ou contractantes, a data, hora e local da extracção e quaesquer outros esclarecimentos syntheticos, que couberem e forem aconselhaveis.

Art. 18. Desde que essa repartição disponha do necessario apparelhamento, os bilhetes da loteria federal serão obrigatoriamente impressos na Casa da Moeda.

DO PAGAMENTO DOS PREMIOS

Art. 19. Os concessionarios de serviços de loterias são obrigados a resgatar os bilhetes premiados no acto de sua apresentação, quando o forem na séde da loteria e dentro do prazo de 15 dias, quando nas agencias.

Art. 20. Decorrido esse prazo sem que haja recebido a importancia do premio sorteado, o portador do bilhete exigirá o seu pagamento, conforme o caso, do Thesouro Nacional ou do Estado concedente, que o deverá satisfazer immediatamente, deduzindo-o da caução depositada pelos concessionarios.

Art. 21. Em caso algum poderá ser recusado o pagamento do premio ao portador do bilhete respectivo, ainda que por erro das listas ou qualquer outro engano tenha sido pago a outrem.

Art. 22. No caso de receberem os concessionarios de uma loteria ordem judicial para não efectuar o pagamento de algum premio, será este depositado judicialmente, por conta de quem pertencer, cessando, a partir desse deposito, a responsabilidade dos concessionarios.

Art. 23. Os premios não reclamados prescrevem no prazo de seis mezes, a contar da data da extracção, findos os quaes reverterão em beneficio dos concessionarios.

Art. 24. O portador de bilhetes de loteria considerada illegal e clandestina por este decreto não poderá pleitear judicialmente o pagamento do premio que lhe couber por sorteio.

DOS ONUS DAS LOTERIAS

Art. 25. Além de uma quota fixa annual, cujo minimo será declarado no edital de concurrencia, os candidatos á concessão do futuro serviço da loteria federal se obrigarão a recolher ao Thesouro Nacional um imposto, pago por verba, de 5 % sôbre a importancia total da emissão declarada em cada plano.

Art. 26. Tributo identico incidirá, a partir de 1° de julho proximo, sobre o montante de cada emissão de loterias estaduaes, cujos contractos serão revistos e ajustados ás prescripções deste decreto dentro do prazo de 90 dias, sob pena de caducidade da concessão respectiva, que será declarada pelo Governo Federal, de pleno direito.

Art. 27. A quota fixa annual deverá ser paga em prestações mensaes adiantadas e o imposto proporcional de 5 % referente ao valor global das emissões de um mez, na primeira quinzena do mez seguinte, sob pena de rescisão do contracto e de perda da caução.

Art. 28. Além da quota fixa e do imposto proporcional, referidos nos artigos anteriores, se obrigarão mais a recolher aos cofres do Thesouro Nacional, no momento opportuno, a contribuição annual de 60:000$000 para o serviço de fiscalização e as cauções de 100:000$000 e de 500:000$000, em moeda corrente, ou em cadernetas da Caixa Economica ou do Banco do Brasil, para garantir, com a primeira, a assignatura do contracto e, com a segunda, a sua perfeita execução.

Art. 29. Sómente depois de findo o prazo do contracto de concessão e de liquidadas por completo todas as obriga-

ções delle decorrentes, poderá ser ordenado pelo poder concedente o levantamento da caução depositada pelos concessionarios, seja da loteria federal, seja das estaduaes.

§ 1°. A dita caução garantirá dest'arte tanto as contribuições fixas e proporcionaes, como o pagamento dos premios e multas impostas pelo poder concedente, pelo inadimplemento de qualquer das clausulas do contracto.

§ 2°. Desfalcada a caução por qualquer motivo, deverão os concessionarios integral-a dentro do prazo de 48 horas, contados da intimação feita pelo fiscal competente.

Art. 30. O imposto proporcional de 5 %, incidente sobre o total de cada emissão loterica, será escripturado semanalmente pelos concessionarios em livro especial para esse fim aberto e rubricado no Districto Federal pelo fiscal de Loterias e nos Estados pelos delegados fiscaes do Thesouro.

Art. 31. O imposto proporcional de 5 %, devido á União, será, pelos concessionarios da loteria federal e das estaduaes, accrescido ao preço da venda dos bilhetes respectivos.

Art. 32. Salvo motivo fundamentado de força maior, incorrerá na multa de 20 % o concessionario que se atrazar de um dia que seja no pagamento das contribuições devidas ao erario.

DA FISCALIZAÇÃO DE LOTERIAS

Art. 33. Todas as loterias serão severamente fiscalizadas.

Art. 34. A fiscalização da loteria federal será conjunctamente exercida por um fiscal especial, um escrivão e um funccionario de Fazenda, revesado este todos os mezes e designado pelo ministro, dentre os que mais se houverem distinguido no serviço publico.

O fiscal especial e o escrivão poderão ser permanentes.

§ 1°. Nenhum funccionario poderá ser designado para servir mais de uma vez por anno.

§ 2°. As designações serão feitas de seis em seis mezes, sob proposta do director geral do Thesouro Nacional e, na sua falta, do fiscal de loterias.

§ 3°. O funccionario de Fazenda, dessa fórma e para esse fim designado, servirá como ajudante do fiscal, ficando dispensado do serviço de sua repartição, nos dias de sorteio.

Art. 35. O fiscal especial perceberá a gratificação mensal de 2:000$000, o escrivão e o ajudante a de 500$000 mensais, tudo tirado da quota de fiscalização, paga antecipadamente, para esse fim, pelos concessionarios.

Art. 36. Além desses funccionarios, terá a fiscalização um servente e o pessoal accessorio que for conveniente para a boa execução do serviço, contanto que o estipendio de todos não ultrapasse nunca a quota annual de fiscalização, paga pelos concessionarios.

Art. 37. O estipendio do pessoal accessorio será arbitrado pelo ministro da Fazenda, sob proposta do fiscal de loterias.

Art. 38. Por conta da mesma quota correrão as despesas de expediente da Fiscalização.

Art. 39. A Fiscalização Geral de Loterias constitue uma secção da Recebedoria do Districto Federal, a cujo director fica subordinada.

Art. 40. O pessoal da Fiscalização Geral de Loterias será de livre escolha, nomeação e exoneração do Chefe do Governo Provisorio, excepto o ajudante, que será designado pelo ministro da Fazenda.

Art. 41. A fiscalização será exercida não sómente sobre as relações contractuaes entre o Governo e os concessionarios e sobre os planos, bilhetes extracções, mas tambem sobre as listas de premios e sobre a applicação das quotas que, na distribuição annual, couberem aos Estados.

Art. 42. As listas de premios deverão, depois de impressas, ser confrontadas sempre com as listas originaes, em tempo devidamente authenticadas e recolhidas á repartição competente.

Art. 43. Fiscalização semelhante farão exercer os Governos estaduaes sobre as loterias que concederem.

Art. 44. Todos os bilhetes premiados, com os respectivos premios, inclusive os resultantes das approximações e terminações, deverão constar claramente das listas impressas e distribuidas, de modo a evitar duvidas ou prejuizo aos seus possuidores.

E' defesa a publicação de listas provisorias parciaes.

Art. 45. Os planos da loteria federal, bem como os modelos dos bilhetes, serão pelos menos até 30 dias antes das

respectivas extracções, submettidos á approvação do ministro da Fazenda, por intermedio da Fiscalização de Loterias, que sobre elles informará com minudencia.

Paragrapho unico. Decorridos 15 dias da apresentação dos planos e modelos á Fiscalização, sem que seja communicada aos concessionarios qualquer deliberação do ministro a respeito, ter-se-ão por tacitamente approvados.

Art. 46. Os concessionarios da loteria federal poderão manter, no Districto Federal ou nos Estados, representantes seus, que terão a denominação de Fiscaes Particulares de Loterias e aos quaes incumbirá igualmente aprehender bilhetes de loterias clandestinas, listas, cartazes, papeis, apparelhos, utensilios e o mais que a taes loteriaes e a outros jogos prohibidos pertencer.

Paragrapho unico. As nomeações destes fiscaes serão feitas pelo fiscal de loterias, sob proposta dos concessionarios.

Art. 47. A chefia da fiscalização a ser exercida sobre as loterias pelos funccionarios da Fazenda compete: no Districto Federal ao director da Recebedoria e nos Estados aos delegados fiscaes.

Art. 48. Além dos funccionarios da Fiscalização Geral de Loterias, incumbe a todos os servidores publicos, federaes, estaduaes e municipaes, e especialmente aos de Fazenda, Policia, Viação, Correios e Telegraphos, velar pela estricta observancia das disposições deste decreto.

Art. 49. Todos os livros dos concessionarios de serviços lotericos, bem como os de quaesquer agencias ou casas onde se vendam bilhetes, poderão, em qualquer momento, ser examinados pelos funccionarios para esse fim autorizados por este regulamento ou indicados pelo poder concedente.

Art. 50. Metade das multas impostas e arrecadadas e dos premios menores e um terço do premio maior porventura obtidos pelos bilhetes apprehendidos, pertencerá aos apprehensores que tiverem assignado o respectivo auto, sendo o resto recolhido ao Thesouro Nacional e repartições dependentes como renda eventual da União.

Art. 51. Todos os estabelecimentos onde se explorar o negocio de loterias são considerados casas publicas, nos termos da lei.

§ 1°. Em taes estabelecimentos será permittido o ingresso e a permanencia dos fiscaes e funccionarios a quem a lei attribua poderes de fiscalização.

§ 2°. A' requisição verbal desses fiscaes e funccionarios, deverão ser abertos gavetas, cofres e quaesquer moveis e dependencias da casa, afim de rigorosamente pesquizar-se a existencia de bilhetes pertencentes a loterias clandestinas.

§ 3°. A policia prestará sempre que lhe for solicitado, todo o seu auxilio para a rigorosa execução do previsto no paragrapho anterior.

Art. 52. E' defeso o transporte, por qualquer meio que seja, de bilhetes de loterias estrangeiras, bem como dos das estaduaes, fóra dos limites de cada Estado concedente.

Art. 53. E' defesa a transmissão, por qualquer meio que seja, do resultado de sorteios effectuados por loterias estrangeiras, bem como pelas dos Estados, fóra dos limites de sua jurisdicção.

DAS ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL DA FISCALIZAÇÃO

Art. 54. Compete ao fiscal de loterias:

a) superintender todo o serviço de fiscalização;

b) distribuil-o pelos seus auxiliares;

c) abrir, rubricar e encerrar os livros da fiscalização e dar as necessarias instrucções para a escripturação dos mesmos;

d) despachar os papeis dependentes de sua decisão e visar as certidões passadas pelo escrivão;

e) mandar archivar todos os papeis da fiscalização;

f) assistir com o ajudante, ás extracções das loterias, examinando pessoalmente ou fazendo examinar por technicos de sua confiança os apparelhos empregados nas mesmas extracções;

g) velar pela estricta observancia do contracto celebrado entre a União e os concessionarios;

h) apprehender ou fazer apprehender os bilhetes em contravenção, quer expostos á venda, quer occultos, ultimados ou em via de ultimação;

i) requisitar das autoridades policiaes a força necessaria para tornar effectivas quaesquer diligencias regulamentares;

j) lavrar as nomeações dos fiscaes particulares de loterias propostos pelos concessionarios;

k) providenciar sobre o fechamento das casas encontradas em contravenção;

l) julgar os autos de infracção e apprehensão lavrados por qualquer pessoa para esse fim autorizada por este regulamento;

m) informar minuciosamente os recursos que forem interpostos de decisões suas para autoridade superior;

n) impedir, por todos os meios ao seu alcance, a importação de bilhetes de loterias estrangeiras bem como o curso das estaduaes, fóra dos limites dos Estados concedentes;

o) impôr as multas estabelecidas neste regulamento pelas infracções verificadas, sem prejuizo das attribuições comulativamente exercidas pelo director da Recebedoria;

p) fornecer guias para o pagamento do imposto proporcional de 5 % sobre o montante de cada emissão;

q) apresentar ao ministro da Fazenda, por intermedio do director da Recebedoria do Districto Federal, no primeiro trimestre de cada anno, o relatorio dos trabalhos e das mais importantes occurrencias relativas ao anno anterior;

r) communicar ao director da Recebedoria a sua ausencia do exercicio, quando a mesma exceder de 15 dias, caso em que deverá solicitar licença e passar o exercicio do cargo ao seu ajudante;

s) nomear escrivão *ad-hoc* nas faltas e impedimentos do ordinario;

t) determinar os livros especiaes que as empresas lotericas devem possuir.

Art. 55. Compete ao ajudante:

a) auxiliar o fiscal e substituil-o em suas faltas e impedimentos;

b) exercer, cumulativamente com o fiscal, as attribuições constantes das lettras *f*, *g*, *h* e as do artigo anterior deste regulamento;

c) executar os serviços ou atttribuições que lhes forem distribuidos pelo fiscal;

d) assistir, com o fiscal, ás extracções das loterias.

Art. 56. Compete ao escrivão:

a) executar as ordens que receber do fiscal e do ajudante;

b) effectuar a escripturação da fiscalização e a correspondencia de que for incumbido;

c) archivar e ter em boa guarda os documentos, papeis e autos que transitarem pela repartição;

d) communicar ao fiscal os seus impedimentos no exercicio do cargo.

Art. 57. Compete ao pessoal accessorio da fiscalização executar os serviços que lhes sejam distribuidos pelos seus superiores.

DAS LOTERIAS E OUTROS JOGOS PROHIBIDOS

Art. 58. São consideradas illegaes e clandestinas quaesquer loterias estrangeiras, bem como a dos Estados, fóra dos limites da súa jurisdicção, sendo nullas de pleno direito as obrigações resultantes das mesmas.

Art. 59. E' prohibida a publicação de annuncios, avisos ou noticias de propaganda de loterias estrangeiras, assim como das estaduaes, fóra dos limites dos Estados, que as houverem concedido.

Penas: multas de 200$000 a 1:000$000 e apprehensão dos meios da publicação, quaesquer que sejam.

Art. 60. Incorre em pena de exoneração o agente do poder publico que acceitar, por qualquer fórma, qualquer favor ou retribuição de infractores ou condescender com a pratica de qualquer jogo prohibido, sem prejuizo das sancções do Codigo Penal (art. 214), que, no caso, couberem.

Art. 61. Considera-se prohibido:

a) a loteria de qualquer especie, não autorizada por lei federal;

b) qualquer operação ou aposta, cujo desfecho ou solução dependa de sorteio effectuado por loteria mesmo autorizada;

c) as apostas sobre corridas de cavallos, effectuadas fóra dos respectivos prados.

Art. 62. Não se comprehendem nas disposições do artigo anterior:

a) os sorteios de apolices e outras obrigações da União, dos Estados e dos Municipios;

b) os sorteios que realizarem as sociedades anonymas para simples resgates de acções ou debentures, sempre que não haja bonificação de nenhuma especie;

c) a venda de mercadorias ou immoveis, mediante sorteio, na fórma do respectivo regulamento, desde que não haja distribuição de dinheiro, nem conversão em dinheiro dos premios sorteados;

d) os sorteios de apolices realizados pelas companhias de seguros de vida;

e) as operações ditas de capitalização, reguladas pelo poder competente, desde que não impliquem o sorteio de premios em dinheiro, nem a conversão em dinheiro dos titulos sorteados.

DAS INFRACÇÕES E DOS INFRACTORES

Art. 63. As contravenções do presente decreto serão apuradas mediante processo administrativo, que terá por base o auto para os effeitos da imposição de multas e da cassação de licenças e, mediante processo judiciario, para as demais penas.

Art. 64. Os autos de infracção e apprehensão obedecerão aos modelos annexos; deverão ser lavrados com toda clareza e relatar minuciosamente o facto, que lhe tenha dado motivo.

Art. 65. Os autos e os termos devem ser submettidos á assignatura dos autuados ou seus representantes, ou das pessoas que assistirem á sua lavratura.

Paragrapho unico. A assignatura do autuado poderá ser feita sob protesto, devendo-se, em caso de recusa, mencionar esta circumstancia e o motivo.

Art. 66. O auto deverá ser lavrado, de preferencia, no proprio local da verificação da infracção, ainda que ahi não resida o infractor.

Art. 67. São competentes para lavrar auto, além das pessoas indicadas por este regulamento, quaesquer outros funccionarios publicos.

Paragrapho unico. Poderá o auto de infracção e apprehensão ser lavrado ainda por qualquer particular, comtanto que, neste caso, o assignem tambem, pelo menos, duas testemunhas.

Art. 68. Aos autuados serão facultados todos os meios legaes de defesa.

§ 1°. O prazo para apresentação da defesa será de trinta dias, contados da data da intimação.

§ 2°. Si, exgotado o praxo marcado, a parte interessada não apresentar defesa, lavrar-se-á termo de revelia no processo, subindo este a despacho, independente de intimação.

Art. 69. Os processos das contravenções serão organizados na fórma de autos forenses.

Art. 70. Nenhum recurso será encaminhado sem prévio deposito da importancia da multa respectiva.

Paragrapho unico. Decorrido o prazo do recurso, sem que tenha este sido interposto, será a multa cobrada por via executiva.

Art. 71. Quando os autos de infracção se referirem ao "jogo do bicho", o fiscal de loterias ou o chefe da estação arrecadadora a quem forem apresentados, remetterá, dentro do prazo de 48 horas, uma cópia authentica dos mesmos á autoridade policial, para a instauração do processo criminal competente.

Art. 72. Quando as infracções forem verificadas por funccionarios ou agentes de policia, o processo a seguir será o determinado nos regulamentos respectivos.

Art. 73. E' de 100$ a 1:000$ a multa a ser imposta ao infractor de qualquer dispositivo deste regulamnteo, para o qual não haja sido comminada uma pena especial.

Art. 74. Das multas impostas, pelos chefes das repartições arrecadadoras, nos municipios, haverá recurso para os delegados fiscais nos Estados e das impostas por estes, pelo director da Recebedoria e pelo fiscal de loterias, para o Conselho de Contribuintes.

Art. 75. O recurso que não for interposto dentro do prazo de 15 dias, contados da data da intimação do despacho, será considerado perempto.

Art. 76. As multas por infracção do presente decreto serão impostas: pelo director da Recebedoria e fiscal de loterias, no Districto Federal, e pelos chefes de repartições arrecadadoras, nos Estados.

Art. 77. As pessoas autorizadas por este regulamento a exercer a fiscalização de loterias e lavrar autos de infracção e apprehensão poderão, havendo mais de uma testemunha da contravenção, prender em flagrante o contraventor e conduzil-o á repartição policial mais proxima, afim de ser lavrado o respectivo auto de prisão em flagrante.

Art. 78. Os autos meramente de infracção e apprehensão dispensam testemunhas.

Art. 79. Os bilhetes apprehendidos serão conservados pela principal autoridade fiscal, local, em envolucro lacrado com as declarações necessarias.

Art. 80. Findo o processo, verificarão os apprehensores se entre os bilhetes apprehendidos existe algum premiado, e nesse caso, remettel-o-ão ao procurador da Republica, onde tiver sua séde a empreza loterica, afim de se proceder á cobrança executiva do respectivo premio.

Art. 81. Tratando-se de loteria estrangeira, serão os bilhetes premiados remettidos ao Banco do Brasil para promover este, por meio de suas agencias, a cobrança respectiva.

Art. 82. Pelas companhias, emprezas ou firmas collectivas respondem criminalmente os seus directores, gerentes ou administradores, subsistindo, em qualquer caso, a responsabilidade civil das representadas pelas multas e pénas pecuniarias que no caso couberem.

Art. 83. Os funccionarios de Fazenda, bem como os da Fiscalização Geral de Loterias poderão requisitar ao poder competente a cassação da licença aos estabelecimentos ou individuos achados em contravenção e á policia, que torne effectiva a ordem do fechamento dos primeiros.

Art. 84. Poderão, igualmente, os ditos funccionarios requerer, directamente ou por intermedio do procurador da Republica na secção, ao juiz federal, mandado de busca e apprehensão de todos os apparelhos, instrumentos e utensilios de loterias prohibidas, seus valores, bilhetes e listas, proseguindo em tal caso o respectivo processo penal, contra os contraventores, na fórma das leis em vigor.

Art. 85. São considerados infractores:

1°, os autores, emprehendedores, agentes ou banqueiros de loterias ou de qualquer outro jogo de azar, uma vez que não estejam autorizados por lei federal e concessão do poder competente, para a respectiva exploração;

2°, os que fizerem a distribuição de bilhetes de loterias prohibidas ou a sua venda, como intermediarios, expuzerem ou transportarem listas, tomarem notas de nomes e encommendas ou praticarem qualquer acto que realize ou possa realizar a operação prohibida;

3°, os que expuzerem á venda, introduzirem ou esconderem bilhetes de loterias illegaes e clandestinas e bem

assim os que se houverem incumbido do pagamento de premio sorteado por essas loterias;

4°, os que prestarem auxilio de qualquer natureza, directa ou indirectamente, aos banqueiros de jogos prohibidos. de modo a facilitarem a pratica da contravenção;

5°, os que venderem bilhetes contrafeitos de loterias autorizadas ou bilhetes authenticos dessas loterias, relativos, porém, a extracções já realizadas;

6°, os gerentes ou administradores de jornaes, revistas e empresas de propaganda, que publicarem ou expuzerem, em lettreiros, qualquer annuncio ou aviso de loteria prohibida de circular no logar em que tiver sua séde o jornal, revista ou empresa;

7°, os que verbalmente fizerem propaganda de loterias clandestinas ou expuzerem em logar accessivel ao publico a relação dos numeros sorteados por essas loterias;

8°, os que, por qualquer meio, maritimo, terrestre ou aereo, transmittirem informações sobre loterias ou jogos prohibidos;

9°, os que venderem bilhetes de loteria, mesmo autorizada, sem licenças da autoridade competente;

10, os praticantes de qualquer jogo prohibido.

Art. 86. As penas pecuniarias impostas aos infractores de qualquer especie das disposições do presente decreto serão applicadas em dobro, em cada reincidencia.

DOS CASOS OMISSOS

Art. 87. Serão resolvidos pelo ministro da Fazenda os casos omissos no presente regulamento. — *Oswaldo Aranha*.

DECRETO N. 21.146 A — DE 11 DE MARÇO DE 1932

Encarrega do serviço consular a Legação em Praga

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve encarregar a Legação em Praga, do serviço consular na Tchecoslovaquia, nos termos do art. 3° e seus paragraphos do decreto n. 19.597, de 10 de janeiro de 1931.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.157 — DE 15 DE MARÇO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica do Salvador, da Convenção do Direito Internacional Privado, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica do Salvador, a 16 de junho de 1931, da Convenção de Direito Internacional Privado, firmado em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia Internacional Americana, conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.158 — DE 15 DE MARÇO DE 1932

Promulga o Tratado geral de arbitramento interamericano, firmado em Washington a 5 de janeiro de 1929

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo approvado o Tratado geral de arbitramento interamericano, adoptado a 5 de janeiro de 1929, pela Conferencia interamericana de conciliação e arbitragem, reunida em Washington; e, havendo-se effectuado o deposito do instrumento brasileiro de ratificação do dito tratado nos archivos do Departamento de Estado da Republica dos Estados Unidos da America, a 25 de janeiro ultimo:

Decreta que o referido Tratado, appenso por copia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão interiamente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

GETULIO DORNELLES VARGAS

Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e varios outros paizes representados na Conferencia interamericana de conciliação e arbitragem, reunida em Washington, de 10 de dezembro de 1928 a 5 de janeiro de 1929, foi concluido e assignado pelos respectivos plenipotenciarios, nesta ultima data, naquella cidade, um Tratado do teor seguinte:

TRATADO GERAL DE ARBITRAMENTO INTERAMERICANO

Os governos de Venezuela, Chile, Bolivia, Uruguay, Costa Rica, Perú, Honduras, Guatemala, Haiti, Equador, Colombia, Brasil, Panamá, Paraguay, Nicaragua, Mexico, Salvador, Republica Dominicana, Cuba e Estados Unidos da America, representados na oCnferencia de Conciliação e de Arbitramento, reunida em Washington, conforme o disposto na Resolução approvada em 18 de fevereiro de 1928, pela Sexta Conferencia Internacional Americana, celebrada na cidade de Havana;

Em concordancia com as declarações solemnes, feitas na dita Conferencia, de que as Republicas americanas condemnam a guerra como instrumento de politica nacional e adoptam o arbitramento obrigatorio como meio de resolver as suas controversias internacionaes de caracter juridico;

Convencidos de que as Republicas do Novo Mundo, regidas pelos principios, instituições e praticas da democracia e, além disso, ligadas por interesses mutuos, cada dia mais vastos, têm, não só a necessidade, mas tambem o dever, de evitar que a harmonia continental seja perturbada por controversias susceptiveis de decisão judicial;

Conscientes dos grandes beneficios moraes e materiaes que a paz offerece á humanidade e de que o sentimento e a opinião publica da America exigem, quanto antes, a organização de um systema arbitral que consolide o regimen da justiça e do direito;

E, animados do proposito de dar fórma convencional a estes postulados e aspirações, com o minimo de excepções consideradas indispensaveis para salvaguardar a independencia

e a soberania dos Estados, da fórma mais ampla possivel, nas circumstancias do actual momento internacional, resolveram celebrar o presente tratado, para o qual nomearam os plenipotenciarios seguintes:

Venezuela:

CARLOS F. GRISANTI.
FRANCISCO ARROYO PAREJO.

Chile:

MANUEL FOSTER RECABARRE.
ANTONIO PLANET.

Bolivia:

EDUARDO DIEZ DE MEDINA.

Uruguay:

JOSÉ PEDRO VARELA.

Costa Rica:

MANUEL CASTRO QUESADA.
JOSÉ TIBLE-MACHADO.

Perú:

HERNÁN VELARDE.
VICTOR M. MAÚRTUA.

Honduras:

RÓMULO DURÓN.
MARCOS LÓPEZ PONCE.

Guatemala:

ADRIÁN RECINOS.
JOSÉ FALLA.

Haiti:

AUGUSTE BONAMY.
RAOUL LIZAIRE.

Equador:

GONZALO ZALDUMBIDE.

Colombia:

ENRIQUE OLAYA HERRERA.
CARLOS ESCALLÓN.

Brasil:

S. Gurgel do Amaral.
A. G. de Araujo Jorge.

Panamá:

Ricardo J. Alfaro.
Carlos L. López.

Paraguay:

Eligio Ayala.

Nicaragua:

Máximo H. Zepeda.
Adrián Recinos.
J. Lisandro Medina.

Mexico:

Fernando González Roa.
Benito Flores.

Salvador:

Cayetano Ochoa.
David Rosales Junior.

Republica Dominicana:

Angel Morales.
Gustavo A. Diaz.

Cuba:

Orestes Ferrara.
Gustavo Gutiérrez Sánchez.

Estados Unidos da America:

Frank B. Kellogg.
Charles Evans Hughes.

Os quaes, depois de terem depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida fórma pela Conferencia, concordaram no seguinte:

Artigo 1

As altas Partes Contratantes obrigam-se a submetter a arbitramento todas as controversias de caracter internacional surgidas ou que surjam entre ellas, originadas de reclamação de um direito, formulada por uma contra outra, em virtude de

um tratado ou por outra causa, que se não tenha podido ajustar por via diplomatica e que, por sua natureza juridica, seja susceptivel de decisão mediante a applicação dos principios de direito.

Consideram-se incluidas entre as questões de ordem juridica:

a) a interpretação de um tratado;

b) qualquer ponto de direito internacional;

c) a existencia de um facto que, si fosse comprovado, constituiria a inobservancia de uma obrigação internacional;

d) a natureza e extensão da reparação devida pela inobservancia de uma obrigação internacional.

O disposto neste tratado não impedirá qualquer das Partes, antes de ir ao arbitramento, de recorrer aos methodos de investigação e de conciliação estabelecidos em convençõeãs que estejam vigentes entre elas.

Artigo 2

Ficam exceptuadas das estipulaões deste tratado as controversias seguintes:

a) as comprehendidas na jurisdicção domestica de qualquer das Partes em litigio e que não estejam reguladas pelo direito internacional; e

b) as que affectem os interesses ou se refiram á acção de um Estado que não seja Parte neste tratado.

Artigo 3

O arbitro ou tribunal que deve decidir a controversia será designado por accôrdo das Partes.

Na falta de accôrdo, proceder-se-á do modo seguinte:

Cada Parte nomeará dois arbitros, dos quaes só um poderá ser da sua nacionalidade ou escolhido entre os que a dita Parte tenha designado para membros do Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya, podendo o outro membro ser de qualquer outra nacionalidade americana. Estes arbitros, por sua vez, elegerão um quinto arbitro, o qual presidirá o tribunal.

Se os arbitros não puderem concordar na escolha de um quinto arbitro americano ou, em seu logar, de um que o não

seja, cada Parte designará um membro não americano do Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya, e esses dois assim designados elegerão o quinto arbitro, que poderá ser de qualquer nacionalidade, diversa da das Partes em littigio.

Artigo 4

As Partes litigantes formularão de commum accôrdo, em cada caso, um compromisso especial, que determinará claramente a materia em litigio, a séde do arbitro ou do tribunal, as regras que se observarão no processo e as demais condições em que as Partes concordaram.

Si não se tiver chegado a um accôrdo sobre o compromisso dentro de tres mezes, contados desde a data da installação do tribunal, o compromisso será formulado por este.

Artigo 5

No caso de fallecimento, renuncia ou incapacidade de um ou mais dos arbitros, preencher-se-á a vaga na mesma fórma adoptada para a nomeação original.

Artigo 6

Quando houver mais de dois Estados directamente interessados em uma mesma controversia e os interesses de dois ou mais delles forem semelhantes, o Estado ou os Estados que estejam do mesmo lado da questão poderão augmentar o numero de arbitros no tribunal, contanto que as Partes de cada lado da controversia nomeem sempre igual numero de arbitros. Além disto, escolher-se-á um arbitro presidente, que deverá ser nomeado conforme o disposto no paragrapho final do artigo 3º, considerando-se as Partes que estejam de um mesmo lado da controversia como uma só Parte para o effeito da referida designação.

Artigo 7

A sentença, devidamente proferida e notificada ás Partes, decide a controversia definitivamente e sem appellação.

As controversias que surjam sobre a sua interpretação ou execução serão submettidas ao juizo do arbitro ou tribunal que proferiu o laudo.

Artigo 8

As reservas feitas por uma das Altas Partes Contractantes terão o effeito de que as demais Partes Contractantes não se obrigam em relação á que fez as reservas, senão na mesma medida que as reservas determinam.

Artigo 9

O presente tratado será ratificado pelas Altas Partes Contractantes, de accôrdo com os seus preceitos constitucionaes.

O tratado original e os instrumentos de ratificação serão depositados no Ministerio de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos da America, o qual communicará as ratificações por via diplomatica aos demais Governos signatarios, começando o tratado a vigorar entre as Altas Partes Contractantes na ordem em que forem depositando as suas ratificações.

Este tratado vigorará indefinidamente, mas poderá ser denunciado mediante aviso dado com um anno de antecedencia, passado o qual cessará nos seus effeitos para o denunciante, continuando em vigor para os demais signatarios. A denuncia será dirigida ao Ministerio de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos da America, que a transmittirá aos demais Governos signatarios.

Os Estados americanos que não tenham assignado este tratado poderão a elle adherir, enviando o instrumento official em que se consigne esta adhesão ao Ministerio de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos da America, o qual a notificará ás outras Altas Partes Contratantes na fórma acima referida.

Em testemunho do que, os Plenipotenciarios acima nomeados assignam o presente tratado em portuguez, hespanhol, inglez e francez, e appõem nelle os seus respectivos sellos.

Dado na cidade de Washington, aos cinco dias do mez de janeiro do anno de mil novecentos e vinte e nove.

La Delegación de Venezuela subscribe el presente Tratado de Arbitraje con las siguientes reservas:

Primera — Quedan excluídos de esta Tratado los asuntos que, conforme a la Constitución o a las Leyes de Venezuela, corresponden a la jurisdicción de sus Tribunales; y, especialmente, los relativos a reclamaciones pecuniarias de extran-

jeros. En estos asuntos no procederá el arbitraje sino cuando habiéndose agotado por el reclamante los recursos legales, aparezca que ha habito denegación de justicia.

Segunda — Quedan igualmente excluídos los asuntos regidos por acuerdos internacionales en vigencia para esta fecha..

CARLO F. GRISANTE. FR. ARROYO PAREJO. [Selo]
[Selo]

Chile no acepta Arbitraje obligatorio para las cuestiones que tengan origen en situaciones e hechos anteriores al presente Tratado, ni lo accepta tampoco para aquellas cuestiones, que, siendo de la competencia exclusiva de la jurisdicción nacional, pretendan las partes interessadas sustraerlas del conocimiento de las autoridades judiciales estabelecidas, salvo que dichas autoridades se negasen a resolver sobre cualquiera acción o escepción que alguna persona natural o jurídica extranjera les presente en la forma estabelecida por las leyes del país.

MANUEL FOSTER. [Selo]
A. PLANET. [Selo]

La delegeación de Bolivia, de acuerdo con la dotrina y la politica invariablemente sostenidas por Bolivia en el Campo jurídico internacional, presta plena adhesión y suscribe el Tratado General de Arbitraje Iter-Americano que han de sancionar las Republicas de América, formulando las siguientes expresas reservas:

Primera — podrán exceptuarse de las estipulaciones del presente Convenio las cuestiones emergentes de hechos o de convenciones anteriores a la accesión del pacto indicado, asi como las que de conformidad con el Derecho Internacional corresponden a la competencia exclusiva del Estado .

Segunda — Queda igualmente entendido que para someterse al arbitraje una controversia o litigio territorial, debe préviamente determinarse en el compromiso la zona sobre que versará dicho arbitraje.

[Selo] E. DIEZ DE MEDINA.

Voto por la afirmativa el Tratado de Arbitraje, con la reserva formulada por la Delegación del Uruguay en la Quinta Conferencia Panamericana, propiciando el Arbitraje amplio;

y en la inteligencia de que solo procede el arbitraje en caso de denegación de justicia, cuando los tribunales nacionales tienen competencia, según su propria legislación.

[Selo] José Pedro Varela.

Reservas de Costa Rica:

a) Las obligaciones contraídas en este Tratado no anulan, abrogan ni restingen los convenios vigentes de arbitraje que existan ya entre Costa Rica y otra o otras de las altas partes contratantes y no implican arbitraje, desconocimiento o rediscusión de cuestiones que hayan sido ya resueltas por fallos arbitrales.

b) Las obligaciones contraídas en este Tratado no implican el arbitraje de sentencias dictadas por los Tribunales de Costa Rica en juicios civiles que les sean sometidos y respecto de los cuales las partes interesadas hayan reconocido la competencia de dichos Tribunales.

Manuel Castro Quesado [Selo]
José Tible Machado [Selo]
Hernán Velarde [Selo]
Victor M. Maúrtua [Selo]

La Delegación de Honduras, al firmar el presente Tratado, formula expressa reserva haciendo constar que sus disposiciones no serán aplicables a los asuntos e controversias internacionales pendientes ni a los que se promuevan en lo sucesivo sobre hechos anteriores a la fecha en que dicho Tratado entre en vigor. —

[Selo] Rómulo E. Durón
[Selo] M. López Ponce

La Delegación de Guatemala hace las siguientes reservas:

1. Para someter a arbitraje cualesquiera cuestiones relativas a los límites de la Nación, deberá preceder, en cada caso, la aprobación de la Asamblea Legislativa, de conformidad con la Constitución de la República.

2. Las disposiciones de la presente Convención no alteran ni modifican los convenios y tratados celebrados con anterioridad por la República de Guatemala.

[Selo] ADRIÁN RERINOS]
[Selo] JOSÉ FALLA
A. BONAMY [Selo]
RAOUL LIZAIRE [Selo]

———

La Delegación del Ecuador, siguiendo instrucciones de su Gobierno, reserva de la jurisdicción del arbitraje obligatorio convénido en el presente tratado:

1°. Las cuestiones actualmente regidas por convenios e tratados vigentes;

2°. Las que surgieren por causas anteriores o provinieren de hechos preexistentes a la firma de este tratado;

3°. Las reclamaciones pecuniarias de extranjeros que no hubiesen agotado previamente los tribunales de justicia del país, entendiendo que tal es el espiritu que informó y tal el alcance que el Gobierno ecuatoriano ha dado siempre a la Convencioón de Buenos Aires de 11 de agosto de 1910.

GONZALO ZALDUMBIDE [Selo]

———

La Delegación de Colombia suscribe la anterior Convención con las dos siguientes declaraciones o reservas:

Primera — Las obligaciones que por ella contraiga la República de Colombia se refieren a las diferencias que surgieren de hechos posteriores a la ratificación de la Convención; —

Segunda — A menos que se trate de un caso de denegación de justicia, el arbirtraje previsto en esta Convención no es aplicable a las cuestiones que se hayan originado o se originarem entre un ciudadano, una sociedad o una corporación de una de las Partes y el otro Estado contratante cuando los Jueces o Tribunales de este último Estado son, de acuerdo con su legislación, competentes para resolver la controversia.

[Selo] ENRIQUE OLAYA HERRERA
[Selo] C. ESCALLÓN
[Selo] S. GURGEL DO AMARAL
[Selo] A. ARAUJO JORGE
R. J. ALFARO [Selo]
CARLOS L. LÓPEZ [Selo]

Reserva de la Delegación del Paraguay:

Suscribo este tratado con la reserva de que el Paraguay excluye de sua aplicación las cuestiones que afectan directa o indirectamente la integridad del territorio nacional y no sean meramente de fronteras o de limites.

ELIGIO AYALA [Selo]
MÁXIMO H. ZEPEDA
ADRIÁN RECINOS [Selo]
J. LISANDRO MEDINA

Reserva Mexicana:

México hace la reserva de que las diferencias que caigan bajo la jurisdición de los tribunales no será objeto del procedimiento previsto por la Convención, sino por denegación de justicia, y hasta después que la sentencia dictada por la autoridad nacional competente haya pasado a la categoria de cosa juzgada.

[Selo] FERNANDO GONZALEZ ROA
BENITO FLORES

La Delegación de El Salvador a la Conferencia de Conciliación y Arbitraje reunida en Washington acepta y suscribe el Tratado General de Arbitraje Inter-Americano celebrado el dia de hoy por dicha Conferencia, con las reservas o restricciones siguientes:

1ª. Después de las palabras del inciso 1° del Art. 1° en que se dice: "*en virtud de un Tratado o por otra causa*" deben agregarse éstas: «posterior a la presente convención". Continúa el articulo sin otra variación.

2ª. El inciso A) del Art. 2° lo acepta la Delegación sin las palabras finales que dicen: "*y que no estén regidas por el Derecho Internacional*", las que deben tenerse como suprimidas.

3ª. No quedan comprendidas en este Tratado las controversias o diferencias sobre puntos e cuestiones que, según la Constitución Política de El Salvador, no deben somenterse al Arbitraje, y

4ª. Las reclamaciones pecuniarias contra la Nación serán decididas por sus jueces y tribunales por corresponder a ellos el conocimiento y sólo se recurrirá al Arbitraje Internacional en los casos previstos por la Constitución y leyes Salvadoreñas, esto es por denegación de justicia o retardo anormal en administrarla.

[Selo] David Rosales, hijo Cayetano Uchoa
[Selo]

La República Dominicana al suscribir el Tratado General de Arbitraje Inter-americano lo hace en la inteligencia de que las controversias relativas a cuestiones que son de la competencia de sus tribunales no serán deferidas a la jurisdicción arbitral sino de acuerdo con los principios del Derecho Internacional.

A. Morales [Selo]
G. A. Diaz [Selo]
Orestes Ferrara [Selo]
Gustavo Gutiérrez [Selo]
Frank B. Kellogg [Selo]
Charles Evans Hughes [Selo]

[TRADUCÇÃO DAS RESERVAS]

A delegação da Venezuelo assigna o presente tratado de arbitramento com as seguintes reservas:

Primeira — Ficam excluidos deste tratado os assumptos que, conforme a Constituição ou as leis da Venezuela, correspondam á jurisdicção dos seus tribunaes; e, especialmente os relativos a reclamações pecuniarias de estrangeiros. Nestes assumptos não procederá o arbitramento senão quando, tendo-se esgotado pelo reclamante os recursos legais, houver evidencia de denegação de justiça.

Segunda — Ficam igualmente excluidos os assumptos regidos por accôrdos internacionaes em vigor nesta data.

O Chile não aceita o arbitramento obrigatorio para as questões que tenham origem em situações ou factos anteriores ao presente tratado, nem aceita para as questões que, sendo da competencia exclusiva da jurisdicção nacional, pretendam as partes interessadas subtrahil-as ao conhecimento das autoridades judiciaes estabelecidas, salvo se as ditas autoridades

se negassem a resolver sobre qualquer acção ou excepção que alguma pessoa natural ou juridica estrangeira apresente na fórma estabelecida pelas leis do paiz.

A delegação da Bolivia, de acôrdo com a doutrina e politica invariavelmente mantida pela Bolivia no campo juridico internacional, presta plena adhesão e assigna o tratado geral de arbitramento interamericano, que hão de sanccionar as Republicas da America, formulando as seguintes expressas reservas:

Primeira — Poder-se-ão exceptuar das estipulações do convenio presente as questões emergentes de acontecimentos ou de convenções anteriores á acessão ao pacto indicado, assim como as que de conformidade com o direito internacional correspondem á competencia exclusiva do Estado.

Segunda — Fica igualmente entendido que, para submetter-se ao arbitramento uma controversia ou um littigio territorial, deve-se determinar previamente no compromisso a zona sobre a qual versará o dito arbitramento.

Voto a favor do tratado de arbitramento, com a reserva formulada pela delegação do Uruguay, na Quinta Conferencia Internacional Americana, advogando o arbitramento amplo: e na intelliigencia de que se terá recurso ao arbitramento só em caso de denegação de justiça, quando têm comptencia tribunaes nacionaes, segundo a sua propria legislação.

Reservas de Costa Rica:

a) As obrigações contrahidas neste tratado não anulam, revogam nem restringem os convenios vigentes de arbitramento que já existem entre Costa Rica e outra ou outras das Altas Partes Contractantes e não implicam arbitramento, desconhecimento ou nova discussão de questões que já tiverem sido resolvidas por laudos arbitraes.

b) As obrigações contrahidas neste tratado não implicam o arbitramento de sentenças passadas pelos tribunaes de Costa Rica em juizos civis, que lhes sejam submettidos e a respeito dos quaes as partes interessadas tenham reconhecido a competencia dos ditos tribunaes.

A delegação de Honduras, ao assignar o presente tratado, formula expressa reserva, fazendo constar que as suas disposições não serão applicaveis aos assumptos ou ás controversias internacionaes pendentes, nem aos que se promovam no futuro sobre acontecimentos anteriores á data em que o dito tratado entre em vigor.

A delegação da Guatemala faz as seguintes reservas:

1. Para submetter ao arbitramento quaesquer questões relativas aos limites da Nação, deverá preceder, em cada caso, a approvação da assembléa legislativa, de conformidade com a Constituição da Republica.

2. As disposições da presente convenção não alteram nem modificam os convenios e tratados anteriormente celebrados pela Republica da Guatemala.

A delegação do Equador, seguindo instrucções do seu Governo, exclue da jurisdicção do arbitramento obrigatorio, accordado no presente tratado:

1. As questões actualmente regidas por convenios ou tratados vigentes;

2. As que surgirem por causas anteriores ou resultem de acontecimentos antecedentes á assignatura deste tratado;

3. As reclamações pecuniarias de estrangeiros que não tivessem esgotado previamente o recurso aos tribunaes de justiça, entendendo-se que tal é o espirito que dominou e tal o alcance que o Governo equatoriano sempre deu á cnnvenção de Buenos Aires de 11 de agosto de 1910.

A delegação da Colombia assigna a convenção acima com as duas seguintes declarações ou reservas:

Primeira — As obrigações que forem contrahidas pela Republica da Columbia, em virtude da presente convenção, referem-se ás controversias que surgirem de acontecimentos posteriores á ratificação da convenção;

Segunda — A não ser que se trate de um caso de denegação de justiça, o arbitramento previsto nesta convenção não é applicavel ás questões que se tiverem originado ou se originem entre um cidadão, uma sociedade ou uma corporação de uma das Partes e o outro Estado contractante quando os juizes ou tribunaes deste ultimo Estado são, de accôrdo com a sua legislação, competentes para resolver a controversia.

Reserva da Delegação do Paraguay:

Assigno este tratado com a reserva de que o Paraguay exclue da sua applicação as questões que attinjam directa ou indirectamente a integridade do territorio nacional e que não sejam meramente de fronteiras ou de limites.

Reserva Mexicana:

O Mexico faz a reserva de que as controversias que caiam sob a jurisdicção dos tribunaes não serão objecto do procedimento previsto pela Convenção, sinão por denegação

de justiça, e até depois que a sentença pronunciada pela autoridade nacional competente tenha passado á categoria de cousa julgada.

A delegação do Salvador á conferencia de conciliação e de arbitramento, reunida em Washington, aceita e assigna o Tratado Geral de Arbitramento Interamericano, celebrado no dia de hoje pela dita conferencia, com as reservas ou restricções seguintes:

1. Depois das palavras do paragrapho 1° do artigo 1°, em que se diz: "Em virtude de um Tratado ou por outra causa" devem juntar-se as seguintes: "Posterior á convenção presente". Continúa o artigo sem outra variação.

2. O paragrapho (*a*) do artigo 2 é aceito pela Delegação sem as palavras finaes, que dizem: "e que não estejam regidas pelo Direito Internacional", as quaes devem considerar-se supprimidas.

3. Não ficam comprehendidas neste tratado as controversias ou differença sobre pontos ou questões que, segundo a constituição politica do Salvador, não se devem submetter ao arbitramento, e

4. As reclamações pecuniarias contra a Nação serão decididas pelos seus juizes e tribunaes, por corresponder-lhes o conhecimento, e só se recorrerá ao Arbitramento Internacional nos casos previstos pela Constituição e leis salvadorenhas, isto é, por denegação de justiça ou retardamento anormal em administral-a.

Ao assignar o Tratado Geral de Arbitramento Inter-americano, a Republica Dominicana declara que o faz na intelligencia de que as controversias relativas a questões que são da competencia dos seus tribunaes não serão deferidas á jurisdicção arbitral, sinão, nos casos de denegação de justiça, de accôrdo com os principios do Direito Internacional.

E, declarando approvado o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso, para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dado no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos quinze de dezembro de mil novecentos e trinta e um, 110ª da Independencia e 43° da Republica.

DECRETO N. 21.161 — DE 15 DE MARÇO DE 1932

Fixa os vencimentos dos consules de terceira classe e dá outras providencias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Art. 1°. Ficam fixados em dez contos e oitocentos mil réis (10:800$000), papel, annuaes, os vencimentos dos consules de terceira classe, modificada, nessa parte, a ultima alinea da tabella do art. 9° do decreto n. 19.592, de 15 de janeiro de 1931.

Art. 2°. Fica reduzida de vinte e um contos e seiscentos mil réis (21:600$000), papel, a sub-consignação 1ª da consignação "Pessoal" da verba 3ª do art. 2° do decreto n. 21.059, de 18 de fevereiro de 1932.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1932, 111° da Independencia e 43° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.169 — DE 16 DE MARÇO DE 1932

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 99:000$000, papel, e dá outras providencias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe foi exposto pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, decreta:

Art. 1°. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores e distribuido ao Thesouro Nacional o credito supplementar de noventa e nove contos de réis (99:000$000), papel, á verba 3ª, consignação "Pessoal", sub-consignação n. 1, do art. 2° do decreto n. 21.059, de 18 de fevereiro de 1932.

Art. 2°. Ficam extinctos oito logares de auxiliares de consulado e reduzida a vinte e dois contos e quinhentos mil réis (22:500$000), ouro, a sub-consignação n. 3 da consi-

gnação "Pessoal" da mesma verba 3ª do art. 2° do decreto n. 21.059, de 18 de fevereiro de 1932.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.170 — DE 17 DE MARÇO DE 1932

Revoga o § 1° do decreto n. 20.199, de 10 de julho de 1931, permittindo accumulação de pensões de montepio, e outras, com os proventos de funcção publica

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, resolve revogar no art. 1° do decreto n. 20.199, de 10 de julho de 1931, o dispositivo seguinte: § 1°. Os funccionarios que tenham direito a receber pensão cumulativamente com a sua remuneração, na conformidade do dispositivo supra, deverão, dentro de 15 dias da publicação deste decreto, declarar, ás repartições de contabilidade respectivas, as importancias de uma e de outra, afim de calcular-se a dedução a fazer, sob pena de perda definitiva da pensão".

Rio de Janeiro, 17 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Fernandes Leite de Castro.

José Americo de Almeida.

Francisco Campos.

Protogenes Guimarães.

Oswaldo Aranha.

Afranio de Mello Franco.

Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura na ausencia do ministro.

DECRETO N. 21.172 — DE 17 DE MARÇO DE 1932 (*)

Regulamenta o decreto n. 20.989, de 21 de janeiro de 1932

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição contida no art. 1° do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, resolve approvar o regulamento que a este acompanha e vae assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
Afranio de Mello Franco.

Regulamento a que se refere o decreto n. 21.172, de 17 de março de 1932

Art. 1°. Os saldos do Fundo Especial creado pelo art. 6° do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1931, além da applicação que lhes prescreveu o mesmo decreto, poderão ser empregados pelo Ministro do Trabalho, Industria e Commercio na abertura e conservação de estradas de rodagem e em outros trabalho de interesse publico em que se empreguem, principalmente, trabalhadores nacionaes.

Art. 2°. Os serviços a que se refere o art. 1° poderão ser executados directamente pelo Departamento Nacional do Povoamento, do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, ou pelos Governos dos Estados, com auxilio e assistencia do mesmo Ministerio.

Art. 3°. A localização de trabalhadores deve obedecer ás disposições dos arts. 6° e 7° do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930.

Art. 4°. Os Estados que desejarem obter o auxilio de que trata o paragrapho unico do art. 2° do decreto n. 29.989,

(*) Decreto n. 21.172, de 17 de março de 1932 — Retificação publicada no *Diario Official* de 22 de março de 1932:

"Art. 17. As duvidas ou omissões que se verificrem na applicação deste regulamento, serão resolvidas pelo ministro do Trabalho, Industria, e Commercio, que baixará, quando julgar conveniente, as instrucções necessarias á sua perfeita execução".

de 21 de janeiro de 1932, para a execução dos serviços mencionados no referido artigo, deverão solicital-o ao Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, de accôrdo com as prescripções deste regulamento, com o compromisso de acceitarem a assistencia e fiscalização do Governo Federal na organização e direcção dos mesmos serviços.

Art. 5°. A concessão dos auxilios de que trata o artigo antecedente, para a fundação de nucleos coloniaes ou centros agricolas por iniciativa dos Estados, depende preliminarmente do cumprimento das seguintes exigencias:

a) escolha da localidade em que se vai fundar o nucleo ou centro, estudadas as suas condições quanto á salubridade, abundancia dagua potavel, natureza das terras, cultura que lhes possa convir, segurança, facilidade de communicações com mercados de consumo, e outros requisitos economicos;

b) approvação pelo Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio do plano da fundação que se projeta, acompanhado de planta ou, pelo menos, de um *croquis* em que se determine a situação das terras que devem ser aproveitadas e sua divisão em lotes, e bem assim do orçamento dos trabalhos preparatorios e definitivos.

Paragrapho unico. Tanto a escolha das localidades em que se tenham de fundar centros agricolas ou nucleos coloniaes, como a approvação de sua creação, plantas e orçamentos respectivos, serão precedidas do exame e parecer do Departamento Nacional do Povoamento, a quem cabe propor as modificações que lhe parecerem convenientes e exigidas pelos regulamentos em vigor.

Art. 6°. O preço dos lotes, tanto nos centros agricolas como em nucleos coloniaes, estabelecido pelos arts. 40 e 91 dos respectivos regulamentos, decreto n. 9.081, de 3 de novembro, e 9.214, de 15 de dezembro de 1911, será prefixado pelo Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, por proposta da Directoria do Departamento Nacional do Povoamento, conforme as condições locaes em que se encontrarem os centros ou nucleo e o valor da propriedade immobiliaria na occasião da venda.

Paragrapho unico. Quando a fundação do nucleo colonial ou centro agricola for de iniciativa do Estado, com auxilio da União, cabe ao governo estadoal arbitrar o preço dos lotes, obedecendo, comtudo, ás mesmas condições indicadas neste

artigo, com audiencia do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 7°. A área total de cada nucleo ou centro agricola, aproveitavel para a subdivisão em lotes ruraes e urbanos, não deverá ser inferior a dois mil e quinhentos (2.500) hectares, sendo as areas minimas e maximas dos respectivos lotes prefixadas pelo Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, de accôrdo com as condições locaes.

Art. 8°. Os auxilios que, de accôrdo com o decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, se podem conceder aos trabalhadores que se localizarem em centros agricolas ou nucleos coloniaes de que trata este regulamento, são:

a) alimentação gratuita, durante os tres primeiros dias da chegada ao nucleo ou centro;

b) trabalhos e salarios, ou empreitada, em obras ou serviços do centro ou nucleo, fazendo-se a distribuição dos serviços, de sorte que a cada adulto de uma familia correspondam, pouco mais ou menos, a juizo da administração, quinze dias de trabalho por mez;

c) medicamentos e dieta gratuitamente, em caso de molestia, durante o primeiro anno, a contar do dia em que o colono chegar ao centro ou ao nucleo;

d) assistencia medica gratuita, emquanto o nucleo ou centro não for emancipado;

e) plantas, sementes e as seguintes ferramentas de trabalho: pá, enxada, alvião, machado e foice;

f) transporte gratuito em estradas de ferro e companhias de navegação, até á ultima estação ou porto de destino;

g) transporte da estação da via ferrea, porto maritimo ou fluvial, até á séde do nucleo ou centro,

h) fornecimento, por emprestimo, de instrumentos e machinas agricolas para serem utilizadas durante os primeiros seis mezes.

Art. 9°. Quando os auxilios a que allude o art. 2° deste regulamento tiverem de ser applicados pelos Estados em trabalhos de abertura de estradas de rodagem, deverão os pretendentes apresentar ao Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio uma descripção do traçado, indicando os pontos inicial e terminal da estrada, cidades e povoações atravessadas, culturas dos terrenos marginaes, etc., acompanhada dos seguintes documentos:

a) planta geral da estrada, na escala de 1:4.000;

b) perfil longitudinal, na escala de 1:400;

c) perfil transversal, typo da estrada, indicando a constituição do terreno;

d) tipo de obras de arte, perfil longitudinal e transversal.

Art. 10. As estradas de rodagem deverão satisfazer as seguintes condições technicas:

a) as curvas terão o raio minimo de 30 metros, podendo ser reduzido a 20 metros nas regiões montanhosas em que a adopção de maiores raios torne dispendiosa a construcção da estrada;

b) as rampas maximas serão de 6% podendo, excepcionalmente, ser elevada a 8%;

c) a plataforma da estrada deverá ser, no minimo, de seis metros aproveitaveis, podendo, todavia, nos terrenos montanhosos, ser reduzida a cinco metros;

d) as obras de arte poderão ter largura inferior á plataforma da estrada, contanto que os aterros nas proximidades sejam alargados, afim de permittirem o cruzamento de vehiculos;

e) entre as rampas e contra-rampas deverá existir um patamar de extensão minima de vinte metros;

f) as calhas e outros obstaculos á perfeita continuidade do perfil longitudinal devem ser supprimidas;

g) a consolidação da estrada deverá ser feita pelos processos technicos usuaes, nos trechos em que isso for necessario;

h) o leito deverá ser perfeitamente drenado com valetas lateraes e de contorno boeiros e demais obras de arte necessarias.

Art. 11. Todas as despesas e indemnizações, motivadas pela construcção, conservação, trafego e reparação da estrada que for auxiliada pelo Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, correrão, exclusivamente, por conta dos Estados interessados.

Art. 12. Quando os auxilios a que allude o art. 2º tiverem de ser applicados pelos Estados na conservação das estradas de rodagem existentes e em outros trabalhos de interesse publico, a juizo do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, deverão os respectivos governos apresentar o plano e orçamento da obra ou serviço projectado, com as especificações necessarias, acompanhadas do respectivo orçamento.

Art. 13. Aos Estados que já tiverem obtido auxilio do Ministerio do Trabalho, Industria e Commedcio para fundação de nucleos coloniaes ou centros agricolas, ou realização de trabalhos publicos em que se tenham empregado trabalhadores nacionaes em virtude do que dispõem os decretos numeros 19.482, de 12 de dezembro de 1930 e 19.687, de 11 de fevereiro de 1931, poderá o referido ministro conceder novos auxilios, na forma prescripta por este regulamento, depois de conhecida, por inspecção do Departamento Nacional do Povoamento, a situação em que se encontram os serviços iniciados.

Paragrapho unico. A concessão dos novos auxilios só se verificará, entretanto, si houverem sido prestadas, nos termos da legislação vigente, as contas das quantias anteriormente recebidas.

Art. 14. A execução de serviços referentes á localização de trabalhadores poderá ser confiada, a juizo do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, a instituições particulares ou religiosas, as quaes ficarão incumbidas de dirigil-os sob a assistencia e fiscalização do Departamento Nacional do Povoamento.

Paragrapho unico. A incumbencia de que trata este artigo só poderá ser commettida a instituições particulares ou religiosas, mediante requisição destas e após terem provado sua idoneidade e satisfeito as exigencias regulamentares quanto á posse legitima e prestabilidade das terras em apreço para a fundação de centros agricolas ou nucleos coloniaes de accôrdo com os decretos ns. 9.214, de 15 de dezembro, e 9.081, de 3 de novembro de 1911.

Art. 15. A's instituições que, na forma do paragrapho unico do artigo anterior, forem confiados serviços de localização de trabalhadores, far-se-ão, de conformidade com a legislação vigente, adiantamentos das quantias necessarias á organização e custeio dos mesmos serviços, ficando dependente a concessão dos adiantamentos que se seguirem ao primeiro de previa informação do Departamento Nacional do Povoamento e prestação de contas das quantias recebidas.

Paragrapho unico. A instituição particular ou religiosa que acceitar o encargo da execução dos serviços anteriormente mencionados contrae, em tudo quanto se refere aos mesmos serviços, dependencia directa e immediata com o Departamento

Nacional do Povoamento, por intermedio do qual se devem realizar os seus entendimentos ou relações officiaes decorrentes do encargo recebido.

Art. 16. Os auxilios de que trata o art. 2° do decreto n. 20.989, de 21 de janeiro de 1932, serão concedidos aos Estados, de accôrdo com as disposições deste regulamento, por meio de adiantamento das quantias arbitradas pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, e destinadas á applicação previamente determinada.

§ 1°. Os adiantamentos parciaes que tiverem de ser autorizados por conta do auxilio concedido pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio serão effectuados mediante requisições formuladas pela parte interessada, e parecer do Departamento Nacional do Povoamento, com inteira observancia das disposições do Codigo de Contabilidade Publica.

§ 2°. Nenhum adiantamento poderá ser solicitado por conta do auxilio concedido pelo Ministerio sem comprovação previa do adiantamento anteriormente recebido e sem que tenha havido, por parte do Departamento Nacional do Povoamento, a verificação de terem sido observadas todas as exigencias do presente regulamento.

§ 3°. A comprovação das despesas effectuadas por conta dos adiantamentos a que se refere este regulamento será enviada ao Departamento Nacional do Povoamento e por este á Contabilidade do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, nos prazos regulamentares, para ser, depois de convenientemente examinada, remettida ao Tribunal de Contas.

§ 4°. Todos os documentos comprobatorios de despesas serão apresentados em tres vias, e devem vir acompanhados do respectivo balancete e de uma memoria justificativa dos trabalhos realizados.

Art. 17. As duvidas ou omissões que se verificarem na applicação deste regulamento serão resolvidas pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, que baixará, quando julgar conveniente, as instrucções necessarias á perfeita execução deste regulamento.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1932. — *Afranio de Mello Franco.*

DECRETO N. 21.187 — DE 22 MARÇO DE 1932

Promulga o Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, firmado em Genebra a 24 de Setembro de 1923

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Tendo approvado o Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, assignado em Genebra a 24 de setembro de 1923, na Quarta Assembléa da Liga das Nações; e havendo-se effectuado o deposito do instrumento brasileiro de ractificação do dito Protocollo nos archivos do Secretariado da Liga das Nações, a 5 de fevereiro ultimo;

Decreta que o referido Protocollo, appenso por copia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 22 de Março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

Getulio Dornelles Vargas, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que, entre os Estados Unidos do Brasil e varios outros paizes representados na Quarta Assembléa da Liga das Nações, foi concluido e assignado, pelos seus respectivos plenipotenciarios, aos 24 de Setembro de 1923, em Genebra, o Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, do teor seguinte:

(Traducção official)

Protocollo relativo a clausulas de arbitragem

Os abaixo assignados, devidamente autorizados, declararam acceitar, em nome dos paizes que representam, as disposições seguintes:

1 — Cada um dos Estados contractantes reconhece a validade, entre partes submettidas respectivamente á jurisdicção de Estados contractantes differentes, de compromissos

ou da clausula compromissoria pela qual as partes num contracto se obrigam, em materia commercial ou em qualquer outra susceptivel de ser resolvida por meio de arbitragem por compromisso, a submetter, no todo ou em parte, as divergencias, que possam resultar de tal contracto, a uma arbitragem, ainda que esta arbitragem deva verificar-se num paiz differente daquella a cuja jurisdicção está sujeita qualquer das partes no contracto.

Cada Estado contractante se reserva a liberdade de limitar a obrigação acima mencionada aos contractos considerados como commerciaes pela sua legislação nacional. O Estado contractante, que usar desta faculdade, avisará o Secretario Geral da Sociedade das Nações, afim de que os outros Estados contractantes sejam disso informados.

2 — O processo da arbitragem, incluindo-se a constituição do tribunal arbitral, será regulado pela vontade das partes e pela lei do paiz em cujo territorio a arbitragem se effectuar.

Os Estados contractantes compromettem-se a facilitar os actos processuaes, que seja necessario realizar nos seus territorios, de accôrdo com as disposições que regem, nas suas legislações respectivas, o processo de arbitragem por compromisso.

3 — Cada Estado contractante se compromette a garantir a execução, pelas suas autoridades e de conformidade com as disposições da sua legislação nacional, das sentenças arbitraes proferidas no seu territorio, em virtude dos artigos precedentes.

4 — Os tribunaes dos Estados contractantes, dos quaes esteja pendente um litigio relativo a um contracto concluido entre pessoas previstas no artigo 1° e que encerre um compromisso ou uma clausula compromissoria valida em virtude do dito artigo e susceptivel de ser executada, remetterão os interessados, a pedido de um delles, ao julgamento dos arbitros.

Essa transferencia não prejudicará a competencia dos tribunaes, no caso de, por qualquer motivo, o compromisso, a clausula compromissoria ou a arbitragem haverem caducado ou deixado de produzir effeito.

5 — O presente Protocollo, que ficará aberto á assignatura de todos os Estados, será ractificado. As ractificações

serão depositadas, logo que fôr possivel, em mãos do Secretario Geral da Liga das Nações, que notificará esse deposito a todos os Estados signatarios.

6 — O presente Protocollo entrará em vigor logo que forem depositadas duas ractificações. Posteriormente, este Protocollo entrará em vigor, para cada Estado contractante, um mez depois da notificação, pelo Secretario Geral da Liga, do deposito da sua ractificação.

7 — O presente Protocollo poderá ser denunciado por qualquer Estado contractante mediante aviso prévio de um anno. A denuncia effectuar-se-á por notificação dirigida ao Secretario Geral da Liga das Nações, que transmittirá immediatamente a todos os outros Estados signatarios copias dessa notificação, indicando a data do recebimento. A denuncia surtirá effeito um anno depois da data da notificação ao Secretario Geral e será apenas valida para o Estado contractante que a tiver notificado.

8 — Os Estados contractantes poderão declarar que a acceitação do presente Protocollo não é extensiva a todos ou a alguns dos territorios a seguir mencionados: colonias, possessões ou territorios ultramarinos, protectorados ou territorios sobre os quaes exercem um mandato.

Esses Estados poderão, posteriormente, adherir em separado ao Protocollo, por qualquer dos territorios assim excluidos. As adhesões serão communicadas, logo que fôr possivel, ao Secretario Geral da Liga das Nações, que as notificará a todos os Estados signatarios. Ellas produzirão effeito um mez após a notificação pelo Secretario Geral a todos os Estados signatarios.

Os Estados contractantes poderão igualmente denunciar o Protocollo, em separado, por qualquer dos territorios acima mencionados. A esta denuncia é applicavel o artigo 7°.

Será transmittida, pelo Secretario Geral, a todos os Estados contractantes, uma copia authenticada do presente Protocollo.

Feito em Genebra, aos vinte e quatro dias de Setembro de mil novecentos e vinte e tres, num só exemplar, cujos textos inglez e francez farão igualmente fé, e que ficará depositado nos archivos da Liga das Nações.

De accôrdo com o segundo paragrapho do artigo 1°, a Belgica reserva-se a liberdade de limitar, aos contractos considerados como commerciaes pela sua legislação nacional, a obrigação prevista no primeiro paragrapho do artigo 1°.

PAUL HYMANS

1° Delegado da Belgica.

V. SIDZIKAUKAS

1° Delegado da Lithuania.

A. NICHALAKOPOULOS

Delegado da Grecia

(com a reserva do artigo 1°).

ROBERT CECIL

1° Delegado do Imperio Britanico.

Declaro que a minha assignatura se applica sómente á Gran-Bretanha e Irlanda do Norte e por consequencia não inclue nenhuma das colonias, possessões ultramarinas ou protectorados sob a soberania ou autoridade de Sua Magestade Britannica, nem nenhum dos territorios sobre os quaes Sua Magestade Britannica exerce um mandato.

AFRANIO DE MELLO FRANCO

Delegado do Brasil.

JUAN J. AMEZAGA

B. FERNANDEZ Y MEDINA

Pelo Uruguay.

Fazendo applicação da alinea 2 do artigo 1° da Convenção, o Governo francez reserva-se a liberdade de limitar a obrigação prevista no dito artigo aos contractos declarados commerciaes pela sua legislação nacional.

Em virtude do artigo 8° da presente Convenção, o Governo francez declara que a sua acceitação do presente protocollo não se estende ás colonias, possessões ou territorios ultramarinos, nem aos protectorados ou territorios sobre os quaes a França exerce um mandato.

G. HANOTAUX

R. A. AMADOR.

Delegado do Panamá.

GARBASSO

Pela Italia.

O Principado de Monaco reserva-se a liberdade de limitar a sua obrigação aos contractos declarados commerciaes pela sua legislação nacional.

Pelo Principado de Monaco,

29 de Março de 1924

R. ELLES-PRIVAT

GOTTEFRIED ASCHMANN

Pela Allamanha.

Em nome do Governo Real rumeno, assigno a presente Convenção com a reserva de que o Governo Real poderá, em todas as circumstancias, limitar a obrigação prevista no artigo 1°, alinea 2ª, aos contractos declarados commerciaes pela sua legislação nacional.

N. P. COMNENE

Pela Rumania.

Em virtude do artigo 8° do presente Protocollo, o Governo japonez declara que a sua acceitação do presente Protocollo não se estende aos seus territorios a seguir mencionados: Chosen, Taiwan, Karafuto, o territorio de arrendamento de Kwantung, os territorios sobre os quaes o Japão exerce um mandato.

K. ISHII

Pelo Japão.

Fazendo applicação da alinea 2 do artigo 1° do presente Protocollo, o Governo de Sua Magestade o Rei de Hespanha reserva-se a liberdade de limitar a obrigação prevista no dito artigo aos contractos considerados como commerciaes pela sua legislação nacional.

Em virtude do artigo 8° do Protocollo, o Governo de Sua Magestade o Rei de Hespanha declara que a sua acceitação do

presente Protocollo não se estende ás possessões hespanholas de Africa nem aos territorios do Protectorado hespanhol de Marrocos.

30 de Agosto de 1924,

J. QUIÑONES DE LEÓN.

O Governo dos Paizes Baixos reserva-se a liberdade de limitar a obrigação mencionada no 1° paragrapho do artigo 1° aos contractos considerados como commerciaes pela legislação hollandeza.

Declara, além disso, que o reconhecimento, em principio, da validade das clausulas de arbitragem não prejudica por forma alguma as disposições restrictivas existentes actualmente na legislação hollandeza, nem o direito de introduzir outras, de futuro.

Paizes-Baixos

Pelo Reino na Europa

W. DOUDE VAN TROOSTWIJK.

HEIKKI RENVALL.

Pela Finlandia.

Assignado o Protocollo, feito em Genebra, a 24 de Setembro de 1923, relativo ás clausulas de arbitragem, o abaixo assignado, representante do Governo dinamarquez junto do Secretariado da Liga das Nações, declara, relativamente ao artigo 3°, o seguinte: segundo o direito dinamarquez, as sentenças arbitraes proferidas por um tribunal de arbitragem não são immediatamente exequiveis, mas é necessario, em cada caso, para as tornar taes, recorrer aos tribunaes ordinarios. No recurso do processo perante esses tribunaes a sentença arbitral será, comtudo, admittida, geralmente, sem exame ulterior, como base do julgamento definitivo da questão. Sujeito a ratificação.

Genebra, 30 de Maio de 1924,

Pela Dinamarca

A. OLDENBURG.

Pela Noruega

5 de Agosto de 1924,

CHR. L. LANCE.

Pela Confederação Suissa

10 de Setembro de 1924,

MOTTA.

Fazendo applicação da alinea 2 do artigo 1° do presente Protocollo, o Governo letão reserva-se a liberdade de limitar a obrigação prevista no dito artigo aos contractos declarados commerciaes pela sua legislação nacional.

Pela Lethonia

12 de Setembro de 1924

L. SEJA

Pelo Salvador

13 de Setembro de 1924

J. GUSTAVO GUERREIRO.

Pelo Chile

16 de Setembro de 1924

ARMANDO QUEZADA A. E. VILLEGAS.

Paizes-Baixos. Pelos tres territorios ultramarinos, Indias neerlandezas, Surimam e Curaçau. O Governo neerlandez reserva-se a liberdade de limitar a obrigação mencionada no 1° paragrapho do artigo 1° aos contractos considerados como commerciaes pela legislação neerlandeza. Declara, além disso, que o reconhecimento, em principio, da validade das clausulas de arbitragem não prejudica por qualquer forma as disposições restrictivas existentes nas legislações desses territorios, nem o direito de introduzir outras, de futuro.

W. DOUDE VAN TROOSTWIJK.

20 de Setembro de 1924.

Pelo Paraguay

Genebra, 29 de Setembro de 1924

R. V. CABALLERO.

Pela Austria

Genebra, 24 de Novembro de 1924

E. PFLUGL.

Protocole relatif aux clauses d'arbitrage

Les soussignés, dûment autorisés, déclarent accepter au nom des pays qu'ils représentent, les dispositions suivantes:

1. Chacun des Etats contractants reconnait la validité, entre parties soumises respectivement à la jurisdiction d'Etats contractants différents, du compromis ainsi que de la clause compromissoire par laquelle les parties à un contrat s'obligent, en matière commerciale ou en tout autre matière susceptible d'être réglée par voie d'arbitrage par compromis, à soumettre en tout ou partie les différends qui peuvent surgir dudit contrat, à un arbitrage, même si ledit arbitrage doit avoir lieu dans un pays autre que celui à la juridiction duquel est soumise chacune des parties au contrat.

Chaque Etat contractant se réserve la liberté de restreindre lengagemente visé ci-dessus aux contrats qui sont considérés comme commerciaux par son droit national. L'Etat contractant qui fera usage de cette faculté en avisera le secrétaire général de la Societé des Nations aux fins de communication aux autres Etats contractants.

2. La procédure de l'arbitrage, y compris la constitution du tribunal arbitral, est réglée par la volonté des parties et par la loi du pays sur le territoite duquel l'arbitrage a lieu.

Les Etats contractants s'engagent, à faciliter les actes de procédure qui doivent intervenir sur leus territoire, conformément aux dispositions réglant, daprès leur législation, la procédure d'arbitrage par compromis.

3. Teut Etat contractant s'engage à assurer l'execution, par ses autorités et conformément aux dispositions de sa loi nationale, des sentences arbitrales rendues sur son territoire en vertu des articles précédents.

4. Les tribunax des Etats contractants, saisis d'un litige relatif à un contrat conclu entre personnes visées à l'article premier et comportant un comprimis ou une clause compromissoire valable en vertu dudit article et susceptible d'être mis en aplication, renverront les interessés, à la demande de l'un deux, au jugement des arbitres.

Ce renvoi ne préjudicie pas à la compétence des tribunaux au cas, où pour un motif quelconque, le compromis, la clause compromissoire ou l'arbitrage sont devenus caducs ou inopérants.

5. Le présent Protocole, qui restera ouvert à la signature de tous les Etats, sera ratifié. Les ratifications seront déposées aussiotôt que possible auprès du Secrétaire général de la Société des Nationes, qui en notifiera le dépôt à tous les Etats signataires.

6. Le présent Protocole entrera en vigueur aussitot que deux ratifications auront été déposées. Ultérieurement, ce Protocole entrera en viguer, pour chaque Etat contractant, un mois après la notification, par le Secrétaire général de la Société, du depôt de sa ratification.

7. Le présent Protocole pourra être dénoncé par tout Etat contractant moyennant préavis d'un an. La dénonciation sera effectuée par une notification adressée au Secrétaire général de la Soété des Nations. Celui-ci transmettra immédiatement à tous les autres Etats signataires des exemplaires de cette notification, en indiquant la date de réception. La dénonciation prendra effet un an après la date de notification au Secrétaire général. Elle ne sera valable que pour l'Etat contractant qui l'aura notifiée.

8. Les Etats contractants seront libres de déclarer que leur acceptation du présent Protocole ne s'étend pas à l'ensemble ou à une partie des territoires ci-après mentionnées, a savoir: colonies, possessions ou territoires d'outre-mer, protectorats ou territoires sur lesquels ils exercent un mandat. Ces Etats pourront, par la suite, adhérer au Protocole séparément, pour l'un quelconque des territoires ainsi exclus. Les adhésions seront communiquées aussitôt que possible au Secrétaire général de la Société des Nations, qui les notifiera à tout les Etats signataires et elles prendont effect un mois après leur notification par le Secrétaire général à tous les Etats signataires.

Les Etats contractants pourront également dénoncer le Protocole séparément pour l'un quelconque des territoires visés ci-desus. L'article 7 est applicable à cette dénonciation.

Une copie certifiée conforme du présent Protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Etats contractants.

Fait à Genève, le vingt-quatrième jour de septembre, mil neuf cent vingt-trois en un seul exemplaire, dont les textes anglais et français feront également foi, et qui restera déposé dans les archives de la Societé des Nations.

Conformêments au second paragraphe de l'article premier, la Belgique se réserve la liberté de restreindre aux contrats qui sont considérés comme commerciaux par son droit national, l'engagement visé au premier paragraphe de l'article premier.

PAUL HYMANS

1er déléguê de la Belgique

V. SIDZIKAUSKAS

1er déléguê de la Lithuanie.

A. MICHALAKOPOULOS

Déléguê de la Grèce

(avec la reserve de l'art. 1er).

ROBERT CECIL

first delegate of the Bristish Empire.

I declare that my signature applies only to Great Britain & Northern Ireland & consequently does not include any of the colonies overseas possessions or protectorates under His Britannic Majesty's sovereignty or authority or any territory in respect of which His Majesty's Govt, exercises a mandate.

AFRANIO DE MELLO FRANCO

Déléguê du Brésil.

JAUN J. AMEZAGA

B. FERNANDEZ Y MEDINA

(Uruguay)

Par application de l'alinéa 2 de l'article 1er de la présente Convention, le Gouvernement français se réserve la liberté de restreindre l'engagement prévu au dit article aux contrats qui sont déclarés commerciaux pa rson droit national.

En vertu de l'article 8 de la présente Convention, le Gouvernement français déclare que son acceptation du présent

Protocole ne s'étend pas aux Colonies, possessions ou territoires d'outre-mer, non plus qu'aux protectorats ou territoires sur lesquels la France exerce un mandat.

G. HANOTAUX.

R. A. AMADOR.

(*Délégué de Panama.*)

GARBASSO.

(pour l'Italie).

La principauté de Monaco se réserve la liberté de restreindre son engagement aux contrats qui sont déclarés commerciaux par son droit national.

Pour la Principauté de Monaco,

le 29. III. 24.

R. ELLES-PRIVAT.

GOTTFRIED ASCHMANN.

(pour l'Allemagne).

Au nom du Governement Royal roumain, je signe la présente Conventoin avec la réserve que le Gouvernement Royal pourra en toute occurrence restreindre l'engagement prévu à l'art. 1er, alinea II, aux contrats qui sont déclarés commerciaux par son droit national.

N. P. COMNÈNE.

(pour la Roumanie).

En vertu de l'article 8 du présent protocole, le Gouvernement japonais déclare que son acceptation du présent protocole ne s'étend pas à ses territoires ci-après mentionnés: — Chosen, Taiwan, Karafuto, le territoire de bail de Kwantung, les territoires sur lesquels le Japon exerce son mandat.

K. ISHII.

(pour le Japon).

Par application de l'alinea deux de l'article premier du présent protocole, le Gouvernement de Sa Majesté le Roi d'Espagne se réserve la liberté de restreindre l'engagement prévu au dit article aux contrats qui seraient considérés comme commerciaux par son droit national.

En vertu de l'article huit du Protocole, le Gouvernement de Sa Majesté le Roi d'Espagne déclare que son acceptation

du présent Protocole ne s'étend pas aux possessions espagnoles en Afrique ni aux territoires du Protectorat Espagnol au Maroc.

30-août-1924.

J. QUIÑONES DE LEÓN.

Le Gouvernement des Pays-Bas se réserve la liberté de restreindre l'engagement visé au premier paragraphe de l'article premier aux contrats qui sont considérés comme commerciaux par le droit néerlandais.

En outre il déclare son point de vue que la reconnaissance en principe de validité des clauses d'arbitrage ne porte nullement atteinte aux dispositions restrictives qui se trouvent actuellement dans la législation néerlandaise, ni au droit d'y introduire d'autres restrictions à l'avenir.

Pays-Bas. Pour le Royaume en Europe.

W. DOUDE VAN TROOSTWIJK.

HEIKKI RENVALL.

(pour la Finlande).

En signant le Protocole, fait à Genève le 24 de Septembre 1923, relatif aux clauses d'arbitrage, le soussigné, Représentant du Gouvernement Danois auprès du Secrétariat de la Société des Nations, déclare relativement à l'article 3 ce qui suit: D'après le droit danois les sentences arbitrales rendues par un tribunal d'arbitrage ne sont pas immédiatement exigibles, mais il est nécessaire, dans chaque cas, pour les rendre exigibles, de s'adresser aux tribunaux ordinaires. Au cours des procédés devant ces tribunaux la sentence arbitrale sera cependant admise généralement sans examen ultérieur comme base pour le jugement définitif de l'affaire. — Sauf ratification.

Genève, le 30 Mai 1924.

Pour le Danemark:

A. OLDENBURG.

Pour la Norvège.

le 5 Août 1924.

Chr. L. LANGE.

Pour la Confédération Suisse,

le 10 Septembre 1924.

MOTTA.

Par application de l'alinéa 2 de l'article 1[er] du présent Protocole, le Gouvernement Letton se réserve la liberté de restreindre l'engagement prévu dans le dit article aux contrats qui sont déclarés commerciaux par son droit national.

Pour la Lettonie,
le 12 Septembre 1924.
L. SEJA.
Pour le Salvador,
le 13 Septembre 1924.
J. GUSTAVO GUERRERO.
Pour le Chili,
le 16 Septembre 1924.
ARMANDO QUEZADA A.
E. VILLEGAS.

Pays-Bas. Pour les trois territoires d'outre-mer, Indes Nerlandaises, Surinam et Curaçao.

Le Gouvernement néerlandais se réserve la liberté de restreindre l'engagement visé au premier paragraphe de l'article premier aux contrats qui sont considérés comme commerciaux par le droit néerlandais. En outre il déclare son point de vue, "que la reconnaissance en principe de la validité des clauses d'arbritrage ne porte nullement atteinte aux dispositions restrictives qui se trouvent actuellement dans les législations de ces territoires ni au droit d'y introduire d'autres restrictions à l'avenir."

W. DOUDE VAN TROOSTWIJK.
Pour le Paraguay,
Genève, le 29 Septembre 1924.
R. V. CABALLERO.
Pour l'Autriche,
Genève, le 24 Novembre 1924.
E. PFLUGL.

E, declarando approvado o mesmo Protocollo, cujo teôr fica acima transcripto, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente, sob a condição de que o compromisso arbitral ou a clausula compromissoria se restrinja aos contractos considerados como commerciaes pela legislação brasileira.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dado no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos quinze de dezembro de mil novecentos e trinta e um, 110° da Independencia e 43° da Republica.

DECRETO N. 21.188 — DE 22 DE MARÇO DE 1932

Promulga a Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo approvado a Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923; e havendo-se effectuado o deposito do instrumento brasileiro de ratificação da dita Convenção nos archivos do Secretariado da Liga das Nações, a 19 de setembro de 1931:

Decreta que a referida Convenção, appensa por cópia ao presente decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

GETULIO DORNELLES VARGAS,

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e varios outros paizes representados na Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, reunida em Genebra em agosto de 1923, foi concluida e assignada,

aos doze dias do mez de setembro daquelle anno, uma Convenção internacional do teôr seguinte:

Convention internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes

Ouverte à la signature, à Genève, du 12 septembre 1923 au 31 mars 1924.

L'ALBANIE, L'ALLEMAGNE, L'AUTRICHE, LA BELGIQUE, LE BRÉSIL, L'EMPIRE BRITANNIQUE (AVEC L'UNION SUD-AFRICAINE, LA NOUVELLE-ZÉLANDE, L'INDE ET L'ETAT LIBRE D'IRLANDE), LE DANEMARK, L'ESPAGNE, LA FINLANDE, LA FRANCE, LA GRÈCE, HAÏTI, LE HONDURAS, LA HONGRIE, L'ITALIE, LE JAPON, LA LETTONIE, LA LITHUANIE, LUXEMBOURG, MONACO, LE PANAMA, LES PAYS-BAS, LA PERSE, LA POLOGNE (AVEC DANTZIG), LE PORTUGAL, LA ROUMANIE, LE SALVADOR, LE ROYAUME DES SERBES, CROATES ET SLOVÈNES, LE SIAM, LA SUISSE, LA TCHÉCOSLOVAQUIE, LA TURQUIE ET L'URUGUAY:

Egalement désireux de donner le plus d'efficacité possible à la répression de la circulation et du trafic de publications obscènes,

Ayant accepté l'invitation du Gouvernement de la République française en vue de prendre part à une Conférence convoquée de 31 août 1923, à Genève, sous les auspices de la Société des Nations, pour l'examen du projet de Convention élaboré en 1910, et des observations formulées par les divers Etats, ainsi que pour élaborer et signer un texte définitif de Convention,

Ont nommé comme plénipotentiaires à cet effet:

LE PRÉSIDENT DU CONSEIL SUPRÊME D'ALBANIE:

M. B. BLINISHTI, Directeur du Secrétariat albanais auprès de la Société des Nations.

LE PRÉSIDENT DU REICH ALLEMAND:

M. Gottfried ASCHMANN, Conseiller de Légation, chargé du Consulat d'Allemagne à Genève.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE D'AUTRICHE:

M. Emeric PFLÜGL, Ministre résident, représentant du Gouvernement fédéral auprès de la Société des Nations.

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. Maurice Dullaert, délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obcènes.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil:

M. le Dr. Afranio de Mello Franco, président de la délégation brésilienne à la quatrième Assemblée de la Société das Nations.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande et des Dominions Britanniques au dela des mers, Empereur des Indes:

Sir Archilbald Bodkin, Director of Public Prosecutions, délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

M. S. W. Harris, C. B., C. V. O., conseiller technique de la délégation britannique à la dite Conférence.

et

Pour l'Union Sud-Africaine:

Le Très Honorable Lord Parmoor, représentant de l'Empire britannique au Conseil de la Société des Nations.

Pour le Dominion de la Nouvelle-Zélande:

L'Honorable sir James Allen, K. C. B., haut commissaire pour la Nouvelle-Zélande dans le Royaume-Uni.

Pour l'Inde:

Sir Prabhashankar D. Pattani, K. C. I. E.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

M. Michael Mac White, représentant de l'Etat libre auprès de la Société des Nations.

Sa Majesté le Roi des Bulgares:

M. Ch. Kalfoff, Ministre des Affaires étrangères, prémier délegué de la Bulgarie à la quatrième Assemblée de la Société des Nations.

Le Président de la République de Chine:

Tcheng Loh, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président de la République française; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE:

M. Francisco José URRUTIA, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE COSTA-RICA:

M. Manuel M. de PERALTA, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président de la République française; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE CUBA:

M. Cosme de la TORRIENTE Y PERAZA, sénateur; président de la délégation cubaine à la quatrième Assemblée de la Société des Nations, délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

SA MAJESTÉ LE ROI DE DANEMARK:

M. A. OLDENBUG, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse, représentant du Danemark auprès de la Société des Nations; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

SA MAJESTÉ LE ROI D'ESPAGNE:

M. E. DE PALACIOS, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil Fédéral suisse; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE FINLANDE:

M. Urho TOIVOLA, secrétaire à la Legation de Finlande à Paris.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE:

M. Gaston DESCHAMPS, député; président de la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

M. J. HENNEQUIN, directeur honoraire au Ministère de l'Intérieur; délégué suppléant à la dite Conférence.

SA MAJESTÉ LE ROI DES HELLÈNES:

M. N. POLITIS, ancien Ministre des Affaires étrangères; délégué à la Coférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

M. D. E. CASTORKIS, ancien directeur des affaires pénales au Ministère de la Justice; délégué suppléant à la dite Conférence.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE HAÏTI:

M. BONAMY, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président de la République française; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE HONDURAS:

M. Carlos GUTIERREZ, Chargé d'Affaires à Paris; délégué à la quatrième Assemblée de la Société des Nations.

SON ALTESSE SÉRÉNISSIME LE GOUVERNEUR DE HONGRIE:

M. Zoltán BARANYAL, chef du Secrétariat royal hongrois auprès de la Société des Nations; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

SA MAJESTÉ LE ROI D'ITALIE:

M. Stefano CAVAZONI, député; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

SA MAJESTÉ L'EMPEREUR DU JAPON:

M. Y. SUGIMARA, chef adjoint au Bureau du Japon pour la Société des Nations, à Paris.

Le Président de la République de Lettonie:

M. Julijs Feldmans, chef de la Section de la Société des Nations au Ministère des Affaires étrangères; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

Le Président de la République Lithuanienne:

M. Ignace Jonynas, directeur au Ministère des Affaires étrangères; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

Son Altesse Royale la Grande Duchesse de Luxembourg:

M. Charles Vermaire, consul du Grand-Duché à Genève; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation du trafic des publications obscènes.

Son Altesse Sérénissime le Prince de Monaco:

M. Rodolphe Ellés-Privat, vice-consul de la Principauté à Genève; déléguê à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

Le Président de la République de Panama:

M. R. A. Amador, Chargé d'Affaires à Paris; délégué à la quatrième Assemblée de la Societé des Nations.

Sa Majesté la Reine des Paiys-Bas:

M. A. de Graaf, président du Comité néerlandais pour la répression de la traite des blanches; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publictions obcènes.

Sa Majesté Impériale le Shaii de Perse:

S. A. le Prince Mirza Riza Kahn Arfa-ed-Dovleh, représentant du Gouvernement impérial auprès de la Société des Nations; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE POLONAISE:

M. F. SOKAL, inspecteur général du travail; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

et pour

LA VILLE LIVRE DE DANTZIG:

M. J. MODZELEWSKI, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil Fédéral suisse.

LE PRESIDENT DE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE:

M. le Dr. Augusto C. d'ALMEIDA VASCONCELLOS CORREIA, Ministre plénipotentiaiare; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

SA MAJESTÉ LE ROI DE ROUMANIE:

M. N. P. COMNÉNE, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE SALVADOR:

M. J. G. GUERREIRO, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président de la République franaçise et près Sa Majesté le Roi d'Italie; délégué à la quatrième Assemblée de la Société des Nations.

SA MAJESTÉ LE ROI DES SERBES, CROATES ET SLOVÉNES:

M. le Dr. Milutin JOVANOVITCH, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse; délégué à da Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

SA MAJESTÉ LE ROI DE SIAM:

S. A. S. le Prince DAMRAS DAMRONG, délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE CONSEIL FÉDÉRAL SUISSE:

M. Ernest BÉGUIN, député au Conseil des Etats; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE TCHÉCOSLOVAQUE:

M. le Dr. Robert FLIEDER, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, près le Conseil fédéral suisse ; délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE TURQUE:

RUCHDY BEY, Chargé d'Affaires à Berne.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE l'URUGUAY:

M. Benjamin FERNANDEZ Y MEDINA, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi d'Espagne: délégué à la Conférence internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes.

Lesquels, ayant communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, et après vaoir pris connaissance de l'Acte final de la Conférence et de l'Arrangement du 4 mai 1910, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE I.

Les Hautes Parties contractantes conviennent de prendre toutes mesures en vue de découvir, de poursuivre et de punir tout individu qui se rendra coupable de l'un des actes énumérés ci-dessous et, en conséquence, décident que

Doit être puni le fait:

1) de fabriquer ou de détenir des écrits, dessins, gravures, peintures, imprimés, images, affiches, emblèmes, photographies, films cinématographiques ou autres objects obscènes, en vue d'en faire commerce ou distribution, ou de les exposer publiquement;

2) d'importer, de transporter, d'exporter ou de faire importer, transporter ou exporter, aux fins ci-dessus, les dits écrits, dessins, gravures, peintures, imprimés, images, affiches, emblèmes, photographies, films cinématographiques ou autres objects obscènes, ou de les mettre en circulation d'une manière quelconque;

3) d'en faire le commerce même non public, d'effectuer toute opération les concernant de quelque manière que ce

soit, de les distribuer, de les exposer publiquement ou de faire métier de les donner en location;

4) d'annoncer ou de faire connaître par un moyen quelconque, en vue de favoriser la circulation ou le trafic à réprimer, qu'une personne se livre à l'un quelconque des actes punissables énumérés ci-dessus; d'annoncer ou de faire connaître comment et par qui les dits écrits, dessins, gravures, peintures, imprimés, images, affiches, emblêmes, photographies, films cinématrographiques ou autres objets obscènes peuvent être procurés, soit directement, soit indirectement.

Article II

Les individus qui auront commis l'une des infractions prévues à l'article I seront justiciables des tribunaux du pays contractant où aura été accompli soit le délit, soit l'un des éléments constitutifs du délit. Ils seront également justiciables, lorsque sa legislation le permettra, des tribunaux du pays contractant auquel ils ressortissent, s'ils y sont trouvés, alors même que les éléments constitutifs du délit auraient été accomplis en dehors de son territoire.

Il appartient toutefois à chaque Partie contractante d'appliquer la maxime *non bis in idem* d'après les règles admises par sa législation.

Article III.

La transmission des commissions rogatoires relatives aux infractions visées par la présente Convention s'opérera:

1) Soit par communication directe entre les autorités judiciaires;

2) Soit par l'entremise de l'agent diplomatique ou consulaire du pays requérant dans le pays requis. Cet agent enverra directement la commission rogatoire à l'autorité judiciaire compétente ou à celle désignée par le Gouvernement du pays requis et recevra directement de cette autorité les pièces constatant l'exécution de la commission rogatoire.

Dans ces deux cas, copie de la commission rogatoire sera toujours adressée en même temps à l'autorité supérieure du pays requis;

3) Soit par la voie diplomatique.

Chaque Partie contractante fera connaître, par une communication adressée à chacune des autres Parties contractantes, celui ou ceux des modes de transmission susvisés qu'elle admet pour les commissions rogatoires de cette Partie.

Toute les difficultés qui s'élèveraient à l'occasion des transmissions opérées dans les cas 1 et 2 du présent article seront réglées par la voie diplomatique.

Sauf entente contraire, la commission rogatoire doit être rédigée soit dans la langue de l'autorité requise, soit dans la langue convenue entre les deux pays intéressés, ou bien, elle doit être accompagnée d'une traduction faite dans une de ces deux langues et certifiée conforme par un agent diplomatique ou consulaire du pays requérant ou par un traducteur-juré du pays requis.

L'exécution des commissions rogatoires ne pourra donner lieu au remboursement de taxes ou frais de quelque nature que ce soit.

Rien, dans le présent article, ne pourra être interprété comme constituant, de la cart des Parties contractantes, un engagement d'admetre, en ce qui concerne le système des preuves en matière repressive, une dérogation à leurs lois.

Article IV.

Les Parties contractantes dont la legislation ne serait pas, dès à présent, suffisante pour donner effet à la présente Convention, s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures respectives les mesures nécessairs à cet égard.

Article V.

Les Parties contractantes dont la législation ne sera pas, dès à present, suffisante, conviennent d'y prévoir des perquisitions dans les lieux ou il y a des raisons de croire que se fabriquent ou se trouvent, en vue de l'un quelconque des buts spécifiés à l'article I ou en violation de cet article, des écrits, dessins, gravures, peintures, imprimés, images, affiches, emblêmes, photographies, films cinématographiques ou autres objects obscènes et d'en prévoir également la saisie, la confiscation et la destruction.

ARTICLE VI

Les Parties contractantes conviennent que, dans le cas d'infraction aux dispositions de l'article I, commise sur le territoire de l'une d'elles, lorsqu'il y a lieu de croire que les objects de l'infraction ont été fabriqués sur le territoire ou importés du territoire d'une autre Partie, l'autorité désignée, en vertu de l'Arrangement du 4 mai 1910, signalera immédiatement les faites à l'autorité de cette autre Partie et lui fournira en même temps des renseignements complets, pour lui permettre de prendre les mesures nécessaires.

ARTICLE VII.

La présente Convention, dont les textes française et anglais feront foi, portera la date de ce jour, et sera, jusqu'au 31 mars 1924, ouverte à la signature de tout Etat représenté à la Conference, de tout Membre de la Société des Nations et de tout Etat à qui le Conseil de la Société des Nations aura, à cet effet, communiqué un exemplaire de la présente Convention.

ARTICLE VIII.

La présente Convention est sujette à ratification. Les instruments de ratification seront transmis au Secrétaire général de la Société des Nations, qui en notifiera le dépôt aux Membres de la Société des Nations signataires de la Convention, ainsi qu'aux autres Etats signataires.

Le Secrétaire général de la Société des Nations communiquera immédiatement au Gouvernement de la République française copie certifiée conforme de tout instrument se rapportant à la présente Convention.

Conformément aux dispositions de l'article 18 du Pacte de la Société des Nations, le Secrétaire général enregistrera la présente Convention le jour de l'entrée en viguer de cette dernière.

ARTICLE IX.

A partir du 31 mars 1924, tout Etat représenté à la Conférence et non signataire de la Convention, tout Membre

de la Société des Nations et tout Etat auquel le Conseil de la Société des Nations aura, à cet effet, communiqué un exemplaire, pourra adhérer à la présente Convention.

Cette adhésion s'effectuera au moyen d'un instrument communiqué au Secrétaire général de la Société des Nations aux fins de dépot dans les archives du Secrétariat. Le Secrétaire général notifiera ce dépôt immédiatement aux Membres de la Société des Nations signataires de la Convention, ainsi qu'aux autres Etats signataires.

ARTICLE X.

La ratification de la présente Convention ainsi que l'adhésion à cette Convention entraineront, de plein droit et sans notification spéciale, adhésion concomitante et entière à l'Arrangement du 4 mai 1910, qui entrera en viguer à la même date que la Convention elle-même, dans l'ensemble du territoire de l'Etat ou du Membre de la Société des Nations ratifiant ou adhérent.

Il n'est toutefois pas dérogé, par la disposition précédente, à l'article IV de l'Arrangement précite du 4 mai 1910, qui demeure applicable au cas où un Etat préférerait faire acte d'adhésion à cet Arrangement seulement.

ARTICLE XI.

La présente Convention entrera en viguer le trentième jour qui suivra la réception de deux ratifications par le Secrétaire général de la Société des Nations.

ARTICLE XII.

La présente Convention peut être dénoncée par notificatien écrite, adressée au Secrétaire général de la Société des Nations. La dénonciation deviendra effective un an après la date de sa réception par le Secrétaire généeral et n'aura d'effet qu'en ce qui concerne le Membre de Société des Nations ou l'Etat dénonçant.

Le Secrétaire général de la Société des Nations portera à la connaissance de chacun des Membres de la Société des Nations signataires de la Convention ou adhérents à la Convention et des autres Etats signataires ou adhérents toute dénonciation reçue par lui.

La dénonciation de la présente Convention n'entrainera pas de plein droit dénonciation concomitante de l'Arrange-

ment du 4 mai 1910, à moins qu'il n'en soit fait mention expresse dans l'acte de notification.

ARTICLE XIII.

Tout Membre de la Société des Nations ou Etat signataire ou adhérent peut déclarer que sa signature ou son adhésion n'engage pas, soit l'ensemble, soit tel de ses protectorats, colonies, possessions d'outre-mer, ou territoires soumis à sa souveraineté ou à son autorité, et peut, ultérieurement, adhérer séparément au nom de l'un quelconque de ses protectorats, colonies, possessions d'outre-mer ou territoires exclus par cette déclaration.

La dénonciation pourra également s'effectuer séparément pour tout protectorat, colonie, possession d'outre-mer ou territoire soumis à sa souveraineté au autorité; les dispositions de l'article XII s'appliqueront à cette dénonciation.

ARTICLE XIV.

Le Secrétaire général de la Société des Nations tiendra un recueil spécial indiquant quelles sont celles des Parties qui ont signé la Convention, qui l'ont ratifiée, qui y ont adhéré, ou qui l'ont dénoncée. Cette liste pourra être consultée en tout temps par les Membres de la Société des Nations au autre Etat signataire ou adhérent. Elle sera publiée aussi souvent que possible.

ARTICLE XV.

Tout les différents qui pourraient s'elever entre les Parties contractantes au sujet de l'interprétation ou de l'application de la présente Convention seront, s'ils ne peuvent être réglés par des négociations directes, renvoyés pour décision à la Cour permanente de Justice internationale. Si les Parties entre lesquelles surgit un différent, ou l'une d'elles, se trouvaient n'avoir pas signé ou accepté le protocole de signature de la Cour permanente de Justice internationale, leur différent sera soumis, au gré des Parties, soit à la Cour permanente de Justice internationale, soit à un arbitrage.

ARTICLE XVI.

Si cinq des Parties signataires ou adhérentes demandent la revision de la présente Convention, le Conseil de la Société des Nations devra convoquer une Conférence à cet effet. Dans

tous les cas, le Conseil examinerá, à la fin de chaque période de cinq années, l'opportunité de cette convocation.

EN FOI DE QUOI, les plénipotentiaires susnommés ont signé la présente Convention.

FAIT à Genève, le douze septembre mil neuf cent vingt-trois, en deux exemplaires originaux, dont l'un restera déposé aux archives de la Société des Nations et l'autre restera déposé dans les archives du Gouvernement de la République française.

ALBANIE	B. BLINISHTI
ALLEMAGNE	Gottfried ASCHMANN (Vorbehaltlich der Ratifikation)
AUTRICHE	*Ad referendum.* E. PFLUGL
BELGIQUE	Maurice DULLAERT
BRÉSIL	Afranio DE MELLO FRANCO.
EMPIRE BRITANNIQUE	I hereby declare that my signature does not include any of the Colonies, Overseas Possessions, Protectorates or Territories under His Britannic Majesty's Sovereingnty or Authority. A. H. B. A. H. BODKIN, S. W. HARRIS.
UNION SUD-AFRICAINE	PARMOOR (1)
NOUVELLE ZÉLANDE	J. ALLEN My signature includes the mandated territory of Western Samoa. J. A.
INDE	Prabhashankar D. PATTANI
ETAT LIBRE D'IRLANDE	Michael MAC White
BULGARIE	Ch. KALFOFF
CHINE	Tcheng LOH

(1) La signature de Lord Parmoor engage le territoire sous mandat de sa Majesté Britannique au Sud-Ouest africain.

COLOMBIE	Con reserva de la ulterior aprobacion legislativa. Francisco José URRUTIA
COSTA-RICA	*Ad referendum.* Manuel M. DE PERALTA
CUBA	Cosme de la TORRIENTE
DANEMARK	En signant la Convention élaborée par la Conférence internationale, sur les publications obscènes, je soussigné, délégué du Gouvernement danois, déclare, relativement à l'article 4, voir l'article premier, ce qui suit: D'après les règles du droit danois, ne sont punissables les actes énoncés à l'article premier que s'ils sont prévus par l'article 184 du Code pénal danois, qui punit quiconque publie un écrit obscène ou qui met en vente, distribue, repand d'autre manière ou expose publiquement des images obscènes. En outre, il est à remarquer que la législation danoise sur la presse contient des dispositions spéciales relatives aux personnes qui pourront être poursuivies pour délits de presse. Ces dispositions sont applicables aux actes prévus à l'article 184 en tant que ces actes peuvent être considérés comme délits de presse. L'application de la législation danoise sur ces points doit attendre la revision probablement prochaine du Code pénal danois. — A. O. A. OLDENBURG
ESPAGNE	Emilio DE PALACIOS
FINLANDE	Urho TOIVOLA
FRANCE	Gaston DESCHAMPS. J. HENNEQUIN

GRÈCE	N. POLITIS. D. E. CASTORKIS
HAITI	M. BONAMY
HONDURAS	*Ad referendum.* Carlos GUTIERREZ
HONGRIE	Dr. Zoltán BARANYAI
ITALIE	Cavazzoni STEFANO
JAPON	Y. SUGIMURA
	En signant la Convention internationale pour la répression de la circulation et du trafic des publications obscènes, je, soussigné, déclare que ma signature n'engage ni Formose, ni la Corée, ni le territoire à bail de Kwantung, ni Karafuto, ni les territoires soumis au mandat du Japon et que les dispositions de l'article 15 de la présente Convention ne portent pas atteinte à l'action faite par le pouvoir judiciaire du Japon en appliquant les lois et décrets japonais.
LETTONIE	J. FELDMANS
LITHUANIE	Ig. JONYNAS
LUXEMBOURG	Ch. G. VERMAIRE
MONACO	R. ELLÉS-PRIVAT
PANAMA	R. A. AMADOR
PAYS-BAS	A. DE GRAAF
PERSE	Prince ARFA-ED-DOVLEH (*ad referendum*)
POLOGNE	F. SOKAL
VILLE LIBRE DE DANTZIG	J. MODZELEWSKI
PORTUGAL	Augusto DE VASCONCELLOS
ROUMANIE	N. P. COMNIÈRE
SALVADOR	J. GUSTAVO GUERRERO
ROYAUME DES SERBES, CROATES ET SLOVÈNES	M. JOVANOVITCH

SIAM	The Siamese Government reserve full right to enforce the provisions of the present Convention against foreingners in Siam in accordance with the principles prevailing for applying Siamese legislation to such foreigners.
	DAMRAS
SUISSE	E. BÉGUIN
TCHÉCOSLOVAQUIE	Rr. Robert FLIEDER
TURQUIE	RUCHDY
URUGUAY	B. FERNANDEZ Y MEDINA

E, declarando approvada a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, a confirmo e ractifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa, para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte e um de Julho de mil novecentos e trinta e um, 110° da Independencia e 43° da Republica.

(TRADUCÇÃO OFFICIAL)

Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas

Aberta á assignatura, em Genebra, de 12 de Setembro de 1923 a 31 de Março de 1924

A ALBANIA, A ALLEMANHA, A AUSTRIA, A BELGICA, O BRASIL, O IMPERIO BRITANNICO (COM A UNIÃO SUL-AFRICANA, A NOVA ZELANDIA, A INDIA E O ESTADO LIVRE DA IRLANDA), A BULGARIA, A CHINA, A COLOMBIA, COSTA RICA, CUBA, A DINAMARCA, A ESPANHA, A FINLANDIA, A FRANÇA, A GRECIA, O HAITI, HONDURAS, A HUNGRIA, A ITALIA, O JAPÃO, A LETTONIA, A LITHUANIA, O LUXEMBURGO, MONACO, O PANAMÁ, OS PAIZES-BAIXOS, A PERSIA, A POLONIA (COM DANTZIG), PORTUGAL, A RUMANIA, O SALVADOR, O REINO DOS SERVIOS, CROATAS E ESLOVENOS, O SIÃO, A SUISSA, A TCHECOSLOVAQUIA, A TURQUIA E O URUGUAY:

Igualmente desejosos de dar a maior efficacia possivel á repressão da circulação e do trafico das publicações obsecenas,

Tendo acceitado o convite do Governo da Republica Franceza, afim de tomar parte numa conferencia convocada para 31 de agosto de 1923, em Genebra, sob os auspicios da Liga das Nações, para o exame do projecto de Convenção elaborado em 1910 e das observações formuladas pelos diversos Estados, assim como para elaborar e assignar um texto definitivo de Convenção,

Nomearam como plenipotenciarios para este effeito:

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPREMO DA ALBANIA:

O Sr. B. BLINISHTI, Director do Secretariado albanez junto á Liga das Nações.

O PRESIDENTE DO REICH ALLEMÃO:

O Sr. Gottfried ASCHMANN, conselheiro de Legação, encarregado do Consulado da Allemanha em Genebra.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA DA AUSTRIA:

O Sr. Emeric PELUGL, ministro residente, representante do Governo Federal junto á Liga das Nações.

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS:

O Sr. Maurice DULLAERT, delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL:

O Sr. Dr. Afranio DE MELLO FRANCO, presidente da delegação brasileira á 4ª Assembléa da Liga das Nações.

SUA MAJESTADE O REI DO REINO UNIDO DA GRAN-BRETANHA E DA IRLANDA E DOS DOMINIOS BRITANNICOS ULTRAMARINOS, IMPERADOR DAS INDIAS:

Sir Archibald BODKIN, Director of Public Prosecutions; delegado á Conferencia Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Sr. S. W. HARRIS, C. B., C. V. O., conselheiro technico da delegação britannica á dita Conferencia.

Pela União Sul-Africana:

O "Right Honourable" Lord Parmoor, representante do Imperio Britannico no Conselho da Liga das Nações.

Pelo Dominio da Nova Zelandia:

O "Honourable" Sir James Allen, K. C. B., Alto Commissario pela Nova-Zelandia no Reino Unido.

Pela India:

Sir Prabhashankar D. Pattani, K. C. I. E.

Pelo Estado Livre da Irlanda:

O Sr. Michael Mac White, representante do Estado Livre junto á Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei dos Bulgaros:

O Sr. Ch. Kalfoff, Ministro dos Negocios Estrangeiros, primeiro delegado da Bulgaria á 4ª Assembléa da Liga das Nações.

O Presidente da Republica da China:

O Sr. Tcheng Loh, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Presidente da Republica Franceza; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica da Colombia:

O Sr. Francisco José Urrutia, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica da Costa-Rica:

O Sr. Manuel M. de Peralta, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Presidente da Republica Franceza; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica de Cuba:

O Sr. Cosme de la Torriente y Peraza, senador, presidente da delegação cubana á 4ª Assembléa da Liga das Nações, delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca:

O Sr. A. Oldenburg, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso, representante da Dinamarca junto á Liga das Nações; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Majestade o Rei de Espanha:

O Sr. E. de Palacios, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Conselho federal suisso; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica da Finlandia:

O Sr. Urho Toivola, secretario da Legação da Finlandia em Paris.

O Presidente da Republica Franceza:

O Sr. Gaston Deschamps, deputado; presidente da Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Sr. J. Hennequin, director honorario no Ministerio do Interior; delegado substituto á dita Conferencia.

Sua Majestade o Rei dos Helenos:

O Sr. N. Politis, antigo Ministro dos Negocios estrangeiros; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Sr. D. E. Castorkis, antigo director dos negocios penaes do Ministerio da Justiça; delegado substituto á referida Conferencia.

O Presidente da Republica de Honduras:

O Sr. Bonamy, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Presidente da Republica Franceza; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica das Honduras:

O Sr. Carlos Gutierrez, Encarregado de Negocios em Paris, delegado á 4ª Assembléa da Liga das Nações.

Sua Alteza Serenissima o Governador da Hungria:

O Sr. Zoltán Baranyal, chefe do Secretariado real hungaro junto á Liga das Nações; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Majestade o Rei de Italia:

O Sr. Stefano Cavazzoni, deputado, delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas.

Sua Majestade o Imperador do Japão:

O Sr. Sugimura, chefe adjunto da Repartição do Japão para a Liga das Nações em Paris.

O Presidente da Republica da Lettonia:

O Sr. Julijs Feldmans, chefe da Secção da Liga das Nações no Ministerio dos Negocios estrangeiros; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica da Lithuania:

O Sr. Ignace Jonynas, director no Ministerio dos Negocios estrangeiros; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Alteza Real a Gran-Duqueza do Luxemburgo:

O Sr. Charles Vermaire, consul do Grão-Ducado em Genebra; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Alteza Serenissima o Principe de Monaco:

O Sr. Rodolphe Ellès-Privat, vice-consul do Principado em Genebra; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica do Panamá:

O Sr. R. A. Amador, Encarregado de Negocios em Paris; delegado á 4ª Assembléa da Liga das Nações.

Sua Majestade a Rainha dos Paizes-Baixos:

O Sr. A. de Graaf, presidente da Commissão hollandeza para a repressão do trafico das brancas; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Majestade Imperial o Shah da Persia:

Sua Alteza o Principe Mirza Riza Kahn Arfa-ed-Dovleh, representante do Governo Imperial junto á Liga das Nações; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica Poloneza:

O Sr. F. Sokal, inspector geral do trabalho; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas.

e pela

Cidade livre de Dantzig:

O Sr. J. Modzelewski, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso.

O Presidente da Republica Portugueza:

O Sr. Dr. Augusto C. de Almeida Vasconcellos Correia, Ministro plenipotenciario; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Majestade o Rei da Rumania:

O Sr. N. P. Comnène, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso.

O Presidente da Republica do Salvador:

O Sr. J. C. Guerrero, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Presidente da Republica Franceza e junto a Sua Majestade o Rei da Italia; delegado á 4ª Assembléa da Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei dos Servios, Croatas e Eslovenos:

O Sr. Dr. Milutin Jovanovitch, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Sua Majestade o Rei do Sião:

S. A. S. o Principe Damras Damrong, delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Conselho Federal Suisso:

O Sr. Ernest Béguin, deputado ao Conselho dos Estados; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica Tchecoslovaca:

O Sr. Dr. Robert Flieder, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao Conselho Federal Suisso; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

O Presidente da Republica Turca:

Ruchdy Bey, Encarregado de Negocios em Berna.

O Presidente da Republica do Uruguay:

O Sr. Benjamin Fernandez y Medina, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto a Sua Majestade o Rei de Espanha; delegado á Conferencia internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Os quaes, tendo communicado os seus plenos poderes, achados em bôa e devida fórma, e depois de terem tomado

conhecimento do Acto final da Conferencia e do Accôrdo de 4 de Maio de 1910, convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO I

As Altas Partes Contractantes convêm em tomar todas as medidas afim de descobrir, perseguir e punir qualquer individuo que commetter algum dos actos abaixo enumerados, e nessa conformidade, decidem que:

Deve ser punido o facto:

1) De fabricar ou ter em seu poder escriptos, desenhos, gravuras, pinturas, impressos, estampas, cartazes, emblemas, photographias, fitas cinematographicas ou outros objectos obscenos, com o fim de com elles fazer commercio, de os distribuir ou de os expôr publicamente;

2) De importar, transportar, exportar ou fazer importar, transportar ou exportar, para os fins acima mencionados, os ditos escriptos, desenhos, gravuras, pinturas, impressos, estampas, cartazes, emblemas, photographias, fitas cinematographicas ou outros objectos obscenos ou de os pôr em circulação de qualquer maneira;

3) De com elles fazer commercio mesmo não publicamente, de effectuar toda operação que, de qualquer maneira, lhes diga respeito, de os distribuir, de os expôr publicamente ou de negociar com o seu aluguel;

4) De annunciar ou fazer conhecer, por qualquer meio, afim de favorecer a circulação ou trafico a reprimir, que alguem pratica qualquer dos actos puniveis, acima enumerados; de annunciar ou fazer conhecer como e por intermedio de quem os ditos escriptos, desenhos, gravuras, pinturas, impressos, estampas, cartazes, emblemas, photographias, fitas cinematographicas ou outros objectos obscenos possam ser obtidos, quer directa, quer indirectamente.

ARTIGO II

Os individuos que tiverem commettido qualquer das infracções previstas no artigo I ficarão sujeitos á jurisdicção dos tribunaes do paiz contractante, onde o delicto ou qualquer dos seus elementos constitutivos tiver sido commettido. Os mesmos individuos ficarão igualmente sujeitos á jurisdicção do paiz contractante de que sejam nacionaes, quando a sua

legislação o permittir, se ahi forem encontrados, ainda que os elementos constitutivos do delicto tenham sido commettidos fóra do seu territorio.

Cada Parte Contractante terá, porém, o direito de applicar a maxima *non bis in idem* segundo as normas estabelecidas na sua legislação.

ARTIGO III

A transmissão das cartas rogatorias relativas ás infracções previstas na presente Convenção effectuar-se-á:

1) Quer por communicação directa entre as autoridades judiciaes;

2) Quer pelo intermedio do agente diplomatico ou consular do paiz requerente no paiz requerido. Este agente enviará directamente a carta rogatoria á autoridade judicial competente ou á designada pelo Governo do paiz requerido e receberá directamente desta autoridade os documentos comprovativos da execução da carta rogatoria;

Nestes dois casos, enviar-se-á sempre, ao mesmo tempo, uma cópia da carta rogatoria á autoridade superior do paiz requerido;

3) Quer pela via diplomatica.

Cada Parte Contractante terá, porém, o direito de applicar communicação dirigida a cada uma das outras Partes Contractantes, qual ou quaes dos modos de transmissão acima mencionados admitte para as cartas rogatorias dessa Parte.

Serão resolvidas pela via diplomatica quaesquer difficuldades que occorrerem a respeito das transmissões effectuadas nas condições prescriptas nos ns. 1 e 2 do presente artigo.

Salvo accôrdo em contrario, a carta rogatoria, deve ser redigida, quer na lingua da autoridade requerida, quer na lingua convencionada entre os dois paizes interessados, ou ser acompanhada de traducção feita numa destas duas linguas, e authenticada por um agente diplomatico ou consular do paiz requerente ou por um traductor juramentado do paiz requerido.

A execução das cartas rogatorias não poderá dar lugar ao reembolso de taxas ou custas de qualquer natureza.

Nenhuma disposição deste artigo poderá ser interpretada

como constituindo, por parte das Partes Contractantes, um compromisso de admittir uma derogação ás suas leis, no que respeita ao systema de provas em materia de repressão.

ARTIGO IV

As Partes Contractantes, cuja legislação não fôr actualmente sufficiente para dar cumprimento á presente Convenção, comprometttem-se a tomar ou propôr aos seus Poderes Legislativos as medidas necessarias para esse fim.

ARTIGO V

As Partes Contactantes, cuja legislação não fôr actualmente sufficiente, convêm em nella prever a realização de buscas nos locaes em que haja razões para suppôr que se fabricam ou se encontram, para qualquer dos fins consignados no artigo I ou em violação desse artigo, escriptos, desenhos, gravuras, pinturas, impressos, estampas, cartazes, emblemas, photographias, fitas cinematographicas ou quaesquer outros objectos obscenos, e prever-lhes igualmente a apprehensão, confisco e destruição.

ARTIGO VI

As Partes Contractantes convêm em que, no caso de infracção ás disposições do artigo I, commettida no territorio de uma dellas, quando houver razões para suppôr que os objectos da infracção foram fabricados no territorio ou importados do territorio de qualquer outra Parte, a autoridade designada em virtude do Accôrdo de 4 de maio de 1910 dará immediatamente conhecimento destes factos á autoridade dessa outra Parte, fornecendo-lhe ao mesmo tempo informações completas para lhe permittir adoptar as necessarias providencias.

ARTIGO VII

A presente Convenção, cujos textos francez e inglez farão fé, terá a data de hoje e estará até 31 de março de 1924 aberta á assignatura de qualquer Estado representado na Conferencia, de qualquer Membro da Liga das Nações e de qualquer Estado ao qual o Conselho da Liga das Nações tiver communicado para esse fim um exemplar da presente Convenção.

ARTIGO VII

A presente Convenção fica sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão transmittidos ao Secretario Geral da Liga das Nações, que notificará o respectivo deposito aos Membros da Sociedade das Nações, signatarios da Convenção e aos outros Estados signatarios.

O Secretario Geral da Liga das Nações remetterá immediatamente ao Governo da Republica Franceza cópia devidamente authenticada de qualquer instrumento que se relacione com a presente Convenção.

Segundo as disposições do artigo 18 do Pacto da Liga das Nações o Secretario Geral registrará a presente Convenção no dia da sua entrada em vigor.

ARTIGO IX

A partir de 31 de março de 1924, qualquer Estado representado na Conferencia e não signatario da Convenção, qualquer Membro da Liga das Nações e qualquer Estado ao qual o Conselho da Liga das Nações tenha para esse effeito communicado um exemplar poderá adherir á presente Convenção.

Esta adhesão effectuar-se-á por meio de um instrumento communicado ao Secretario Geral da Liga das Nações, para ser depositado nos archivos do Secretariado. O Secretario Geral notificará immediatamente este deposito aos Membros da Liga das Nações signatarios da Convenção e aos outros Estados signatarios.

ARTIGO X

A ratificação da presente Convenção, assim como a adhesão a esta Convenção, implica, de pleno direito e sem notificação especial, adhesão simultanea e inteira ao Accôrdo de 4 de Maio de 1910, o qual entrará em vigor na mesma data que a propria Convenção, em todo o territorio do Estado ou do Membro da Liga das Nações que a tenha ratificado ou a ella adherido.

Não fica todavia derogado, pela disposição precedente, o artigo IV do mencionado Accôrdo de 4 de maio de 1910, que continuará applicavel no caso em que um Estado prefira adherir sómente a este Accôrdo.

Artigo XI

A presente Convenção entra em vigor no trigesimo dia a partir do recebimento de duas ratificações pelo Secretario Geral da Liga das Nações.

Artigo XII

A presente Convenção póde ser denunciada por notificação escripta dirigida ao Secretario Geral da Liga das Nações. A denuncia tornar-se-á effectiva um anno após a data do seu recebimento pelo Secretario Geral e só produzirá effeitos no que respeita ao Membro da Liga das Nações que a houver denunciado.

O Secretario Geral da Liga das Nações dará conhecimento de qualquer denuncia que receber a cada um dos membros da Liga das Nações signatarios da Convenção ou que a ella tiver adherido e aos outros Estados signatarios ou adherentes.

A denuncia da presente Convenção não implicará, de pleno direito, denuncia simultanea do Accôrdo de 4 de maio de 1910, a não ser que disso se faça menção expressa no acto da notificação.

Artigo XIII

Qualquer Membro da Liga das Nações ou Estados signatario ou adherente póde declarar que a sua assignatura ou a sua adhesão não é extensiva a todos ou a qualquer dos seus protectorados, colonias, possessões ultramarinas ou territorios sujeitos á sua soberania ou autoridade, podendo ulteriormente adherir em separado, em nome de qualquer dos seus protectorados, colonias, possessões ultramarinas ou territorios excluidos por aquella declaração.

A denuncia poderá igualmente effectuar-se em separado para qualquer protectorado, colonia, possessão ultramarina ou territorio sujeito á sua soberania ou autoridade; as disposições do artigo XII applicar-se-ão a esta denuncia.

Artigo XIV

O Secretario Geral da Liga das Nações organizará um registro especial das Partes que assignaram a Convenção, que a ratificaram, que a ella adheriram ou que a denunciaram. Esta lista poderá ser consultada em qualquer occasião pelos

Membros da Liga das Nações ou por qualquer outro Estado signatario ou adherente e será publicada tão frequentemente quanto possivel.

ARTIGO XV

Quaesquer desaccôrdos que porventura possam levantar-se entre as Partes Contractantes acerca da interpretação ou applicação da presente Convenção serão, no caso de não poderem ser resolvidos por negociações directas, submettidos á decisão da Côrte Permanente de Justiça Internacional. Se as Partes, entre as quaes surgiu um desaccôrdo, ou uma dellas, não tiverem assignado ou acceitado o Protocollo de assignatura da Côrte permanente de Justiça internacional, será o seu desaccôrdo submettido á escolha das Partes, quer á Côrte permanente de Justiça internacional, quer a uma arbitragem.

ARTIGO XVI

Se cinco das Partes signatarias ou adherentes pedirem a revisão da presente Convenção, o Conselho da Liga das Nações convocará para esse effeito uma Conferencia.

Em todo o caso, o Conselho examinará no fim de cada periodo de cinco annos a opportunidade desta convocação.

Em fé do que os plenipotenciarios acima nomeados assignaram a presente Convenção.

Feito em Genebra, aos 12 de setembro de 1923, em dois exemplares originaes, um dos quaes ficará depositado nos archivos da Liga das Nações e o outro ficará depositado nos archivos do Governo da Republica Franceza.

ALBANIA	B. BLINISHTI.
ALLEMANHA	Gottfried ASCHMANN. (sob reserva de ratificação).
AUSTRIA	*Ad referendum*. E. PFLÜGL.
BELGICA	Maurice DULLAERT.
BRASIL	Afranio DE MELLO FRANCO.
IMPERIO BRITANNICO	Declaro que a minha assignatura não obriga nenhuma das colonias, possessões ultramarinas, protectorados ou territorios sob a soberania ou autoridade de Sua Majestade Britannica. A. H. B. A. H. BODKIN, S. W. HARRIS.

A. H. B. Bodkin, S. W. Harris.

União Sul-Africana — Parmoor (1).

Nova Zelandia — J. Allen.

A minha assignatura obriga o territorio sob mandato da Samôa Occidental. J. A.

India — Prabhashankar D. Pattan.

Estado Livre da Irlanda — Michael Mac White.

Bulgaria — Ch. Kalfoff.

China — Tcheng Loh.

Colombia — Com reserva da ulterior approvação legislativa. Francisco José Urrutia.

Costa-Rica — *Ad referendum.* Manuel M. de Peralta.

Cuba — Cosme de la Torriente.

Dinamarca — Assignando a Convenção elaborada pela Conferencia internacional sobre as publicações obscenas, eu, abaixo assignado, delegado do Governo Dinamarquez, declaro, relativamente ao artigo 4°, digo, ao artigo 1°, o que se segue: Segundo as regras do direito dinamarquez não são puniveis os actos enumerados no artigo 1º sinão quando previstos pelo artigo 184 do Codigo Penal Dinamarquez, que pune quem quer que publique um escripto obsceno ou o ponha á venda, distribua, espalhe de outra qualquer maneira ou exponha publicamente imagens obscenas. Além disso, deve

(1) A assignatura de Lord Parmoor obriga o territorio sob mandato de Sua Majestade Britannica do Sudoêste Africano.

notar-se que a legislação dinamarqueza sobre a imprensa contém disposições especiaes relativas aos individuos que possam ser processados por delictos de imprensa. Essas disposições são applicaveis aos actos previstos pelo artigo 184, no que possam ser considerados como delictos de imprensa. A applicação da legislação dinamarqueza sobre estes pontos deve aguardar a revisão provavelmente proxima do Codigo Penal Dinamarquez. — A. O.

A. OLDENBURG.

ESPANHA — Emilio DE PALACIOS.

FINLANDIA — Urho TOLVOLA.

FRANÇA — Gaston DESCHAMPS J. HENNEQUIN.

GRECIA — N. POLITIS. D. E. CASTORKIS.

HAITI — M. BONAMY.

HONDURAS — *Ad referendum*. Carlos GUTIERREZ.

HUNGRIA — Dr. Zoltán BARANYAI.

ITALIA — Cavazzoni STEFANO.

JAPÃO — Assignando a Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, eu, abaixo assignado, declaro que a minha assignatura não obriga nem a Formoza, nem a Coréa, nem o territorio sob arrendamento de Kwantung, nem Karafuto, nem os territorios sob mandato do Japão e que as disposições do artigo 15 desta Convenção não impedem de maneira

	nenhuma a acção do Poder Judicial do Japão, no applicar as leis e decretos japonezes. — Y. SUGIMURA.
LETTONIA	J. FELDMANS.
LITHUANIA	Ig. JONYNAS.
LUXEMBURGO	Ch. G. VERMAIRE.
MONACO	R. ELLÈS-PRIVAT.
PANAMÁ	R. A. AMADOR.
PAIZES-BAIXOS	A. DE GRAAF.
PERSIA	Principe ARFA-ED-DOVLEH (*ad referendum*).
POLONIA	F. SOKAL.
CIDADE LIVRE DE DANTZIG	J. MODZELEWSKI.
PORTUGAL	Augusto DE VASCONCELLOS.
RUMANIA	N. P. COMNÈNE.
SALVADOR	J. GUSTAVO GUERRERO.
REINO DOS SERVIOS, CROATAS E SLOVENOS	M. JOVANOVITCH.
SIÃO	O Governo Siamez reserva todos os direitos de pôr em execução as disposições da presente Convenção contra os estrangeiros no Sião, de accôrdo com os principios em vigor para a applicação da legislação siameza aos estrangeiros. — DAMRAS.
SUISSA	E. BÉGUIN.
TCHECOSLOVAQUIA	Dr. Robert FLIEDER.
TURQUIA	RUCHDY.
URUGUAY	B. FERNANDEZ Y MEDINA.

DECRETO N. 21.189 — DE 22 DE MARÇO DE 1932

Faz publica a adhesão de Moçambique á Convenção relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris a 24 de abril de 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo de Portugal, pela colonia portugueza de Moçambique, á convenção relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris a 24 de abril de 1926, conforme communicação feita pelo governo francez á embaixada do Brasil em Paris.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.190 — DE 22 DE MARÇO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelos Estados Unidos da America, da Convenção sobre agentes consulares, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republia dos Estados Unidos da America, da Convenção sobre agentes consulares, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia Internacional Americana, conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.191 — DE 22 DE MARÇO DE 1932

Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, da Convenção Geral de Conciliação Interamericana, firmada em Washington a 5 de janeiro de 1929

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Em additamento ao decreto n. 21.017, de 2 de fevereiro ultimo, pelo qual foi promulgada a Convenção Geral de Conciliação Interamericana, assignada em Washington a 5 de janeiro de 1929, faz publico que essa convenção foi ratificada pelos seguintes paizes: Estados Unidos da America, Chile, Colombia, Cuba, Guatemala, Mexico, Panamá, Perú e Salvador.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.192 — DE 22 DE MARÇO DE 1932

Faz publicas as ratificações pela Cidade Livre de Dantzig e pela Polonia da Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as ratificações pela Cidade Livre de Dantzig e pelo Governo da Polonia da Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris a 24 de abril de 1926, conforme communicou o Governo francez á Embaixada do Brasil naquella capital.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.208 — DE 28 DE MARÇO DE 1932 (*)

Regula a percepção de vantagens pecuniarias nos casos de substituição dos funccionarios publicos, civis e militares

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo á necessidade de serem adoptadas normas geraes reguladoras dos casos de substituições de funccionarios civis ou militares, decreta

Art. 1°. Nas substituições decrrentes do cargo vago, os substitutos, funccionarios civis ou militares, perceberão os vencimentos integraes dos cargos que exerçam sómente nos casos de nomeação interina pela autoridade competnte.

Art. 2°. Nas substituições que se derem automaticamente, em virtude de dispositivos regulamentares, os substitutos, funccionarios civis ou militares, perceberão o seu ordenado ou soldo, accrescido da gratificação de exercicio perdida pelo substituto.

§ 1°. Iguaes vantagens perceberão os que ,nomeados interinamente, substituam funccionarios licenciados com desconto.

Art. 3°. A substituição por pessoa estranha ao quadro do funccionalismo dá direito á gratificação de exercicio deixada de receber pelo substituido, exceptuado o caso do art. 1°, no qual lhe são abonados os vencimentos integraes do cargo que exerça.

§ 1°. Iguaes vantagens são conferidas ao supplente, sem vencimentos proprios, quando no exercicio de substituição, sendo-lhe abonada uma gratificação equivalente á do cargo no caso em que o substituido nada venha a perder dos seus vencimentos.

(*) Decreto n. 21.208, de 28 de março de 1932 — Rectificação publicada no *Diario Official* de 4 de abril de 1932:

"Art. 2°. Nas substituições que se derem automaticamente, em virtude de dispositivos regulamentares, os substitutos, funccionarios civis ou militares, perceberão o seu ordenado, ou soldo, accrescido da gratificação de exercicio perdida pelo substituido.

Art. 6°. A despesa com as substituições de que tratam o § 1° do art. 3° e o art. 4° correrá por conta de credito especial, até que, opportunamente, seja consignada dotação orçamentaria propria."

Art. 4°. A substiuição motivada pelo sorteio militar dá direito a uma gratificação equivalente á do cargo.

Art. 5°. Nas substituições por motivo de serviço no jury, ou de férias regulamentares concedidas nos termos do art. 29 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, os substitutos percebem apenas os vencimentos do seu cargo effectivo.

Art. 6°. A despesa com as substituições de que tratam o § 1° do art. 3°, e o art. 4°, correrá por conta do credito especial, até que, opportunamente, seja consignada dotação orçamentaria propria.

Art. 7°. Este decreto entrará em vigor a contar da data de sua publicação e attingirá qualquer substituição existente e em desaccôrdo com os preceitos nelle estabelecidos.

Art. 8°. Ficam revogadas as disposições que regulavam as substituições dos funccionarios publicos civis e militares, excepto as de que tratam os decetos ns. 19.978, 19.979 e 19.980, de 12 de maio de 1931, regulando a substituição dos funccionarios diplomaticos e consulares.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.
José Fernandes Leite de Castro.
Protogenes Guimarães.
A. de Mello Franco.
José Americo de Almieda.
Oswaldo Aranha.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do ministro.

DECRETO N. 21.219 — DE 29 DE MARÇO DE 1932

Faz publicos os depositos de ratificações ,por parte de varios paizes, do Tratado geral de arbitramento interamericano, firmado em Washington a 5 de janeiro de 1929

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Em additamento ao decreto n. 21.158, de 15 do corrente, pelo qual foi o Tratado geral de arbitramento interamericano

adoptado a 5 de janeiro de 1929, pela Conferencia interamericana de conciliaçãão e argitragem, reunida em Washington, faz publico que o mesmo Tratado foi ratificado pelos seguintes paizes: Chile, Cuba, Republica Dominicana, Guatemala, Mexico, Panamá, Perú e Salvador.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1932, 111° da Independencia e 44º da Republicá.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.174 — DE 19 DE MARÇO DE 1932

Proroga, até 10 de junho de 1932, os prazos estabelecidos pelos decretos ns. 20.260 e 20.601, respectivamente, de 29 de ..julho e 4 de novembro de 1931, e dá outras providencias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve:

Art. 1°. Ficam prorogados, até 10 de junho de 1932, os prazos estabelecidos pelos decretos ns. 20.260 e 20.601, respectivamente, de 29 de julho e 4 de novembro de 1931, para terem execução todas as disposições contidas nos referidos decretos.

Art. 2°. As machinas destinadas exclusivamente á marcação de tecidos e seus artefactos, as decalcomanias em rolos ou folhas, as fitas de marcar de qualquer qualidade, bem como os *clichés* e carimbos especiaes para o mesmo emprego, quando a importação fôr effectuada pelas fabricas de tecidos e de artefactos de tecidos continuarão a gozar de isenção de direitos, expediente e demais taxas aduaneiras.

Paragrapho unico. Nas isenções de que trata este artigo, estão tambem comprehendidas as folhas douradas de qualquer especie, em rolos ou fitas, que se destinem ao fim acima indicado.

Art. 3°. As fabricas mencionadas no artigo precedente, que possuirem *stocks* ainda não marcados, deverão entregar, até o dia 9 de junho de 1932, ás estações arrecadadoras do Ministerio da Fazenda a que estiverem jurisdiccionadas por

effeito de fiscalização, a relação demonstrativa dos seus *stocks*.

Paragrapho unico. Verificada a existencia real desses *stocks* naquella data, poderão elles ser dados a consumo, mediante a necessaria fiscalização.

Art. 4º. As duvidas que porventura se suscitarem a respeito das disposições deste decreto e dos de ns. 20.260 e 20.601, serão resolvidas pelos Ministros do Trabalho, Industria e Commercio e da Fazenda, na esphera de acção de cada um delles.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.175 — DE 21 DE MARÇO DE 1932

Institue a carteira profissional

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve:

Art. 1º. Fica instituida, no territorio nacional, a carteira profissional para as pessoas maiores de 16 annos de idade, sem distincção de sexo, que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados no commercio ou na industria.

Art. 2º. As carteiras profissionaes conterão a respeito do portador:

1º, photographia, com menção da data em que tiver sido tirada;

2º, numero, série e data da carteira;

3º, caracteristicos physicos e impressões digitaes;

4º, nome, filiação, data e logar do nascimento, estado civil, profissão, residencia, assignatura e gráo de instrucção;

5º, nome, especie e localização dos estabelecimentos ou empresas em que exercer a profissão, ou a tiver successiva-

mente exercido, com a descriminação da natureza dos serviços, salario, data de admissão e sahida;

6º, nome do syndicato a que esteja associado.

Paragrapho unico. Para os empregados estrangeiros, as carteiras, além das informações de que trata este artigo, naquillo em que forem exigiveis, conterão:

1º, data da chegada ao Brasil;

2º, data e folio do registro de naturalização:

3º, nome da esposa e, sendo esta brasileira, data e logar do casamento;

4º, nome, data e logar do nascimento dos filhos brasileiros.

Art. 3º. As carteiras profissionaes serão emittidas, em série, pelo Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 4º. A emissão das cateiras far-se-á a pedido dos interessados, dirigido ao Departamento Nacional do Trabalho ou aos representantes do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, perante os quaes comparecerão pessoalmente, para fazerem as declarçaões necssarias.

§ 1º. Si o declarante não souber ou não puder assignar, será exigida a presença de tres testemunhas, uma das quaes assignará pelo declarante e a seu rogo.

§ 2º. Além do proprio interessado, os empregadores, ou os syndicatos officialmente reconhecidos, poderão promover o andamento do pedido das carteiras.

Art. 5º. As informações do declarante, ou, no caso de menores, dos seus paes ou tutores, deverão ser apoiadas por documentos idoneos ou confirmados por duas testemunhas, as quaes assignarão com o interessado.

§ 1º. A prova da profissão será feita por attestados passados pelos empregadores, pelos syndicatos officialmente reconhecidos, ou por duas pessoas que exerçam a profissão a ser attestada.

§ 2º. Em se tratando de profissão officialmente regulamentada, será necessaria a prova da habilitação profissional do declarante.

§ 3º. As declarações a que se refere este artigo serão escripturadas em livro proprio, em duas vias, uma das quaes será destacada e enviada ao Departamento Nacional do Trabalho.

§ 4º. No acto de fazer as declarações, o interessado pagará a taxa de 5$ (cinco mil réis) de emolumentos e entregará, com menção da data em que tiver sido tirada, tres exemplares da sua photographia, dois dos quaes serão incluidos na remessa a que se refere o § 3º, affixando-se o outro á pagina em que forem registradas as declarações.

§ 5º. Ao interessado dar-se-á recibo dos emolumentos.

§ 6º. Se o candidato á carteira não a houver recebido dentro de noventa dias após a declaração, caberá reclamação ao Departamento Nacional do Trabalho.

§ 7º. As carteiras serão entregues mediante recibo, passado pelo interessado em livro proprio.

Art. 6º. As carteiras emittidas pelo Departamento Nacional do Trabalho serão enviadas ás repartições ou autoridades que houverem registrado as declarações e por estas distribuidas aos interessados, depois de visadas.

Art. 7º. No caso de expedição de nova carteira, serão observadas as mesmas disposições e paga a mesma taxa, devendo della constar o numero e série da carteira anterior.

Art. 8º. As anotações sobre a admissão, natureza do trabalho, salario e retirada do portador da carteira, relativamente a cada estabelecimento em que trabalhar, serão feitas pelos empregadores ou seus prepostos autorizados, não podendo ser negadas.

§ 1º. Em caso de negativa formal ou de evasivas, por parte dos empregadores ou seus prepostos, para o cumprimento do que dispõe este artigo, o portador de carteira poderá recorrer ao Departamento Nacional do Trabalho ou outra autoridade competente.

§ 2º. Mantida a recusa, a autoridade mandará effectuar a anotação devida e applicará ao responsavel a multa de 100$ a 500$000.

Art. 9º. Aos empregadores ou a seus prepostos é vedado fazer nas carteiras de seus empregados quaesquer anotações além das especificadas no artigo anterior, sob pena de multa de 100$ a 500$000.

Paragrapho unico. E' prohibida a anotação do motivo da retirada do empregado, facultada, porém, a de actos meritorios praticados em serviço, sujeitos os infractores ás penalidades previstas neste artigo.

Art. 10. As carteiras profissionaes, regularmente emittidas e anotadas, serão, para fins de direito, equivalentes ás carteiras de identidade.

Art. 11. Em caso de conflicto com o empregado, por motivo de salarios ou tempo de serviço, a carteira profissional constituirá documento probatorio.

Art. 12. As indemnizações devidas aos portadores de carteiras profissionaes por motivo de accidentes do trabalho ou molestitas profissionaes nunca poderão ter base salario inferior ao mencionado na carteira, salvo as limitações da lei quanto ao maximo dos mesmos salarios para o effeito das referidas indemnizações.

Art. 13. Para os effeitos legaes, em falta de outras declarações, serão consideradas beineficiarias do portador de carteira profissional as pessoas mencionadas na referida carteira, independentemente de outras provas.

Art. 14. Nas relações exigidas por effeito de dispositivos legaes serão dispensadas as especificações que já se encontrarem na carteira profissional, desde que, em seguida ao nome do empregado, seja feita a citação do numero e série da respectiva carteira.

Art. 15. Os syndicatos não poderão recusar a admissão dos portadores de carteiras profissionaes, nem os eliminar de seu seio, salvo nos casos expressamente determinados nos estatutos e com recurso, *ex-officio*, para o Ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 16. Aos portadores de carteiras profissionaes fica assegurado o direito de as apresentar ás autoridades policiaes dos districtos em que residirem, para o fim de ser anotado o que sobre elles constar, não se podendo as autoridades negar a isso, nem cobrar quaesquer emolumentos.

Paragrapho unico. Sempre que tiverem de averbar notas em desabono da conducta do possuidor da carteira, as autoridades policiaes deverão enviar copia da averbação ao Departamento Nacional do Trabalho, que a annexará á ficha respectiva.

Art. 17. E' expressamente prohibido ao portador de carteira fazer na mesma qualquer anotação.

Art. 18. Serão isentos de quaesquer impostos, inclusive o de sello, assim como de outras taxas, além das estabelecidas pelo art. 5°, § 4°, sem prejuizo do que dispõe o art. 7°, todos

os actos relativos á emissão das carteiras profisisonaes, ou á anotação das mesmas, assim como os processos dellas resultantes.

Art. 19. Para os effeitos da emissão, substituição ou anotação de carteiras profissionaes, considerar-se-á crime de falsidade, com as penalidades previstas na legislação vigente:

a) fazer, no todo ou em parte, escripto ou papel falso, ou alterar o verdadeiro;

b) affirmar falsamente a sua propria identidade, filiação, logar do nascimento, residencia, profissão ou estado civil, ou attestar falsamente os de outra pessoa;

c) usar ou servir-se de papel ou escripto, por qualquer fórma, falsificado;

d) falsificar, fabricando ou alterando, vender, usar ou possuir carteira ou carteiras profissionaes, assim falsificadas, fabricadas ou alteradas.

Art. 20. Nas localidades onde fôr julgado conveniente, poderá o ministro do Trabalho, Industria e Commercio incumbir aos escrivães de paz e de policia ou quaesquer outras autoridades os processos referentes ás carteiras profissionaes.

Art. 21. Os escrivães de paz e de policia ou quaesquer outras autoridades, não poderão receber mais de $500 (quinhentos réis) a titulo de custas, por processo ou anotação de que, na fórma do artigo anterior, tenham sido incumbidos.

Art. 22. Após doze mezes de vigencia do presente decreto, o Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio só tomará conhecimento das queixas e reclamações dos empregados que possuirem carteiras profissionaes.

Paragrapho unico. Decorrido igual prazo, ficarão sem valor as carteiras profissionaes instituidas pelos Estados ou municipios.

Art. 23. As importancias das taxas e multas que forem arrecadadas serão escripturadas a credito do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, afim de serem applicadas nas despesas de fiscalização dos serviços a cargo do Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 24. Das multas impostas pelas autoridades competentes haverá recurso para o ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

§ 1°. O recurso a que se refere este artigo terá effeito suspensivo e será interposto no prazo de trinta dias, contados

da data em que a parte tiver sido scientificada da imposição da multa.

§ 2°. Não se realizando o pagamento da multa dentro do prazo de trinta dias, contados da solução do recurso, ou, nos casos de não interposição deste, da data da sciencia de sua cominação, proceder-se-á á cobrança executiva, perante o juizo competente.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.176 — DE 21 DE MARÇO DE 1932

Proroga, por mais seis mezes, a contar de 7 de abril de 1932, o prazo estabelecido pelo art. 3° do decreto n. 19.808, de 28 de março de 1931

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que a 7 de abril proximo futuro, termina o prazo fixado pelo art. 3°, do decreto n. 19.808, de 28 de março de 1931, para que os estabelecimentos industriaes, commerciaes e bancarios, escriptorios, empresas e instituições a que allude o art. 1°, do mesmo decreto, concedam férias aos respectivos empregados e operarios que não as hajam gozado, e tenham completado doze mezes de serviço, sem interrupção, de 1 de janeiro de 1930, até a data da publicação do já mencionado decreto;

Considerando, entretanto, que representações de grandes empresas fabris, devidamente informadas pelo Departamento Nacional do Trabalho, mostram a impossibilidade em que ellas se encontram de cumprir a lei até aquella data;

Considerando que as razões determinantes da expedição daquelle decreto persistem, si não foram aggravadas, e que a applicação das multas nelle previstas não resolveria, neste momento de angustia economica, a situação dos empregados e operarios, porquanto, existindo enormes *stocks* de productos, poderia occorrer a paralysação — total ou parcial — dos ser-

viços nas fabricas, occasionando aos mesmos empregados e operarios prejuizos maiores do que os derivados da não concessão das férias:

Decreta:

Art. 1°. Fica prorogado, por mais seis mezes, a contar de 7 de abril proximo futuro, o prazo estabelecido pelo art. 3°, do decreto n. 19.808, de 28 de março de 1931.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.233 — DE 1 DE ABRIL DE 1932

Regula a percepção de vencimentos pelos funccionarios publicos quando sorteados para o serviço do Exercito ou da Armada

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1°. Os funccionarios publicos sorteados para o serviço do Exercito ou da Armada perceberão, emquanto estiverem prestando serviço militar apenas o ordenado dos respectivos cargos, sem prejuizo, todavia, das etapas a que fizerem jús, nos termos do art. 12 do decreto n. 5.167 A, de 2 de janeiro de 1927.

Art. 2°. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.
Oswaldo Aranha.
Protogenes Guimarães.
José Americo de Almeida.
José Fernandes Leite de Castro.
Afranio de Mello Franco.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do ministro.

DECRETO N. 21.235 — DE 2 DE ABRIL DE 1932 (*)

Assegura aos Estados o dominio dos terrenos marginaes e accrescidos dos rios navegaveis, que correm em seus territorios, das ilhas formadas nesses rios e das lagôas navegaveis, em todas as zonas não alcançadas pela confluencia das marés

O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que, dia a dia, se torna mais necessario regular a situação patrimonial dos Estados, no tocante aos terrenos marginaes dos rios e lagôas existentes nos seus territorios, pois, duvidas e vacillações, ainda agora alimentadas por alguns doutrinadores, reflectindo sobre a administração publica, occasionam dissidios ruinosos para a União e para os mesmos Estados:

Considerando, porém, que já se póde affirmar, com o apoio dos mais competentes juristas e em face da jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal, que é vencedora a opinião dos que sustentam a legitimidade do dominio estadual sobre taes terrenos, quando não alcançados pela influencia das marés, e, portanto, não se podendo confundir com *terrenos de marinha*, estes, indiscutivelmente, do dominio da União;

Considerando que o Estado do Rio Grande do Sul representou ao Governo Provisorio acerca da necessidade de uma providencia pela qual se evite a continuação do seu sacrificio patrimonial, baseando-se em argumentação copiosa e irrespondivel;

Considerando que se offerece, assim, a occasião de prover, não só em relação áquelle Estado, como em relação aos outros que se encontrem em identicas condições e tenham o legitimo interesse da defesa dos seus trritorios, na conformidade dos principios institucionaes do regimen federativo;

Decreta:

Art. 1°. Fica assegurado aos Estados o dominio dos terrenos marginaes e accrescidos naturalmente dos rios navega-

(*) Decreto n. 21.235, de 2 de abril de 1932 — Rectificação publicada no *Diario Official* de 11 de maio de 1932:

"Na 4ª linha da ementa deste decreto, onde se lê *confluencia*, leia-se *influencia*; e na 1ª linha do texo do mesmo decreto, onde se lê *O Governo Provisorio*, leia-se *O Chefe do Governo Provisorio*."

veis que correm em seus territorios, bem como o das ilhas formadas nesses rios, e o das lagôas navegaveis, em todas as zonas não alcançadas pelo influencia das marés.

Paragrapho unico. Igual dominio será exercido sobre os terrenos marginaes e accrescidos dos rios que, embora não navegaveis, mas caudaes e sempre corredios, contribuem com suas aguas para tornar outros navegaveis, estendendo-se esse dominio ás respectivas ilhas.

Art. 2º. Consideram-se navegaveis os rios e as lagôas em que a navegação seja possivel, por embarcações de qualquer especie, inclusive jangadas, balsas e pranchas.

Art. 3º. Não se applica o disposto no art. 1º ás margens dos rios que limitam o Brasil com paizes estrangeiros.

Art. 4º. Quando os rios forem divisorios de Estados, o dominio de cada margem, com os seus accrescidos, caberá ao Estado em que ella se encontrar.

Paragrapho unico. O dominio sobre as ilhas formadas nos rios de que trata este artigo será determinado de accôôdo com as regras traçadas pelo art. 537 do Codigo ivil.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.245 — DE 5 DE ABRIL DE 1932

Publica a adhesão do Governo britannico, no que concerne ao protectorado de Zanzibar, ao Accôrdo de 1904 *e á Convenção de* 1910, *referentes ao traphico de mulheres brancas*

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo britannico, no que concerne ao protectorado de Zanzibar, ao accôrdo para a repressão do trafico de mulheres brancas e á Convenção internacional, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, firmados em Paris, respectivamente, a 18 de maio de 1904 e a 4 de maio de 1910, conforme communicou ao Minis-

terio das Relações Exteriores a Embaixada de França, nesta capital, por nota de 15 de março proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

Embaixada da Republica Franceza no Brasil — Rio de Janeiro, 15 de maro de 1932 — N| 19.

Senhor Ministro — Em cumprimento ao art. II da Convenção Internacional de 4 de maio de 1910, relativa á repressão do trafico das mulheres, tenho a honra de junto remetter á Vossa Excellencia a traducção authentica de uma nota datada de 16 de janeiro de 1932, sob n. 46, pela qual a Embaixada da Grã-Brettanha informou o Ministerio francez dos Negocios Estrangeiros da adhesão do Governo britannico ao Accôrdo Internacional de 1904 e á Convençãão de 1910, no que concerne ao protectorado de Zanzibar.

Nessa nota são indicadas: a autoridade incumbida de centralizar as informações, as leis elaboradas nos territorios em questão, assim como o modo de transmissão das cartas rogatorias.

A data do deposito nos archivos do Governo francez é 19 de janeiro de 1932.

Queira aceitar, Senhor Ministro, os protestos da minha mui alta consideração. — *A. Kammerer.*

A Sua Excellencia o Senhor Afranio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteeriores — Rio de Janeiro.

(Traducção official da traducção franceza da nota ingleza, annexa á nota n. 19, de 15 de março de 1932, da Embaixada de França no Rio de Janeiro, a Sua Excellencia o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil).

Embaixada da Grã-Bretanha — Paris — 16 de janeiro de 1932 — N. 46.

Senhor Presidente — De conformidade com as instrucções do Principal Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade, tenho a honra de notificar a Vossa Excel-

lencia que Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Dominios britannicos últramarinos, Imperador da India, adhere, pela presente, no que concerne ao Protectorado de Zanzibar, ao Accôrdo internacional assignado em Paris a 18 de maio de 1904 e á Convenção assignada em Paris a 4 de maio de 1910, referentes á suppressão do trafico das brancas.

2. A autoridade do Protectorado de Zanzibar, incumbida, em obediencia ao artigo I do accôrdo de 1904, da coordenação de todas as informações relativas ao trafico das mulheres e das crianças para fins immoraes, no estrangeiro (isto é, a autoridade central) é o Chefe de Policia do Protectorado.

3. De conformidade com o artigo II do paragrapho 2°, da Convenção de 1910, tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que as leis que foram votadas no Protectorado de Zanzibar, relativamente aos objectivos da Convenção, estão contidas nas secções 379, 381, 385 e 386 do Codigo Penal do Protectorado de Zanzibar, de 1917, tal como foi emendado, do qual se encontram juntas 20 copias á presente nota.

4. Finalmente, de accôrdo com o artigo II, paragrapho 4°, da Convenção de 1910, tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que o modo de transmissão das cartas rogatorias do Protectorado de Zanzibar é a via diplomatica.

5. Grato ficarei a Vossa Excellencia se quizer ter a bondade de me informar em tempo util da data em que a notificação desta adhesão aos actos de 1904 e de 1910 será considerada como tendo sido depositada nos archivos do Governo da Republica.

Queira aceitar, etc. — *Tyrrel.*

Por traducção authentica: o sub-director, *Navailles.*

DECRETO N. 21.246 — DE 5 DE ABRIL DE 1932

Supprime, no Serviço de Protecção aos Indios, annexo ao Departamento Nacional do Povoamento, um logar de 2° official

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe conferem

os arts. 1° e 8° do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Art. 1°. Fica supprimido, no Serviço de Protecção aos Indios, annexo ao Departamento Nacional do Povoamento, um logar de 2° official.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.248 — DE 5 DE ABRIL DE 1932

Permitte o pagamento, até 31 de dezembro de 1932, de annuidades atrazadas de patentes de invenção, e dá outras providencias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve:

Art. 1°. Os inventores que estiverem em atrazo das annuidades previstas pelo art. 51 do regulamento approvado pelo decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, e cujas patentes ainda não tenham sido declaradas caducas na conformidade dos arts. 70, alinea 1ª, e 71, do mesmo regulamento, poderão effectuar, até 31 de dezembro de 1932, o pagamento das annuidades atrazadas, accrescidas das seguintes multas proporcionaes:

a) 10 % sobre a importancia de cada annuidade, si se tratar da segunda até á decima;

b) 20 % sobre a importancia total das annuidades em atrazo além da decima.

Art. 2°. O interessado que desejar obter o favor instituido pelo art. 1°, requererá ao director geral do Departamento Nacional da Industria a expedição da guia necessaria áquelle pagamento, só o podendo fazer o concessionario ou cessionario da patente, cujas annuidades se encontrarem em atrazo.

Paragrapho unico. O despacho que deferir o pedido será publicado no *Diario Official*, durante tres dias seguidos, declarando-se o numero e data da patente, o nome do conces-

sionario desta, si não fôr o requerente, e o titulo da invenção privilegiada.

Art. 3°. A expedição da guia de que trata o artigo antecedente effectuar-se-á trinta dias após a ultima publicação do despacho que tiver deferido o pedido, cabendo a qualquer interesse em contrarial-o o direito de recorrer para o Ministro do Trabalho, Industria e Commercio dentro daquelle prazo.

Art. 4°. Decorridos os trinta dias previstos no artigo anterior, será a guia requerida entregue ao interessado, o qual deverá comprovar, até 31 de dezembro de 1932, o pagamento das annuidades e da multa proporcional.

Paragrapho unico. Si se provar, em virtude do recurso previsto no art. 3°, a hypothese do paragrapho unico do art. 70 do regulamento approvado pelo decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, ou que o invento, a que se referir a patente, foi utilizado por outrem, quando virtualmente caduco o privilegio *ex-vi* da alinea 1ª do mesmo artigo, expedir-se-á a portaria a que se refere o art. 71 do alludido regulamento.

Art. 5°. Esgotado o prazo fixado pelo art. 1°, publicar-se-á no *Diario Official* a relação completa das patentes cuja declaração de caducidade se houver evitado na fórma deste decreto, ficando definitivamente caducas as outras que ainda se acharem em debito de annuidades depois daquelle prazo.

Paragrapho unico. A caducidade a que allude a parte final deste artigo será declarada em portaria do ministro do Trabalho, Industria e Commercio, como prescreve o art. 71 do regulamento precitado.

Art. 6°. O Departamento Nacional da Industria remetterá quinzenalmente á Secretatria de Estado, afim de ser organizado o devido expediente, a relação das patentes incursas no art. 70, alineas 2ª e 3ª, do regulamento respectivo.

Art. 7°. Concede-se, a partir de 1 de janeiro de 1933, aos concessionarios ou cessionarios de patente de invenção, o prazo supplementar de seis mezes para o pagamento de qualquer annuidade em atrazo, sujeitos os faltosos ás multas de 10$, 20$, 30$ 40$, 50$ e 60$, relativamente a cada annuidade, conforme o pagamento se effectuar durante o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto ou o sexto mez do prazo acima estabelecido.

Paragrapho unico. As multas a que se refere este artigo serão pagas juntamente com as annuidades.

Art. 8°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

Oswaldo Aranha.

DECRETO N. 21.266 — DE 8 DE ABRIL DE 1932

Dispõe sobre a prestação de contas dos chefes das Commissões de Limites

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que as Commissões de Limites e Caracterização de Fronteiras, effectuam seus trabalhos nos confins mais remotos do Brasil, principalmente as Commissões dos Sectores Norte e Oeste, que operam nas fronteiras com as Guyanas, Venezuela, Equador e Bolivia;

Considerando que o accesso de pessoal e transporte de material para essas regiões longinquas, é extremamente trabalhoso e demorado; que ha grande vantagem, portanto, uma vez feito esse transporte, em prolongar os trabalhos pelo maior prazo possivel;

Considerando que as viagens do chefe de cada commissão ou mesmo de representante seu ao Rio de Janeiro, para a prestação trimestral das contas e recebimento de novos adeantamentos, viria prejudicar enormemente os trabalhos, reduzindo-lhes a efficiencia; e

Considerando que não é possivel fazer concurrencia, mesmo administrativa, para acquisição de materiaes pelas difficuldades e distancias entre os centros commerciaes e os logares em que operam aquellas commissões; que muitas vezes os seus chefes são forçados a fazer pedidos por telegrammas, afim de supprirem necessidades imprevistas e imperiosas de alimentação ou movimentação de seu pessoal no campo, decreta:

Art. 1°. A applicação das quantias a serem entregues, de uma só vez, como adiantamentos aos chefes das Commissões de Limites, mediante requisição do Ministerio das Relações Ex-

teriores, por conta da dotação orçamentaria correspondente, tanto para *pessoal* como para *material*, até o maximo do total destinado a cada commissão, poderá ser feita até 31 de dezembro do anno em curso, e a respectiva comprovação, sem multa, até 31 de março do anno seguinte.

Art. 2°. As Commissões de Limites ficam dispensadas das exigencias do Capitulo I, Titulo VII, do Regulamento Geral de Contabilidade Publica.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.305 — DE 19 DE ABRIL DE 1932

Transfere para o Ministerio das Relações Exteriores attribuições do Departamento Nacional do Commercio relativas ao Commercio exterior e dá outras providencias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso das attribuições que lhe confere o art. 1° do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando a necessidade de dar aos nossos serviços exteriores, diplomatico e consular, feição mais acentuadamente commercial;

Considerando que só o Ministerio das Relações Exteriores, por dispor de orgãos de acção em todo o mundo, póde concentrar e orientar as nossas actividades commerciaes no exterior;

Considerando, por outro lado, que a efficiencia de qualquer organização exterior depende, antes de tudo, de uma organização ampla e efficiente na Secretaria de Estado, sem a qual os esforços dos serviços exteriores ficariam sem base coordenadora e orientadora, decreta:

Art. 1°. As actuaes attribuições do Departamento Nacional do Commercio, do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, relativas ao commercio exterior, decorrentes do decreto n. 19.671, de 4 de fevereiro de 1931, são transferidas, sem augmento da despesa global do orçamento para 1932, para o Ministerio das Relações Exteriores.

Paragrapho unico. Estando, tambem, comprehendidas nos serviços a que se refere o art. 1° deste decreto, os de propaganda geral, que incluem a divulgação pela photographia e pela cinematographia, são transferidos para o quadro fixo da Secretaria de Estado do Ministerio das Relações Exteriores os actuaes fotographo e cinematographista do Departamento Nacional do Commercio, mantidas as mesmas categorias e vencimentos.

Art. 2°. Nas missões diplomaticas onde, a juizo do Ministro das Relações Exteriores, os interesses commerciaes do Brasil o justificarem, manterá o Governo um serviço commercial.

§ 1°. As funcções commerciaes nas missões diplomaticas serão exercidas, em commissão, por pessoal do corpo consular de carreira, de cathegoria não inferior a consul de segunda classe. Os funccionarios consulares que servirem nas condições supra terão, emquanto estiverem nessas funcções, o titulo honorifico de conselheiro commercial, primeiro ou segundo secretario commercial, conforme se tratar, respectivamente, de Consul Geral, Consul de primeira ou de segunda classe.

§ 2°. No desempenho dessas funcções, os funccionarios consulares receberão os vencimentos que ora lhes competem e ficarão em tudo o mais sujeitos aos regulamentos em vigor.

Art. 3°. Os addidos commerciaes, de que trata o decreto n. 19.745, de 9 de março de 1931 voltam á jurisdicção do Ministerio das Relações Exteriores, sujeitos ás disposições regulamentares desse Ministerio, e servirão junto ás missões diplomaticas para as quaes forem designados por portaria do respectivo Ministro, revogado o art. 3° do referido decreto, excepto quanto aos vencimentos.

Art. 4°. Passam, igualmente, á jurisdicção do Ministerio das Relações Exteriores, os delegados commerciaes, aos quaes se refere o decreto n. 20.091, de 11 de junho de 1931.

Art. 5°. Será entregue ao Ministerio das Relações Exteriores, mediante as formalidades legaes, o material pertencente aos actuaes Serviços de Publicidade e Informações, Cinematographia e Fotographia do Departamento Nacional do Commercio, julgado necessario á continuação dos trabalhos transferidos para aquelle Ministerio.

Art. 6°. Ficam transferidas para o Ministerio das Relações Exteriores, da verba 4ª, Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, art. 8° do decreto n. 21.059, de 18 de fevereiro

de 1932, Departamento Nacional do Commercio, I — Directoria Geral do Departamento, todas as dotações orçamentarias — ouro —, pessoal e material, como tambem as dotações — pessoal — papel — relativas ao fotographo e electricista-cinematographista dessa Directoria alli aproveitados.

Paragrapho unico. Das dotações papel — material —, ficam igualmente transferidas as importancias correspondentes a cincoenta por cento (50%) de cada uma das tres subconsignações — Material Permanente, Material de Consumo e Diversas Despesas.

Art. 7°. Apurados os totaes nos termos do artigo e seu paragrapho unico, o Ministerio das Relações Exteriores fica autorizado a distribuil-as da melhor forma, separando a parte que deva ser applicada a pessoal da parte reservada a material, incorporando-as ao respectivo orçamento, podendo fazer tambem a conversão para papel das importancias ouro que se tornar necessaria.

Art. 8°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro 19 de abril de 1922, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO N. 21.320 — DE 26 DE ABRIL DE 1932

Publica a adhesão da Yugoslavia ás Convenções para a unificação de certas regras em materia de abalroamento e da assistencia e de salvamento maritimos, firmados em Bruxellas a 23 de setembro de 1910

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo yugoslavo á Convenção para a unificação de certas regras em materia de abalroamento e á Convenção para a unificação de certas regras em materia de assistencia e salvamento maritimos, ambas firmadas em Bruxellas a 23 de setembro de 1910, con-

forme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil naquella capital.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.350 — DE 3 DE MAIO DE 1932

Supprime o Consulado Honorario do Brasil em Port-au-Prince (Haiti)

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado Honorario do Brasil em Port-au-Prince (Haiti), revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.351 — DE 3 DE MAIO DE 1932

Faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, pela Bolivia e pela Venezuela, da Convenção de direito internacional privado, da 6ª Conferencia internacional americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicos os depositos dos instrumentos de ratificação, por parte da Bolivia e da Venezuela, respectivamente, a 9 e 12 de março ultimo, da Convenção de direito internacional privado, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia internacional ame-

ricana, conforme communicações feitas pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.352 — DE 3 DE MAIO DE 1932

Publica a adhesão do Governo do Hedjaz, Nedjed e dependencias ao accôrdo internacional para a creação, em Paris, de uma repartição internacional de Hygiene Publica

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo do Hedjaz, Nedjed e dependencias ao accôrdo internacional firmado em Roma a 9 de dezembro de 1907, para a creação, em Paris, de uma repartição internacional de Hygiene publica, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores á Embaixada da Italia nesta Capital, por nota de 14 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

Traducção official:

Embaixada Real da Italia — N. 735/29 — Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1932.

Senhor ministro:

Conforme instrucções recebidas e de accôrdo com o art. 6° da Convenção sanitaria internacional assignada em Roma a 9 de dezembro de 1907, tenho a honra de informar a vossa excellencia que, por nota verbal de 21 de janeiro de 1932, dirigida ao consul real em Gidá (Djeddah), o Governo de

Sua Majestade o Rei do Nedjaz, Nedjed e dependencias pediu para adherir á Convenção sanitaria que originou a creação, em Paris, de uma repartição internacional de hygiene publica e para concorrer nas despesas da mesma (6ª categoria), por termos do art. 11 do regulamento annexo.

Sirvo-me com prazer da occasião para renovar-lhe, senhor ministro, a segurança de minha mais alta consideração. — Pelo embaixador real, ausente, *de Lieto.*

(Sello da embaixada.)

A sua excellencia o doutor Afranio de Mello Franco, ministro dos Negocios Estrangeiros, Rio de Janeiro.

DECRETO N. 21.372 — DE 7 DE MAIO DE 1932

Presta homenagem a S. Ex. o Sr. Presidente da Republica Franceza, decretando luto nacional por tres dias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo recebido communicação official do fallecimento occorrido hoje, em Paris, de S. Ex. o Sr. Paul Doumer, Presidente da Republica Franceza, decreta luto nacional por tres dias, transmittindo-se o texto do presente decreto, telegraphicamente, aos Interventores de todos os Estados.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.373 — DE 7 DE MAIO DE 1932

Estabelece medidas complementares para a execução do decreto n. 21.305, DE 19 *de abril de* 1932

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso das attribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, tendo em vista o decreto n. 21.305, de 19 de abril de 1932, que transferiu para o Ministerio das Relações Exteriores as attribuições

do Departamento Nacional do Commercio, relativas ao commercio exterior, propaganda e expansão economica, e a consequente necessidade de uma melhor distribuição dos respectivos funccionarios, decreta:

Art. 1°. São transferidos para o Ministerio das Relações Exteriores dois directores de secção, um primeiro official e um segundo official do Departamento Nacional do Commercio, do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, os quaes terão, alli, as categorias de consules de primeira, segunda e terceira classes, respectivamente, ficando extinctos, no quadro do referido Departamento, os logares vagos pelo aproveitamento desses funccionarios e augmentando-se, nos quadros do Ministerio das Relações Exteriores, o numero de logares necessarios á effectivação dessa transferencia.

Paragrapho unico. A antiguidade de classe, nos novos postos, dos funccionarios do Departamento Nacional do Commercio transferidos para o Corpo Consular será contada da data da transferencia.

Art. 2°. Passam igualmente para o Ministerio das Relações Exteriores, incorporando-se á verba competente, as dotações orçamentarias, referentes aos funccionarios transferidos, a contar do dia em que os mesmos tomaram posse das suas novas funcções.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Afranio de Mello Franco.

DECRETO N. 21.382 — DE 10 DE MAIO DE 1932

Reduz de 25 % os direitos de importação para batatas

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições conferidas pelo decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930:

Tendo em vista as solicitações feitas pelo Governo da Republica Argentina no sentido de melhorar as relações de intercambio commercial entre os dois paizes;

Tendo em vista que a producção nacional não satisfaz ás necessidades do consumo do paiz, tornando-se, por isso, necessaria a importação desse producto;

Decreta:

Art. 1°. Ficam reduzidas de 25% os direitos de importação actualmente cobrados sobre as batatas destinadas á alimentação.

Paragrapho unico. A reducção estabelecida neste artigo entra immediatamente em vigor.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

Oswaldo Aranha.

Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura na ausencia do ministro.

DECRETO N. 21.383 — DE 10 DE MAIO DE 1932

Publica a adhesão de Hong-Kong á Convenção sanitaria internacional, assignada em Paris, a 21 de junho de 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão de Hong-Kong á Convenção sanitaria internacional, assignada em Paris a 21 de junho de 1926, conforme communicou o Governo francez á Embaixada do Brasil naquella capital.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.384 — DE 10 DE MAIO DE 1932

Faz publica a ratificação pelo Governo mexicano da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 21 de junho de 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação, pelo Governo mexicano, da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 21 de junho de 1926, com diversas reservas, entre as quaes sobrelevam as relativas aos arts. 1° (§ 3°), 3°, 10° e 58° (§§ 1° e 2°), conforme communicou o Governo francez á Embaixada do Brasil naquella capital.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.385 — DE 10 DE MAIO DE 1932

Faz publico o deposito de ratificação pelo Governo dos Paizes Baixos da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 21 de junho de 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito de ratificação pelo Governo dos Paizes-Baixos da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 21 de junho de 1926, com reservas quanto aos arts. 10 (§ 2°), 12 e 27 (§ 2°), conforme communicou o Governo francez á nossa Embaixada naquella capital.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.386 — DE 10 DE MAIO DE 1932

Faz publico o deposito de ractificação pelo Governo da Dinamarca, da Convenção sanitaria internacional, assignada em Paris a 21 de junho de 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito de ractificação pelo Governo da Dinamarca, da Convenção sanitaria internacional assignada em Paris, a 21 de junho de 1926, com as reservas de que a Groenlandia, nos termos do art. 172 da Convenção, e as ilhas Feroé não estão incluidas na alludida ractificação, tudo conforme communicou o Governo francez á nossa Embaixada naquella capital.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.402 — DE 14 DE MAIO DE 1932

Fixa o dia 3 de maio de 1933 para a realização das eleições á Assembléa Constituinte e crêa uma commissão para elaborar o ante-projecto da Constituição

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados dos Unidos do Brasil:

Considerando que, com a constituição dos Tribunaes Eleitoraes, terá inicio a phase de alistamento dos cidadãos para a escolha dos seus representantes na Assembléa Constituinte;

Considerando que, nesses termos, convém seja prefixado um prazo dentro no qual se habilitem a exercer o direito de voto;

Considerando a utilidade de abrir desde logo, como trabalho preparatorio ás deliberações da Assembléa Constituinte, um largo debate nacional em torno ás questões fundamentaes da organização politica do paiz:

Decreta:

Art. 1°. E' creada, sob a presidencia do Ministro da Justiça e Negocios Interiores, uma commissão incumbida de elaborar o ante-projecto da Constituição.

Art. 2°. A commissão será composta de tantos membros quantos forem necessarios á elaboração do referido ante-projecto e por fórma a serem nella representadas as correntes organizadas de opinião e de classe, a juizo do Chefe do Governo.

Art. 3°. As eleições á Assembléa Constituinte se realizarão no dia 3 de maio de 1933, observados o decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 e os que, em complemento delle, foram ou vierem a ser expedidos pelo Governo.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.
José Fernandes Leite de Castro.
Oswaldo Aranha.
Protogenes P. Guimarães.
Afranio de Mello Franco.
Joaquim Pedro Salgado Filho.
Mario Barbosa Carneiro, encarregado do Expediente do Ministro da Agricultura, na ausencia do ministro
Fernando Augusto d'Almeida Brandão, encarregado do Expediente, na ausencia do Ministro da Viação e Obras Publicas.

DECRETO N. 21.416 — DE 17 DE MAIO DE 1932

Estabelece providencias sobre a reducção do quadro de auxiliares de Consulado

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados dos Unidos do Brasil:

Attendendo ao que dispõe o art. 13 do decreto n. 19.597, de 19 de janeiro de 1931, sobre a reducção do quadro de auxiliares de Consulado, resolve:

Art. 1°. As vagas existentes ou que occorrerem no quadro dos auxiliares de Consulado effectivos não serão preen-

chidas, ficando automaticamente extinctos os respectivos logares, até o quadro ficar reduzido ao numero de concoenta auxiliares, conforme foi estipulado no referido art. 13 do decreto n. 19.597.

Art. 2°. O saldo orçamentario resultante da suppressão de taes cargos, no corrente anno, será transferido para a verba 3ª, 6ª sub-consignação, auxiliares contractados, do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1923, 111° da Independencia e 44° da Republica.

Getulio Vargas.
A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.417 — DE 17 DE MAIO DE 1932

Promulga o accôrdo commercial, entre o Brasil e a Italia, firmado no Rio de Janeiro a 28 de novembro de 1931

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados dos Unidos do Brasil:

Tendo approvado o accôrdo commercial, celebrado entre os Governos da Republica dos Estados Unidos do Brasil e da Italia, e firmado no Rio de Janeiro aos 28 de novembro de 1931; e havendo-se effectuado a troca dos respectivos instrumentos de ratificação, nesta mesma cidade, aos 11 do corrente:

Decreta que o referido accôrdo, appenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

Getulio Vargas.
A. de Mello Franco.

Getulio Dornelles Vargas, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil

e a Italia, por seus respectivos Plenipotenciarios, foi concluido e assignado, no Rio de Janeiro, aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e um, o accôrdo commercial do teôr seguinte:

Le Gouvernement Brésilien et le Gouvernement Italien, désirant favoriser les relations économiques entre les deux pays jusqu'à la stipulation d'un traité de commerce qu'ils s'engagent à concluire le plus tôt possible et par lequel ces relations soient arrêtées d'une manière complète et définitive, sont convenus de régler pendant ce temps la matière des échanges réciproques en conformité des dispositions suivantes:

Article 1. Les Hautes Parties contractantes conviennent de s'accorder réciproquement le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisée pour tout ce qui concerne les droits de douane et tous droits accessoires, le mode de perception des droits ainsi que pour les règles, formalités et charges auxquelles les opérations de dédouanement pourraient être soumises.

En conséquence, les produits naturels ou fabriqués originaires de chacune des Hautes Parties contractantes ne seront en aucun cas assujettis, sous les rapports susvisés, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature originaires de tout autre pays étranger.

De même les produits naturels ou fabriqués exportés du territoire de chacune des Hautes Parties contractantes à destination du territoire de l'autre Partie ne seront en aucun cas assujettis, sous les mêmes rapports, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les mêmes produits destinés au territoire de tout autre pays étranger.

Tous les avantages, faveurs, privilèges et immunités qui ont été ou seront accordés à l'avenir par l'une des deux Hautes Parties contractantes dans la matière susdite aux produits naturels ou fabriqués orginaires d'un autre pays étranger ou destinés au territoire d'un autre pays étranger seront appliqués immédiatement et sans compensation aux produits de

même nature originaires de l'autre partice contractante ou destinés au territoire de cette partie.

Sont exceptées, toutefois, des engagements formulés au présent article les faveurs actuellement accordées ou qui pourraient être accordés ultérieurement aux E'tats limitrophes pous faciliter le trafic frontière ainsi que celles résultant d'une union douanière.

ARTICLE 2. Le présent accord qui remplacera à tous les effets l'accord provisoire italo-brésilien du 5 juillet 1900 sera ratifié et les ratifications en seront échangées à Rio de Janeiro le plus tôt possible.

Il pourra, toutefois, entrer en vigueur dans le plus bref délai à titre provisoire par échange de notes.

En foi de quoi, le délégué du Gouvernement Brésilien, Docteur Afranio de Mello Franco, Ministre des Affaires Etrangères et le délégué du Gouvernement Italien, Chevalier de Grand Croix Vittorio Cerruti, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotenciaire auprès du Gouvernement Brésilien, ont signé le présent accord et l'ont muni de leurs sceaux.

Fait à Rio de Janeiro, en double exemplaire, le 28 du mois de novembre mil neuf cent trente et un.

A. DE MELLO FRANCO. (L. S.)
V. CERRUTI. (L. S.)

E, declarando approvado o mesmo accôrdo, cujo teôr fica acima transcripto, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte e tres de fevereiro de mil novecentos e trinta e dois 111° da Independencia e 44° da Republica.

(L. S.) GETULIO VARGAS.
Afranio de Mello Franco.

(Traducção official)

O Governo brasileiro e o Governo italiano, desejosos de favorecer as relações economicas entre os dois paizes até a

celebração de um tractado de commercio, que se comprometttem a concluir o mais breve possivel, pelo qual essas relações sejam fixadas de modo completo e definitivo, concordaram em regular, durante esse tempo, a questão das trocas reciprocas, de conformidade com as disposições seguintes:

Artigo I. As altas partes contractantes concordam em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

Consequentemente, os productos naturaes ou fabicados, originarios de cada uma das altas partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz estrangeiro.

Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das altas partes contractantes, com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz estrangeiro.

Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das altas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de outro paiz estrangeiro ou destinados ao territorio de outro pais estrangeiro, serão applicados immediatamente, e sem compensação, aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos formulados no presente artigo os favores actualmente concedidos ou que

possam ser ulteriormente concedidos a paizes limitrophes, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os favores que resultem de uma união aduaneira.

Artigo II. O presente accôrdo, que substituirá, para todos os effeitos, o accôrdo provisorio italo-brasileiro, de 5 de julho de 1900, será ratificado e as suas ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, o mais breve possivel.

Poderá, entretanto, entrar em vigor dentro do mais curto prazo, a titulo provisorio, por troca de notas.

Em fé do que, o delegado do Governo brasileiro, doutor Afranio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores e o delegado do Governo italiano, Cavalleiro de Grã-Cruz, Vittorio Cerruti, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto ao Governo brasileiro, assignaram o presente accôrdo e nelle appuzeram os seus sellos.

Feito no Rio de Janeiro, em dois exemplares, aos 28 do mez de novembro de mil novecentos e trinta e um.

(L. S.) *A. de Mello Franco.*
(L. S.) *V. Cerruti.*

DECRETO N. 21.437 — DE 24 DE MAIO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre asylo, da 6ª Conferencia Internacional Americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica Dominicana, a 8 de abril ultimo, da Convenção sobre asylo, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia Internacional Americana, conforme communicação feita pela União panamericana á Embaixa do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.438 — DE 24 DE MAIO DE 1932

Manda que o dia 2 de junho do corrente anno seja feriado nacional

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados dos Unidos do Brasil:

Attendendo a que as cerimonias commemorativas do 50° anniversario da morte de Giuseppe Garibaldi interessam vivamente á Nação;

Attendendo a que a epopéa garibaldina está associada á figura da heroina brasileira Annita Garibaldi:

Resolve decretar feriado nacional o dia 2 de junho proximo, no qual se commemorará o 50° anniversario do fallecimento do grande general libertador.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

Mario Barbosa Carneiro, encarregado do Expediente da Agricultura.

José Fernandes Leite de Castro.

Protogenes Pereira Guimarães.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Francisco Campos.

Fernando Augusto de Almeida Brandão, encarregado do Expediente na ausencia do Ministro da Viação e Obras Publicas.

Oswaldo Aranha.

DECRETO N. 21.455 — DE 31 DE MAIO DE 1932

Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, da Convenção sobre transporte aereo internacional, firmada em Varsovia a 12 de outubro de 1929

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Em additamento ao decreto n. 20.704, de 24 de novembro de 1931, pelo qual foi promulgada a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, assignada em Varsovia a 12 de outubro

de 1929, por occasião da Segunda Conferencia Internacional de Direito Privado Aereo, faz publicos os depositos das ratificações dessa Convenção, por parte da Espanha, da Rumania e da Yugoslavia, conforme communicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Polonia á Legação do Brasil em Varsovia.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.487 — DE 7 DE JUNHO DE 1932

Publica a adhesão da Ethiopia á Convenção Telegraphica Internacional, firmada em São Petersburgo, a 10|22 de julho de 1875

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Ethiopia á Convenção Telegraphica Internacional, assignada em São Petersburgo, a 10/22 de julho de 1875, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Belgica nesta capital, por nota de 1 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Afranio de Mello Franco.

(Traducção official).

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1932:

Sr. Ministro:

De conformidade com o artigo 18 da Convenção Telegraphica Internacional, assignada em São Petersburgo, a 10/22 de julho de 1875, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por carta de 20 de fevereiro de 1932, o Governo ethiope notificou ao Governo belga a sua adhesão á dita Convenção e ao Regulamento annexo (revisão de Bruxellas, 1928), e a respectiva inscripção na sexta classe para

a sua participação nas despesas da Repartição Internacional da União.

Aproveito a opportunidade, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

O Embaixador da Belgica — *F. Peltzer.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro da Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

DECRETO N. 21.532 — DE 14 DE JUNHO DE 1932

Faz publicas as ratificações e as adhesões, por parte de varios paizes, relativamente á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do traphico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Em additamento ao decreto n. 21.188, de 22 de março ultimo, pelo qual foi promulgada a Convenção Internacional para a rpressão da circulação e do traphico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923, faz publico que os seguintes paizes effectuaram o deposito dos respectivos instrumentos de ratificação da dita Convenção: Albania, Allemanha, Austria, Belgica (inclusive o Congo belga e o territorio sob mandato do Ruanda-Urondi), Bulgaria, China, Dantzig (Cidade Livre), Dinamarca (com reservas), Espanha, Finlandia, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Grecia, Hungria, India, Irlanda (Estado livre), Italia, Lettonia, Luxemburgo (com reservas), Monaco, Nova-Zelandia (inclusive o territorio sob mandato da Samôa occidental), Paizes-Baixos (inclusive as Indias neerlandezas, Surinam e Curaçau), Polonia, Portugal, Rumania, Sião (com reservas), Suissa, Tchecoslovaquia, Turquia, União sul-africana (inclusive o Sudoeste africano), e Yugoslavia; e que á mesma Convenção adheriram: Bahama, Barbada, Basutolandia, Bermudas, Betchuanalandia, Canadá, Ceilão, Chypre, Costa do Ouro, Egypto, Estabelecimentos do Estreito, Estados malaios federados, Estados malaios não federados (Bhunei, Johore, Kedalt, Kelantan, Trenagganu), Fidgi, Gambia, Gibraltar, Guyana britannica, Honduras britannicas, Hong-Kong, Ilhas de Barlavento, Ilhas Falkland, Ilhas Gilbert e Ellice (colonia), Ilhas Salomão (protectorado bri-

tannico), Ilhas de Sotavento, Irak, Jamaica, Kenia, Malta, Mauricia, Niassa, Nigeria, Noruega, Palestina, Rhodesia do Norte, Rhodesia do Sul, Santa Helena, São Marinho, Serra Leôa, Seychelles, Somala, Suzilandia, Tanganyika (territorio), Terra-Nova, Transjordania, Trinidad, Uganda e Zanzibar.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.533 — DE 14 JUNHO DE 1932

Faz publicas as ratificações e as adhesões, por parte de varios paizes, no que concerne ao Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, firmado em Genebra, a 24 de setembro de 1923

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Em additamento ao decreto n. 21.187, de 22 de março ultimo, pelo qual foi promulgado o Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, assignado em Genebra, a 24 de setembro de 1923 faz publico que os seguintes paizes effectuaram o deposito dos respectivos instrumentos de ratificação do dito Protocollo: Albania, Allemanha, Austria, Belgica (com reserva), Dinamarca (com reserva, Espanha (com duas reservas), Estonia (com reserva), Finlandia, França (com duas reservas), Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (com reserva), Grecia, Italia (com reserva), Japão, Luxemburgo (com reserva), Monaco (com reserva), Noruega, Nova-Zelandia, Paizes-Baixos — inclusive as Indias neerlandezas, Surinam e Curaçau — (com duas reservas, Polonia (com reserva), Portugal (com duas reservas), Rumania (com reserva), Sião, Suecia, Suissa e Tchecoslovaquia; e que ao mesmo Protocollo adheriram: Bahama, Ceilão, Chosen, Taiwan, Karafuto, o territorio de arrendamento de Koung-Toung, os territorios sobre os quaes o Japão exerce o seu mandato, Costa do Ouro (inclusive Achanti e os territorios septentrionaes da Costa do Ouro e Togo), Gambia, Gibraltar, Granada, Santa Lucia e São Vicente, Guyana britannica, Honduras britannicas, Ilhas de Sotavento, Ilhas Falkland, Irak e Palestitna, Jamaica (com as Ilhas Turcos e Caicos e as Ilhas Caiman, Kenia, Matta, Maricia, Rhodesia do Norte,

Rhodesia do Sul, Santa Helena, Tanganyika, Terra Nova, Uganda e Zanzibar.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.534 — DE 14 DE JUNHO DE 1932

Faz publicas as assignaturas, por parte de varios paizes, do Protocollo relativo á entrada em vigor da Convenção Internacional do opio, firmada na Haya a 23 de janeiro de 1912

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, até a presente data, conforme communicações officiaes recebidas pelo Ministerio das Relações Exteriores, assignaram o Protocollo relativo á entrada em vigor da Convenção Internacional do opio, firmada na Haya a 23 de janeiro de 1912, ou foram delle considerados signatarios, além do Brasil, os seguintes paizes: Albania, Allemanha, Australia, Austria, Belgica, Bolivia, Bulgaria, Canadá, Chile, China, Colombia, Costa-Rica, Cuba, Dantzig, Dinamarca, Dominicana (Republica), Equador, Espanha, Estados Unidos da America, Estonia, Finlandia, França, Grã-Bretanha, Grecia, Guatemala, Haiti, Honduras, Hungria, India, Irlanda (Estado livre), Islandia, Italia, Japão, Lettonia, Liberia, Luxemburgo, Mexico, Monaco, Nicaragua, Noruega, Nova-Zelandia, Paizes-Baixos, Panamá, Perú, Polonia, Portugal, Rumania, Salvador, Sião, Suecia, Suissa, Tchecoslovaquia, União Sul-Africana, Uruguay, Venezuela e Yugoslavia.

Rio de Janeiro 14 de junho de 1932, 111º da Independencia e 44º da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.553 — DE 17 JUNHO DE 1932

Dispõe sobre a representação desportiva do Brasil á 10ª *Olympiada Mundial, a realizar-se em Los Angeles*

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando o interesse despertado em todas as nações pela 10ª Olympiada Mundial, a realizar-se em Los Angeles,

Estados Unidos da America do Norte, no mez de julho proximo vindouro;

Considerando que o Governo Provisorio, officializando a representação desportiva nacional corresponde ao sentimento geral da mocidade do paiz;

Decreta:

Art. 1°. A representação desportiva do Brasil ás Olympiadas de Los Angeles constituirá serviço publico federal, nos termos deste decreto, e em taes condições ficam autorizados a della participar os magistrados officiaes do Exercito e da Marinha, alumnos das escolas militares e civis, inferiores e praças das classes armadas e quaesquer funccionarios publicos federaes, cuja presença fôr reconhecida indispensavel pela Confederação Brasileira de Desportos.

Art. 2°. A licença será pelo prazo de tres mezes e concedida sem prejuizo de quaesquer regalias ou vantagens inherentes aos cargos daquelles a quem aproveitar, inclusive vencimentos e contagem de tempo que lhes serão integralmente abonados.

Paragrapho unico. A licença será concedida ao membro da representação brasileira pelo Ministerio a que estiver subordinado, mediante requerimento encaminhado pela Confederação Brasileira de Desportos.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Protogenes Guimarães.

Oswaldo Aranha.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Afranio de Mello Franco.

José Fernandes Leite de Castro.

Fernando Augusto de Almeida Brandão, encarregado do expediente, na ausencia do ministro da Viação e Obras Publicas.

Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura, na ausencia do ministro.

DECRETO N. 21.563 — DE 22 DE JUNHO DE 1932

Corrige a redacção do paragrapho unico do art. 6° do decreto n. 21.305, de 19 de abril de 1932

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 1° do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Artigo unico. Fica corrigida a redacção do paragrapho unico do art. 6° do decreto n. 21.305, de 19 de abril de 1932, pela seguinte fórma:

"Das dotações papel — material — ficam igualmente transferidas as importancias correspondentes a cincoenta por cento (50 %) dos saldos existentes em cada uma das tres sub-consignações — Material Permanente, Material de Consumo e Diversas Despesas".

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.576 — DE 27 DE JUNHO DE 1932 (*)

Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições contidas no art. 1°, do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Art. 1°. Aos funccionarios publicos federaes, civis ou militares, activos ou inactivos, aos operarios, mensalistas e diaristas a serviço da União, bem como ás pensionistas de meio soldo ou montepio, quando maiores, é permittido requerer consignações em folha de vencimentos, da importancia necessaria ao pagamento de compromissos assumidos com as instituições designadas no art. 3°, observadas as disposições deste decreto:

Art. 2°. Os compromissos que podem ser pagos por consignações em folha de pagamento são:

(*) Decreto n. 21.576, de 27 de Junho de 1932 — Rectificação publicada no *Diario Official* de 23 de julho de 1932:

Leia-se assim a alinea *b*, do art. 21 deste decreto: "*b*) os prazos e as importancias serão os prescriptos no artigo 33".

E na tabella annexa ao referido decreto, leia-se na 6ª linha da 3ª columna: "82$700", e não 827$000.

a) juros e amortização de emprestimos em dinheiro;

b) aluguel de casa;

c) contribuição para beneficencia e mensalidade de associações de classe, as quaes, conjuncta ou separadamente, não poderão exceder de 5 % dos vencimentos;

d) quota em beneficio de pessôa de familia, quando ausente o funccionario, chefe da familia;

e) quota para acquisição de mercadorias e generos de primeira necessidade (vestuario, alimento e medicamentos), feita ás associações de classe que possuam armazens proprios;

f) fianças e cauções para garantia do exercicio do proprio cargo;

g) acquisição de casas e terrenos;

h) quotas para pagamento de educação dos filhos do consignante, quando estabelecidas a favor de institutos de ensino reconhecidos pelo Governo;

i) quotas para depositos nas caixas economicas, ou caixas de economias das proprias associações beneficentes.

§ 1°. Não serão admittidos em folha de pagamento outros descontos, salvo para indemnizar dividas com a Fazenda Nacional, para pagar assignaturas do *Diario Official* ou do *Diario da Justiça*, e para satisfazer impostos, taxas e contribuições para montepio, peculio, pensões, aposentadorias ou outras quaesquer a que os funccionarios por lei forem obrigados.

§ 2°. Os descontos a favor dos cofres publicos terão preferencia sobre quaesquer outros.

DOS CONSIGNATARIOS

Art. 3°. Podem ser consignatarios:

a) Caixas Economicas Federaes autonomas e suas filiaes;

b) Instituto de Previdencia dos Funccionarios Publicos da União;

c) Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado;

d) Club Militar;

e) Club Naval;

f) Pessoas de familia do associado, nos casos da letra *d* do artigo anterior;

g) Proprietarios de predio alugado ou consignado;

h) Associações de classe, formadas por servidores do Estado, de carcter beneficente, organizadas como sociedades

civis, de accôrdo com o Codigo Civil, art. 16, I, e que obedeaçm ás prescripções deste decreto;

i) Institutos de ensino reconhecidos pelo Governo:

j) Sociedades e estabelecimentos de credito, quando devidamente autorizados.

Paragrapho unico. As instituições de classe, funccionarão de accôrdo com os estatutos ou regulamentos já approvados pelo Governo ou que o venham a ser de futuro.

Art. 4°. As associações de classe podem ser constituidas exclusivamente por funccionarios de uma só classe, de uma só repartição, de um só Ministerio ou, em geral, por quaesquer servidores do Estado, conjunctamente com servidores estaduaes, muncipaes, mulheres dos associados e pensionistas de meio soldo e de montepio.

Art. 5°. Nessas associações a totalidade da renda, deduzidas as despesas de custeio e manutenção, será destinada a beneficio dos associados e, no caso de morte destes, ao de sua familia, a titulo de auxilio para funeral, pensão ou outros fins de utilidade.

Art. 6°. As associações de classe só com seus associados podem fazer transacções de emprestimos ou de fornecimento de mercadorias, mediante consignação em folha.

Art. 7°. Nas associações de classe, as vantagens de beneficencia poderão ser não só proporcionaes ás contribuições para esse fim creadas e accessiveis a qualquer associado, como á antiguidade e á idade de cada um ou aos serviços ou auxilios prestados.

Art. 8°. O gozo das beneficencias poderá depender de intersticio nunca maior de 12 meses, a contar da entrada do associado ou do inicio das contribuições especiaes, que forem para tal fim estabelecidas. O interticio para o gozo das pensões de montepio poderá ser elevado ao maximo de 30 mezes.

Art. 9°. Nenhum consignatario poderá descontar, no todo ou em parte, dos beneficios a que tenha direito, por lei, a familia do consignante, prejuizos de emprestimo verificados com a morte deste.

Paragrapho unico. A disposição deste artigo não comprehende as associações de classe em que a mensalidade do associado não exceda de 5$000 (cinco mil réis), descontada a qualquer titulo.

Art. 10. Os membros da Directoria das associações de classe exercerão os cargos gratuitamente.

DAS CONSIGNAÇÕES

Art. 11. As consignações serão averbadas em folha de pagamento desde que, para cada caso, satisfaçam as exigencias e formalidades presciiptas neste decreto e serão sempre requeridas pelo funccionario ao director ou chefe das repartições averbadoras.

Art. 12. As consignações, em sua totalidade ,não poderão exceder de 40 % (quarenta por cento) dos vencimentos, diarias e jornaes; dentro deste limite poderá o consignante transigir como lhe convier para qualquer dos fins autorizados no art. 2° ou para diversos delles simultaneamente.

Paragrapho unico. Em hypothese alguma a segunda parte dos vencimentos poderá ser objecto de consignação ou cessão.

Art. 13. Não poderão ser averbadas consignações por prazo superior a 48 mezes, salvo para acquisição de terrenos ou predios, aluguel de casa, quota para pessoa de familia, beneficencia e mensalidade das associações de classe, fianças e cauções para garantia do exercicio do proprio cargo.

Art. 14. As consignações serão feitas mediante contractos assignados por ambas as partes, delles se tirando copias que pertencerão aos archivos das repartições averbadoras; os contractos serão visados pelos chefes dessas repartições ou, por delegação destes, pelos respectivos chefes de serviço.

§ 1°. Da averbação se dará certidão com todos os requisitos constantes do respectivo pedido.

§ 2°. E' absolutamente prohibida a intervenção de terceiros em assumpto referente á averbação de consignações.

Art. 15. Dentro do prazo estipulado não poderá a consignação ser suspensa ou modificada em qualquer sentido não previsto neste decreto, a menos que nisso convenham as duas partes interessadas, que o requererão em conjuncto á repartição averbadora, ou fique provada a quitação do compromisso assumido.

§ 1°. Esgotado o prazo sem que tenha havido interrupção nos pagamentos, a repartição suspenderá *ex-officio*, o respectivo desconto em folha.

§ 2°. No caso de interrupção, o prazo será dilatado quanto necessario para o pagamento das consignações em debito e dos juros de móra, quando estes forem devidos, na forma do art. 36 e paragrapho unico.

Art. 16. As consignações serão pagas ,até final dos respectivos prazos, nas mesmas repartições que as tiverem averbado, ainda quando os consignantes venham a ser transferidos para outras repartições do mesmo Ministerio.

Paragrapho unico. Para esse fim ficará na repartição averbadora o credito necessario, do que se fará expressa menção na guia de transferencia, ficando, porém, subordinada a entrega da consignação á prova de que o consignante esteve no exercicio de suas funcções.

Art. 17. O pagamento das consignações estabelecidas pelos funccionarios em actividade se fará no mez immediato áquelle a que se referirem e independe do recebimento dos respectivos vencimentos; nenhuma razão poderá obstar a esse pagamento, salvo os casos verificados de divida á Fazenda Nacional, fallecimento, exoneração ou defficiencia de vencimentos.

§ 1°. Quando occorrerem as hypotheses a que allude o final deste artigo, a repartição dará immediato conhecimento á Secção de Consignações referida no art. 24; o mesmo será observado pelas repartições para onde tenham sido transferidos os consignantes, em relação áquellas ás quaes incumbe o pagamento das consignações destes.

§ 2°. E' obrigatorio o desconto das consignações sempre que se effectuar o pagamento de vencimentos aos consignantes, não havendo motivo algum, não previsto neste decreto, que justifique a omissão, reducção ou suspensão do pagamento dessas consignações, pelas quaes ficará responsavel o encarregado das respectivas folhas ou a autoridade que ordenar taes providencias sem annuencia de ambos os interessados.

Art. 18. As consignações estabelecidas pelos funccionarios inactivos ou pensionistas de meio soldo e montepio só poderão ser pagas após os recebimentos dos respectivos vencimentos ou pensões.

Paragrapho unico. Quando taes vencimentos ou pensões forem pagos por outras repartições, compete a estas darem immediato aviso de pagamento ás repartições averbadoras, cabendo-lhes tambem communicar o fallecimento desses inactivos ou pensionistas, para cancellamento das consignações e sciencia dos consignatarios.

Art. 19. As consignações respondem pelas dividas que se verifiquem sobre anteriores pagamentos e sempre que o consignatario tenha recebido qualquer quantia indevida, ser-lhe-á o facto communicado para immediata restituição ou deducção no primeiro pagamento que se haja de effectuar.

Art. 20. No acto do pagamento aos consignatarios se descontará 1/2 % sobre o valor das consignações de qualquer natureza, para custeio do respectivo serviço.

Art. 21. As consignações, para serem averbadas, deverão satisfazer ás seguintes condições:

I — Para emprestimos em dinheiro:

a) dos requerimentos de averbação e dos contractos deverão constar o nome, categoria, repartição do requerente, remuneração que percebe e a natureza desta; a importancia e prazo do emprestimo, taxa de juro, valor da consignação mensal e o nome da instituição a cuja favor é a mesma estabelecida; a faculdade de poder o consignante liquidar o seu debito antes do prazo e de effectuar a reforma do emprestimo após o decurso de um quarto do prazo fixado no contracto; bem assim a declaração de que ambas as partes se sujeitam aos dispositivos deste decreto. São dispensados dessas exigencias a Caixa Economica e o Instituto de Previdencia dos Funccionarios Publicos da União, que obedecem a leis especiaes e continuarão a ser regulados pelos dispositivos vigentes;

b) os prazos e as importancias serão os prescriptos no artigo 33.

II — Para aluguel de casa:

a) a averbação será requerida em conjuncto pelo funccionario consignante e pelo consignatario, mencionando as condições de locação, inclusive as contractuaes, quando houver;

b) os interessados deverão provar por qualquer meio habil, a juizo da repartição averbadora, que a consignação se destina, effectivamente, áquelle fim;

c) essa consignação poderá ser averbada sem prazo e a sua suspensão dependerá de solicitação subscripta pelo consignatario e pelo consignante, simultaneamente, ou sómente por este ultimo, que provará não mais habitar a casa e achar-se quite com o proprietario ou fiador.

III — Para contribuição de beneficencia e mensalidade das associações de classe:

a) poderá ser averbada sem prazo, a pedido do consignante, desde que o consignatario seja uma associação de classe de que trata este decreto;

b) poderá ser suspensa, a pedido do consignante, desde que este prove a quitação de todos os compromissos acaso contrahidos com o consignatario.

IV — Para pessoa de familia durante a ausencia do funccionario:

a) será requerida pelo consignante, que indicará o valor da consignação, o motivo da ausencia, o nome e o grao de parentesco da pessôa a quem deve ser paga;

b) não terá prazo e será suspensa, a pedido do consignante ou logo que a repartição tenha conhecimento da cessação de sua ausencia.

V — Para acquisição de mercadorias e generos de primeira necessidade:

a) será requerida pelo consignante, com todas as indicações necessarias;

b) os consignatarios deverão ser associações de classe, de que trata o art. 3°, ou qualquer das outras alli autorizadas a transigir mediante consignações em folha;

c) os consignatarios deverão possuir armazens de generos e mercadorias para exclusivo fornecimento aos seus associados, com *stock* sufficiente, a juizo da Consultoria da Fazenda Publica, que examinará a respectiva escripturação e inventario sempre que julgar conveniente;

d) poderá ser suspensa ou modificada, a requerimento de ambos os interessados ou sómente do consignante, uma vez que este junte prova de plena quitação dos compromissos assumidos com o consignatario.

VI — Para fianças e cauções para garantia do exercicio do proprio cargo:

a) será averbada, a requerimento do consignante, com todas as indicações necessarias e, obedecidas as limitações deste decreto, será estabelecida de accôrdo com os estatutos das associações de classe, unicas a cujo favor poderá ser admittida;

b) será suspensa a requerimento subscripto em conjuncto pelo consignatario e pelo consignante ou, a pedido deste, desde que faça prova de haver cessado o motivo que a determinou.

VII — Para acquisição de terrenos e casas de moradia:

a) será requerida pelo consignante, com as necessarias indicações, obedecidas as limitações deste decreto, e o pagamento da consignação só se fará depois de provada, por meio habil, a propriedade em favor do consignante e de preenchidas as formalidades que forem adoptadas para taes acquisições; até então será descontada em folha, mas ficará em deposito á disposição de quem de direito;

b) será suspensa a requerimento feito em conjuncto pelo consignatario e pelo consignante ou, a pedido deste, provada a plena quitação com aquelle.

VIII — Para educação de filhos do consignante:

a) será requerida pelo interessado com expressa declaração do fim a que se destina, dependendo a sua averbação de consentimento do inspector de ensino, ou de quem as suas vezes fizer, sob cuja vista deverá correr a applicação da consignação;

b) do requerimento constará o nome do estabelecimento a cujo favor é averbada a consignação e o prazo desta;

c) a suspensão antes do prazo dependerá de prova de quitação ou autorização do inspector de ensino respectivo.

Art. 22. A's instituições referidas no art. 3° é licito operar em qualquer das modalidades permittidas no art. 2°, letras *a, b, c, d,* e *g,* simultaneamente, mas, para cada uma, deverão requerer ao Ministerio da Fazenda a necessaria autorização, quando não a possuir ainda. Ouvida a Consultoria da Fazenda, poderá ser concedida essa autorização, desde que a interessada satisfaça todas as condiões previstas neste decreto

e se sujeite á fiscalização especial que fôr determinada, segundo o caso.

Art. 23. A averbação da consignação requerida para emprestimo obriga o consignatario a attender ao consignante dentro de quinze dias da apresentação da respectiva certidão, sob pena de ser annullada essa averbação e imposta a multa de 10 % sobre o valor da transacção recusada ou retardada sem justo motivo. Essa multa será recolhida aos cofres publicos, como renda eventual da União.

Art. 24. As repartições pagadoras organizarão, fóra das horas de expediente e com o seu proprio pessoal, sem prejuizo do serviço que lhe compete, uma secção encarregada do serviço de consignações, por onde correrão, obrigatoriamente, todos os processos concernentes ao assumpto ou que com elle se relacionem.

Art. 25. A' Secção de Consignações, que terá o numero de funccionarios determinado pelo chefe superior ou director da respectiva repartição, compete:

a) Averbar, expedir ordens de pagamento e suspender todas as consignações previstas neste decreto;

b) Declarar expressamente nas guias de transferencia dos funccionarios, de uma para outras repartições, se elles têm consignações e especifical-as por valores, prazos, natureza dos compromissos e nome dos consignatarios;

c) Declarar nas mesmas guias que fica retido na repartição expedidora o credito necessario para o serviço de consignações, observado o paragrapho unico do art. 16;

d) Conferir as relações do consignante que, mensalmente e em duas vias, deverão ser-lhe apresentadas pelos consignatarios, afim de se poder effectuar o pagamento das consignações descontadas;

e) Fazer, nas duas vias dessas relações, todas as annotações attinentes ás alterações que se verificarem relativamente aos consignantes e ás consignações, declarando os motivos que as hajam determinado, taes como exonerações, transferencias, aposentadorias, fallecimentos e o mais que possa interessar ao respectivo pagamento;

f) Fazer archivar a 1ª via e restituir a 2ª aos consignatarios com a autorização do pagamento;

g) Informar e providenciar para regularidade do serviço, em tudo que se referir ao assumpto do presente decreto.

Art. 26. A Secção de Consignações será constituida, de preferencia, pelos encarregados da confecção de folhas de pagamento do pessoal, com tirocinio desse serviço, que será executado cumulativamente com aquelle.

Art. 27. Aos funccionarios da Secção de Consignações se abonará uma gratificação mensal que será custeada com 70 % da renda produzida pela taxa de 1/2 % cobrada sobre as consignações na forma do art. 20.

Art. 28. Cada repartição apurará mensalmente a renda dessa taxa, que será, igualmente, distribuida pelo respectivo director ou chefe entre os funccionarios da Secção, na proporção estabelecida pelo artigo anterior, sendo os restantes 30 % incorporados á receita geral da Republica, como indemnização do material despendido no serviço.

Art. 29. Os funccionarios da Secção de Consignações ficam responsaveis pelos erros e omissões que commetterem, e sujeitos ás penalidades que os regulamentos prescrevem para falta de exacção no cumprimento dos deveres.

Art. 30. Nenhuma guia será acceita nas repartições destinatarias ou em processos de aposentadoria esm que dellas constem as declarações determinadas no art. 25.

DOS EMPRESTIMOS E DOS JUROS

Art. 31. O pagamento dos emprestimos, de que trata este decreto, será feito por consignações em folha, procedendo-se de conformidade com as prescripções aqui regulamentadas e archivando-se as copias de que trata o art. 14.

Art. 32. O funccionario que quizer contrahir emprestimo a ser pago por consignação em folha deverá requerer averbação da mesma, nos termos do art. 21, bem como certidão da averbação feita, a qual será por elle entregue ao consignatario, mediante recibo datado, afim de assistir-lhe o direito de reclamação nos casos do art. 23.

Art. 33. Os emprestimos poderão ser contrahidos nos prazos de 6, 12, 18, 24, 36 ou 48 mezes e as respectivas importancias poderão variar, a partir de duzentos mil réis (200$). A importancia a emprestar será calculada em funcção da consignação, de modo que o capital mutuado, accrescido dos juros respectivos, segundo a taxa e o prazo, seja amortizado por consignações mensaes de 5$000 e seus multiplos, conforme a tabella annexa.

§ 1°. Sómente nos emprestimos superiores de 5:000$000 e em prazo maior de 48 mezes, para acquisição de terrenos e casa de moradia (art. 21 — VII), poderá ser exigida a garantia especial além da consignação, a qual será constituida por seguro de vida ou taxa addiccional, não superior a 2 % ao anno sobre o valor do emprestimo, paga no acto da realização deste. Nesses dois casos o immovel não será gravado com outro qualquer onus.

§ 2°. Quando se contractar que a garantia seja um seguro de vida, a importancia total ao mesmo correspondente em cada anno será dividida em 12 prestações mensaes, descontadas em folha juntamente com a consignação do emprestimo, disso fazendo-se expressa menção no contracto a ser averbado, cabendo ao consignatario a responsabilidade do seu pagamento.

§ 3°. O titulo do seguro será devolvido ao consignante, uma vez que o emprestimo haja sido integralmente liquidado.

Art. 34. Os juros nos emprestimos serão calculados á taxa de 12 % ao anno, no prazo maximo de 24 mezes, sobre a quantia realmente devida, podendo, nas mesmas condições, a taxa ser elevada até 15 % e 18 % ao anno, quando os prazos forem, respectivamente, de 36 e 48 mezes.

§ 1°. O consignante se obrigará ao pagamento de sellos e despesas decorrente do recebimento de consignações que, por qualquer motivo, venham a ser pagas fora do domicilio do consignatario.

§ 2°. As consignações serão escripturadas em contas-correntes nominaes para cada consignante, segundo os preceitos de contabilidade commercial.

Art. 35. Ao consignante é sempre facultado liquidar o seu debito antes do prazo, ou reformar o emprestimo depois de esgotada a quarta parte desse prazo.

§ 1°. Essa liquidação não comprehende os casos de diminuição ou augmento de consignação.

§ 2°. Em ambos os casos ser-lhe-ão restituidos os juros relativos ao periodo não decorrido para o pagamento total.

Art. 36. Os consignantes que tiverem sido exonerados, uma vez readmittidos ou nomeados para outros cargos federaes, ficam obrigados ao pagamento das consignações interrompidas pela exoneração e aos juros de móra, descontados sómente no periodo decorrido da readmissão ou nomeação até o restabelecimento da consignação. Ficam sujeitos ao mesmo juro de móra os consignantes que, por qualquer motivo, excepto insufficiencia ou falta de vencimentos, deixarem de descontar a consignação devida.

Paragrapho unico. Esss juros serão cobrados pela mesma taxa dos emprestimos e incidirão sobre o saldo do capital accusado na respectiva conta-corrente.

Art. 37. Verificada a hypothese do artigo anterior, o consignatario, ouvido o fiscal, requererá á repartição competente a averbação desses juros, procedendo-se de accôrdo com o art. 15, § 2°.

Art. 38. E' licito ao consignatario exigir do consignante prova de tempo de serviço e de idade, bem como exame medico por facultativo de sua confiança, cujos honorarios correrão por sua conta, podendo tambem exigir prova da situação funccional do consignante, relativamente ás responsabilidades que possa ter para com a Fazenda Nacional no desempenho do cargo que exercer.

Paragrapho unico. Poderá o consignatario recusar a operação, antes de averbada, se, a seu criterio, verificar que o consignante, por qualquer dos motivos antes indicados ou pela precariedade do cargo, não offerece probabilidades de regular liquidação do compromisso assumido.

Art. 39. Além das taxas de juros referidas nos artigos 33 e 34, não poderão ser cobradas do funccionario contribuições, commissões, bonificações ou quaesquer importancias, a titulo de garantia, seguro de vida, expediente, averbação ou sob qualquer outro pretexto, devendo o consignatario, no

acto de realizar o emprestimo, entregar ao consignante a quantia total da transacção.

Art. 40. Em caso de morte do consignante não poderá ser cobrada dos seus herdeiros a divida restante do emprestimo contrahido, salvo a restricção do art. 9°, paragrapho unico,

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 41. Incumbe á Consultoria da Fazenda Publica fiscalizar a fiel execução do presente decreto.

Art. 42. Na Capital Federal essa fiscalização será feita pelo proprio Consultor ou pelos fiscaes que a Consultoria designar; nos Estados, ella será exercida por funccionarios designados pelos consultores das Delegacias Fiscaes, os quaes deverão exercer essa funcção dentro das instrucções que receberem da Consultoria.

Art. 43. No exercicio da fiscalização, compete ao consultor da Fazenda:

a) expedir instrucções, sob a approvação do ministro da Fazenda;

b) propor ao ministro as medidas que julgar convenientes, inclusive as modificações que a pratica indicar na execução deste decreto;

c) resolver as consultas das repartições e dos interessados sobre applicação dos textos regulamentares;

d) expedir circulares sempre que possa o assumpto interessar a generalidade dos jurisdiccionados;

e) levar ao conhecimento do ministro da Fazenda as irregularidades verificadas que merecerem punição;

f) dar parecer sobre organização e reforma de estatutos das instituições beneficiadas por este decreto;

g) intimar essas instituições a satisfazerem as reclamações que julgar procedentes, propondo ao ministro da Fazenda as medidas convenientes, no caso de não ser attendido;

h) resolver os recursos que, sobre a materia, lhe forem dirigidos, das decisões dos consultores nos Estados ou chefes de repartições no Districto Federal;

i) examinar os livros, balancetes e relatorios das instituições fiscalizadas, promovendo os meios de repressão das praticas usurarias;

j) fazer a estatistica annual das operações realizadas por meio de consignações em folha;

k) encaminhar ao ministro da Fazenda os recursos interpostos de suas decisões;

l) communicar ás repartições, em circular, quaes as instituições habilitadas, ou que venham a ser, para operar mediante consignações em folha e a natureza das operações de cada uma.

Art. 44. As instituições autorizadas a qualquer especie de consignação em folha de pagamento, ficam sujeitas a uma quota annual destinadas ao custeio da fiscalização. Essa contribuição, que será recolhida ao Thesouro Nacional, por semestres adeantados, em janeiro e julho, corresponderá a um conto de réis (1:000$000) por mil contos, ou fracção, do capital em gyro, verificado em balanço ou pelo volume das transacções.

§ 1°. Ficam isentos desse pagamento o Instituto de Previdencia dos Funccionarios Publicos da União, as Caixas Economicas e as associações beneficentes, estas quando tiverem um volume de operações, annualmente, inferior a cento e cincoenta contos de réis (150:000$000).

§ 2°. O Ministro da Fazenda fixará, de accôrdo com o que for arrecadado, a gratificação dos encarregados dessa fiscalização.

§ 3°. A falta de pagamento dessa quota determinará a suspensão do direito de transigir, mediante consignação em folha.

Art. 45. As instituições que não mais pretenderem transigir com os funccionarios publicos, poderão ser dispensadas, mediante requerimento, da quota de fiscalização, ficando-lhes cassado o direito de operar sob qualquer das formas estabelecidas neste decreto.

Art. 46. Todos os funccionarios publicos, civis ou militares, activos ou inactivos, são auxiliares da fiscalização de que trata este capitulo e devem levar ao conhecimento da Con-

sultoria ou Delegacias Fiscaes qualquer infracção deste decreto.

Art. 47. O consignatario é obrigado a fornecer ao consignante, dentro de quize dias, e sempre que lhe for requerido directamente ou por intermedio da repartição fiscalizadora, a conta-corrente de movimento de seu emprestimo realizado na data que indicar.

DAS PENALIDADES

Art. 48. A's associações de classe e demais instituições autorizadas a operar por meio de consignações em folha de pagamento, quando infringirem os dispositivos deste decreto, serão, segundo o gráo de infracção, mediante proposta do Consultor da Fazenda, applicadas pelo Ministro da Fazenda as penas de suspensão por determinado tempo, ou revogação da faculdade de que gozam, além de outras penalidades em que possam estar incursas.

No caso de suspensão ou revogação da faculdade de consignar, essas instituições continuarão a receber as consignações anteriormente averbadas, até a sua liquidação, desde que o tenham sido regularmente.

Art. 49. Os consignantes ou quaesquer funccionarios que infringirem este decreto serão passiveis de penas disciplinares, segundo o gráo da infracção, e sujeitos a processos administrativos.

Paragrapho unico. Iguaes penas serão applicadas ao funccionario que der certidão em desaccôrdo com as notas de desconto averbadas nas folhas de pagamento; que certificar ter averbado uma consignação quando não o fez; que não effectuar, no acto do pagamento dos vencimentos do consignante, os descontos constantes da respectiva folha; que omittir, nas guias de transferencia e nas transposições da folha os descontos na mesma averbados, ou que, ao averbar qualquer consignação, declarar ser esta para fim differente do requerido.

Art. 50. Toda vez que ficar apurado não se destinar a consignação ao fim para que foi requerida, serão igualmente punidos, consignante e consignatario, provado que fique ter este tambem conhecimento da irregularidade. Neste ultimo

caso, a penalidade do consignatario será o cancellamento da consignação, com perda total da transacção effectuada, devendo restituir as consignações acaso recebidas; o consignante, entretanto, além das penalidades em que possa incorrer, continuará a soffrer o desconto da consignação até o final, constituindo todas as prestações, recebidas pelo consignatario ou descontadas pelo consignante, renda eventual da União.

Art. 51. As penas deste decreto serão applicadas aos funccionarios pelos Ministros respectivos, mediante communicação da Consultoria ou do Ministerio da Fazenda; ás associações de classe e demais instituições autorizadas, pelo Ministro da Fazenda.

Quando a irregularidade se verificar nos Estados, será o processo encaminhado pela Delegacia Fiscal á Consultoria para os devidos fins.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 52. A autorização para effectuar emprestimos aos funccionarios publicos, mediante consignação em folha, na forma estabelecida por este decreto, dependerá de decreto do Poder Executivo, referendado pelo Ministro da Fazenda, e será sempre concedida a titulo precario.

§ 1°. As associações de classe e as instituições autorizadas, cujos estatutos, embora approvados por decreto do Governo, contrariarem as regras ora estabelecidas, deverão adaptal-os, no prazo maximo de tres mezes, submettendo-os ao Ministerio da Fazenda, por intermedio da Consultoria, para a necessaria approvação e consequente expedição do decreto de autorização. Findo esse prazo, será cassada a autorização ás que não se conformarem com essa determinação, facultando-lhes tão sómente a liquidação dos compromissos já consignados.

§ 2°. De identica autorização dependerão as associações de classe, instituições ou estabelecimentos de credito que desejarem iniciar ou voltar a transigir, mediante consignações em folha de pagamento.

Art. 53. Os compromissos em via de pagamento seguirão as regras e os preceitos dos regulamentos e instrucções vigentes na data em que se effectuaram.

Art. 54. Nenhuma consignação poderá ser averbada em folha de pagamento, a qualquer titulo, sem que a totalidade desses descontos fique no limite estabelecido pelo art. 12 deste decreto.

Art. 55. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Protogenes Guimarães.

Afranio de Mello Franco.

Augusto Ignacio do Espirito Santo Cardoso.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Mario Barbosa Carneiro, encarregado do expediente da Agricultura na ausencia do Ministro.

Fernando Augusto de Almeida Brandão, encarregado do expediente na ausencia do Ministro da Viação e Obras Publicas.

Francisco Campos.

TABELA PARA O CALCULO DE EMPRESTIMOS MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA, A QUE SE REFERE O ART. 33 DO DECRETO N. 21.576, DE 27 DE JUNHO DE 1932

Valor da consignação	6 meses			12 meses			18 meses		
	Capital mutuado	Juros	Total do contrato	Capital mutuado	Juros	Total do contrato	Capital mutuado	Juros	Total do contrato
5$000	$	$	$	$	$	$	$	$	$
10$000	$	$	$	$	$	$	$	$	$
15$000	$	$	$	$	$	$	246$000	24$000	270$000
20$000	$	$	$	225$100	14$900	240$000	328$000	32$000	360$000
25$000	$	$	$	281$400	18$600	300$000	410$000	40$000	450$000
30$000	$	$	$	337$700	22$300	360$000	491$900	48$100	540$000
35$000	202$800	7$200	210$000	393$900	26$100	420$000	573$900	56$100	630$000
40$000	231$800	8$200	240$000	450$200	29$800	480$000	655$900	64$100	720$000
45$000	260$800	9$200	270$000	506$500	33$500	540$000	737$900	72$100	810$000
50$000	289$800	10$200	300$000	562$800	37$200	600$000	819$900	80$100	900$000
55$000	318$800	11$200	330$000	619$000	41$000	660$000	901$900	88$100	990$000
60$000	347$700	12$300	360$000	675$300	44$700	720$000	983$900	96$100	1:080$000
65$000	376$700	13$300	390$000	731$600	48$400	780$000	1:065$900	104$100	1:170$000
70$000	405$700	14$300	420$000	787$900	52$100	840$000	1:147$900	112$100	1:260$000
75$000	434$700	15$300	450$000	844$100	55$900	900$000	1:229$900	120$100	1:350$000
80$000	463$600	16$400	480$000	900$400	59$600	960$000	1:311$900	128$100	1:440$000
85$000	492$600	17$400	510$000	956$700	63$300	1:020$000	1:393$900	136$100	1:530$000
90$000	521$600	18$400	540$000	1:013$000	67$000	1:080$000	1:475$800	144$200	1:620$000
95$000	550$600	19$400	570$000	1:069$200	70$800	1:140$000	1:557$800	152$200	1:710$000
100$000	579$500	20$500	600$000	1:125$500	74$500	1:200$000	1:639$800	160$200	1:800$000
105$000	608$500	21$500	630$000	1:181$800	78$200	1:260$000	1:721$800	168$200	1:890$000
110$000	637$500	22$500	660$000	1:238$100	81$900	1:320$000	1:803$800	176$200	1:980$000
115$000	666$500	23$500	690$000	1:294$300	85$700	1:380$000	1:885$800	184$200	2:070$000
120$000	695$500	24$500	720$000	1:350$600	89$400	1:440$000	1:967$800	192$200	2:160$000
125$000	724$400	25$600	750$000	1:406$900	93$100	1:500$000	2:049$800	200$200	2:250$000
130$000	753$400	26$600	780$000	1:463$200	96$800	1:560$000	2:131$800	208$200	2:340$000
135$000	782$400	27$600	810$000	1:519$400	100$600	1:620$000	2:213$800	216$200	2:430$000
140$000	811$400	28$600	840$000	1:575$700	104$300	1:680$000	2:295$800	224$200	2:520$000
145$000	840$300	29$700	870$000	1:632$000	108$000	1:740$000	2:377$800	232$200	2:610$000
150$000	869$300	30$700	900$000	1:688$300	111$700	1:800$000	2:459$700	240$300	2:700$000

DIVISORES FIXOS ADOTADOS

Prazo de 6 meses, juros de 12 % ao ano.. 0,172.548
Prazo de 12 meses, juros de 12 % ao ano.. 0,088.848
Prazo de 18 meses, juros de 12 % ao ano.. 0,060.982

NOTAS

Todos os estabelecimentos legalmente autorizados poderão emprestar as quantias fixadas em seus regulamentos ou estatutos, superiores ás constantes desta tabela; desde que observem a regra estabelecida no art. 33, segunda parte. Nesse caso, para o calculo do capital e juros respectivo, divide-se a importancia da consignação a ser feita pelo divisor fixo adotado, segundo o prazo; o quociente representa o capital mutuado, e a diferença entre esse capital obtido e o valor total do contrato, produto da consignação pelo prazo, será o total dos juros da operação.

Não serão admitidas, nas quantias correspondentes a capital ou a juros, frações inferiores a cem réis ($100), de acôrdo com o decreto n. 21.135, de 9 de março de 1932.

TABELA PARA O CALCULO DE EMPRESTIMOS MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA, A QUE SE REFERE O ART. 33 DO DECRETO N. 21.576, DE 27 DE JUNHO DE 1932

Valor da consignação	24 meses			36 meses			48 meses		
	Capital mutuado	Juros	Total do contrato	Capital mutuado	Juros	Total do contrato	Capital mutuado	Juros	Total do contrato
5$000	$	$	$	$	$	$	170$200	69$800	240$000
10$000	212$400	27$600	240$000	288$500	71$500	360$000	340$400	139$600	480$000
15$000	318$700	41$300	360$000	432$700	107$300	540$000	510$600	209$400	720$000
20$000	424$900	55$100	480$000	577$000	143$000	720$000	680$900	279$100	960$000
25$000	531$100	68$900	600$000	721$200	178$800	900$000	851$100	348$900	1:200$000
30$000	637$300	82$700	720$000	865$400	214$600	1:080$000	1:021$300	418$700	1:440$000
35$000	743$500	96$500	840$000	1:009$700	250$300	1:260$000	1:191$500	488$500	1:680$000
40$000	849$700	110$300	960$000	1:153$900	286$100	1:440$000	1:361$700	558$300	1:920$000
45$000	956$000	124$000	1:080$000	1:298$100	321$900	1:620$000	1:531$900	628$100	2:160$000
50$000	1:062$200	137$800	1:200$000	1:442$400	357$600	1:800$000	1:702$100	697$900	2:400$000
55$000	1:168$400	151$600	1:320$000	1:586$600	393$400	1:980$000	1:872$300	767$700	2:640$000
60$000	1:274$600	165$400	1:440$000	1:730$900	429$100	2:160$000	2:042$600	837$400	2:880$000
65$000	1:380$800	179$200	1:560$000	1:875$100	464$900	2:340$000	2:212$800	907$200	3:120$000
70$000	1:487$100	192$900	1:680$000	2:019$300	500$700	2:520$000	2:383$000	977$000	3:360$000
75$000	1:593$300	206$700	1:800$000	2:163$600	536$400	2:700$000	2:553$200	1:046$800	3:600$000
80$000	1:699$500	220$500	1:920$000	2:307$800	572$200	2:880$000	2:723$400	1:116$600	3:840$000
85$000	1:805$700	234$300	2:040$000	2:452$000	608$000	3:060$000	2:893$600	1:186$400	4:080$000
90$000	1:911$900	248$100	2:160$000	2:596$300	643$700	3:240$000	3:063$800	1:256$200	4:320$000
95$000	2:018$100	261$900	2:280$000	2:740$500	679$500	3:420$000	3:234$000	1:326$000	4:560$000
100$000	2:124$400	275$600	2:400$000	2:884$800	715$200	3:600$000	3:404$300	1:395$700	4:800$000
105$000	2:230$600	289$400	2:520$000	3:029$000	751$000	3:780$000	3:574$500	1:465$500	5:040$000
110$000	2:336$800	303$200	2:640$000	3:173$200	786$800	3:960$000	3:744$700	1:535$300	5:280$000
115$000	2:443$000	317$000	2:760$000	3:317$500	822$500	4:140$000	3:914$900	1:605$100	5:520$000
120$000	2:549$200	330$800	2:880$000	3:461$700	858$300	4:320$000	4:085$100	1:674$900	5:760$000
125$000	2:655$500	344$500	3:000$000	3:605$900	894$100	4:500$000	4:255$300	1:744$700	6:000$000
130$000	2:761$700	358$300	3:120$000	3:750$200	929$800	4:680$000	4:425$500	1:814$500	6:240$000
135$000	2:867$900	372$100	3:240$000	3:894$400	965$600	4:860$000	4:595$700	1:884$300	6:480$000
140$000	2:974$100	385$900	3:360$000	4:038$700	1:001$300	5:040$000	4:766$000	1:954$000	6:720$000
145$000	3:080$300	399$700	3:480$000	4:182$900	1:037$100	5:220$000	4:936$200	2:023$800	6:960$000
150$000	3:186$500	413$500	3:600$000	4:327$100	1:072$900	5:400$000	5:106$400	2:093$600	7:200$000

DIVISORES FIXOS ADOTADOS

Prazo de 24 meses, juros de 12 % ao ano.. 0,047.073
Prazo de 36 meses, juros de 15 % ao ano.. 0,034.665
Prazo de 48 meses, juros de 18 % ao ano.. 0,029.375

NOTAS

Todos os estabelecimentos legalmente autorizados poderão emprestar as quantias fixadas em seus regulamentos ou estatutos, superiores ás constantes desta tabela, desde que observem a regra estabelecida no art. 33, segunda parte. Nesse caso, para o calculo do capital e juros respectivos, divide-se a importancia da consignação a ser feita pelo divisor fixo adotado, segundo o prazo; o quociente representa o capital mutuado, e a diferença entre esse capital obtido e o valor total do contrato, produto da consignação pelo prazo, será o total dos juros da operação.

Não serão admitidas, nas quantias correspondentes a capital ou a juros, frações inferiores a cem réis ($100), de acôrdo com o decreto n. 21.135, de 9 de março de 1932.

DECRETO N. 21.598 — DE 5 DE JULHO DE 1932

Declara como devem ser pagos os vencimentos dos funccionarios postos em disponibilidade

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que não tem sido applicado, com uniformidade, o disposto no § 2° do art. 1° do decreto n. 19.552, de 31 de dezembro de 1930, no tocante á fixação da data em que devem começar a ser pagos os vencimentos dos funccionarios postos em disponibilidade;

Considerando que, em muitos casos, o decreto de disponibilidade é lavrado depois de decorridos semanas e meses da extincção dos cargos em que os funccionarios exerciam a sua actividade, e,

Considerando, finalmente, que a demora na expedição e publicação dos actos de disponibilidade, resultante de circumstancias independentes da vontade dos funccionarios ou empregados attingidos pelos mesmos actos, não deve ter como consequencia prival-os, no periodo correspondente, dos vencimentos que lhes assegura a propria disponibilidade:

Decreta:

Art. 1°. Os vencimentos de disponibilidade do pessoal posto nessa situação, de accôrdo com os decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930, e 19.878, de 17 de abril de 1931, por motivo da extincção do cargo ou suppressão da verba respectiva, serão pagos a contar da data em que tiver sido suspenso o pagamento dos vencimentos da actividade.

Art. 2°. Nos casos de disponibilidade por motivos que não os indicados no artigo anterior, o pagamento será devido a partir da data do decreto que puzer ou tiver posto o funccionario ou empregado na situação de disponibilidade.

Art. 3°. Os pagamentos que forem devidos nos termos do presente decreto serão pagos por conta das verbas proprias de cada ministerio, si pertencerem ao anno corrente e por conta da verba 23ª do Orçamento da Fazenda, si pertencerem a exercicios anteriores.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Mario Barbosa Carneiro, encarregado do Expediente da Agricultura, na ausencia do ministro.

Afranio de Mello Franco.

Protogenes Guimarães.

Oswaldo Aranha.

Augusto Ignacio Espirito Santo Cardoso.

Fernando Augusto d'Almeida Brandão, encarregado do expediente na ausencia do ministro da Viação e Obras Publicas.

Francisco de Campos.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO N. 21.646 — DE 19 DE JULHO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre agentes consulares, da Sexta Conferencia internacional americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica Dominicana, a 23 de abril ultimo, da Convenção sobre agentes consulares, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia internacional americana, conforme communicação feita pela União panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.647 — DE 19 DE JULHO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre tratados, da Sexta Conferencia internacional americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de

ratificação, por parte da Republica Dominicana, a 23 de abril ultimo, da Convenção sobre tratados, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia internacional americana, conforme comunicação feita pela União panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.648 — DE 19 DE JULHO DE 1932

Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Republica Dominicana, da Convenção sobre funccionarios diplomaticos, da Sexta Conferencia internacional americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica Dominicana, a 3 de maio ultimo, da Convenção sobre funccionarios diplomaticos, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da Sexta Conferencia internacional americana, conforme comunicação feita pela União panamericana á Embaixada do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.692 — DE 2 DE AGOSTO DE 1932

Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, do Accôrdo sobre encommendas postaes, firmado no Mexico a 9 *de novembro de* 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publicos, conforme comunicação official recebida pelo Ministerio das Relações Exteriores, os depositos dos instrumentos de ratificação, por parte dos Estados Unidos da America, da Guatemala e do Panamá, do Accôrdo

sobre encommendas postaes, assignado na cidade do Mexico a 9 de novembro de 1926, por occasião do Segundo Congresso postal panamericano.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

Faz publicos os depositos de ratificações, por parte de varios paizes, da Convenção postal, firmada no Mexico a 9 de novembro de 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicos, conforme, communicação official recebida pelo Ministerio das Relações Exteriores, os depositos dos instrumentos de ratificação, por parte dos Estados Unidos da America, da Guatemala, do Panamá e do Salvador, da Convenção principal, assignada na cidade do Mexico a 9 de novembro de 1926, por occasião do Segundo Congresso postal panamericano.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.694 — DE 2 DE AGOSTO DE 1932

Faz publica a adhesão do Haiti á Convenção postal, firmada no Mexico a 9 de novembro de 1926

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica, conforme communicação official recebida pelo Ministerio das Relações Exteriores, a adhesão do Haití á Convenção principal, assignada na cidade do Mexico, a 9 de novembro de 1926, por occasião do Segundo Congresso postal panamericano.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.
A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.716 — DE 9 DE AGOSTO DE 1932

Faz publica a ratificação, pela Republica Peruana, da Convenção sobre propriedade literaria e artistica, da IV Conferencia internacional americana

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação, pela Republica Peruana, da Convenção sobre propriedade literaria e artistica, assignada em Buenos Aires, a 11 de agosto de 1910, por occasião da Quarta Conferencia Internacional Americana, conforme comunicou ao Ministerio das Relações Exteriores o Ministerio das Relações Exteriores e Culto da Republica Argentina, por nota de 15 de julho ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

DECRETO N. 21.752 — DE 23 DE AGOSTO DE 1932

Promulga tres actos postaes e respectivos annexos assignados no Congresso Postal Universal de Londres, de 1929

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo approvado os seguintes actos adoptados, a 28 de julho de 1929, pelo 9° Congresso Postal Universal, reunido em Londres:

1) Convenção Postal Universal, com os seguintes annexos:

a) Protocollo final da Convenção;
b) Regulamento de execução da Convenção;
c) Protocollo final do Regulamento;
d) Disposições relativas ao transporte de cartas por via aerea;
e) Protocollo final dessas Disposições.

2) Accôrdo relativo a cartas e caixas com valor declarado, com os seguintes annexos:

a) Protocollo final do Accôrdo;
b) Regulamento de execução do acôrdo.

3) Accôrdo relativo a encommendas postaes, com os seguintes annexos:

a) Protocollo final do Accôrdo;
b) Regulamento de execução do Accôrdo;
c) Disposições relativas ao transporte de encommendas postaes por via aerea;

e havendo-se effectuado o deposito do instrumento brasileiro de ratificação dos ditos actos nos archivos do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Grã-Bretanha, a 21 de julho de 1931;

Decreta que os mesmos actos, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contêm.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1932, 111° da Independencia e 44° da Republica.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco.

GETULIO DORNELLES VARGAS

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e varios outros paizes representados no Nono Congresso Postal Universal, reunido em Londres, foram concluidos e assignados, aos 28 dias do mez de junho de 1929, varios actos do teor seguinte:

UNION POSTALE UNIVERSELLE

CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

CONCLUE ENTRE

L'AFGHANISTAN, L'UNION DE L'AFRIQUE DU SUD, L'ALBANIE, L'ALLEMAGNE, LES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE, L'ENSEMBLE DES POSSESSIONS INSULAIRES DES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE AUTRES QUE LES ILES PHILIPPINES, LES ILES PHILIPPINES, LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE, LE COMMONWEALTH DE L'AUSTRALIE, L'AUTRICHE, LA BELGIQUE, LA COLONIE

DU CONGO BELGE, LA BOLIVIE, LE BRÉSIL, LA BULGARIE, LE CANADA, LE CHILI, LA CHINE, LA RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE, LA RÉBUBLIQUE DE COSTA-RICA LA RÉPUBLIQUE DE CUBA, LE DANEMARK, LA VILLE LIBRE DE DANTZIG, LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE, L'ÉGYPTE, L'ÉQATEUR.

L'ESPAGNE, L'ENSEMBLE DES COLONIES ESPAGNOLES, L'ESTONIE, L'ÉTHIOPIE, LA FINLANDE, LA FRANCE, L'ALGÉRIE, LES COLONIES ET PROTECTORATS FRANÇAIS DE L'INDOCHINE, L'ENSEMBLE DES AUTRES COLONIES FRANÇAISES, LE ROYAUME-UNI DE LA GRANDE-BRETAGNE ET DE L'IRLANDE DU NORD, LA GRÈCE, LE GUATÈMALLA LA RÉPUBLIQUE D'HAITI, LE ROYAUME DE HEDJAZ ET DE NEDJDE ET DÉPENDANCES, LA RÉPUBLIQUE DU HONDURAS, LA HONGRIE, L'INDE BRITANNIQUE, L'IRAQ, L'ÉTAT LIBRE D'IRLANDE, L'ISLANDE, L'ITALIE, L'ENSEMBLE DES COLONIES ITALIENNES, LE JAPON, LE CHOSEN, L'ENSEMBLE DES AUTRES DÉPENDANCES JAPONAISES, LA LETTONIE, LA RÉPUBLIQUE DE LIBÉRIA, LA LITHUANIE, LE LUXEMBOURG, LE MAROC (A L'EXCLUSION DE LA ZONE ESPAGNOLE), LE MAROC (ZONE ESPAGNOLE), LE MEXIQUE, LE NICARAGUA, LA NORVÈGE, LA NOUVELLE-ZÉLANDE, LA RÉPUBLIQUE DE PANAMA, LE PARAGUAY LES PAYS-BAS, LES INDES NÉERLANDAISES, LES COLONIES NÉERLANDAISES EN AMÉRIQUE, LE PÉROU, LA PERSE, LA POLOGNE, LE PORTUGAL, LES COLONIES PORTUGAISES DE L'AFRIQUE, LES COLONIES PORTUGAISES DE L'ASIE ET DE L'OCÉANIE, LA ROUMANIE, LA RÉPUBLIQUE DE SAINT-MARIN, LA RÉPUBLIQUE DU SALVADOR, LE TERRITOIRE DE LA SARRE, LE ROYAUME DES SERBES, CROATES ET SLOVÈNES, LE SIAM, LA SUÈDE, LA SUISSE, LA TCHÉCOSLOVAQUIE, LA TUNISIE, LA TURQUIE, L'UNION DES RÉPUBLIQUES SOVIÉTISTES SOCIALISTES, L'URUGUAY, L'ÉTAT DE LA CITÉ DU VATICAN ET LES ÉTATS-UNIS DE VÉNÉZUELA.

Les soussignés, Plénipotentiaires *des Gouvernements* des Pays ci-dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à *Londres* en vertu de l'article *12* de la Convention postale universelle

conclue à Stockolm le 28 août 1924, ont, d'un commum accord et sous réserve de ratification, revisé la dite Convention conformément aux dispositions suivantes:

TITRE I.

De L'Union Postale Universelle.

CHAPITRE I.

Organisation et ressort de l'Union.

ARTICLE PREMIER

CONSTITUTION DE L'UNION.

Le Pays entre lesquels est conclue la présente Convention forment, sous la dénomination d'Union postale universelle, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances. L'Union postale a également pour objet d'assurer l'organization et le perfectionnement des divers services postaux internationaux.

ARTICLE 2.

ADHÉSIONS NOUVELLES. PROCÉDURE.

Tout Pays *est* admis en tout temps à adhérer à la Convention.

La demande d'adhésion doit être notifiée par voie diplomatique au Gouvernement de la Confédération suisse et par celui-ci aux Gouvernements de tous les Pays de l'Union.

ARTICLE 3.

CONVENTION ET ARRANGENTS DE L'UNION.

Le service de la poste aux lettres est réglé par les dispositions de la Convention.

D'autres services, tels que ceux, notamment, des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, des colis postaux, des mandats de poste, des virements postaux, des valeurs à recouvrir et des abonnements aux journaux et écrits périodiques, font l'objet d'Arrangements entre les Pays de l'Union.

Ces Arrangements sont obligatoires seulement pour les Pays qui y ont adhéré.

L'adhésion à un ou plusieurs de ces Arrangements est soumise aux dispositions de l'article précédent.

ARTICLE 4.

RÈGLEMENTS D'EXÉCUTION.

Les Administrations de l'Union arrêtent d'un commun accord, dans des Règlements d'éxécution, les mesures d'ordre et de détail nécessaires à l'éxécution de la Convention et des Arrangements.

ARTICLE 5.

TRAITÉS ET ARRANGEMENTS SPÉCIAUX. UNIONS RESTREINTES.

1. — Les Pays de l'Union ont le droit de maintenir et de conclure des traités, ainsi que de maintenir et d'établir des Unions restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

2. — De leur côté, les Administrations sont autorisées à prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui n'intéressent pas l'ensemble de l'Union, sous réserve de ne pas y introduire des dispositions moins favorables que celles prévues par les Actes de l'Union. Elles peuvent, notamment, en ce qui concerne les objets de correspondance, s'entendre entre elles pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon *limitrophe*.

ARTICLE 6.

LÉGISLATION INTÉRIEURE.

Les stipulations de la Convention et des Arrangements de l'Union ne portent pas atteinte à la législation de chaque Pays dans tout ce qui n'est pas expressément prévu par ces Actes.

ARTICLE 7.

RELATIONS *exceptionelles.*

Les Administrations *qui desserviraient certains territoires non compris dans l'Union seront* tenues *d'être les intermédiaires* des autres Administrations. Les dispositions de la Convention *et de son Règlement son applicables à ces relations exceptionnelles*.

ARTICLE 8.

COLONIES, PROTECTORATS, ETC.

Sont considérés comme formant un seul Pays ou une seule Administration de l'Union, suivant le cas, au sens de la Convention et des Arrangements en ce qui concerne, notamment, leur droit de vote aux Congrès, aux Conférences et dans l'intervalle entre les réunions, ainsi que leur contribution aux dépenses du Bureau international de l'Union postale universelle:

1, l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique, autres que les Iles Philippines et comprenant Hawaï, Porto-Rico, Guam et les Iles Vierges des Etats-Unis d'Amérique;

2, les Iles Philippines;

3, la Colonie du Congo belge;

4, l'ensemble des Colonies espagnoles;

5, l'Algérie;

6, les Coloniees et Protectorats français de l'Indochine;

7, l'ensemble des autres Colonies françaises;

8, l'ensemble des Colonies italiennes;

9, le Chosen;

10, l'ensemble des autres Dépendences japonaises;

11, les Indes néerlandaises;

12, les Colonies néerlandaises en Amérique;

13, les Colonies portugaises de l'Afrique;

14, les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie.

ARTICLE 9.

RESSORT DE L'UNION.

Sont considérés comme appartenant à l'Union postale universelle:

a) les bureaux de poste établis par des Pays de l'Union dans les Pays étrangers à l'Union;

b) la Principauté de Liechtenstein, comme relevant de l'Administration des postes de Suisse;

c) les Iles Féroë et le Groenland, comme faisant partie du Danemark;

d) les Possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne;

e) *les Vallées* d'Andorre, comme *desservires par* l'Administration des postes espagnoles *et l'Administration des postes françaises;*

f) la Principauté de Monaco, comme relevant de l'Administration des postes de France;

g) Walfisch-Bay, comme faisant partie de l'Union de l'Afrique du Sud; Basutoland, comme relevant de l'Administration des postes de l'Union de l'Afrique du Sud.

ARTICLE 10.

ARBITRAGES.

1. — En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union relativement à l'interprétation de la Convention et des Arrangements ou de la responsabilité dérivant, pour une Administration, de l'application de ces Actes, la question en litige réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

Au cas où l'un des Offices en désacord ne donnerait pas suite à une proposition d'arbitrage dans le délai de six mois, ou de neuf mois pour les Pays *éloignés*, le Bureau international pourra, sur la demande qui lui en sera faite, provoquer à son tour la désignation d'un arbitre par l'Office défaillant ou en désigner un lui-même, d'office.

2. — La décision des arbitres est donné à la majorité absolue des voix.

3. — En cas de partage des voix,, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

A défanut d'une entente sur le choix, cette Administration est désignée par le Bureau international parmi les membres de l'Union no proposés par les arbitres.

4. — Les arbitres ne peuvent être désignés en dehors des Offices exécutant l'Arrangement qui donne lieu au litige.

ARTICLE 11.

SORTIE DE L'UNION. CESSATION DE PARTICIPATION AUX ARRANGEMENTS.

Chaque Partie contractante a la faculté de se retirer de l'Union ou de cesser sa participation aux Arrangements moyennant avertissement donné un an à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

CHAPITRE II.

Congrès. Conférences. Commissions.

ARTICLE 12.

CONGRÈS.

1. — Les délégués des Pays de l'Union se réunissent en Congrès au plus tard cinq ans après la date de mise à exécution des Actes du Congrès précédent en vue de les soumettre à revision ou de les compléter, s'il y a lieu.

Chaque Pays se fait représenter au Congrès par un ou plusieurs délégués plénipotentiaires munis, par leur Gouvernement, des pouvoirs nécessaires. Il peut, au besoin, se faire représenter par la delégation d'un autre Pays. Toutefois, il est entendu qu'une délégation ne peut être chargée que de la représentation de deux Pays, y compris celui qui l'a primitivement accréditée.

Dans les délibérations, chaque Pays dispose d'une seule voix.

2. — Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du Congrès suivant. Celui-ci est convoqué par les soins du Gouvernement du Pays dans lequel il doit avoir lieu, après entente avec le Bureau international. Ce Gouvernement est également chargé de la notification à tous les Gouvernements des Pays de l'Union des décisions prises par le Congrès.

ARTICLE 13.

RATIFICATIONS. MISE À EXECUTION ET DURÉE DES ACTES DES CONGRÈS.

Les Actes des Congrès sont ratifiés aussitôt que possible et les ratifications sont communiquées au Gouvernement du

Pays, siège du Congrès, *et par ce Gouvernement aux Gouvernements des Pays contractantes.*

Dans les cas où une ou plusieurs des Parties contractantes ne ratifieraient pas l'un ou l'autre des Actes signés par elles, ceux-ci n'en seraient pas moins valables pour les Etats qui les auront ratifiés.

Ces Actes sont mis à exécution simultanément et ont la même durée.

Dès le jour fixé pour la mise à exécution des Actes adoptés par un Congrès, tous les Actes du Congrès précédent sont abrogés.

ARTICLE 14.

CONGRÈS EXTRAORDINAIRES.

Lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers au moins des Pays contractants, un Congrès extraordinaire est réuni après entente avec le Bureau international.

Les règles édictées aux articles 12 et 13 sont applicables aux délégations, aux délibérations et aux Actes des Congrès extraordinaires.

ARTICLE 15.

RÈGLEMENT DES CONGRÈS.

Chaque Congrès arrête le règlement nécessaire à ses travaux et à ses délibérations.

ARTICLE 16.

CONFÉRENCES.

Des Conférences chargées de l'examen de questions purement administratives peuvent être réunies à la demande des deux tiers au moins des Administrations de l'Union.

Elles sont convoquées après entente avec le Bureau international.

Les Conférences arrêtent leur règlement.

ARTICLE 17.

COMMISSIONS

Les Commissions chargées par un Congrès ou une Conférence de l'étude d'une ou de plusieus questions déterminées

sont convoquées par le Bureau international après entente, le cas échéant, avec l'Administration du Pays où ces Commissions doivent se réunir.

CHAPITRE III.

Propositions dans l intervalle des réunions.

ARTICLE 18.

INTRODUCTION DES PROPOSITIONS.

Dans l'intervalle des réunions, toute Administration a le droit d'adresser aux autres Administrations, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant la Convention, son Règlement, *et leus Protocoles finals*.

Le même droit est accordé aux Administrations des Pays participant aux Arrangements en ce qui concerne ces Arrangements, leurs Règlements *et leurs Protocoles finals*.

Pour être mises en delibération, toutes les propositions introduites *par une Administration* dans l'intervalle des réunions doivent être appuyées para au moins deux *autres* Administrations. Ces propositions restent sans suite lorsque le Bureau international ne reçoit pas en même temps, le nombre nécessaire de déclarations d'appui.

ARTICLE 19.

EXAMEN DES PROPOSITIONS.

Toute proposition est soumise à la procédure suivante:

Un délai de six mois est laissé aux Administrations pour examiner la proposition et pour faire parvenir au Bureau international, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux Administrations, avec invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont pas fait parvenir leur vote dans un délai de six mois sont considérées comme s'abstenant. *Les délais précités comptent à partir de la date des circulaires du Bureau international.*

Si la proposition concerne un Arrangement, son Règlement *ou son Protocole final*, seules les Administrations ayant adhéré à cet Arrangement peuvent prendre part aux opérations indiquées ci-dessus.

ARTICLE 20.

CONDITIONS D'APPROBATION.

1. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des Titres I et II et des articles 32 à 36, 52 à 57, 59 à 61, 63 à 66, 68 à 81 de la Convention, *de tous les articles de son Protocole final,* des articles *1, 5, 16, 60,* 72 et *93* de son Règlement *et de tous ceux de son Protocole final*;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles mentionnées à alinéa précédent;

c) la majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la Convention, de son Règlement *et de leurs Protocoles finals*, hors le cas de dissentiment à soumettre à l'arbitrage prévu à l'article 10.

2. — Les Arrangements fixent les conditions auxquelles est subordonnée l'approbation des propositions qui les concernent.

ARTICLE 21.

NOTIFICATION DES RÉSOLUTIONS.

Les additions et les modifications apportées à la Convention, aux Arrangements *et aux Protocoles finals de ces Actes* sont consacrées par une déclaration diplomatique que le Gouvernement de la Confédération suisse est chargé d'établir et de transmettre, à la demande du Bureau international, aux Gouvernements des Pays contractants.

Les additions et les modifications apportées aux Règlements *et à leurs Protocoles finals* sont constatées et notifiées aux Administrations par le Bureau international. Il en est de même des interprétations visées sous la lettre *c* de l'article précédent.

ARTICLE 22.

EXÉCUTION DES RÉSOLUTIONS.

Toute addition ou modification adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

CHAPITRE IV.

Du Bureau International.

ARTICLE 23.

ATTRIBUTIONS GÉNÉRALES.

1. — Un Office central, fonctionnant à Berne sous la dénomination de Bureau international de l'Union postale universelle, et placé sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, sert d'organe de liaison, d'information et de consultation aux Pays de l'Union.

Ce Bureau est chargé, notamment, de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes; l'émettre, à la demande des Parties en cause, un avis sur les questions litigieuses; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès; de notifier les changements adoptés et, en général, de procéder aux études et aux travaux de rédaction ou de documentation que la Convention, les Arrangements et leurs Règlements lui attribuent ou dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union.

2. — Il intervient, à titre d'office de compensation, dans la liquidation des comptes de toute nature relatifs au service international des postes, entre les Administrations qui réclament cette intervention.

ARTICLE 24.

DÉPENSES DU BUREAU INTERNATIONAL.

1. — Chaque Congrès arrête le chiffre maximum que peuvent atteindre annuellement les dépenses ordinaires du Bureau international.

Ces dépenses, ainsi que les frais extraordinaires auxquels donne lieu la réunion d'un Congrès, d'une Conférence ou d'une Commission, et les frais que pourraient entraîner des travaux spéciaux confiés à ce Bureau, sont supportés en commun par tous les Pays de l'Union.

2. — Ceux-ci sont divisés, à cet effet, en sept classes, dont chacune contribue au payement des dépenses dans la proportion ci-après:

1re classe 25 unités	5e classe 5 unités
2e classe 20 unités	6e classe 3 unités
3e classe 15 unités	7e classe 1 unité
4e classe 10 unités	

3. — En cas d'adhésion nouvelle, le Gouvernement de la Confédération suisse détermine, d'un commun accord avec le Gouvernement du Pays intéressé, la classe dans laquelle celui-ci doit être rangé au point de vue de la répartition des frais du Bureau international.

TITRE II.

Règles d'ordre général.

CHAPITRE UNIQUE.

ARTICLE 25.

LIBERTÉ DE TRANSIT.

1. — La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

2. — La liberté du transit des colis postaux est limitée au territoire des Pays participant à ce service.

Les envois avec valeur déclarée peuvent transiter en dépêches closes par le territoire des Pays *qui n'assurent pas le service des* envois de l'espèce *ou par des services maritimes pour lesquels la responsabilité des valeurs n'est pas acceptée par les Pays,* mais la responsabilité de ces Pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés.

Le transit des petits paquets par les territoires des Pays qui n'admettent pas les envois de l'espèce est facultatif.

ARTICLE 26.

INTERDICTION DE TAXES NON PRÉVUES.

Il est interdit de percevoir des taxes postales, de quelque nature que ce soit, autres que celles prévues par la Convencion et les Arrangements.

ARTICLE 27.

SUSPENSION TEMPORAIRE DE SERVICE.

Lorsque, par suite de circonstances extraordinaires, une Administration se voit obligée de suspendre temporairement et d'une manière générale ou partielle l'exécution de services, elle est tenue d'en donner immédiatement avis, au besoin par télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 28.

MONNAIE-TYPE.

Le franc pris comme unité monétaire dans les dispositions de la Convention et des Arrangements est le franc-or à 100 centimes d'un poids de 10/31° de gramme et d'un titre de 0,900.

ARTICLE 29.

EQUIVALENTS.

Dans chaque Pays de l'Union, les taxes sont établies d'après une équivalence correspondant, aussi exactement que possible, dans la monnaie actuelle de ce Pays, à la valeur du franc.

ARTICLE 30.

FORMULES. LANGUE.

1. — Les formules à l'usage des Administrations pour leurs relations réciproques doivent être rédigées en langue française, avec ou sans traduction interlinéaire dans une autre langue, à moins que les Administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2. — Les formules à l'usage du public qui ne sont pas imprimées en langue française doivent comporter une traduction interlinéaire en cette langue.

3. — Les formules dont il est question aux §§ 1 et 2 doivent avoir *les textes, les couleurs et, autant que possible, les* dimensions *prescrits* par les Règlements de la Convention et des Arrangements.

4. — Les Administrations peuvent s'entendre au sujet de la langue à employer pour la correspondance de service dans leurs relations réciproques.

ARTICLE 31.

CARTES D'IDENTITÉ.

1. — Chaque Administration peut délivrer, aux personnes qui en font la demande, des cartes d'identité valables comme pièces justificatives pour toutes les transactions effectuées par les bureaux de poste des Pays qui n'auraient pas notifié leur refus de les admettre.

2. — L'Administration qui fait délivrer une carte d'identité est autorisée à percevois, de ce chef, une taxe qui ne peut être supérieure à un franc.

3. — Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité lorsqu'il est établi que la livraison d'un envoi postal ou le payement d'un mandat a eu lieu sur la présentation d'une carte d'identité régulière.

Elles ne sont pas, non plus, responsables des conséquences que peuvent entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux d'une carte d'identité régulière.

4. — La carte d'identité est valable pendant trois ans à partir du jour de son émission.

TITRE III.

Dispositions concernant les correspondances postales.

CHAPITRE I.

Dispositions générales.

ARTICLE 32.

OBJETS DE CORRESPONDANCE.

La dénomination d'objets de correspondance s'applique aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée,

aux *papiers d'affaires*, aux imprimés de toute nature, y compris les impressions en relief à l'usage des aveugles, aux échantillons de marchandises et aux *petits paquets*.

Le service des petits paquets est limité aux pays qui conviennent de l'assurer dans leurs relations réciproques ou dans une seule direction.

ARTICLE 33.

TAXES ET CONDITIONS GÉNÉRALES.

1. — Les taxes d'affranchissement pour le transport des objets de correspondance dans toute l'étendue de l'Union, y compris leur remise au domicile des destinataires dans les pays où le service de distribution est ou sera organisé, *ainsi que les limites de poids et de dimensions*, sont fixées conformément aux indications du tableau ci-après:

Objets	Unités de poids	Taxes	Limites	
			De poids	De dimensions
1	2	3	4	5
Lettres — 1[er] échelon de poids......	gr. 20	c. 25	2 kg.	45 cm. dans chaque sens en rouleaux: 75 cm. de longueur et 10 cm. de diamètre
Lettres — par échelon supplémentaire.......		15		
Cartes postales — simples.......	—	15	—	Maxima: 15 cm. en longueur 10,5 cm. en largeur Minima: 10 cm. en longueur 7 cm. en largeur
Cartes postales — avec réponse *payée*........	—	30	—	
Papiers d'affaires..........	50	5	2 kg.	45 cm. de chaque côté en rouleaux: 75 cm. de longueur 10 cm. de diamètre *Les imprimés expédiés à découvert sous forme de cartes pliées ou non pliées sont soumis aux mêmes limites minima que les cartes postales.*
Minimum de taxe.........	—	25		
Imprimés..................	50	5	— 2 kg. (3 kg. pour les volumes expédiés isolément)	
Impressions en relief pour les aveugles.............	1.000	5	5 kg.	
Echantillons de marchandises.................	50	5	500 gr.	45 cm. en longueur 20 cm. en largeur 10 cm. en épaisseur en rouleaux: 45 cm. de longueur 15 cm. de diamètre
Minimum de taxe........	—	10	—	
Petits paquets.............	*50*	*15*	*1 kg.*	
Minimum de taxe.........	—	*50*	—	

Par dérogation aux dispositons du 1[er] alinéa ci-dessus, les Administrations peuvent percevoir, pour la remise aux destinataires des petits paquets, un droit spécial de distribution qui ne doit pas dépasser 25 centimes par objet.

2. — Les limites de poids et de dimensions fixées au § 1 du présent article ne s'appliquent pas aux correspondances relatives au service postal, dont il est question au § 1 de l'article 47.

3. — *Chaque Administration* a la faculté de concéder, dans ses relations *avec les Administrations qui ont donné leur consentement,* aux journaux et écrits périodiques expédiés directement par les éditeurs ou *leurs mandataires,* une réduction de 50 % sur le tarif général des imprimés. *Sont exclus de cette réduction, quelle que soit la régularité de leur publication, les imprimés commerciaux tels que catalogues, prospectus, prix courants, etc.*

Les Administrations peuvent concéder la même réduction et dans les mêmes relations, quels que soient les expéditeurs, aux livres ainsi qu'aux brochures ou papiers de musique à l'exclusion de toute publicité ou réclame *autre que celle qui figure sur la couverture ou les pages de garde des volumes.*

4. — Les lettres ne doivent contenir aucune lettre, *note* ou document, *ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle,* adressé à des personnes autres que le destinataire ou *les* personnes habitant avec ce dernier.

5. — Les papiers d'affaires, *les imprimés* de toute nature, les échantillons de marchandises et *les petits paquets* ne doivent contenir aucune lettre, note *ou document* ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle; ils doivent être conditionnés de manière à pouvoir être facilement vérifiés, sauf les exceptions prévues au Règlement.

Il est permis d'insérer dans les petits paquets une facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives ainsi qu'une simple copie de la suscription de l'objet avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

6. — La réunion en un seul envoi d'objets de correspondance de catégories différents (objets groupés) est autorisée dans les conditions fixées par le Règlement.

7. — Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande.

8. — Sauf les exceptions prévues par la Convention et son Règlement, il n'est pas donné cours aux envois qui ne remplissent pas les conditions requises *par le présent article et par les articles correspondants du Règlement.*

Les objets qui auraient été admis à tort peuvent être renvoyés à l'Office d'origine. *Toutefois,* l'Office de destination *dont les règlements intérieurs ne s'y opposent pas est autorisé à remettre ces envois aux destinataires. Dans ce cas,* il doit, *s'il y a lieu,* leur appliquer les taxes et surtaxes prévues pour la catégorie de correspondances à laquelle ils appartiennent réellement. *En ce qui concerne les envois dépassant les limites de poids maxima fixées au § 1 du présent article, ils peuvent être taxés d'après leur poids réel.*

ARTICLE 34.

AFFRANCHISSEMENT.

En règle générale, tous les envois désignés à l'article 32 *doivent être complètement* affranchis *par l'expéditeur.*

Il n'est pas donné cours *aux envois autres que les lettres et les cartes postales simples non ou insuffisamment affranchis,* ni aux cartes postales avec réponse payée dont les deux parties ne sont pas entièrement affranchies au moment du dépôt.

ARTICLE 35.

TAXE EN CAS D'ABSENCE OU D'INSUFFISANCE D'AFFRANCHISSEMENT.

En cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement et sauf les exceptions prévues par l'article 45, §§ 3, 4 *et* 5, du Règlement pour certaines catégories d'envois réexpédiés, les *lettres et les cartes postales simples* sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe double du montant de l'affranchissement manquant ou de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse être inférieure à 10 centimes.

Le même traitement peut être appliqué, dans les cas précités, aux autres objets de correspondance qui auraient été transmis à tort au pays de destination.

ARTICLE 36.

SURTAXES.

Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par l'article 33, pour tout objet transporté par des services extraordinaires donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend la surtaxe autorisée par l'alinéa précédent, ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

ARTICLE 37.

TAXES SPÉCIALES.

1. — Les Administrations sont autorisées à frapper d'une taxe additionnelle, selon les dispositions de leur législation,

les objets remis à leurs services d'expédition en dernière limite d'heure.

2. — *L'Administration du* pays de destination est *autorisée* à percevoir, pour les objets adressés poste restante, une taxe spéciale d'après sa législation.

ARTICLE 38.

OBJETS PASSIBLES DE DROITS DE DOUANE.

Les petits paquets peuvent renfermer des objets passibles de droits de douane.

Il en est de même des lettres lorsque *le* pays de destination admet l'importation, sous cette forme, d'objets passibles de droits de douane.

ARTICLE 39.

CONTRÔLE DOUANIER.

L'Administration du pays destinataire est autorisée à soumettre au contrôle douanier les envois cités à l'article précédent et, le cas échéant, à les ouvrir d'office.

ARTICLE 40.

DROIT DE DÉDOUANEMENT.

Les envois soumis au contrôle douanier dans le pays de destination peuvent être frappés de ce chef, au titre postal, d'un droit de *dédouanement* de 50 centimes au maximum par envoi.

ARTICLE 41.

DROITS DE DOUANE ET AUTRES DROITS NON POSTAUX.

Les Administrations sont autorisées à percevoir sur les destinataires des envois, en dehors des droits postaux, les droits de douane et tous les autres droits éventuels.

ARTICLE 42.

ENVOIS FRANCS DE DROITS.

1. — *Dans les relations entre les pays qui se sont déclarés d'accord à cet égard, les expéditeurs peuvent prendre à leur charge, moyennant déclaration préalable au bureau de départ,*

la totalité des droits postaux et non postaux, dont les envois sont grevés à la livraison.

Dans ce cas, les expéditeurs doivent s'engager à payer les sommes qui pourraient être réclamées par le bureau destinataire et, le cas échéant, verser des arrhes suffisantes.

L'Administration qui fait l'avance de droits pour le compte de l'expéditeur est autorisée à percevoir, de ce chef, un droit de commission qui ne peut dépasser 50 centimes par envoi. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 40 précédent pour le dédouanement.

2. — Toute Administration a le droit de limiter le service des envois francs de droits aux objets recommandés.

ARTICLE 43.

ANNULATION DES DROITS DE DOUANE.

Les Administrations s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits de douane soient annulés sur les envois renvoyés au pays d'origine, détruits pour cause d'avarie complète du contenu ou réexpédiés sur un tiers pays.

ARTICLE 44.

ENVOIS EXPRÉS.

1. — Les objets de correspondance sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays dont les Administrations consentent à se charger de ce service dans leurs relations réciproques.

2. — Ces envois, qualifiés "exprès", sont soumis, en sus du port ordinaire, à une taxe spéciale s'élevant au minimum au double de l'affranchissement d'une lettre simple ordinaire et au maximum à un franc. Cette taxe doit être acquittée complètement et à l'avance par l'expéditeur.

3. — Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de distribution *locale* du bureau de destination, la remisse par exprès peut donner lieu à la perception d'une taxe complémentaire jusqu'à concurrence de celle qui est fixée dans le service interne.

La remise par exprès n'est toutefois pas obligatoire dans ce cas.

4. — Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par le moyens ordinaires, à moins qu'ils n'aient été traités comme exprès par le bureau d'origine. *Dans ce dernier cas, les envois sont taxés d'après les dispositions de l'article* 35.

ARTICLE 45.

INTERDICTIONS.

1. — Il est interdit d'expédier.

a) des objets qui, par leur nature on leur emballage, peuvent présenter du danger pour les agents, salir ou détériorer les correspondances;

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses;

c) des animaux vivants, à l'exception des abeilles, *des sangsues* et des vers à soie;

d) des objets passibles de droits de douane, sauf les exceptions prévues à l'article 38, ainsi que des échantillons expédiés en nombre dans le but d'éviter la perception de ces droits.

Toutefois, cette interdiction ne s'applique pas aux imprimés passibles de droits de douane;

e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants;

f) des objets obscènes ou immoraux;

g) des objets quelconques dont l'entrée ou la circulation sont interdites dans le pays d'origine ou dans le pays de destination.

Il est, en outre, interdit d'expédier, *tant* dans les envois non recommandés *que dans les petits paquets recommandés ou non,* des pièces de monnaie, des billets de banque, des billets de monnaie *ou des valeurs quelconques au parter, du platine, de l'or ou de l'argent, manufacturé ou non,* des pierreries, des bijoux et d'autres objets précieux.

L'expédition des timbres-poste oblitérés ou non sous enveloppe ouverte est interdite.

2. — Les envois *tombant sous le coup des interdictions précitées* et qui auraient été admis à tort à l'expédition doivent être *traités comme suit*:

a) les objets énumérés au § 1 ci-dessus, sous a, d, e et g sont soumis au traitement prescript par les règlements intérieurs de l'Administration qui constate leur présence. Toutefois, les objets contenant de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants ne sont dans aucun cas ni délivrés aux destinataires, ni renvoyés à l'origine;

b) les objets énumérés sous b et f doivent être détruits sur place par *la première* Administration qui en constate la présence;

c) les abjets énumérés sous c, ainsi qu'aux deux derniers alinéas du § 1, doivent être renvoàés à l'Office d'origne, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait disposée à les remettre exceptionellement aux destinataires.

Dans le cas où des envois admis à tort à l'expédition ne seraient ni renvoyés à l'origine, ni remis au destinataire, l'Office expéditeur doit être informé, *d'une manière précise, du traitement appliqué à ces envois* pour qu'il puisse prendre éventuellement les mesures qui *s'imposent.*

3. — Est d'aileurs réservé le droit de tout pays de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport en transit à découvert des objets *autres que les lettres et les cartes postales,* à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui reglent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce pays.

Ces objets doivent être renvoàés à l'Office d'origine.

ARTICLE 46.

MODALITÉS D'AFFRANCHISSEMENT.

1. — L'affranchissement est opéré, soit au moyen de timbres-poste valables dans le pays d'origine pour la correspondance des particuliers, soit au moyen d'empreintes de machines à affranchir, officiellement adoptées et fornctionnant sous le contrôle immédiat de l'Administration *ou, en ce qui concerne les imprimés, au moyen d'empreintes à la presse d'imprimerie ou par un autre procédé lorsqu'un tel système d'impression est autorisé par les règlements intérieurs de l'Administration d'origine.*

2. — Sont considérés comme dûment affranchis: les cartes-réponse portant, imprimés ou collés, des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes, les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours et dont le complément de taxe a été acquitté avant leur réexpédition, ainsi que les journaux ou paquets de journaux et écrits périodiques dont la suscription porte la mention "Abonnement-poste" et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement concernant les abonnements aux journaux et écrits périodiques.

3. — Les correspondances déposées en pleine mer dans la boîte d'un *navire* ou entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants de navires peuvent être affranchies, sauf arrangement entre les Administrations intéressées, au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du pays auquel appartient ou dont dépend ledit *navire*. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du pays dans les eaux d'uquel se trouve le *navire*.

ARTICLE 47.

FRANCHISE POSTALE.

1. — Sont *exonérées de toutes taxes postales* les correspondances relatives au service postal échangées entre les administrations des postes, entre ces Administrations et le Bureau international, entre les bureaux de poste des pays de l'Union, et entre ces bureaux et les Administrations ainsi que celles dont le transport en franchise est expressément prévu par les dispositions de la Convention, des Arrangements et de leurs Règlements.

2. — Les correspondances, à l'exception des envois grevés de remboursement, destinées aux prisonniers de guerre ou expédiées par eux sont également *exonérées* de toutes taxes postales, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires.

Il en est de même des correspondances concernant les prisonniers de guerre, expédiées ou reçues, soit directement, soit à titre d'intermédiaire, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes

dans des pays belligérants ou dans les pays neutres aàant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les belligérants recueillis et internés dans un pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des dispositions cidessus.

ARTICLE 48.

COUPONS-RÉPONSE.

Des coupons-réponse sont mis en vente dans les pays de l'Union.

Le prix de vente en est déterminé par les Administrations intéressées, mais ne peut être inférieur à 37 1/2 centimes ou à l'équivalent de cette somme dans la monnaie du pays de débit.

Chaque coupon est échangeable dans tout pays contre un timbre ou des timbres représentant l'affranchissement d'une lettre simple originaire de ce pays à destination de l'étranger.

Est, en outre, réservée à chaque pays la faculté d'exiger le dépôt simultané des coupons-réponse et des envois de correspondance à affranchir en échange de ces coupons.

ARTICLE 49.

RETRAIT. MODIFLCATION D'ADRESSE

1.— L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2. — La demande à formuler à cet effet esta transmise, par voie postale ou par voie télégraphique, aux frais de l'expéditeur qui doit payer,, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée, et pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme.

ARTICLE 50.

RÉEXPÉDITION. REBUTS.

1. — En cas de changement de résidence du destinataire, *les objets de correspondance lui sont réexpédiés à moins que l'exp'diteur n'ait interdit la réexpédition por une annotation appropriée du côté de la suscription.*

2. —Les correspondances tombés en rebut pour quelque cause que se soit doivent être renvoyés immédiatement au pays d'origine.

3. —Le délai de conservation des correspondances gardées en instance à la disposition des destinataires ou adressées "poste restante" est *fixé par les règlements* du pays de destination.. Toutefois, ce délai ne peut dépasser, *en règle générale, deux* mois, *sauf dans des cas particuliers où l'Administration de destination juge nécessaire de le prolonger exceptionellement jusqu'à quatre mois au maximum*. Le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court, si l'expéditeur l'a demandé par une annotation sur la suscription en une langue connue dans le pays de destination.

4. —Les imprimés dénués de valeur ne sont pas renvoyés,*sauf si l'expéditeur*, par une annotation à l'extérieur de l'envoi *en a* demandé le retour. *Les imprimés recommandés doivent toujours être renvoyées.*

5. —La réexpédition d'objets de correspondance *de pays à pays ou leur renvoi au pays d'origine* ne donne lieu à la perception d'aucun supplément de taxe, sauf les exceptions prévues au Règlement.

6. —Les objets de correspondance qui sont réexpédiés ou *tombés* en rebut sont livrés aux destinataires ou aux expéditeurs contre payement das taxes dont ils ont été grevés au départ, à l'arrivée ou en cours de route par suite de réexpédition au delà du premier parcours, *sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres frais spéciaux dont le pays de destination n'accorde pas l'annulation.*

7. —*En cas de réexpédition sur un autre pays ou de* non- remise, la taxe de poste restante, le droit de dédouanement, *le droit spécial de remise aux destinataires des petits paquets sont annulés.*

ARTICLE 51.

RÉCLAMATIONS.

1. —La réclamation de tout envoi peut donner lieu à la perception d'un droit fixe d'un franc au maximum.

En ce qui concerne les envois recommandés, aucun droit n'est perçu, si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de réception.

2. —Les réclamations ne sont admises que dans le délai d'un an à compter du lendemain du dépôt *de l'envoi*.

3. —*Chaque Office est obligé d'accepter les réclamations concernant des envois déposés sur le territoire d'autres Offices. Le droit de réclamation est gardé en entier par l'Office qui accepte la réclamation.*

4. —*Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de service, le droit de réclamation est restitué.*

CHAPITRE II.

Envois recommandés.

ARTICLE 52.

TAXES.

1. —Les objets de correspondance désignés à l'article 32 peuvent être expédiés sous recommandation.

Toutefois, *le droit fixe de recommandation afférent à la partie "Réponse" d'une carte postale ne peut être valablement acquitté par l'expéditeur primitif de l'envoi.*

2. —La taxe de tout envoi recommandé doit être acquittée à l'avance. Elle se compose:

a) du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature;

b) d'un droit fixe de recommandation de 40 centimes au maximum.

3. —Un récépissé doit être délivré gratuitement à l'expéditeur d'un envoi recommandé au moment du dépôt.

4. —Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir une taxe spéciale de 40 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

5. — *Les envois recommandés non ou insuffisamment affranchis qui auraient été transmis à tort au pays de destination sont, en cas de distribution, taxés d'après les dispositions établies pour les envois ordinaires non ou insuffisament affranchis.*

ARTICLE 53.

AVIS DE RÉCEPTION.

L'expéditeur d'un envoi recommandé peut obtenir un avis de réception en payant, au moment du dépôt, un droit fixe de 40 centimes au maximum.

L'avis de réception peut être demandé posterieurement au dépôt de l'envoi dans le délai et moyennant *la taxa fixée par l'article* 51 *pour les réclamations*.

ARTICLE 54.

ÉTENDUE DE LA RESPONSABILITÉ

Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte des envois recommandés.

L'xpéditeur a droit, de ce chef, à une indemnité dont le montant est fixé à 50 francs par objet.

ARTICLE 55.

EXCEPTIONS AU PRINCIPE DE LA RESPONSABILITÉ

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité pour la perte d'envois recommandés:

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 52, § 4). *Le pays responsable de la perte doit, suivant sa législation intérieure, décider si cette perte est due à des circonstances constituant un cas de force majeure;*

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suit de la destruction des documents de service résultant d'un cas de force majeure;

c) lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article *45*, § 1;

d) lorsque l'expéditeur n'a formulé aucune réclamation dans le délai prévu à l'article *51*.

ARTICLE 56.

CESSATION DE LA RESPONSABILITÉ

Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont elles ont effectué la remise dans les conditions prescrites par leur règlement intérieur.

Pour les envois adressés poste restante ou conservés en instance à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le pays de destination, et dont les noms et qualités sont conformes aux indications de l'adresse.

ARTICLE 57.

PAYEMENT DE L'INDEMNITÉ

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Office dont relève le bureau expéditeur de l'envoi, sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

ARTICLE 58.

DÉLAI DE PAYEMENT.

1. — Le payement de l'indemnité doit avoir lieu le plutôt possible et, au plus tard, dans le délai de six mois à compter du lendemain du jour de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays *éloignés*.

L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le réglement de l'indemnité au delà du délai prévu à *l'alinéa* précédent, lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas tranchée.

2. — L'Office d'origine est autorisé à desintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler *trois* mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porte à *six* mois dans les relations avec les pays *élognés*.

ARTICLE 59.

DÉTERMINATION DE LA RESPONSABILITÉ.

1. — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité pour la perte d'un envoi recommandé incombe à l'Office qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigations, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmittion régulière à l'Office suivant.

Toutefois, un Office intermédiaire ou destinataire est dégagé de toute responsabilité lorsqu'il peut prouver qu'il n'a

été saisi de la réclamation qu'après la destruction des documents de service relatifs à l'envoi recherché, le délai de garde prévu à l'article 78 du Règlement étant expiré. Cette réserve ne porte pas atteinte aux droits du réclamant.

Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Offices en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, l'intégralité de l'indemnité due doit être versée à l'Office d'origine par la première Administration qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé au service correspondant" Il appartient à cette Administration de récupérer sur les autres Offices responsables la quote-part de chacun d'eux dans le dédommagement de l'ayant droit.

2. — Lorsqu'un objet recommandé a été perdu dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte a eu lieu n'en est responsable envers l'Office expéditeur que si les deux pays se chargent des risques dérivant du cas de force majeure.

3. — *Les droits de douane et autres dont l'annulation n'a pu être obtenue tombent à la charge des Administrations responsables de la perte.*

4. — Par le fait de payement de l'indemnité l'Administration responsable est subrogée jusqu'à concurrence du montante de cette indemnité dans les droits de la personne qui l'a reçue, pour tout recours éventuel, soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre des tiers.

5. — *En cas de découverte ultérieure d'un envoi recommandé considéré comme perdu, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'elle peut prendre possession de l'envoi contre restitution du montant de l'indemnite*

ARTICLE 60.

REMBOURSEMENT DE L'INDEMNITÉ À L'OFFICE EXPÉDITEUR.

1. — L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué en conformité de l'article 58 est tenu de rembourser à l'Office *expéditeur, dans un délai* de trois mois après notification du payement, le montant de l'indemnité *effectivement payée à l'expéditeur.*

Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste, *d'un chèque* ou

d'une traite *payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier*, soit en espèces ayant cours dans *ce* pays. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêt, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration dudit délai.

2. — *L'Office d'origine ne peut réclamer le remboursement de l'indemnité à l'Office responsable que dans le délai de deux ans à compter de la date de notification de la perte ou, s'il y a lieu, du jour de l'expiration du délai prévu à l'article* 58, § 2.

3. — L'Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le payement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

4. — Les Administrations peuvent s'entendre pour liquider périodiquement les indemnités qu'elles ont payées aux expéditeurs et dont elles ont reconnu le bien-fondé.

CHAPITRE III.

Envois contre remboursement.

ARTICLE 61.

TAXES ET CONDITIONS. LIQUIDATION.

1. — Les correspondances recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Sauf arrangement contraire, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du pays d'origine de l'envoi.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du pays d'origine de l'envoi.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

L'expéditeur paie, en outre, *une taxe* fixe *qui ne peut dépasser* 50 centimes *par envoi* et un droit proportionnel de 1/2 *pour cent au maximum* du montant du remboursement.

Chaque Administration a la faculté *d'adopter, pour la perception du droit proportionnel, l'échelle qui répond le mieux à ses* convenances de *service*.

2. — Le montant encaissé sur le destinataire est transmis à l'expediteur au moyen d'un mandat de remboursement qui est émis gratuitement.

3. — Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées. Elles peuvent, notamment, se charger de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

Dans ce cas, sauf arrangement contraire le montant du remboursement doit être indiqué dans la monnaie du pays de destination. Il est perçu sur l'expéditeur, en plus des taxes d'un envoi recommandé, une taxe fixe de 25 centimes au maximum. L'Office de destination verse en compte courant, au moyen d'un bulletin de versement du régime intérieur, le montant encaissé sur le destinataire, après déduction d'une taxe fixe de 25 centimes au maximum et de la taxe ordinaire des versements applicable dans son service intérieur.

ARTICLE 62.

ANNULATION *ou réduction* DU MONTANT DU REMBOURSEMENT.

L'expéditeur d'un envoi recommandé grevé de remboursement peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse.

Si la demande de dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement doit être transmise par voie télégraphique, la taxe du télégramme est augmentée de la taxe applicable à une lettre simple recommandée.

ARTICLE 63.

RESPONSABILITÉ EN CAS DE PERTE DE L'ENVOI.

La perte d'en envoi recommandé grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par les articles 54 et 55.

ARTICLE 64.

GARANTIE DES SOMMES ENCAISSÉES RÉGULIÈREMENT.

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire, qu'elles aient été ou non converties en mandats de poste ou

versées en compte courant postal, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant les mandats de poste ou par les prescriptions régissant le service des chèques et virements postaux.

ARTICLE 65.

INDEMNITÉ EN CAS DE NON-ENCAISSEMENT, D'ENCAISSEMENT INSUFFISANT OU FRAUDULEUX

1. — Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article *51*, § 2, et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou à une négligence de sa part ou que le contenu de l'envoi ne tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article *45*.

Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement.

L'indemnité ne pourra dépasser, en aucun, cas, le montant du remboursement.

2. — Par le fait du payement de l'indemnité, l'Administration responsable est subrogée *jusqu'à concurrence du montant de cette indemnité* dans les droits de *la personne qui l'a reçue,* pour tout recours éventuel, *soit* contre le destinataire, *soit contre l'expéditeur ou contre des tiers.*

ARTICLE 66.

SOMMES ENCAISSÉES RÉGULIEREMENT. INDEMNITÉS. PAYEMENT ET RECOURS

L'obligation de payer les sommes encaissées régulièrement, ainsi que l'indemnité dont il est question à l'article précédent, incombe à l'Office dont relève le bureau expéditeur de l'envoi, sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

ARTICLE 67.

DÉLAI DE PAYEMENT.

Les dispositions de l'article 58 concernant les délais de payement de l'indemnité pour la perte d'un envoi recommandé s'appliquent au payement des sommes encaissées ou de l'indemnité pour les envois contre remboursement.

ARTICLE 68.

DÉTERMINATION DE LA RESPONSABILITÉ.

Le payement, par l'Office expéditeur, des sommes encaissées régulièrement, ainsi que celui de l'indemnité prévue à l'article *65*, se fait pour le compte de l'Office destinataire. Celui-ci est responsable, à moins qu'il ne puisse prouver que la faute est due à la non-observation d'une disposition réglementaire par l'Office expéditeur.

Dans les cas d'encaissement frauduleux à la suit de la disparition, dans le service, d'un envoi contre remboursement, la responsabilité des Offices en cause est déterminée selon les règles prévues à l'article *59* pour la perte d'un envoi recommandé ordinaire.

Toutefois, la responsabilité d'un Officee intermédiaire qui ne participe pas au service des remboursements est limitée à celle qui est prévue aux articles 54 et 55 pour les envois recommandés.

Les autres Administrations supportent par parts égales le montant non couvert par cet Office.

ARTICLE 69.

REMBOURSEMENT DES SOMMES AVANCÉES.

L'Office destinataire est tenu de rembourser à l'Office expéditeur, dans les conditions prévues à l'article 60, les sommes qui ont été avancées pour son compte.

ARTICLE 70

MANDATS DE REMBOURSEMENT *et bulletins de versement.*

1. — Le montant d'un mandat de remboursement qui, pour un motif quelconque, n'a pas été payé au bénéficiaire, n'est pas remboursé à l'Office d'émission. Il est tenu à la disposition du bénéficiaire par l'Office expéditeur de l'envoi grevé de remboursement et revient définitivement à cet Office, après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards, et sous les réserves prévues au Règlement, les mandats, de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant les mandats de poste.

2. — *Lorsque, pour une cause quelconque, un bulletin de versement, émis en conformité des prescriptions de l'article 61, § 3, ne peut être porté au crédit du bénéficiaire indiqué par l'expéditeur de l'envoi contre remboursement, le montant de ce bulletin doit être mis, par l'Office qui l'a encaissé, à la disposition de l'Office d'origine por être pagé, à l'expéditeur de l'envoi.*

Si ce payement ne peut être effectué, il est procédé comme il est prévu au § 1 du présent article.

ARTICLE 71

BONIFICATION DE LA TAXE ET DU DROIT DE REMBOURSEMENT.

L'Administration d'origine bonifie à l'Administration de destination, dans les conditions prescrites par le Règlement, une quote-part fixe de 20 centimes par remboursement, plus ¼ pour cent de la somme totale des mandats de remboursement payés.

Les taxes prévues au § 3 de l'article 61 restent acquises en entier à l'Office qui les a perçues.

CHAPITRE IV.

Attribution des taxes. Frais de transit et d'entrepôt.

ARTICLE 72.

ATTRIBUTION DES TAXES.

Sauf les cas expressément prévus par la Convention, chaque Administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues.

ARTICLE 73.

FRAIS DE TRANSIT.

1. — Les correspondances échangées en dépêches closes entre deux Administrations, au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations (services tiers), sont soumises, au profit de chacun des pays traversés ou dont les ser-

vices participent au transport, aux frais de transit indiqués dans le tableau suivant:

	Par kilogramme de lettres et de cartes postales	Par kilogramme d'autres objets
1° — *Parcours territoriaux*:		
Jusqu'à 1000 km..................	—.75	—.10
Au delà de 1000 jusqu'à 2000 km..	1.—	—.15
Au delà de 2000 jusqu'à 3000 km..	1.50	—.20
Au delà de 3000 jusqu'à 6000 km..	2.50	—.30
Au delà de 6000 jusqu'à 9000 km..	3.50	—.40
Au delà de 9000 km.	4.50	—.50
2° — *Parcours maritimes*:		
Jusqu'à 300 milles marins.........	—.75	—.10
Au delà de 300 jusqu'à 1500 milles marins.	2.—	—.25
Entre l'Europe et l'Amérique du Nord	3.—	—.40
Au delà de 1500 jusqu'à 6000 milles milles.	4.—	—.50
Au delà de 6000 milles marins.....	6.—	—.75

2. — Les frais de tansit pour le transport maritime sur un trajet n'excédant pas 300 milles marins sont fixés au tiers des sommes prévues au paragraphe précédent, si l'Administration intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches tranportées, la rémunération afférente au transit territorial.

3. — En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 6 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 0,75 franc par kilogramme d'autres objects. Lorsque les totaux de ces frais dépassent respectivement 6 francs et 0,75 franc, ils sont répartis entre les Administrations participant au transport, au prorata des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.

4. — Sont considérés comme services tiers, à moins d'arrangement contraire, les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de navires dépendant de

l'un d'eux, ainsi que les transports effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiaire de services dépendant d'un autre pays.

5. — *Les frais de transit des* correspondances échangées à découvert entre deux Administrations sont *fixés*, sans égard au poids ou à la destination, *à 5 centimes par objet quelle qu'en soit la catégorie.*

6. — Sont considérés comme autres objects, en ce qui concerne *le* transit *en dépêches closes et comme unités en ce qui concerne le transit à découvert, les petits paquets*, les journaux ou paquets de journaux et écrits périodiques expédiés en vertu de l'Arrangement concernant les abonnements aux journaux et écrits périodiques, ainsi que les boîtes avec valeur déclaré expédiées en vertu de l'Arragement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

ARTICLE 74.

FRAIS D'ENTREPÔT.

L'entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot donne lieu au payement d'une rémuneration fixée à 50 centimes par sac au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt, pourvu que cet Office ne reçoive pas de payement pour un service de transit territorial ou maritime.

ARTICLE 75.

EXEMPTION DE FRAIS DE TRANSIT

Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, les correspondances en franchise *postale* mentionnées à l'article 47, les cartes postales-réponse renoyées au pays d'origine, les envois réexpédiés, les rebuts, les avis de réception, les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal, notamment les plis concervant les viaements postaux.

Les dépêches mal dirigées sont considérées, en ce qui concerne le payement des frais de transit et d'entrepôt, comme si elles avaient suivi leur voie normale.

ARTICLES 76.

SERVICES EXTRAORDINAIRES.

Les prix de transit spécifiés à l'article 73 ne s'appliquent pas *au transport* au moyen de services extraordinaires spécialment créés ou entretenus par une Administration sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les conditions de cette catégorie de transports sont réglées de gré à gré eutre les Administrations intéressées.

ARTICLE 77.

PAYEMENTS ET DÉCOMPTES.

1. — Les frais de transit et d'entrepôt sont à la charge de l'Administration du pays d'origine.

2. — Le décompte général de ces frais a lieu d'après les données *de* relevés statistique établis, une fois tous les *trois* ans, pendant une période de *quatorze jours. Cette période est portée à vingt-huit jours pour les dépêches échangées moins de six fois par semaine par les services dépendant d'un pays quelconque.*

Le Règlement détermine la période et la durée d'application des statistiques.

3. — *Un Office est autorisé à soumettre à l'appréciation d'une Commission d'arbitres les résultats d'une statistique qui, selon lui, différeraint trop de la réalité. Cet arbitrage est constitué ainsi qu'il est prévu à l'article* 10.

Les arbitres ont le droit de fixer en bonne justice le montant des frais de transit à payer.

ARTICLE 78.

ÉCHANGE DE DÉPÊCHES CLOSES AVEC DES BÂTIMENTS DE GUERRE.

1. — Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même pays en station à l'étranger, ou entre le commandant d'une de ces divisions navales ou bâtiment de guerre etle commandant d'une autre division ou bâtiment du même pays, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres pays.

2. — Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du pays auquel appartiennent les bâtiments.

3. — Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 73.

Dispositions diverses.

ARTICLE 79.

INOBSERVATION DE LA LIBERTÉ DE TRANSIT.

Lorsqu'un pays n'observe pas les dispositions de l'article 25 concernant la liberté de transit, les Administrations ont le droit de supprimer le service postal avec lui. Elles doivent donner préalablement avis de cette mesure par télégramme aux Administrations intéressées.

ARTICLE 80.

ENGAGEMENTS.

Les Pays contractants s'engagent à prendre, ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs respectifs, les mesures nécessaires:

a) pour punir tant la contrefaçon et l'usage frauduleux des coupons-réponse internationaux que l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement d'envois postaux, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi, ainsi que d'empreintes contrefaites, ou ayant dejà servi, de machines à affranchir *ou de presses d'imprimerie;*

b) pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente, colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des Pays adhérents;

c) pour punir les opérations frauduleuses de fabrication et de mise en circulation de cartes d'identité postales, ainsi que l'emploi frauduleux de ces cartes;

d) pour empêcher et, le cas échant, punir l'insertion d'opium, de morphine, de cocaïne et autres stupéfiants dans les envois postaux en faveur desquels cette insertion ne serait pas expressément autorisée par la Convention et les Arragements de l'Union.

Dispositions finales.

ARTICLE 81.

MISE A EXÉCUTION ET DURÉE DE LA CONVENTION.

La présente Convention sera mise à exécution le *1er juillet 1930* et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires *des Gouvernements* des pays ci-dessous énumérés ont signé la présente Convention en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement *du Royaume-Uni* de la *Grande Bretagne et de l'Irlande du Nord* et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Londres, le 28 juin 1929.

Pour l'Afghanistan:

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

J. N. Redelinghuys.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour les E'tats-Unis d'Amérique:

Pour Joseph Stewart:
E. R. White.
Eugene R. White.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:
Eugene R. White.

Pour les Iles Philippines:

C. E. Unson.
José Topacio.

Pour la République Argentine:

Pour la Commonwealth de l'Australie:

M. B. Harry.

Pour l'Autriche:

Walter Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewyck de Heusch.
F. G. Tondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Canada:

L. J. Gaboury.
Arthur Webster.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Costa-Rica:

Percy G. Harrison.

Pour la République de Cuba:

Guillermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Stanislaw Lós.
Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Equateur:

E. Chacón Q.
E. L. Andrade.

Pour l'Espagne:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Esthonie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.

Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:
J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord:

F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.
D. Bernardos.

Pour le Guatémala:

José Matos.

Pour la République d'Haïti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedjde et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'Inde britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Iraq:

Douglas W. Gumbley.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

P. S. Óh-Éigeartaigh.
R. S. O'Cruimín.
S. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour le Luxembourg:

Jaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

A. Camacho.

Pour le Mexique:

Lino B. Rochin.
José V. Chávez.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

G. McNamara.

Pour la République de Panama:

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werf.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
Dommisse.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oosterbeek.
Hoogewooning.

Pour le Pérou:

M. de Freyre y S.
A. S. Salazar.

Pour la Perse:

Hovhannès Khan Mossaed.
R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Lós.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint-Marin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour la République du Salvador:

Antonio Reyes-Guerra.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.
Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders örne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.
Josef Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeeff.
E. Syrevitch.

Pour l'Uruguay:

F. A. Costanzo.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

PROTOCOLE FINAL DE LA CONVENTION.

Au moment de procéder à la signature de la Convention postale universelle conclue à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

RETRAIT. *Modifications d'adresse.*

Les dispositions de l'article *49* de la Convention ne s'appliquent pas à la Grande-Bretagne, ni aux Dominions, Colonies et Protectorats britanniques, dont la législations intérieure ne permet pas le retrait *ou la modification d'adresse* de correspondances à la demande de l'expéditeur.

II

EQUIVALENTS, LIMITES MAXIMA ET MINIMA.

1. — Chaque pays a la faculté de majorer *de* 50 % ou de réduire *de* 20 % *au maximum* les taxes prévues à l'article *33*, § 1, conformément aux indications du tableau ci-après:

	Limites	
	inférieures Centimes	supérieures Centimes
Lettres:		
premier échelon	20	*37,5*
par échelon supplémentaire..	12	*22.5*
Cartes postales:		
simples	12	*22,5*
avec réponse *payée*.........	24	*45*
Papiers d'affaires, par 50 grammes	4	*7,5*
minimum de taxe..........	20	*37,5*
Imprimés, par 50 grammes.....	4	*7,5*
Impressions en relief pour les aveugles, par 1000 grammes.	4	*7,5*
Echantillons de marchandises, par 50 grammes................	4	*7,5*
minimum de taxe..........	8	*15*
Petits paquets, par 50 grammes..	*12*	*22,5*
minimum de taxe..........	*40*	*75*

Les taxes choisies doivent, autant que possible, être entre elles dans les mêmes proportions que les taxes de base, chaque Office ayant la faculté d'arrondir ses taxes suivant les convenances de son système monétaire.

2. — Il est loisible à chaque pays de réduire à 10 centimes la taxe de la carte postale simple et à 20 centimes celle de la carte postale avec réponse payée.

3. — Le tarif adopté par un pays s'applique aux taxes à percevoir à l'arrivée par suite d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement.

III.

DÉPÔT DE CORRESPONDANCES À L'ÉTRANGER.

Aucun pays n'est tenu d'expédier, ni de distribuer aux destinataires, les envois que des expéditeurs quelconques domiciliés sur son territoire déposent ou font déposer dans un pays étranger en vue de bénéficier des taxes plus basses qui y sont établies. La règle s'applique sans distinction, soit aux envois préparés dans le pays habité par l'expéditeur et transportés ensuite à travers la frontière, soit aux envois confectionnés dans un pays étranger. L'Administration intéressée a le droit, ou de renvoyer les objets en question à l'origine, ou de les frapper de ses taxes intérieures. Les modalités de la perception des taxes sont laissées à son choix.

IV.

ONCE AVOIR DU POIDS.

Il est admis, par mesure d'exception, que les pays qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type de poids décimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once avoir du poids (28,3465 grammes) en assimilant une once à 20 grammes pour les lettres et 2 onces à 50 grammes pour les papiers d'affaires, *imprimés*, échantillons *et petits paquets*.

V.

COUPONS-RÉPONSE.

Les Administrations ont la faculté de ne pas se charger du débit des coupons-réponse.

VI.

DROIT DE RECOMMANDATION.

Les pays qui ne peuvent pas fixer à 40 centimes le droit de recommandation prévu à l'article 52, § 2, de la Convention sont autorisés à percevoir un droit pouvant s'élever jusqu'à 50 centimes *ou éventuellement jusqu'au taux fixé pour leur service intérieur.*

VII.

SERVICES AÉRIENS.

Les dispositions concernant le transport de la poste aux lettres par voie aérienne sont annexées à la Convention postale universelle et sont considérées comme faisant partie intégrante de celle-ci et de son Règlement.

Toutefois, par dérogation aux dispositions générales de la Convention, la modification de ces dispositions peut être envisagée de temps à autre par une Conférence comprenant les représentants des Administrations directement intéressées.

Cette Conférence pourra être convoquée par l'intermédiaire du Bureau international à la demande de trois au moins de ces Administrations.

L'ensemble des dispositions proposées par cette Conférence devra être soumis, par l'intermédiaire du Bureau international, au vote des Pays de l'Union. La décision sera prise à la majorité des voix exprimées.

VIII.

FRAIS SPÉCIAUX DE TRANSIT PAR LE TRANSSIBÉRIEN.

Par dérogation aux dispositions de l'article 73, § 1 (Tableau), l'Administration postale de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes est autorisée à percevoir les frais de transit par la voie du Transsibérien pour les deux directions (Mandchourie ou Vladivostok), à raison de Fr. 4.50 pour les L. C. et de Fr. 0.50 pour les A. O. par kilogramme respectivement pour les distances dépassant 6000 kilomètres.

IX.

FRAIS SPÉCIAUX DE TRANSIT PAR L'URUGUAY.

Exceptionellement, l'Uruguay est autorisée à percevoir pour toutes les dépêches d'outre-mer débarquées à Montevideo qu'il réachemine par ses propres services sur les pays au delà, les frais de transit territoriaux prévus par l'article 73 de la Convention, soit 75 centimes par kilogramme de lettres et de cartes postales et 10 centimes par kilogramme d'autres objets.

X.

FRAIS D'ENTREPÔT.

Exceptionnellement, l'Administration portugaise est autorisée à percevoir pour toutes les dépêches transbordées au port de Lisbonne les frais d'entrepôt prévus à l'article 74 *de la Convention.*

XI.

PROTOCOLE LAISSÉ OUVERT AUX PAYS NON REPRÉSENTÉS.

L'Afghanistan et la République Argentine, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au Congrès, le Protocole leur reste ouvert pour adhérer à la Convention et aux Arrangements qui y ont été conclus, ou seulement à l'un ou à l'autre d'entre eux.

Le Protocole reste aussi ouvert dans le même but au Paraguay dont le délégué a dû s'absenter avant la signature des Actes.

XII.

PROTOCOLE LAISSÉ OUVERT AUX PAYS REPRÉSENTÉS POUR SIGNATURES ET ADHÉSIONS.

Le Protocole demeure ouvert en faveur des Pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention ou un certain nombre seulement des Arrangements arrêtés par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres Arrangements signés ce jour, ou à l'un ou à l'autre d'entre eux.

XIII.

DÉLAI POUR LA NOTIFICATION DES ADHÉSIONS.

Les adhésions prévues *aux articles XI et XII* ci-dessus devront être notifiées au Gouvernement *du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord* par les Gouvernements respectifs, en la forme diplomatique, et par lui aux Etats de l'Union. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le *premier juillet* 1930.

XIV

COMMISSION *préparatoire.*

1. — Une Commission composée de quartorze membres, *représentant les Offices désignés à la majorité des voix par le Congrès, et du Directeur du Bureau international* est chargée de *préparer le Congrès suivant, en particulier* d'étudier *les propositions faites en vue de ce Congrès, de les comparer, de les coordenner, de donner son avis sur toutes les questions, enfin de présenter un projet et un rapport susceptibles de servir de base aux délibérations du Congrès.*

2. — *La Commission préparatoire est convoquée en temps convenable par le Bureau international avant l'ouverture du Congrès suivant et le projet et le rapport mentionnés au paragraphe précédent sont distribués à chaque Administration quatre mois ou moins avant l'ouverture du Congrès.*

3. — Le Bureau international assure les travaux de chancellerie de la Commission.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans le texte même de la Convention à laquelle il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement *du Royaume-Uni de le Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord* et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à *Londres, le* 28 *juin* 1929.

Pour l'Afghanistan:

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

J. N. Redelinghuys.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W Küsgen.
K. Ziegler.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Pour Joseph Stewart:
E. R. White.
Eugene R. White.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Eugene R. White.

Pour les Iles Philippines:

C. E. Unson.
José Topacio.

Pour la République Argentine:

Pour le Commonweath de l'Australie:

M. B. Harry.

Pour l'Autriche:

Walthes Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewyck de Heusch.
F. G. Tondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Canada:

L. J. Gaboury.
Arthur Webster.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Costa-Rica:

Percy G. Harrison.

Pour la République de Cuba:

Guilhermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Stanislaw Los.
Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egyte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Equateur:

E. Chacón Q.
E. L. Andrade.

Pour l'Espagne:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Estonie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.
Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:

J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord:

F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.
D. Bernardos.

Pour le Guatémala:

José Matos.

Pour la République d'Haiti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedje et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'Inde britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Iraq:

Douglas W. Gumbley.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

P. S. óh-Éigeartaigh.
R. S. O'Cruimin.
S. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colombies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour le Luxemburg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

A. Camacho.

Pour le Mexique:

Lino B. Rochin.
José V. Chávez.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

G. McNamara.

Pour la République de Panama:

Carlos A. Lopez G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werp.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
Dommisse.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oostebeek.
Hoogewooning.

Pour le Pérou:

M. de Freyre y S.
A. S. Salazar.

Pour la Perse:

Hovhannès Khan Mossaed.

R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint-Marin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour la République du Salvador:

Antonio Reyes-Guerra.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.
Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders Orne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.
Josef Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. **Khodeeff.**
E. Syrevitch.

Pour l'Uruguay:

F. A. Costanzo.

CHAPITRE II

Dispositions spéciales applicables à chaque catégorie d'envois

Art.

12. Lettres.
13. Cartes postales simples.
14. Cartes postales avec réponse payée.
15. Papiers d'affaires.
16. Imprimés.
17. Objets assimilés aux imprimés.
18. Imprimés. Annotations autorisées.
19. Imprimés. Conditionnement des envois.
20. Echantillons. Annotations autorisées.
21. Echantillons. Conditionnement des envois.
22. Objets assimilés aux échantillons.
23. Objets groupés.
24. Petits paquets.

TITRE III

Envois recommandés. Avis de réception.

CHAPITRE UNIQUE

25. Envois recommandés.
26. Avis de réception.
27. Avis de réception demandé postérieurement au dépôt.

TITRE IV

Envois contre remboursement

CHAPITRE UNIQUE

Art.

28. Indications à porter sur l'envoi.
29. Etiquette.
30. Mandat de remboursement.
31. Versement en compte courant postal.
32. Conversion du montant du remboursement.
33. Divergence entre les indications du montant du remboursement.
34. Délai de payement.
35. Réduction ou annulation du remboursement.
36. Réexpedition.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

REGLEMENT D'EXECUTION

DE LA

CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

Table des matières

TITRE I

Dispositions générales

CHAPITRE UNIQUE.

Art.

1. Transit en dépêches closes et transit à découvert.
2. Echange en dépêches closes.
3. Acheminement des correspondances.
4. Pays éloignés.
5. Fixation des équivalents.
6. Timbres-poste et empreintes d'affranchissement.

TITRE II

Conditions d'acceptation des objets de correspondance

CHAPITRE I

Dispositions applicables à toutes les catégories d'envois

Art.

7. Conditionnement et adresse.
8. Envois poste restante.
9. Envois sous enveloppe à panneau transparent.
10. Envois soumis au contrôle douanier.
11. Envois francs de droits.

37. Emission du mandat de remboursement ou du bulletin de versement.
38. Annulation ou remplacement des formules de mandats de remboursement ou de bulletins de versement.
39. Mandats de remboursement non délivrés ou non encaissés.
40. Décompte des mandats de remboursement.

TITRE V

Opérations au départ et á l'arrivée des envois

CHAPITRE UNIQUE

Art.
41. Application du timbre à date.
42. Envois exprès.
43. Envois non affranchis ou insuffisamment affranchis.
44. Renvoi des bulletins d'affranchissement. Récupération des droits avancés.
45. Envois réexpédiés.
46. Enveloppes de réexpédition.
47. Envois tombés en rebut.
48. Retrait. Modification d'adresse.
49. Simple correction d'adresse.
50. Réclamations. Envois ordinaires.
51. Réclamations. Envois recommandés.
52. Réclamations des envois déposés dans un autre pays.

TITRE VI

E'change des envois.

CHAPITRE UNIQUE.

Art.
53. Feuilles d'avis.
54. Transmission desenvois recommandés.
55. Transmission des envois exprès.
56. Confection des dépêches.
57. Remise des dépêches.
58. Vérification des dépêches.
59. Renvoi des sacs vides.

TITRE VII

Dispositions concernant les frais de transit et d'entrepôt.

CHAPITRE I.

Opérations de statistique.

Art.

60. Statistique des frais de transit.
61. Confection et désignation des dépêches closes pendant la période de statistique.
62. Constatation du nombre de sacs et du poids des dépêches closes.
63. Confection des relevés C 17 des dépêches closes.
64. Liste des dépêches closes échangées en transit.
65. Dépêches closes échangées avec les bâtiments de guerre.
66. Bulletin de transit.
67. Statistique des correspondances à découvert.
68. Statistique des dépêches entreposées.
69. Services extraordinaires.

CHAPITRE II.

Comptabilité. Règlement des comptes.

Art.

70. Compte des frais de transit.
71. Décompte général annuel. Intervention du Bureau international.
72. Liquidation des frais de transit.

TITRE VIII

Dispositions diverses.

CHAPITRE UNIQUE.

Art.

73. Coupons-réponse.
74. Cartes d'identité.
75. Dépêches 'changées avec des bâtiments de Guerre.
76. Bulletins d'affranchissement. Décompte des frais de douane, etc.

77. Formules à l'usage du public.
78. Délai de garde des documents.
79. Adresse télégraphique.

TITRE IX

Bureau international.

CHAPITRE UNIQUE.

Art.

80. Congrès et Conférences.
81. Renseignements. Demandes de modification des Actes.
82. Publications.
83. Rapport annuel.
84. Langue officielle du Bureau international.
85. Coupons-réponse. Cartes d'identité. Tableau des équivalents.
86. Balance et liquidation des comptes.
87. Etablissement des comptes.
88. Balance générale.
89. Payement.
90. Communications à adresser au Bureau international.
91. Statistique générale.
92. Dépenses du Bureau international.

Dispositions finales.

93. Mise à exécution et durée du Règlement.

PROTOCOLLE FINAL DU RÈGLEMENT.

I. Payement des soldes de frais de transit.
II. Confection des dépêches.

RÈGLEMENT D'EXÉCUTION DE LA CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

ANNEXES.

Formules C 1 à C 30.

Les soussignés, vu l'article 4 de la Convention postale universelle conclue à Londres le 28 juin 1929, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun

accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de ladite Convention :

TITRE I

Dispositions générales.

CHAPITRE UNIQUE.

ARTICLE PREMIER.

EN DÉPÊCHES CLOSES ET TRANSIT À DÉCOUVERT.

Les Administrations peuvent s'expédier réciproquement, par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convenances du service. *La transmission des correspondances à découvert à une Administration intermédiaire doit se limiter strictement aux cas où la confection de dépêches closes ne se jusfie pas.*

ARTICLE 2.

ÉCHANGE EN DÉPÊCHES CLOSES.

1. — L'échange des correspondances en dépêches closes est réglé d'un commun acord entre les Administrations intéressées.

Il est obligatoire de former des dépêches closes toutes les fois qu'une des Administrations intermédiaires en fait la demande, se basant sur le fait que le nombre de correspondances à découvert est de nature à entraver ses opérations.

2. — Les Administrations par l'intermédiaire desquelles des dépêches closes sont à expédier doivent être prévenues en temps opportun.

3. — En cas de changement dans un service d'échange en dépêches closes établi entre deux Administrations par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, l'Administration qui a provoqué le changement en donne connaissance aux Administrations de ces pays.

ARTICLE 3.

ACHEMINEMENT DES CORRESPONDANCES.

1. — Chaque Administration est obligée d'acheminer, par les voies les plus rapides qu'elle emploie pour ses propres envois, les dépêches closes et les correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre Administration.

Lorsqu'une dépêche se compose de plusieurs sacs, ceux-ci doivent, autant que possible, rester réunis et être acheminés par le même courrier.

Les objets de tout nature mal dirigés sont, sans aucun délai, réexpédiés par la voie la plus prompte sur leur destination.

2. — L'administration du pays d'origine a la faculté d'indiquer la voie à suivre par les dépêches closes qu'elle expédie, pourvu que l'emploi de cette voie n'entraîne pas, pour une Administration intermédiaire, des frais spéciaux.

Sous la même réserve les Administrations intervenant dans le transport doivent tenir compte de la voie à suivre par l'expéditeur sur les envois qui leur sont transmis à découvert.

3. — Les administrations qui usent de la faculté de percevoir des taxes supplémentaires, en representation des frais extraordinaires afférents à certaines voies, sont libres de ne pas diriger par ces voies les correspondances *non affranchies ou* insuffisamment affranchies.

ARTICLE 4.

PAYS ÉLOIGNÉS.

1. — *Sont considérés comme pays éloignés les pays entre lesquels la durée des transports par la voie de terre ou de mer la plus rapide est de plus de dix jours.*

2. — *Sont assimilés aux pays éloignés, en ce qui concerne la fixation des délais, les pays de très grande étendue ou dont les voies de communications intérieures sont peu développées pour les questions où ces facteurs jouent un rôle prépondérant. Le Bureau international dressera une liste de ces pays.*

ARTICLE 5.

FIXATION DES ÉQUIVALENTS.

1. — Les Administrations fixent les équivalents des taxes et droits prévus par la Convention et les Arrangements après entente avec l'Administration des postes suisses, à laquelle il appartient de les faire notifier par l'intermédiaire du Bureau international.

Chaque Administration notifie directement au Bureau international *l' équivalent fixé par elle pour* l,indemnité prévue à l'article 54 de la Convention.

Les équivalents ne peuvent entrer en vigueur que le 1er d'un mois et au plus tôt 15 jours après leur notification par le Bureau international.

Ce Bureau dresse un tableau indiquant, pour chaque pays, les équivalents des taxes et droits mentionnés au 1er alinéa ci-dessus, *et renseignant, le cas échéant, sur le pourcentage de la majoration ou de la réduction de taxe appliquée en vertu de l'article II du Protocole final de la Convention.*

2. — Lorsqu'un changement d'équivalents est jugé nécessaire, l,Administration du pays intéressé doit suivre la procédure indiquée au paragraphe précédent.

Les nouveaux équivalents ne peuvent également entrer en vigueur que le 1er d'un mois et au plus tôt 15 jours après leur notification par le Bureau international.

3. — Les fractions monétaires résultant du complément de taxe applicable aux correspondances insuffisamment affranchies peuvent être arrondies par les Administrations qui en effectuent la perception. La somme à ajouter de ce chef ne peut excéder *la valeur d'un vingtième de franc (cinq centimes).*

ARTICLE 6.

TIMBRES-POSTE ET EMPREINTES D'AFFRANCHISSEMENT.

1. — Les timbres-poste représentant les taxes-type de l'Union ou leur équivalent dans la monnaie de chaque pays sont confectionnés dans les couleurs siuvantes:

en bleu foncé, le timbre représentant la taxe d'une lettre simple;

en rouge, le timbre représentant la taxe d'une carte postale;

en vert, le timbre représentant la taxe du port simple des *imprimés*.

Les empreintes produites par les machines à affrancrir doivent être de couleur rouge vif, quelle que soit la valeur qu'elles représentent.

2. — Les timbres-poste et les empreintes d'affranchissement doivent *porter, autant que possible* en caractères latins, l'indication du pays d'origine et mentionner leur valeur d,affranchissement d'après le tableau des équivalents adoptés. L'indication du nombre d'unités ou de fractions de l'unité monétaire, servant à exprimer cette valeur, est faite en chiffres arabes. *En ce qui concerne les imprimés affranchis au moyen d'empreintes obtenues à la presse d'imprimerie, les indications du pays d'origine et de la valeur d'affranchissement peuvent être remplacés par le nom du bureau d'origine et la mention "Taxe perçue", "Port payé" ou une expression analogue.*

3. — Les timbres-poste commémoratifs ou de charité, pour lesquels un supplément de taxe est à payer indépendamment de la valeur d'affranchissement, doivent être confectionnés de façon à eviter tout doute au sujet de cette valeur.

4. — Les timbres-poste peuvent être marqués à l'emporte-pièce de perforations distinctives selon les conditions fixées par l'Administration qui les a émis.

TITRE II

Conditions d'acceptation des objets de correspondance.

CHAPITRE I.

Dispositions applicables à toutes les catégories d'envois

ARTICLE 7.

CONDITIONNEMENT ET ADRESSE.

1. — Les Administrations doivent recommander au public:

a) de libeller l'adresse en caractères latins et de la mettre *dans le sens de la longueur de façon à ménager la place nécessaire pour les mentions ou étiquettes de service;*

b) d'indiquer l'adresse d'une manière précise *et complète afin* que *l'acheminement de l'envoi et* sa remise au destinataire *puissent* avoir lieu sans recherches;

c) *d'appliquer* les timbres-poste *ou les empreintes d'affranchissement* à l'angle droit supérieur du côté de la suscription;

d) d'indiquer le *nom et le domicile* de l'expéditeur, *soit au verso, soit au recto, de façon à ne nuire ni à la clarté de l'adresse ni à l'application des mentions ou étiquettes de service;*

c) *en ce qui concerne les envois expédiés à la taxe réduite, d'indiquer la catégorie à laquelle ils appartiennent.*

2. — Les timbres non postaux et les vignettes de bienfaisance ou autres, susceptibles d'être confondus avec les timbres-poste, ne peuvent être appliqués du côté de la suscription. Il en est de même des empreintes de timbres qui pourraient être confondues avec les empreintes d'affranchissement.

3. — *Les correspondances du service postal expédiées en franchise de port doivent porter au recto l'annotation "Service des postes" ou une mention analogue.*

ARTICLE 8.

ENVOIS POSTE RESTANTE.

L'adresse des envois expédiés poste restnte doit indiquer le nom du destinataire. L'emploi d,initiales, de chiffres, de simple prénoms, de noms supposés ou de marques conventionnelles quelconques n'est pas admis pour ces envois.

ARTICLE 9.

ENVOIS SOUS ENVELOPPE À PANNEAU TRANSPARENT.

1. — Les envois sous enveloppe à panneau transparent sont admis aux conditions suivantes:

a) le panneau transparent doit être disposé parallèlement à la plus grande dimension, de façon quel'adresse du destinataire apparaisse dans le même sens et que l'application du timbre à date ne soit pas entravée;

b) la transparence du panneau doit assurer une parfaite lisibilité de l'adresse, même à la lumière artificielle et ne pas empêcher l'application d'une écriture;

c) *seuls les noms et adresse du destinataire doivent apparaître à travers le panneau, et le contenu de l'enveloppe doit être plié de façon que l'adresse ne puisse se trouver masquée, en tout ou en partie, par suite de glissement;*

d) *l'adresse doit être indiquée, d'une façon bien lisible, à l'encre ou à la machine à écrire. Les envois dont l'adresse est écrite au chayon-encre et au crayon ne sont pas admis.*

Les enveloppes à panneau, dont la partie vitrifiée provoque des reflets à la lumière artificielle sont exclues du transport.

2. — Les envois sous enveloppe entièrement transparente ou à panneau cuvert ne sont pas admis.

ARTICLE 10.

Envois soumis au contrôle douanier.

1. — *Les envois à soumettre au contrôle douanier doivent être revêtus, au recto, d'une étiquette verte, conforme au modèle C 1 ci-annexé; en ce qui concerne la catégorie des petits paquets, cette disposition est applicable à tous les objets sans exception.*

Les envois visés à l'alinéa ci-dessus sont en outre acompagnés, si l'expéditeur le préfère ou si le pays de distribution l'exige, d'une déclaration en douane séparée, conforme au modèle C 2 ci-annexé et reliée extérieurement d'une manière solide à l'envoi par un croisé de ficelle ou insérée dans cet envoi. Dans ce cas, la partie supérieure de l'étiquette C 1 est seule apposée sur l'envoi.

2. — *Les Administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane, sous quelque forme qu'elles soient faites.*

ARTICLE 11.

Envois francs de droits.

1. — *Les envois à remettre aux destinataires francs de tous droits doivent porter sur le recto l'en-tête, très apparent. "Franc de droits" ou une mention analogue dans la langue*

du pays d'origine. Ces envois pourvus, du côté de la suscription, d'une étiquette de couleur jaune portent également, en gros caractères, l'indication "Franc de droits".

2. — Tout envoi expédié franc de droits est acompagné d'un bulletin d'affranchissement conforme au modèle C 3 ci-annexé, confectionné en carton de couleur jaune et dont le recto est rempli par le bureau expéditeur. Le bulletin d'affranchissement est solidement attaché à l'envoi.

CHAPITRE II.

Dispositions spéciales applicables à chaque catégorie d'envois

ARTICLE 12.

LETTRES.

En principe, aucune condition de forme ou de fermeture n'est exigée pour les lettres, sous réserve de l'observation des prescriptions de l'article 9 précédent. *La place nécessaire au recto pour l'affranchissement, l'adresse et les mentions ou étiquette des service doit être laissée entièrement libre.*

ARTICLE 13.

CARTES POSTALES SIMPLES.

1. — Les cartes postales doivent être confectionées en carton ou en papier assez consistant pour ne pas entraver la manipulation.

Elles doivent porter, en tête du recto, le titre "Carte postale" en français ou l'équivalent de ce titre dans une autre langue. Ce titre n'est pas obrigatoire pour les cartes postales émanant de l'industrie privée.

2. — Les cartes postales doivent être expédiées à découvert, c'est-à-dire, sans bande ni enveloppe.

3. — La moitié droite au moins du recto est réservée à l'adresse du destinataire et aux mentions ou étiquettes de service. L'expediteur dispose du verso et de la partie gauche du recto, sous réserve des dispositions du paragraphe suivant.

Les cartes dont tout ou partie du recto a été divisé en plusieurs cases destinées à recevoir des adresses successives sont interdites.

4. — Il est interdit au public de joindre ou d'attacher aux cartes postales des échantillons de marchandises ou des objets analogues. Toutefois, des vignettes, des photographies, des timbres de toute espéce, des bandes d'adresse ou des feuilles à replier, des étiquettes et des coupures de toute sorte peuvent y être collés, à condition de ces objets ne soient pas de nature à altérer le caractère des cartes postales, qu'ils consistent en papier ou en une autre matière très mince et qu'ils soient conplètement adhérents à la carte. Ces objets ne peuvent être collés que sur le verso ou sur la partie gauche du recto des cartes postales, sauf les bandes ou étiquettes d'adresse qui peuvent occuper tout le recto. Quant aux timbres de toute espèce, susceptibles d'être confondus avec les timbres d'affranchissement, ils ne sont admis qu'au verso.

5. — Les cartes postales ne remplissant pas le conditions prescrites pour cette catégorie d'envois sont traitées comme lettres.

ARTICLE 14

CARTES POSTALES AVEC RÉPONSE PAYÉE

1. — Les cartes postales avec réponse payée doivent présenter au recto, en langue fraçaise, comme titre sur la première partie: "Carte postale avec réponse payée"; sur la seconde partie: "Carte postale-réponse". Les deux parties doivent d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple: elles sont repliées l'une sur l'autre *de façon que le pli forme le bord supérieur* et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

2. — L'adresse de la carte-réponse doit se trouver à l'intérieur de l'envoi.

Il est loisible à l'expéditeur d'indiquer son nom et son adresse au recto de la patrie "Reponse", soit par écrit, soit en y collant une étiquette.

L'expéditeur est également autorisé à faire imprimer au verso de la carte-réponse un questionnaire destiné à être rempli par le destinataire.

3. — L'affranchissement de la partie "Réponse "au moyen du timbre-poste du pays qui a émis la carte n'est valable que si les deux parties de la carte postale avec réponse payée sont parvenues adhérentes du pays d'origine et si la

partie "Réponse" est expédiée du pays où elle est parvenue par la poste à destination dudit pays d'origine.

Si ces conditions ne sont pas remplies, elle est traitée comme carte postale non affranchie.

ARTICLE 15

PAPIERS D'AFFAIRES

1 — Sont considérés comme papiers d'affaires, toutes les pièces et tous les documents écrits ou dessinés en tout ou *partie qui* n'ont pas le caractère d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les lettres ouvertes et les cartes postales de date ancinne qui ont déjà atteint leur but primitif, les pièces de procédure, les actes de tout genre dressés par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissements, les factures, certains documents des compagnies d'assurance, les copies ou extraits d'actes sous seing privé écrits sur papier timbré ou non timbré, les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrits d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, les devoirs originaux et corrigés d'éléves à l'exclusion de toute indication ne se rapportant pas directement à l'exécution du travail.

Ces documents peuvent être accompagnés de fiches, de rappel ou bordereaux d'envoi portant les mentions suivantes ou des indications analogues: énumeration des pièces composant l'envoi références à une correspondance échangée entre l'expéditeur et le destinataire, telles que:

"Annexe à notre lettre du...........à M...........
Notre reférence.............Références du client........

2. — Les papiers d'affaires sont soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescrites pour les imprimés (article 19 ci-après).

ARTICLE 16

IMPRIMÉS

1. — Sont considérés comme imprimés les jornaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique (à l'exclusion des papiers perforés destinés à être adaptés à des instruments de musique automatiques), les cartes de visite, les cartes-adresse les

épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les gravures, les photographies et les albums contenant des photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la litographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique, facile à reconnaître, hormis le décalque, *les timbres à caractères mobiles ou non* et la machine à écrite.

2. — *La taxe des imprimés n'est pas applicable aux* imprimés qui portent des signes quelconques suscetpibles de constituer un langage conventionnel, ni, sauf les exceptions explicitement autorisées par l'article 18, à ceux dont le texte a été modifié après tirage.

3. — Les articles de papeterie proprement dits, dès l'instant où il apparait clairement, que *la partie imprimée* n'est pas l'essentiel de l'objet, *ne peuvent être expédiés au tarif des imprimés*.

4. — Les cartes portant le titre "Carte postale" ou l'équivalent de ce titre dans une langue quelconque sont admisses au tarif des imprimés, pourvu qu'elles répondent aux conditions générales applicables aux imprimés. Celles qui ne remplissent pas ces conditions sont traitées comme cartes postales ou éventuellement comme lettre, par application des dispositions de l'article 13, § 5, du Règlement.

ARTICLE 17

Objets assimilés aux imprimés

Les reproductions d'une copie-type faite à la plume, ou à la machine à écrite sont assimilées aux imprimés lorsqu'elles sont obtenues par un procédé mécanique de polygraphie, chromographie, etc.; mais. pour jouir de la modération de taxe, ces reproductions doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt envois contenant des exemplaires parfaitement identiques. Ces reproductions peuvent recevoir les annotations autorisées pour les imprimés.

ARTICLE 18.

IMPRIMÉS. ANNOTATIONS AUTORISÉES.

1. — Il est permis, à l'éxtérieur et à l'intérieur de tous les envois d'imprimés:

a) d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique les noms, qualité, profession, raison sociale et adresse de l'expéditeur et du destinataire, la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphiques, le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur, *ainsi qu'un numéro d'ordre ou d'immatriculation se rapportant exclusivement à l'envoi;*

b) de corriger les fautes d'impression;

c) de biffer, de souligner ou d'encadrer au moyen de traits certains mots ou certaines parties du texte imprimé, à moins que ces opérations ne soient faites dans le but de constituer une correspondance.

2. — Il est, en outre, permis d'indiquer ou d'ajouter à la main ou par un procédé mécanique:

a) sur les avis concernant les départs et les arrivées des navires:

les dates et heures des départs et arrivées, ainsi que les noms des navires et des ports de départ, d'escale et d'arrivée;

b) sur les avis de passage:

le nom du voyageur, la date, l'heure et le nom de la localité par laquelle il compte passer, ainsi que l'endroit où il descend;

c) sur les bulletins de commande et de souscription relatifs à des ouvrages de librairie, livres, journaux, gravures, morceaux de musique:

les ouvrages demandés ou offerts, le prix de ces ouvrages, *le mode de payement, l,édition et les noms des autres et des éditeurs, ainsi que le numéro du catalogue et les mots "broché", "cartonné" ou "relié";*

d) sur les cartes illustrées, les cartes de visite imprimées, ainsi que sur les cartes de Noël et de nouvel an:

des souhaits, félicitations, remerciements, compliments de condoléance ou autres formules de politesse exprimés en cinq mots ou au moyen de cinq initiales conventionnelles, au maximum;

e) sur les épreuves d'imprimerie:

les changements et additions qui se rapportent à la correction, à la forme et à l'impression ainsi que des mentions telles que "Bon à tirer", "Vu-Bon à tirer" ou toutes autres analogues se rapportant à confection de l'ouvrage. En cas de manque de place, les additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales;

f) sur les images de mode, les cartes géographiques, etc.:

les couleurs;

g) sur les listes de prix courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse et de marché, les circulaires de commerce et les prospectus;

des chiffres;

toutes autres annotations représentant des éléments constitutifs des prix;

h) sur les livres, brochures, journaux, photographies, gravures, papiers de musique et, en général, sur toutes productions littéraires ou artistiques imprimées, gravées, lithographiées ou autographiées:

une dédicace consistant en un simple hommage *et, sur les photographies, une légende explicative très succinte;*.

i) sur les passages découpés de journaux et publications périodiques:

le titre, la date, le numéro et l' adresse de la publication dont l'article est extrait.

3. — Il est, enfin, permis de joindre:

a) aux épreuves d'imprimerie corrigées ou non:

le manuscript;

b) aux envois des catégories mentionnées sous § 2, lettre *h*:

la facture se rapportant à l'objet envoyé.

ARTICLE 19.

IMPRIMÉS. CONDITIONNEMENT DES ENVOIS.

1. — Les imprimés doivent être, soit placé sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit entourés d'une ficelle facile à dénouer.

2. — Les imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte peuvent être expédiés *à découvert* sans bande, enveloppe ou lien. *Le même mode d'expedition est admis pour les imprimés pliés de façon qu'ils ne puissent se déplier pen-*

dant le transport et *que* d'autres objets ne *risquent de s'y fourvoyer.*

La moitié droite au moins du recto des imprimés expédiés sous forme de cartes est réservée à l'adresse du destinataire et aux mentions ou étiquettes de service.

ARTICLE 20.

ÉCHANTILLONS. ANNOTATIONS AUTORISÉES.

Il est permis d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique, à l'extérieur ou à l'interieur des envois d'échantillons, les noms, qualité, profession, raison sociale et adresse de l'expéditeur et du destinataire, ainsi que la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphique, le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au métrage et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible et celles qui sont nécessaires pour préciser la provenance et la nature de la marchandise.

ARTICLE 21.

ÉCHANTILLONS. *Conditionnement des envois*

1. — *Les échantillons de marchandises doivent être placés dans des sacs, des boîtes ou des enveloppes mobiles.*

2. — Les objets en verre *ou autres matières fragiles,* les envois de liquides, huiles, corps gras, poudres sèches, colorantes ou non, ainsi que les envois d'abeilles vivantes, de sangsues et de graines de vers à soie sont admis au transport comme échatillons de marchandises, pourvu qu'ils soient conditionnés de la manière suivante:

a) les objets en verre *ou autres matières fragiles* doivent être emballés solidement (boîtes en métal, en bois ou en carton ondulé de qualité solide), de manière à prévenir tout danger pour les agents et les correspondances;

b) les liquides, huiles et corps facilement liquéfiables doivent être insérés dans des *récipients* hermétiquement *fermés*. Chaque *récipient* doit être placé dans une boite spéciale en métal, en bois *résistant* ou en carton ondulé de qualité solide garnie de sciure de bois, de coton ou de matière spongieuse, en

quantité suffisante pour absorber le liquide en cas de bris du *récipient. Le couvercle de la boite doit être fixé de manière qu'il ne puisse se détacher facilement;*

c) les corps gras difficilement liquéfiables, tels que les onguents, le savon mou, les résines, etc., ainsi que les graines de vers à soie, dont le transport offre moins d'inconvénients, doivent être enfermés sous une première enveloppe (boîte, sac en toile, parchemin, etc.), placée elle-même dans une seconde boîte en bois, en métal ou en cuir fort et épais;

d) les *poudres sèches* colorantes, telles que l'aniline, etc., ne sont admises que sans des boîtes en fer-blanc résistant, placées à leur tour dans des boîtes en bois avec de la sciure entre les deux *emballages. Les* poudres séches non colorantes doivent être placées dans des boîtes en métal, en bois ou en *carton; ces* boîtes doivent être elles-mêmes enfermées dans un sac en toile ou en parchemin;

e) les abeilles vivantes *et les sangsues* doivent être enfermées dans des boîtes disposées de façon à éviter tout danger.

3. — *Les objets* qui se gâteraient, s'il étaient emballés *d'après les règles générales,* peuvent exceptionnellement être admis sous un emballage hermétiquement fermé. Dans ce cas, les Administrations intéressées peuvent exiger que l'expéditeur ou le destinataire facilite le vérification du contenu, soit en ouvrant quelques-uns des envois désignés par elles, soit d'une autre manière satisfaisante.

4. — *Il n'est pas exigé d'emballage pour les objets d'unc seule pièce, tels que pièces de bois, pièces métalliques, etc., qu'il n'est pas dans les usages du commerce d'emballer.*

5. — *L'adresse du destinataire doit être indiquée, autant que possible, sur l'emballage ou sur l'objet lui-même. Si l'emballage ou l'objet ne se prête pas à l'inscription de l'adresse et des indications de service ou à l'application des timbres-poste, il doit être fait usage d'une étiquette volante, de préférence en parchemin, attaché solidement. Il en est de même lorsque le timbrage est susceptible de provoquer la détérioration dê l'envoi.*

ARTICLE 22.

Objets assimilés aux échantillons.

Sont admis ou trif des échantillons: les clichés d'imprimerie, les clefs isolées, les fleurs, fraiches coupées, les objets

d'histoire naturelle (animaux et plantes séchés ou conservés, spécimens géologiques, etc.), tubes de sérum et objets pathologiques rendus inoffensifs par leur mode de préparation et d'emballage. Ces objets, à l'exception des tubes de sérum expédiés dans un intérêt général par les laboratoires ou institutions officiellement reconnus, ne peuvent être envoyés dans un but commercial. Leur emballage doit être conforme aux prescriptions générales concernant les échantillons de marchandises.

ARTICLE 23.

OBJETS GROUPÉS.

1. — *La réunion dans un seul envoi d'objets de correspondance de catégories différentes est limitée aux* papiers d'affaires, *aux* imprimés, à l'exception des impressions en relief à l'usage des aveugles, *et aux échantillons de marchandises* sous réserve:

a) que chaque objets pris isolément ne dépasse pas les limites qui lui sont applicables quant aux poids et aux dimensions;

b) que le poids total ne dépasse pas 2 kilogrammes par envoi;

c) que la taxe soit au minimum la taxe minimum des papiers d'affaires si l'envoi contient des papiers d'affaires, et la taxe minimum des échantillons, s'il se compose d'imprimés et d'échantillons.

2. — *Ces dispositions ne sont applicables qu'aux objets soumis à la même taxe unitaire. Lorsqu'un Office constate la réunion dans un même envoi d'objets passibles de taxes différentes, cet envoi est frappé pour son poids total de la taxe afférente à la catégorie dont le tarif est le plus élevé.*

ARTICLE 24.

Petits paquets.

Les petits paquets sont soumis aux dispositions prescrites pour les échantillons de marchandises en ce qui concerne la forme, le conditionnement et l'emballage.

En outre, les nom et adresse des expéditeurs doivent figurer à l'extérieur des envois.

TITRE III

Envois recommandés. Avis de réception.

CHAPITRE UNIQUE.

ARTICLE 25.

ENVOIS RECOMMANDÉS.

1. — Les envois recommandés doivent porter au recto l'en-tête très apparent "Recommandé" ou une mention analogue dans la langue du pays d'origine. Lorsqu'il s'agit de lettres recommandées, elles ne peuvent présenter aucune trace d'ouverture et de refermeture antérieures au dépôt. Pour le surplus, aucune condition spéciale de forme, de fermeture ou de libellé de l'adresse n'est xigée pour ces envois, sauf les exceptions ci-après.

2. — Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon ne sont pas admis à la recommandation.

Toutefois, l'adresse des envois autres que ceux expédiés sous enveloppe transparente peut être écrit au crayon-encre.

3. — Les objets expédiés sous enveloppe transparente ne sont admis que si le panneau fait partie intégrante de l'enveloppe.

4. — Les envois recommandés doivent être revêtus, à l'angle gauche supérieur de la suscripton, d'une étiquette conforme ou analogue au modèle *C 5* ci-annexé, avec l'indication en caractères latins de la lettre "R", du nom du bureau d'origine et du numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

Toutefois, il est permis aux Administrations dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquettes, d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et d'employer pour la désignation des envois recommandés des timbres: "Recommandé" ou "R", à côté desquels doivent figurer l'indication du bureau d'origine et celle du numéro d'ordre. Ces timbres doivent être apposés également à l'angle gauche supérieur de la suscription.

Aucun numéro d'ordre, etc, ne doit être porté au recto des objets recommandés par les Offices intermédiaires, afin d'éviter *des confusions avec le* numéro *d' inscription de l'envoi au bureau d'origine.*

ARTICLE 26.

AVIS DE RÉCEPTION.

1. — Les envois dont l'expéditeur demande un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente "Avis de réception" ou l'empreinte d'un timbre "A. R.".

2. — Ils sont accompagnés d'une formule de la consistance d'une carte postale, *de couleur rouge clair,* conforme ou analogue au modèle *C 6* ci-annexé; cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur et réunie, extérieurement et d'une manière solide, à l'objet auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

3. — Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule *C 6,* la renvoie dans le courrier ordinaire, à découvert et en franchise de port, à l'adresse de l'expéditeur de l'objet.

4. — Lorsque l'expéditeur réclame un avis de réception qui ne lui est pas parvenu dans les délais voulus, il est procédé conformément aux règles tracées à l'article suivant. Dans ce cas, il n'est pas perçu une deuxième taxe et le bureau d'origine inscrit en tête de la formule *C 6* la mention: "Duplicata de l'avis de réception, etc.".

ARTICLE 27.

AVIS DE RÉCEPTION DEMANDÉ POSTÉRIEUREMENT AU DÉPÔT.

1. — Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception d'un envoi recommandé postérieurement au dépôt, le bureau d'origine remplit une formule *C 6*.

Cette formule est attaché à une réclamation modèle *C 13* revêtue d'un timbre-poste représentant la taxe due et traitée selon les prescriptions de l'article 51 ci-après, à cette seule exception que, en cas de distribution régulière de l'envoi, le bureau de destination retire la formule *C 13* et renvoie la formule *C 6* à l'origine, de la manière prescrite au § 3 de l'article précédent.

2. — Les dispositions particulières adoptées par les Administrations en vertu de l'article 51 ci-après, pour la trans-

mision des réclamations d'envois recommandés, sont applicables aux demandes d'avis de réception formulées postérieurement au dépôt.

TITRE IV

Envois contre remboursement.

CHAPITRE UNIQUE.

ARTICLE 28.

INDICATIONS À PORTER SUR L'ENVOI.

1. — Les envois recommandés grevés de remboursement doivent porter sur le recto l'en-tête "Remboursement", écrit ou imprimé d'une manières très apparente, et suivi de l'indication du montant du remboursement en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres arabes, sans rature ni surcharge, même approuvées.

2. — L'expéditeur doit indiquer *au* recto de l'envoi son nom et son adresse en caractères latins. *Lorsque le montant encaissé est à verser en compte courant postal dans le pays de destination, l'envoi doit porter, en outre, du côté de la suscription, l'annotation suivante libellée en français ou dans une autre langue connue dans le pays de destination*:

"A porter au crédit du compte des chèques postaux No...... de M........... à............ tenu par le bureau des chèques d.................".

ARTICLE 29.

ÉTIQUETTE.

Les envois contre remboursement doivent être revêtus, au recto, d'une étiquette de couleur orange, conforme au modèle *C 7* ci-annexé.

ARTICLE 30.

MANDAT DE REMBOURSEMENT.

Sauf le cas prévu à l'article 31 ci-après, tout envoi contre remboursement est accompagné d'une formule de mandat de remboursement *en carton résistant* de couleur vert clair conforme au modèle *C 8* ci-annexé. Cette formule doit porter l'indication du montant du remboursement dans la monnaie

du pays d'origine et indiquer, en règle générale, l'expéditeur de l'envoi comme bénéficiaire du mandat. Cependant chaque Administration est libre de faire adresser aux bureaux d'origine des envois, ou, à d'autres de ses bureaux, les mandats afférents aux envois originaires de son service. Le coupon du mandat de remboursement doit indiquer le nom et l'adresse du destinataire de l'envoi, ainsi que le lieu et la date de dépôt de cet envoi.

Le mandat est réuni d'une manière solide à l'objet auquel il se rapporte.

ARTICLE 31.

Versement en compte courant postal.

Tout envoi dont le montant encaissé doit être versé en compte courant postal dans le pays de destination est accompagné, sauf arrangement contraire, d'un bulletin de versement conforme à la formule prescrite dans le service intérieur de ce pays. Le bulletin doit désigner le titulaire du compte à créditer et contenir toutes les autres indications que comporte le texte de la formule, à l'exception du montant à créditer qui sera inscrit par l'Office de destination après encaissement du montant du remboursement. Si le bulletin de versement est pourvu d'un coupon, l'expéditeur y mentionne son nom et son adresse, ainsi que les autres indications qu'il juge nécessaires.

Le bulletin de versement est réuni solidement à l'objet.

ARTICLE 32.

CONVERSION DU MONTANT DU REMROURSEMENT.

Sauf entente contraire, *le montant* des remboursements *exprimé dans la monnaie du pays d'origine de l'envoi est converti* en monnaie du pays destinataire par les soins de l'Administration de ce pays, qui se sert du taux de conversion dont elle fait usage pour la conversion des mandats de poste à destination du pays d'origine des envois.

ARTICLE 33.

Divergence entre les indications du montant du remboursement.

En cas de divergence entre les indications du montant du remboursement figurant sur l'envoi et sur le mandat, la somme la plus élevée doit être encaissée sur le destinataire.

Si celui-ci refuse de verser cette somme, l'envoi peut être livré, sauf l'exception prévue ci-après, contre payement de la somme inférieure, mais sous réserve qu'un payment complémentaire sera effectué, s'il y a lieu, dès réception des renseignements qui seront fournis par l'Office expéditeur. Si le destinataire n'accepte pas cette condition, il est sursis à la livraison de l'envoi.

Dans tous les cas, une demande de renseignements est transmise immédiatament à l'Office expéditeur qui doit y répondre, dans le plus court délai possible, en précisant le montant exact du remboursement.

Lorsque le destinataire est de passage ou doit s'absenter, le payement de la somme la plus élevée peut être exigé. En cas de refus, l'envoi n'est livré qu'à la réception de la réponse à la demande de renseignements.

ARTICLE 34.

DÉLAI DE PAYEMENT.

Le montant du remboursement doit être payé dans un délai de 7 jours à compter du lendemain de l'arrivée de l'envoi au bureau destinataire. Ce délai peut être étendu jusqu'au maximum *d'un mois* par les Administrations auxquelles leur législation en fait une obligation. A l'expiration du délai de garde, *l'objet* est *renvoyé* au bureau d'origine. L'expéditeur peut toutefois demander par une annotation le *retour* immédiat de l'objet, si le destinataire refuse de payer le montant du remboursement lors de la première présentation.

ARTICLE 35.

RÉDUCTION OU ANNULATION DU REMBOURSEMENT.

1. — Les demandes d'annulation ou de réduction du montant du remboursement sont soumises aux règles et formalités prescrites par l'article *48* ci-après.

S'il s'agit d'une demande télégraphique, celle-ci doit être confirmée, par le premier courrier, par une demande postale accompagnée du fac-similé dont il est question à l'article 48, § 1, et portant en tête l'annotation soulignée au crayon de couleur "Confirmation de la demande télégraphique du..."

Dans ce cas, le bureau destinataire se borne à retenir l'envoi à la réception du télégramme et attend la confirmation postale pour faire droit à la demande.

Toutefois, l'Office destinataire peut, sous sa propre responsabilité, donner suite à une demande télégraphique sans attendre cette confirmation.

2. — *Excepté le cas prévu à l'article 31,* toute demande *par voie postale* de réduction du montant du remboursement doit être accompagnée d'une nouvelle formule de mandat de remboursement indiquant le montant rectifié.

Lorsqu'il s'agit d'une demande par voie télégraphique, le mandat de remboursement doit être remplacé par le bureau destinataire aux conditions déterminées par l'article 38 ci-après.

ARTICLE 36.

RÉEXPÉDITION.

Les envois recommandés grevés de remboursement peuvent être réexpédiés si le pays de la nouvelle destination assure, avec celui d'origine, le service des envois de cette catégorie. Dans ce cas, les envois sont accompagnés des formules de mandats de remboursement établies par le service d'origine. L'Office de la nouvelle destination procède à la liquidation des remboursements comme si les envois lui avaient été expédiés directement.

Ne peuvent être réexpédiés les envois, dont le montant encaissé doit être versé en compte courant postal dans le pays de destination primitif.

ARTICLE 37.

EMISSION DU MANDAT DE REMBOURSEMENT *ou du bulletin de versement.*

Immédiatement après avoir encaissé le montant du remboursement, le bureau de destination, ou tout autre bureau désigné par l'Administraiton destinataire, remplit la partie "Indications de service" du mandat de remboursement et, après avoir apposé son timbre à date, le renvoie sans taxe à l'adresse indiquée.

Lorsqu'une demande de renseignements sur le montant exact du remboursement a été adressée à l'Office d'origine,

il est sursis à l'envoi du mandat jusqu'à la réception de la réponse à cette demande.

Les mandats de remboursement sont payés aux expéditeurs des envois dans les conditions déterminées par chaque Administration.

Les bulletins de versement des envois contre remboursement, dont le montant doit être porté à un compte courant postal dans le pays de destination, sont traités d'après le régime intérieur des chèques et virements postaux de ce *pays.*

ARTICLE 38.

ANNULATION OU REMPLACEMENT DES FORMULES DE MANDATS DE REMBOURSEMENT *ou de bulletins de versement.*

1. —Les formules de mandats de remboursement *qui deviennent inutilisables par suite de demandes d'annulation ou de réduction du montant du remboursement, de même que les formules de bulletins de versement devenues inutilisables en cas d'annulation du montant du remboursement (article 35)* sont détruites par les soins de l'Office destinataire des envois.

2. —Les formules afférentes aux envois grevés de remboursement, qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine, doivent être annullées par les soins de l'Office qui effectue le renvoi.

3. —Lorsque les formules afférentes aux envois grevés de remboursement sont égarées, perdues ou détruites avant l'encaissement du remboursement, le bureau destinataire en établit des duplicata sur formule *C 8 ou formule de bulletin de versement, selon le cas.*

ARTICLE 39.

MANDATS DE REMBOURSEMENT NON DÉLIVRÉS OU NON ENCAISSÉS.

1. —Les mandats de remboursement qui n'ont pu être délivrés aux bénéficiaires sont, après avoir été éventuellement soumis à la formalité du visa pour date, quittancés par l'Office d'origine des envois que ces titres concernent et portés en compte à l'Office qui les a émis.

Il en est de même des mandats de remboursement qui ont été remis aux ayants droit, mais dont le montant n'a pas été encaissé. Toutefois, ces titres doivent, au préalable, être remplacés par des autorisations de payement dressées par l'Office d'origine des mandats.

2. — Les visas pour date et les autorisations de payement de remboursement sont accordés dans les conditions prévues par l'Arrangement des mandats.

ARTICLE 40.

DÉCOMPTE DES MANDATS DE REMBOURSEMENT.

1. — Sauf entente contraire, le décompte relatif aux mandats de remboursement payés par chaque Office pour le compte d'un autre Office est effectué au moyen d'annexes aux comptes mensuels des mandats de poste (modèle *C 9* ci-annexé).

2. — Dans ces annexes, qui sont accompagnées de mandats de remboursement payés et quittancés, les mandats sont inscrits para ordre alphabétique des bureaux d'émission et par ordre numérique de leur inscription aux registres de ces bureaux. L'Office qui a établi le compete déduit de la somme total de sa créance *le montant des taxes et droits* revenant à l'Office correspondant, conformément à l'article *71* de la Convention.

3. — Le solde du compte *C 9* est ajouté, autant que possible, à celui du compte mensuel des mandats de poste établi pour la même période. La vérification et la liquidation de ces comptes sont effectuées selon les règles fixées par le Réglement des mandats de poste.

TITRE V.

Opérations au départ et à l'arrivée des envois.

CHAPITRE UNIQUE.

ARTICLE 41.

APPLICATION DU TIMBRE À DATE.

1. — Les correspondances sont frappés au recto *par le bureau d'origine* d'un timbre indiquant, autant que possible

en caractères latins, le lieu d'origine et la date du dépôt à la poste.

Dans les localités pourvues de plusieurs bureaux de poste, *le timbre doit* indiquer quel est le bureau de dépôt.

L'application du timbre prévu aux alinéas précédents n'est pas obligatoire pour les imprimés affranchis au moyen d'empreintes à la presse d'imprimerie ou par d'autres procédés prévus à l'article 46 de la Convention.

2. — Tous les timbres-poste valables doivent être oblitérés.

Les timbres-poste non oblitérés par suite d'erreur ou d'omission dans le service d'origine doivent *être biffés d'un fort trait ou annulés d'une autre manière* par le bureau qui constate l'irregularité, *mais ils ne son pas frappés du timbre à date.*

3. — Les correspondances mal dirigées doivent être frappées de l'empreinte du timbre à date du bureau auquel elles sont parvenues par erreur. Cette obligation incombe non seulement aux bureaux sédentaires, mais aussi aux bureaux ambulants, dans la mesure du possible.

4. — Le timbrage des correspondances déposées sur les *navires* incombe à l'agent des postes *ou à l'officier du bord chargé du service, ou, à leur défaut,* au bureau de poste *de l'escale* auquel ces correspondances sont livrées *à découvert. Dans ce cas, le bureau* les frappe de son timbre à date et y appose la mention *"Navire"*, "Paquebot" *ou toute autre analogue.*

ARTICLE 42.

ENVOIS EXPRÈS.

Les envois à remettre par exprès sont pourvus, *autant que possible à côté de l'indication du lieu de destination,* d'une étiquette imprimée de couleur rouge foncé portant en gros caractères le mot "Exprès".

ARTICLE 43.

ENVOIS NON AFFRANCHIS OU INSUFFISAMMENT AFFRANCHIS.

1. — Les correspondances pour lesquelles une taxe quelconque doit être perçue postérieurement au dépôt, soit du destinataire, soit de l'expéditeur, en cas de mise en rebut,

sont frappés du timbre T (taxe à payer) *à l'angle droit supérieur du recto; l'indication en francs et centimes du montant à percevoir est inscrite en chiffres très lisibles à côté de ce timbre.*

2. — L'application du timbre T ainsi que l'indication du montant à percevoir incombent à l'Office d'origine ou, en cas de réexpédition ou de mise en rebut, à l'Office réexpéditeur.

Toutefois, s'il s'agit d'envois provenant de pays qui appliquent des taxes réduites dans les relations avec l'Office réexpéditeur, le montant à percevoir est indiqué par l'Office distributeur.

3. — L'Office distributeur frappe l'envoi de la taxe à percevoir.

4. — Tout envoi ne portant pas le timbre T est considéré comme dûment affranchi et traité en conséquence, sauf erreur évidente.

5. — Il n'est pas tenu compete des timbres-poste non valables pour l'affranchissement. Dans ce cas, le chiffre zéro (0) est placé à côté de ces timbres-poste, *qui doivent être encadrés au crayon.*

ARTICLE 44.

RENVOI DES BULLETINS D'AFFRANCHISSEMENT, RÉCUPÉRATION DES DROITS AVANCÉS.

1. — *Après la livraison d'un envoi franc de droits au destinataire, le bureau qui a fait l'avance des frais de douane ou autres pour le compte de l'expéditeur complète, en ce qui le concerne, les indications qui figurent au verso du bulletin d'affranchissement et transmet ce dernier, accompagné des pièces justificatives, sous enveloppe fermée, sans indication du contenu, au bureau d'origine de l'envoi.*

Toutefois, chaque Administration a le droit de faire effectuer, par des bureaux spécialement désignés, le renvoi des bulletins d'affranchissement grevés de frais et de demander que les bulletins soient transmis à un bureau déterminé. Dans ce dernier cas, le nom du bureau auquel les bulletins doivent être renvoyés est inscrit par le bureau expéditeur de l'envoi au recto du bulletin d'affranchissement.

2. —*Lorsqu'un envoi qui porte l'étiquette "Franc de droits" parvient au service destinataire sans bulletin d'affranchissement, le bureau chargé du dédouanement établit un duplicata du bulletin; le nom du pays d'origine est substitué à celui de l'Office dont il relève et la date du dépôt de l'envoi est, autant que possible, mentionnée. Lorsque le bulletin d'affranchissement est perdu après livraison de l'envoi, un duplicata est établi dans les mêmes conditions.*

3. —*Les bulletins d'affranchissement afférents aux envois qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine et dont le dédouanement n'a pas encore été effetué par l'Office destinataire, doivent être annulés par le soins de cet Office.*

4. — *A la réception d'un bulletin d'affranchissement indiquant les frais déboursés par le service destinataire, l'Office d'origine convertit le montant de ces frais dans sa propre monnaie à un taux qui ne doit pas être supérieur au taux fixé pour l'émission des mandats de poste à destination du pays correspondant. Le résultat de la conversion est indiqué dans le corps de la formule et sur le coupon latéral; il est appuyé de la signature de l'agent qui a opéré la conversion. Après avoir recouvré le montant des frais, le bureau d'origine remet à l'expéditeur le coupon du bulletin et, le cas échéant, les pièces justificatives.*

ARTICLE 45.

ENVOIS RÉEXPEDIÉS.

1. —Les correspondances adressées à des destinataires ayant changé de résidence sont considérées comme adressées directement du lieu d'origine au lieu de la nouvelle destination.

2. —Les envois non affranchis ou insuffisamment affranchis pour leur premier parcours sont frappés de la taxe applicable aux envois de même nature directement adressés du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

3. —Les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours, et dont le complément de taxe afférent au parcours ultérieur n'a pas été acquitté avant leur réexpédition, sont frappés d'une taxe égale à la différence entre le prix d'affranchissement déjà acquitté et celui qui aurait été

perçu si les envois avaient été expédiés primitivement sur leur nouvelle destination.

4. — Les envois primitivement adressés à l'intérieur d'un pays et dûment affranchis selon le régime intérieur sont considérés comme des envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours.

5. — Les envois ayant circulé primitivement en franchise *postale* dans l'intérieur d'un pays sont frappés de la taxe applicable aux envois affranchis de même nature adressée directement du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

6. — Lors de la réexpédition, le bureau destinataire applique, dans tous les cas, son timbre à date au recto des lettres et des cartes postales.

7. — Les correspondances ordinaires ou recommandées, qui, portant une adresse incomplète ou erronée, sont renvoyées aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou la rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une suscription complétée ou rectifiée, considérés comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme de nouveaux envois et deviennent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

8. — *Les droits de douane et les autres droits non postaux dont l'annulation n'a pu être obtenue à la réexpédition ou au renvoi à l'origine (article 47) sont recouvrés, par voie de remboursement, sur l'Office de la nouvelle destination. L'Office de la destination primitive joint dans ce cas à l'envoi une note explicative et un mandat de remboursement (modèle C 8).*

Si le service de remboursement n'existe pas dans les relations entre les administrations intéressées les droits cause sont recouvrés par voie de correspondance.

ARTICLE 46.

ENVELOPPES DE RÉEXPÉDITION

1. — *Dans les relations entre les Administrations qui se sont déclarées d'accord, les objets de correspondance ordinaires réexpédiés à une même personne ayant changé de résidence peuvent être insérés dans des enveloppes spéciales, conformes au modèle C 10 ci-annexé, fournies par les Admi-*

nistrations et sur lesquelles doivent seuls être inscrits le nom et la nouvelle adresse du destinataire.

2. — *Il ne peut être inséré dans les enveloppes de réexpédition des objets dont la forme, le volume et le poids risqueraient d'occasionner des déchirures; le poids global d'une enveloppe et de son contenu ne doit en aucun cas dépasser 250 grammes.*

3. — *L'enveloppe de réexpédition doit être présentée ouverte au bureau réexpéditeur pour lui permettre de percevoir, s'il y a lieu, les compléments de taxe dont les objets qu'elle contient peuvent être passibles, ou d'indiquer sur ces objets la taxe à percevoir à l'arrivée, lorsque le complément d'affranchissement n'est pas acquitté.*

4. — *A l'arrivée à destination, le contenu des enveloppes de réexpédition est vérifié par les bureaux distributeurs, qui perçoivent, s'il y a lieu, les compléments de taxe non acquittés.*

ARTICLE 47.

ENVOIS TOMBÉS EN REBUT.

1. — Avant de renvoyer à l'Office d'origine les correspondances non distribuées pour un motif quelconque, le bureau de destination doit indiquer d'une manière claire et concise en langue française, au *verso* de ces objets, la cause de la non-remise sous la forme suivante: inconnu, refusé, en voyage, parti, non réclamé, décédé, ou un mot similaire. *En ce qui concerne les cartes postales et les imprimés sous forme de cartes, la cause de la non-remise est indiquée sur la moitié droite du recto.*

Cette indication est fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction, dans sa propre langue, de la cause de la non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

Le bureau de destination doit biffer le lieu de la première destination et apposer la mention "Retour" à côté de l'empreinte de timbre à date du bureau d'origine. Il doit, en outre, appliquer son timbre à date au verso des lettres et au recto des cartes postales.

2. — Le renvoi des correspondances tombées en rebut se fait, soit isolément, soit en une liasse spéciale étiquetée "Rebuts".

Les correspondances recommandées tombées en rebut sont renvoyées au bureau d'échange du pays d'origine comme s'il s'agissait de correspondances recommandées à diriger sur ce pays.

Par exception, deux Offices correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un autre mode de renvoi des rebuts.

3. — Si des correspondances mises à la poste dans un pays et adressées à l'intérieur de ce même pays ont pour expéditeurs des personnes habitant un autre pays et doivent, par suite de mise en rebut, être renvoyées à l'étranger pour être rendues aux expéditeurs, elles deviennent des envois de l'échange international et sont traités d'après les dispositions concernant la réexpédition.

4. — Les correspondances pour les marins et autres personnes, adressées aux soins d'un Consul et rendues par celui-ci au bureau de poste local comme non réclamées, doivent être traitées de la manière prescrite pour les rebuts en général. Le montant des taxes perçues à la charge du Consul sur ces correspondances doit en même temps lui être restitué par le bureau de poste local.

ARTICLE 48.

RETRAIT. MODIFICATION D'ADRESSE.

1. — Les demandes de retrait de correspondances ou de *modification d'adresse* donnent lieu à l'établissement, par l'expéditeur, d'une formule conforme au modèle *C 11* ci-annexé; *une seule formule peut être utilisée pour plusieurs envois remis en même temps au même bureau, par le même expéditeur à l'adresse du même destinataire*. En remettant cette demande au bureau de poste, l'expéditeur doit justifier de son identité et produire, s'il y a lieu, le bulletin de dépôt. Après la justification, dont l'Administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante:

a) si la demande est destinée à être transmise par voie postale, la formule, accompagnée d'un fac-similé parfait de l'enveloppe ou de la suscription de l'envoi, est expédiée directement, sous pli recommandé, au bureau destinataire;

b) si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire. Le télégramme est rédige en langue française.

2. — A la réception de la formule *C 11* ou du télégramme en tenant lieu, le bureau destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'envoi a déjà été remis au destinataire, ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'envoi, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

3. — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que l'échange des demandes, en ce qui la concerne, soit effectué par l'entremise de son Administration centrale ou d'un bureau spécialement désigné.

Dans les cas où l'échange des demandes s'effectue par l'entremise des Administrations centrales, il doit être tenu compte des demandes expédiées directement par les bureaux d'origine aux bureaux de destination, dans ce sens que les correspondances y relatives sont exclues de la distribution jusqu'à l'arrivée de la demande de l'Administration centrale.

Les Administrations qui usent de la faculté prévue par le premier alinéa du présent paragraphe prennent à leur charge les frais que peut entraîner la transmission, dans leur service intérieur, par voie postale ou télégraphique, des communications à échanger avec le bureau destinataire.

Le recours à la voie télégraphique est obligatoire lorsque l'expéditeur a lui-même fait usage de cette voie et que le bureau destinataire ne peut pas être prévenu en temps utile par la voie postale.

ARTICLE 49.

SIMPLE CORRECTION D'ADRESSE.

Une simple correction d'adresse (sans modification du nom ou de la qualité du destinataire) peut être demandée directement par l'expéditeur au bureau destinataire, c'est-à-dire sans l'accomplissement des formalités prescrites pour le changement d'adresse proprement dit.

ARTICLE 50.

RÉCLAMATIONS. ENVOIS ORDINAIRES.

1. — Toute réclamation relative à un envoi ordinaire est soumise à la procédure suivante:

a) le réclamant doit remplir la partie qui le concerne d'une formule conforme au modèle *C 12* ci-annexé;

b) le bureau où la réclamation s'est produite transmet la formule directement au bureau correspondant. La transmission s'effectue d'office, sans aucune écriture;

c) le bureau correspondant fait présenter la formule au destinataire ou à l'expéditeur, selon le cas, pour recueillir les renseignements qu'elle comporte;

d) la formule dûment complétée est renvoyée d'office au bureau qui l'a dressée;

e) si la réclamacion est reconnue fondée elle est transmise à l'Administration centrale pour servir de base aux invistigations ultérieures.

2. — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau internacional, que les réclamations qui concernent son service soient transmises a son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné.

ARTICLE 51.

RÉCLAMATIONS. ENVOIS RECOMMANDÉS.

1. — Toute réclamation relative à un envoi recommandé est établie sur une formule conforme ou analogue au modèle *C* 13 ci-annexé et transmise en règle générale par le bureau d'origine directament au bureau de destination.

Une seule formule peut être utilisée pour plusieurs envois remis en même temps au même bureau par le même expéditeur à l'adresse du même destinataire.

2. — *Les* Offices d'origine et de destination peuvent, d'un commun accord, faire transmettre la réclamation de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi.

3. — Dans le cas prévu au § 1 ci-dessus, le bureau destinataire, s'il est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif de l'envoi, complète la formule et la retourne au bureau d'origine.

Lorsque le sort de l'envoi ne peut être immédiatement établi par le bureau de destination, celui-ci constate le fait sur la formule et la réexpédie au bureau d'origine en y ajoutant, *autant que possible*, une déclaration du destinataire constatant qu'il n'a pas reçu l'envoi. Dans ce cas, l'Office d'origine complète la formule en y indiquant les données de la transmission au premier Office intermédiaire. Il l'adresse ensuite à ce dernier Office, qui y consigne ses observations et la transmet éventuellement à l'Office suivant. La réclamation passe ainsi d'Office à Office jusqu'à ce que le sort de l'envoi réclamé soit établi. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4. — Dans le cas prévu au § 2 ci-dessus, les recherches se poursuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination *en observant la procédure visée au paragraphe précédent*.

5. — La formule *C 13* doit indiquer l'adresse complète du destinataire et être accompagnée, autant que possible, d'un fac-similé de l'enveloppe ou de la suscription de l'envoi. Elle est transmise d'Office, sans lettre d'envoi, sous enveloppe fermée.

6. — Chaque Office peut demander, par une notification adressée ou Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soint transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné ou, s'il est seulement intéressé à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel l'envoi a été expédié.

La formule *C 13* et les pièces y annexées doivent, dans tous les cas, faire retour à lOffice d'origine de l'envoi réclamé, dans un délai que ne peut excéder six mois à partir de la date de la réclamation| Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays *éloignés*.

7. — Les dispositions qui précèdent ne s'appliquent pas aux cas de spoliation de dépêche, manque de dépêche ou autres cas semblables qui comportent une correspondance plus étendue entre les Administrations.

ARTICLE 52.

RÉCLAMATION DES ENVOIS DÉPOSÉS DANS UN AUTRE PAYS.

Dans le c-as prévu à l'article 51, § 3, *de la Convention, la formule de réclamation* C 12 *ou* C 13 *est transmise à l'Administration d'origine. La formule* C 13 *doit être accompagnée du récépissé de dépôt.*

L'Office d'origine doit être mis en possession de la formule dans le délai prévu à l'article 51, § 2, *de la Convention.*

TITRE VI

Echange des envois.

CHAPITRE UNIQUE.

ARTICLE 53.

FEUILLES D'AVIS.

1. — Les feuilles d'avis accompagnant des dépêches échangées entre deux bureaux sont conformes au modèle *C 14* ci-annexé. Elles sont placées sous des enveloppes de couleur bleue portant en gros caractères l'indication «Feuille d'avis".

2. — En tête de la feuille d'avis doivent être mentionnés:

le pays d'origine et le pays de destination,

les noms des bureaux d'échange *d'origine et de destination,*

la date d'expédition de la dépêche.

Une empreintee du timbre à date doit être appliquée à l'endroit désigné.

3. — La présence d'envois à faire remettre par exprès est indiquée par l'application du timbre "Exprès" au tableau n°. I.

4. — Le tableau N° II sert pour l'indication du numéro d'ordre de la dépêche, du nom du paquebot, de la voie d'acheminement et du nombre des sacs composant la dépêche.

Sauf arrangement contraire. les bureaux expéditeurs numérotent les feuilles d'avis d'après une série annuelle pour chaque bureau de destination. Chaque dépêche prend un numéro distinct, même s'il s'agit d'une dépêche supplémentaire

empruntant la même voie ou le même navire que la dépêche ordinaire.

A la première expédition de chaque année, la feuille doit porter, outre le numéro d'ordre de la dépêche, celui de la dernière dépêche de l'année précédente.

Le nom du navire qui emporte la dépêche est indiqué lorsque le bureau expéditeur est à même de le connaire.

Dans le nombre les sacs composant la dépêche, il y a lieu de comprendre aussi les sacs contenant les sacs vides renvoyés.

5. — Le tableau N° III doit mentionner:

a) *le nombre* total général des envois recommandés inscrits au tableau N° V et, le cas échéant, dans les listes spéciales.

Il peut être fait usage d'une ou de plusieurs listes spéciales conformes ou modèle *C 15* ci-annexé, soit pour remplacer le tableau N° V, soit pour servir comme feuille d'avis supplémentaire.

L'emploi exclusif de listes spéciales est obligatoire, si l'ffice de destination en fait la demande.

Lorsque plusieurs listes sont emptoyées, elles doivent être numérotées. Le nombre des envois recommendés qui peuvent être inscrits sur une seule et même liste est limité à 60;

b) *le nombre* total des envois avec valeur declarée inscrits sur la feuille d'envoi;

c) le nombre, indiqué séparément, des sacs et des paquets contenant les envois recommandés et des sacs et des paquets renfermant les envois avec valeur déclarée;

d) le nombre de listes spéciales des envois recommandés et le nombre de feuilles d'envoi des objets avec valeur déclarée.

6. — Au tableau N° IV sont inscrits, séparément, le nombre des sacs en retour appartenant à l'Office destinataire, ainsi que celui des sacs utilisés pour la confection de la dépêche et appartenant à l'Office expéditeur, y compris les sacs pour les objets recommandés. *Le cas échéant, le* nombre des sacs vides appartenant à une Administration autre que celle à laquelle la dépêche est adressée doit être mentionné séparément avec indication de cette Administration.

Sont, en outre, mentionnées dans ce tableau, les lettres de service ouvertes et les communications ou recommandations diverses du bureau expéditeur ayant trait au service d'échange.

7. — Le tableau N° V est destiné à l'inscription des envois recommandés lorsqu'il n'est pas fait un usage exclusif de feuilles spéciales.

Les envois recommandés sont décrits individuellement avec indication du nom du bureau d'origine et du numéro d'enregistrement à ce bureau, *à moins que les Offices correspondants ne se soient entendus pour l'inscription globale des envois sur les feuille d'avis.*

Lorsque la dépêche ne contient pas d'envois recommandés, la mention "Néant" est portéee en regard de la rubrique correspondante de la feuille d'avis.

8. — Au tableau N° VI sont inscrites, avec les détails que ce tableau comporte, les dépêche closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

9. — Les Administrations peuvent s'entendre pour créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, lorsqu'elles le jugent nécessaire. Elles peuvent, notamment, disposer les tableau N^{os} V et VI conformément à leurs besoins.

10. — Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, *l'envoi d'une dépêche n'a lieu que si les Offices intéressés ont convenu de ne pas numéroter les feuilles d'avis dans leurs échanges réciproques. Dans ce cas, le bureau d'échange doit* envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement d'une feuille d'avis négative.

11. — Quand les dépêches closes sont confiées par une Administration à une autre, pour être transmises au moyen de bâtiments de commerce, le nombre ou le poids des lettres et autres objets doit être indiqué à la feuille d'avis et sur l'adresse de ces dépêches, lorsque l'Office chargé d'assurer l'embarquement desdites dépêches le demande.

ARTICLE 54.

TRANSMISSION DES ENVOIS RECOMMANDÉS.

1. — Les envois recommandés et, s'il y a lieu, les listes spéciales prévues au § 5 de l'article précédent sont réunis en un ou plusieurs paquets ou sacs distincts, qui doivent être con-

venablement enveloppés ou fermés et cachetés ou plombés de manière à en préserver le contenu. Les envois recommandés sont classés dans chaque paquet d'après leur ordre d'inscription. Quand on emploie plusieurs listes détachées, chacune d'elles est enliassée avec les objets recommandés auxquels elle se rapporte.

Dans aucun cas, les envois recommandés ne peuvent être confondus avec les correspondances ordinaires.

2. — Au paquet d'envois recommandés est attaché extérieurement, par un croisé de ficelle, l'enveloppe spéciales contenant la feuille d'avis; lorsque les envois recommandés sont renfermés dans un sac, ladite enveloppe est fixée au col de ce sac.

3. — S'il y a plus d'un paquet ou sac d'envois recommandés, chacun des paquets ou sacs supplémentaires est muni d'une étiquette indiquant la nature du contenu.

ARTICLE 55.

TRANSMISSION DES ENVOIS EXPRÈS.

1. — Les envois exprès ordinaires sont réunis en une liasse spéciale, *munie d'une étiquette portant en gros caractères la mention "Exprès"* et insérés, par les bureaux d'échange, dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis qui accompagne la dépêche.

Toutefois, si cette enveloppe doit être fixée au col du sac des envois recommandés (§ *2 de l'article précédent*), *la liasse des envois exprès est placée dans le sac extérieur*. La présence, dans la dépêche, des correspondances de l'espèce *est alors annoncée par une fiche placée dans l'enveloppe* contenant la feuille d'avis. *La même procédure est suivie lorsque les envois exprès n'ont pu être joints à la feuille d'avis en raison de leur nombre, de leur forme ou de leurs dimensions.*

2. — Les envois exprès recommandés sont classes, à leur ordre, parmi les autres envois recommandés et la mention "Exprès" est portée dans la colonne "Observations" des feuilles d'avis *ou des listes spéciales,* en regard de l'inscription de chacun d'eux.

ARTICLE 56.

CONFECTION DES DÉPÊCHES.

1. — En règle générale, les objets sont classés et enliassés par nature de correspondances, les lettres et les cartes postales étant comprises dans la même liasse et les journaux et écrits périodiques devant faire l'objet de liasses distinctes de celles des imprimés ordinaires. Les lettres, cartes postales et imprimés de petites dimensions doivent être disposés dans le sens de l'adresse. Les objets affranchis sont séparés de ceux qui ne le sont pas ou le sont insuffisamment et les étiquettes de liasses d'objets non affranchis ou insuffisamment affranchis sont frappées du timbre T.

Les lettres portant des traces d'ouverture, de détérioration ou d'avarie doivent être munies d'une mention du fait et frappées du timbre à date du bureau qui l'a constaté.

Les mandats de poste expédiés à découvert sont réunis en un paquet distinct.

2. — Les dépêches sont renfermées dans des sacs convenablement clos, cachetés ou plombés et étiquetés. *Lorsqu'il est fait usage de ficelle, il est prescrit de ne la passer que deux fois autour du col avant de la nouer. Les empreintes des cachets ou des plombs doivent reproduire une inscription en caractères latins et être très lisibles.*

Les étiquettes *des* dépêches doivent être en toile *carton fort,* parchemin ou en papier collé sur une *planchette; dans* les relations entre bureaux limitrophes, il peut être fait usage d'étiquettes en papier fort. *Les étiquettes sont confectionnées dans les couleurs suivantes:*

a) en rouge clair, pour les sacs contenant des envois recommandés;

b) en blanc, pour les sacs ne contenant que des lettres et des cartes postales ordinaires;

c) en bleu clair, pour les sacs contenant exclusivement d'autres objets ordinaires.

Les sacs contenant de la correspondance ordinaire mixte (lettres, cartes postales et autres objets) doivent être munis de l'étiquette blanche.

Toutefois, l'emploi des étiquettes de coleur blanche et bleu clair n'est obligatoire que pour les Administrations dont le régime intérieur ne s'y oppose pas.

Les étiquettes porteront l'indication imprimée en petits caractères latins du nom du bureau expéditeur et, en caractères latins gras, du nom du bureau destinataire, précédés respectivement des mots "de" et "pour". Dans les échanges par voie maritime effectués dans des délais indéterminés et, si l'Office intéressé le demande, ces indications seront complétées par la mention de la date d'expédition, du numéro de l'envoi et du port de débarquement.

Les sacs doivent indiquer d'une façon lisible, *en caractères latins,* le bureau ou le pays d'origine, *et* porter *la mention "Postes" ou toute autre analogue les signalant comme dépêches postales.*

3. — Sauf arrangement contraire, les dépêches peu volumineuses ou négatives sont simplement enveloppées de papier fort de manière à éviter toute détérioration du contenu, puis ficelées et cachetées ou plombées.

En cas de plombage, *ces dépêches* doivent être *conditionnées de telle* façon que la ficelle ne puisse pas être détachée. *Lorsqu'elles* ne contiennent que des correspondances ordinaires, *elles* peuvent être *fermées* au moyen de cachets gommés portant l'indication *imprimée du bureau ou de l'Office expéditeur. Les suscriptions des paquets doivent correspondre, en ce qui concerne les indications imprimées et les couleurs, aux prescription prévues au § 2 précédent pour les étiquettes des sacs de correspondances.*

4. — Lorsque le nombre ou de volume des envois exige l'emploi de plus d'un sac, des sacs distincts doivent, autant que possible, être utilisés:

a) pour les lettres et cartes postales,

b) pour les autres objets; *le cas échéant, des sacs distincts doivent encore être utilisés pour les petits paquets; les étiquettes de ces derniers sacs porteront la mention "Petits paquets".*

Le paquet ou sac des envois recommandés, *réuni avec la feuille d'avis de la façon prévue à l'article 54, § 2, est placé* dans un des sacs de lettres ou dans un sac *spécial; le sac extérieur doit porter, en tout cas, une étiquette de couleur rouge clair. Lorsqu'il y a plus d'un sac d'envois recommandés,*

les sacs supplémentaires ne contenant que des objets recommandés autres que des lettres et des cartes postales peuvent être expédiés à découvert munis de l'étiquette rouge clair.

Le sac *ou paquet* renfermant la feuille d'avis est désigné *en outre,* par la lettre F tracée d'une manière apparente sur *l'étiquette rouge clair. L'étiquette ainsi marquée est utilisée même si la dépêche est négative.*

5. — Le poids de chaque sac ne doit pas dépasser 30 kilogrammes.

ARTICLE 57.

REMISE DES DÉPÊCHES.

1. — La remise des dépêches entre deux bureaux correspondants s'effectue suivant les dispositions prises par les Offices intéressées.

Ces Offices peuvent s'entendre pour remettre globalement les sacs et paquets autres que ceux qui sont désignés par des étiquettes de couleur rouge.

2. — Les dépêches doivent être livrées en bon état. Cependant, une dépêche ne peut pas être refusée pour cause d'avarie.

Lors de la remise, seuls les sacs et paquets signalés par des étiquettes rouges doivent être soumis à une vérification complète de leur fermeture et de leur conditionnement.

3. — Lorsqu'une dépêche est reçue en mauvais état par un bureau intermédiaire, elle doit être *mise telle quelle sous nouvel emballage*. Le bureau qui effectue le remballage doit *porter les indications de* l'étiquette *originale sur la nouvelle étiquette et apposer sur celle-ci* une empreinte de son timbre à date, précédée de la mention "Remballé à..."

ARTICLE 58.

VÉRIFICATION DES DÉPÊCHES.

1. — Lorqu'un bureau intermédiaire doi procéder au remballage d'une dépêche, il en vérifie le contenu s'il y a lieu de penser que celui-ci n'est pas resté intact.

Il dresse un bulletin de vérification du modèle *C 16* ci-annexé en se conformant aux dispositions du § 3 ci-après. Ce buletin est envoyé au bureau d'échange d'où la dépêche

a été reçue; une copie *en* est adressée au bureau d'origine et une autre est insérée dans la dépêche remballée.

2. — Le bureau destinataire vérifie si la dépêche est au complet, et si les inscriptions de la feuille d'avis et, le cas échéant, des listes spéciales d'envois recommandés sont exactes. En cas de manque *d'une* dépêche *ou d'un ou plusieurs sacs en faisant partie, d'objets recommandés, d'une* feuille d'avis, d'une liste spéciale d'envois recommandés, ou lorsqu'il s'agit de toute autre irrégularité, le fait est constaté immédiatement par deux agents. Ceux-ci font les rectifications nécessaires sur les feuilles ou listes en ayant soin de biffer les indications primitives. A moins d'une erreur évidente, les rectifications prévalent sur la déclaration originale.

3. — Les faits constatés sont signalés, *au moyen d'un bulletin de vérification,* au bureau d'origine de la dépêche et, *en cas de manquant réel,* au dernier bureau intermédiaire, par le premier courrier *utilisable après vérification complète de la dépêche.*

Les indications de ce bulletin doivent spécifier aussi exactement que possible de quel sac, paquet ou objet il s'agit.

Un duplicata du bulletin de vérification est envoyé, dans les mêmes conditions que l'original, à l'Administration dont relève le bureau d'origine de la dépêche, lorsque cette Administration l'exige. *Lorsqu'il s'agit d'irrégularités importantes permettant de présumer une parte ou une spoliation, le sac* ou l'enveloppe et le cachet *de fermeture* du paquet ou du sac des envois recommandés sont joints au bulletin de vérification *destiné au bureau d'origine.*

Si le bureau destinataire n'a pas trouvé le paquet ou le sac des objets recommandés et s'il peut désigner avec certitude le sac de lettres qui aurait dû le contenir, il annexe audit bulletin de vérification ce sac, avec la ficelle, l'étiquette et le cachet de fermeture du sac.

Dans l'échange avec les Offices qui exigent l'envoi d'un duplicata, les pièces justificatives mentionnées ci-dessus sont annexées au duplicata.

Les bulletins de vérification et les duplicata sont envoyés sous pli recommandé.

Dans les cas prévus aux §§ 1 et 2 du présent article, le bureau d'origine et, le cas échéant, le dernier bureau d'échan-

ge intermédiaire peuvent, en outre, être avisés par télégramme aux frais de l'Office qui expédie celui-ci.

Un avis télégraphique doit être émis toutes les fois que la dépêche présente des traces évidentes de spoliation, afin que le bureau expéditeur ou intermédiaire procède sans aucun retard à l'instruction de l'affaire et, le cas échéant, avise également par télégramme l'Office précédent pour la continuation de l'enquête.

4. — Lorsque l'absence d'une dépêche est le résultat d'un défaut de coïncidence des courriers ou lorsqu'elle est dûment expliquée sur le bordereau de remise, l'établissement du bulletin de vérification prévu aux §§ 1 et 3 n'est pas nécessaire, si la dépêche parvient au bureau destinataire par le plus prochain courrier.

L'envoi du duplicata prévu au § 3 peut être différé, si l'on présume que le manque de la dépêche provient d'un retard ou d'une fauesse direction.

Dès la rentrée d'une dépêche dont l'absence avait été signalée au bureau d'origine et le cas échéant, au dernier bureau d'échange intermédiaire, il y a lieu d'adresser à ces bureaux un second bulletin de vérification annoçant la réception de cette dépêche.

5. — Les bureaux auxquels sont adressés les bulletins prévus au présent article les renvoient le plus promptement possible, après les avoir examinés et y avoir mentioné leurs observations, s'il y a lieu.

Toutefois, si ces bulletins ne sont pas renvoyés à l'Office d'origine dans le délai de deux mois à compter le la date de leur expédition, ils seront considérés, jusqu'à preuve du contraire, comme dument acceptés par les bureaux auxquels ils ont été adressés.

Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays éloignés.

6. — Lorsqu'un bureau réceptionaire auquel la vérification de la dépêche incombait n'a pas fait parvenir au bureau d'origine et, le cas échéant, au dernier bureau d'échange intermédiaire, par le premier courrier *utilisable* après la vérification, un bulletin constatant des irrégularités quelconques, il est considéré comme ayant reçu la dépêche et son contenu, jusqu'à preuve du contraire. La même présomption existe pour les irrégularités dont la mention a été

omise ou signalée d'une manière incomplète dans le bulletin de vérification.

ARTICLE 59

RENVOI DES SACS VIDES

1. — *Sauf arrangement contraire* entre les Offices correspondants, *les sacs doivent être renvoyés vides, par le prochain courrier, dans une dépêche directe pour le pays expéditeur des sacs. Le* nombre *des* sacs renvoyés par chaque dépêche doit être inscrit sous la rubrique "Indications de service" de la feuille d'avis.

Le renvoi est effectue entre les bureaux d'échange désignés à cet effet.

Les sacs vides doivent être enroulés et attachés ensemble en paquets convenables; le cas échéant, les planchettes à étiquettes doivent être placées à l'intérieur des sacs. Les paquets doivent être revêtus d'une étiquette indiquant le nom du bureau d'échange d'où les sacs ont été reçu, chaque fois qu'ils sont renvoyés par l'intermédiaire d'un autre bureau d'échange.

Si les sacs vides à renvoyer ne sont pas trop nombreux, ils peuvent être placés dans les sacs contenant la correspondance; dans le cas contraire, ils doivent être placés à part dans des sacs cachetés, étiquetés au nom des bureaux d'échange respectifs. Les étiquettes doivent porter la mention "Sacs vides".

2. — A l'aide des mentions faites sous la rubrique "Indications de service" de la feuille d'avis, chaque Administration peut exercer, dans son service, un contrôle sur le renvoi des sacs qui lui appartiennent. Dans le cas ou ce contrôle démontrerait que 10 % du nombre total des sacs utilisés pendant une année pour la confection des dépêches n'ont pas été renvoyés avant la fin de cette année, l'Office qui ne peut établir le renvoi des sacs vides est tenu de rembourser à l'Office expéditeur la valeur des sacs manquants. Le remboursement doit avoir également lieu si le nombre des sacs manquants n'atteint pas 10 % mais excède 50 unités.

Chaque Administration fixe, périodiquement et uniformément pour toutes les espèces de sacs qui sont utilisés par ses bureaux d'échange, une valeur moyenne en francs et la communique aux Administrations intéressées par l'intermédiaire du Bureau internacional.

TITRE VII

Dispositions concernant les frais de transit et d'entrepôt.

CHAPITRE I

Opérations de statistique

ARTICLE 60

STATISTIQUE DES FRAIS DE TRANSIT

1. — Les frais de transit exigibles en exécution des articles 73 et suivants de la Convention sont établis sur la base de statistiques dressées une fois tous les *trois* ans, pendant les 14 *ou* 28 *premiers* jours du mois de mai ou pendant les 14 *ou* 28 *premiers* jours qui suivent le 14 octobre alternativement.

Les dépêches confectionnées à bord des navires sont comprises dans les statisques lorsqu'elles sont débarquées, pendant la période de statistique.

La statistique sera dressée pendant la deuxième année de chaque période triennale.

La statistique de mai 1929 *ainsi que les comptes y relatifs dressés d'après les dispositions de la Convention de Stockholm s'appliqueront à la liquidation des frais de transit jusqu'à la fin de l'année* 1931.

La statistique d'octobre-novembre 1933 *s'appliquera aux annés* 1932, 1933, 1934 *et ainsi de suite.*

2. — *Les payements annuels des frais de transit à effectuer en raison de chaque statistique devront être continués, sauf conpensation sur la base de la prochaine statistique, jusqu'à ce que les comptes établis d'après cette dernière soient approuvés ou considérés comme admis de plein droit* (*article* 70 *ci-après*).

3. — Lorsqu'il se produit une modification importante dans *l'acheminement* des correspondances *d'un pays pour un autre* et pour autant que cette modification affecte une période ou des périodes s'élevant à un total d'au moins douze mois, *chaque Office intéressé peut demander une révision des* comptes de frais de transit. Dans ce cas, les sommes à payer par les Offices expéditeurs *sont établies d'après* les services intermédiaires réellement employés, mais les poids totaux qui servent de base aux nouveaux comptes doivent normalement être les mêmes que ceux des dépêches expédiées pendant la période de statistique mentionnée au § 1.

Lorsqu'une entente sur le mode de répartition ne peut être obtenue, une statistique spéciale *doit* être dressée pour régler le partage de ces poids entre les divers services empruntés. Aucune modification dans *l'acheminement* des correspondances *pour un pays déterminé* n'est considérée comme importante *si* elle n'affecte pas de plus de 5.000 francs par an les comptes entre *l'Office d'origine et l'Office intermédiaire intéressé. La demande d'une révision des comptes et, le cas échéant, d'une statistique spéciale peut être faite lorsque la modification dans l'acheminement des correspondances dont il s'agit a duré au moins 9 mois. Toutefois, les données de cette statistique ne sont prises en considération que si la période de 12 mois et réellement accomplie.*

Si, lors d'une statistique spéciale, il est établi que les poids totaux des courriers échangés entre deux Offices et transportés par un tiers Office ont subi une augmentation de cent pour cent ou une diminution de cinquante pour cent *vis-à-vis des données de la dernière statistique périodique et que le compte du tiers Office subirait de ce chef* une modification de plus de 5.000 francs par an, *les nouveaux poids constatés serviront de base pour les frais de transit dus à cet Office.*

De même, lorsqu'une Administration intermédiaire constate, dans les six mois qui suivent la statistique, qu'il existe entre les expéditions faites par une autre Administration pendant la période de statistique et le trafic normal une différence de vingt pour cent au moins sur les poids totaux du transport, l'Office intéressé peut exiger l'établissement d'une nouvelle statistique si les comptes entre deux Offices sont affectés d'une modification de plus de 5.000 *francs par un.*

ARTICLE 61

CONFECTION *et désignation* DES DÉPÊCHES CLOSES PENDANT LA PÉRIODE DE STATISTIQUE

1. — Pendant chaque période de statistique, l'échange des correspondances, en dépêches closes entre deux Offices, à travers le territoire ou au moyen des services d'un ou de plusieurs autres Offices, donne lieu à l'utilisation de sacs distincts pour les "lettres et les cartes postales et pour les "autres objets".

2. — Par dérogation aux dispositions des articles 54 et 55 ci-dessus, chaque Administration a la faculté, pendant la période de statistique, de comprendre les objets recommandés et les envois exprès autres que les lettres et les cartes postales dans un des sacs destinés aux "autres objets", en

faisant mention de ce fait sur la feuille d'avis; mais si, conformément auxdits articles 54 et 55, ces objets sont compris dans un sac *de* lettres, ils sont traités, en ce qui concerne la statistique, comme faisant partie de l'envoi de lettres.

3. — Pendant la période de statistique, *toutes* les dépêches *échangées en transit* doivent *être munies, en dehors des étiquettes ordinaires, d'une étiquette spéciale portant en gros caractères* la mention "Statistique", *suivie de l'indication* 5 *kilogrammes,* 15 *kilogrammes ou* 30 *kilogrammes selon la catégorie de poids* (*article* 62, § 1, *ci-après*).

En ce qui concerne les sacs dont le poids brut ne dépasse pas 2 *kilogrammes ou qui ne contiennent que des sacs vides, des correspondances exemptes de tous frais de transit* (*art.* 75 *de la Convention*) *ou une feuille d'avis négative, la mention "Statistique" est suivie du mot "Exempt".*

4. — *L'étiquette "Statistique" doit porter en outre la mention "L. C." ou "A. O.", suivant le cas.*

ARTICLE 62

CONSTATION DU *nombre de sacs et du* POIDS DES DÉPÊCHES CLOSES

1. — En ce qui concerne les dépêches *qui donnent lieu au payement de frais de transit,* le bureau d'échange expéditeur inscrit, à da feuille d'avis pour le bureau d'échange destinataire de la dépêche, *le nombre de sacs, en les répartissant, le cas échéant, dans les categories suivantes*:

DESCRIPTION DU SAC 1	NOMBRE DES SACS DONT LE POIDS BRUT dépasse 2 kg. sans excéder 5 kg. (sacs légers) 2	dépasse 5 kg. sans excéder 15 kg. (sacs moyens) 3	dépasse 15 kg. sans excéder 30 kg. (sacs lourds) 4
L. C.			
A. O.			
Exempt de frais de transit	Nombre de sacs :		

Le nombre des sacs exempts de frais de transit à inscrire doit être le total de ceux portant l'indication "Statistique — Exempt', d'après les prescriptions de l'article 61, § 3, *ci-dessus.*

2. — *Les* indications *des feuilles d'avis* sont vérifiées par le bureau d'échange destinataire. Si ce bureau constate *une erreur dans les nombres inscrits,* il rectifie la feuille et signale immédiatement l'erreur au bureau d'échange expéditeur au moyen d'un bulletin de vérification *conforme au modèle C 24 ci-annexé. Toutefois, en ce qui concerne le poids d'un sac, l'indication* du bureau *d'échange* expéditeur *est tenue* pour *valable, à moins que le poids réel ne dépasse de plus de* 250 *grammes le poids maximum de la catégorie dans laquelle ce sac a été inscrit.*

ARTICLE 63

CONFECTION DES RELEVÉS *C* 17 DES DÉPÊCHES CLOSES

1. — Aussitôt que possible après la clôture des opérations de statistique, les bureaux destinataire dressent en autant d'expéditions qu'il y a d'Offices intéressés, y compris celui du lieu de départ, des relevés conformes au modèles *C* 17 ci-annexé et transmettent ces relevés aux bureaux d'échange de l'Office expéditeur pour être revêtus de leur acceptation. Ceux-ci, après avoir accepté les relevés, les transmettent à leur tour à l'Administration centrale dont ils dépendent en vue de les répartir entre les Offices intéressés.

2. — Si les relevés *C* 17 ne sont pas parvenus ou ne sont pas parvenus en nombre suffisant aux bureaux d'échange de l'Office expéditeur dans le délai de *trois* mois (*quatre* mois dans les échanges avec les pays *éloignés*), à compter du jour de l'expédition de la dernière dépêche à comprendre dans la statistique, ces bureaux dressent eux-mêmes lesdits relevés, en nombre suffisant, d'après leurs propres indications et en inscrivant sur chacun d'eux la mention: "Les relevés *C* 17 du bureau destinataire ne sont pas parvenus dans le délai réglementaire." Ils les transmettent ensuite à l'Administration centrale dont ils relèvent pour leur répartion entre les Offices en cause.

ARTICLE 64

LISTE DES DÉPÊCHES CLOSES ÉCHANGÉES EN TRANSIT

1. — Aussitôt que possible et, *au plus tard,* dans un délai de *trois* mois après chaque période de statistique, *sauf le cas où la voie d'acheminement n'a pu être constatée dans ce délai,* les Administrations qui ont expédié des dépêches en transit envoient la liste de ces dépêches aux différentes Administrations dont elles ont emprunté l'intermédiaire.

2. — Si cette liste indique des dépêches en transit qui, d'après les dispositions de l'article 61 ci-dessus, ne donnent pas lieu à l'établissement d'un relevé *C* 17, on y inscrit une mention explicative, telle que "Poids ne dépasse pas 2 *kilogrammes", "Sacs vides", "Correspondances exemptes", "Feuille d'avis négative".*

ARTICLE 65

DÉPÊCHES CLOSES ÉCHANGÉES AVEC LES BATIMENTS DE GUERRE

Il incombe aux Administrations des pays dont relèvent des bâtiments de guerre de dresser les relevés *C* 17 relatifs aux dépêches expédiées ou reçues par ces bâtiments. Les dépêches expediées, pendant la période de statistique, à l'adresse des bâtiments de guerre doivent porter, sur des étiquettes, la date d'expédition.

Dans le cas ou ces dépêches sont réexpédiées, l'Office réexpéditeur en informe l'Office du pays dont le bâtiment relève.

ARTICLE 66

BULLETIN DE TRANSIT

1. — Lorsque la route à suivre et les services de transport à utiliser pour les dépêches expédiées pendant la période de statistique sont inconnus ou incertains, l'Office d'origine doit, à la demande de l'Administration destinataire, préparer pour chaque dépêche un bulletin de *couleur verte* conforme au modèle *C* 25 ci-annexé. *L'Office d'origine peut également expédier ce bulletin sans une demande formelle de l'Administration destinataire, si les circonstances paraissent l'exiger.*

Les feuilles d'avis des dépêches qui donnent lieu à l'établissement dudit bulletin doivent être revêtues en tête de

l'annotation très apparente "Bulletin de transit". La même mention soulignée au crayon rouge est portée sur les étiquettes spéciales "Statistique" dont il est question à l'article 61.

2\. — *Le* bulletin *de transit doit être* transmis *à découvert, avec les dépêches auxquelles il se rapporte,* aux différents services qui participent *à leur* transport. *Dans chaque pays intéressé, les bureaux d'échange d'entrée et sortie, à l'exclusion de tout autre bureau intermédiaire,* consignent *sur le bulletin* les renseignements concernant le transit *effectué par eux.* Le dernier bureau *d'échange intermédiaire* doit remettre le bulletin *C* 25 *directement* au bureau de destination. *Le* bulletin est renvoyé *ensuite* par l'Office destinataire *au bureau* d'origine à l'appui du relevé *C* 17. *Lorsqu'un bulletin de transit dont l'expédition a été demandée ou est annoncée en tête de la feuille d'avis fait défaut, le bureau de destination est tenu de le réclamer sans aucun retard.*

ARTICLE 67

STATISTIQUE DES CORRESPONDANCES A DÉCOUVERT

1\. — Les correspondances ordinaires et recommandées, ainsi que les lettres et boites avec valeur déclarée, provenant du pays même ou des pays au delà, transmises à découvert pendant une période de statistique, font l'objet, de la part du bureau d'échange expéditeur, d'une inscription sur la feuille d'avis libellée comme suit:

Nombre de correspondance à découvert...

Les correspondances exemptes de tous frais de transit conformément aux dispositions de l'article 75 de la Convention ne sont pas comprises dans ces chiffres.

Pour faciliter la vérification, le bureau d'échange expéditeur doit comprendre les correspondances ordinaires inscrites sur la feuille d'avis dans des liasses spéciales portant la mention "Correspondances à découvert".

2\. — A défaut de correspondance à découvert, le bureau expéditeur inscrit en tête de la feuille d'avis la mention:

"Pas de correspondances à découvert."

3. — Les inscriptions aux feuilles d'avis sont vérifiées par le bureau d'échange destinataire. Si ce bureau constate des différences de plus de cinq objets, il rectifie lesdites inscriptions et signale immédiatement l'erreur au bureau expéditeur au moyen d'un bulletin de vérification. Si la différence constatée reste dans la limite précitée, les indications du bureau expéditeur sont tenues pour valables.

4. — Après avoir terminé les opérations statistiques, le bureau d'échange destinataire dresse, en simple expédition, des relevés (modèle *C 19* ci-annexé) qu'il transmet, sans retard, à l'Administration centrale dont il relève.

ARTICLE 68.

STATISTIQUE DES DÉPÊCHES ENTREPOSÉES.

Pour les dépêches dont l'entrepôt dans un port donne lieu, aux termes de l'article 74 de la Convention à une rémunération au profit de l'Office entreposeur, cet Office établit, par pays d'origine, un relevé journalier conforme au modèle *C 21* ci-annexé et où figurent les indications relatives aux dépêches reçues du pays considéré, par l'entrepôt, pendant la période des *14 ou 28* jours de la statistique des frais de transit, sans égard aux dates d'expédition et de réexpédition desdites dépêches.

Les indications portées sur les relevés journaliers sont récapitulées, pour chaque pays d'origine, sur un état conforme au modèle *C 22* ci-annexé et qui est envoyé a l'Administration centrale dudit pays, accompagné des relevés *C 21* y afférents.

L'état récapitulatif *C 22* revêtu de l'acception de l'Administration du pays expéditeur, est transmis avec les relevés modèle *C 21* à l'Administration centrale de l'Office dont relève l'entrepôt.

ARTICLE 69.

SERVICES EXTRAORDINAIRES.

Indépendamment des transports aériens *sont seuls considérés* comme *services extraordinaires*, donnant lieu à des frais de transit spéciaux, le service entretenu pour le trans-

port territorial accéléré de la Malle dite des Indes *et le service spécial automobile Palestine ou Syrie-Iraq.*

CHAPITRE II

Comptabilité. Règlement des comptes.

ARTICLE 70.

COMPTE DES FRAIS DE TRANSIT.

1. — *Pour l'établissement des comptes de transit, les sacs légers, moyens et lourds, tels qu'ils son définis à l'article 62 ci-dessus, sont portés en compte respectivement pour les poids moyens de 4, 12 et 24 kilogrammes.*

2. — *Le* poids des dépêches closes, *le nombre* des correspondances transmises à découvert et, le cas échéant, *le nombre* des sacs entreposés dans un port, sont multipliées par *26 ou 13 selon le cas*, et les produits servent de base à des comptes particuliers établissant en francs *les sommes annuelles* revenant à chaque Office.

Dans le cas où le multiplicateur *26 ou 13 ne répond* pas *au trafic normal échangé par un* service, les Administrations intéressées s'entendent pour l'adoption d'un autre multiplicateur qui vaut pendant les annés auxquelles s'applique la statistique.

Le soin de dresser les comptes incombe à l,Office créditeur qui les transmet à l'Office débiteur.

3. — Afin de tenir compte du poids des sacs et de l'emballage, ainsi que des catégories de correspondances exemptes de tous frais de transit en conformité des dispositions de l'article 75 de la Convention, le montant total du compte des dépêches closes est réduit de dix pour cent.

4. — Les comptes particuliers sont dressés en double expédition sur la base des relevés *C 17, C 19* et *C 21* et sur des formules *C 18, C 20* et *C 22*. Ils sont transmis à l'Office expéditeur aussitôt que possible et, au plus tard, dans un délai de 10 mois suivant l'expiration de la période de statisque.

5. — Si l'Office que a envoyé le compte particulier n'a reçu aucune observation recticative dans un intervalle de 4 mois à compter de l'envoi, ce compte est considéré comme admis de plein droit.

ARTICLE 71.

DÉCOMPTE GÉNÉRAL ANNUEL. INTERVENTION DU BUREAU. INTERNATIONAL.

1. — Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, le décompte général comprenant les frais de transit et d'entrepôt est établi annuellement par le Bureau international.

2. — Aussitôt que les comptes particuliers entre deux Administrations sont approuvés ou considérés comme admis de plein droit (§ *5* de l'article précédent) chacune de ces Administrations transmet, sans retard, au Bureau international, un relevé (modèle *C 23* ci-annexé) indiquant les montants totaux de ces comptes. Lors de la réception d'un releve de la part d'une Administration, le Bureau international en avertit l'autre Administration intéressée.

Dans le solde, il est fait abandon des centimes.

En cas de différences entre les indications correspondantes fournies par deux Administrations, le Bureau international invite à se mettre d'accord et à lui indiquer les sommes définitivament arrêtées.

Lorsqu'une seulement des Administrations a fourni le relevé *C 23*, les indications de cette Administration font foi, à moins que le relevé correspondant de l'Administration retardataire ne soit parvenu au Bureau international en temps opportun pour l'établissement du prochain décompte géneral annuel.

Dans le cas prévu au § 5 de l'article précédant, les relevés doivent porter la mention "Aucune observation de l'Office débiteur n'est parvenue dans le délai règlementaire".

Si deux Administraions se mettent d'accord pour faire un règlement spécial, leurs relevés *C 23* portent la mention "Compte réglé à part — à titre d'information" et ne sont pas compris dans le décompte général annuel.

3. — Le Bureau international établit, à la fin de chaque années, sur la base des relevée qui lui sont parvenus jusque-lá et qui sont considérés comme admis de plein droit, un décompte général annuel des frais de transit. *Le cas échéant, il se conforme à la règle fixée à l'article 60, § 2, pour les payements annuels.*

Le décompte indique:

a) le Doit et l'Avoir de chaque Office;

b) le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque Office;

c) les sommes à payer par les Offices débiteurs;

d) les sommes à recevoir par les Offices créditeurs.

Le Bureau international pourvoit à ce que le nombre des payements effectués par les Offices débiteurs soit restreint dans la mesure du possible.

4. — Les décomptes généraux annuels doivent être transmis aux Administrations par le Bureau international, aussitôt que possible e, au plus tard avant l'expiration du premier trimestre de l'année qui suit celle de leur établissement.

ARTICLE 72.

LIQUIDATION DES FRAIS DE TRANSIT.

1. — Sauf entente contraire, le solde résultant du décompte général annuel du Bureau international ou des règlements spéciaux, *y compris, le cas échéant, la compensation prévue à l'article 60* § 2, est payé par l'Office débiteur à l'Office créditeur en or ou au moyen *de chèques ou* de traites payables à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier.

En cas de payement au moyen *de chèques ou* de traites, *ces titres* sont *établis* en monnaie du pays créancier pour un montant équivalent, au jour de l'achat, à la valeur de solde exprimé en francs. Les frais de payement sont supportés par l'Office débiteur.

Ces *chèques* ou traites peuvent être également *tirés* sur un autre pays, à la condition *que ces titres* représentent le même équivalent et que les frais d'escompte soient à la charge de l'Office débiteur.

2. — Le payement précité doit être effectué dans le plus bref délai possible, et au plus tard, avant l'expiraton d'un délai de 4 mois à partir de la date d'envoi du décompte par le Bueran international ou de l'invitation à payer, adressé par l'Office créancier à l'Office débiteur, quando il s'agit d'un compte réglé à part. *Ce délai peut être parté à 5 mois dans les relations entre pays éloignés.*

Passé ces délais, les sommes dues sont productives d'intérêt, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour d'expiration desdits délais.

TITRE VIII.

Dispositions diverses.

CHAPITRE UNIQUE

ARTICLE 73

COUPONS-RÉPONSE.

1. Les coupons-réponse sont conformes au modèle *C 26* ci-annexé et imprimés par les soins du Bureau international sur papier portant en filigrane les *lettres U P U en grands caractères*.

2. — Chaque Administration a la faculté:

a) de donner aux coupons-réponse une perforation distinctive qui ne nuise pas à la lecture du texte et ne soit pas de nature à entraver la vérification de ces valeurs;

b) de modifier, à la main ou au moyen d'un procédé d'impression, le prix de vente indiqué sur les coupons.

3. — Le Bureau international fournit les coupons au prix coutant.

4. — Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, les coupons échangés sont envoyés annuellement aux Administrations qui les on émis avec l'indication globale de leur nombre et de leur valeur.

5. — Aussitôt que deux Administrations se sont mises d'accord sur le nombre des coupons échangés dans leurs relations réciproques, un relevé (modèle *C 27* ci-annexé), indiquant le solde débiteur ou créditeur, est dressé par chacune des deux Administrations et transmis par celles-ci au Bureau international. A défaut d'accord entre deux Administrations dans un délai de six mois, l'Office créditeur établit son décompte et l'envoie au Bureau international. Pour l'établissement de ce relevé, la valeur du coupon est calculée à *37 1/2* centimes par unité. Le Bureau international comprend le solde dans décompte anuel.

Dans le cas ou l'une seulement des Administrations aurait fourni le relevé (modèle *C 27*), les indications de cette Administration font foi.

6. — Lorsque, dans les raports entre deux Offices, le solde annuel ne dépasse pas 25 francs, l'Office débiteur est exoneré de tout payement et le relevé n'est pas dressé.

7. — Dans les cas où deux Administrations se sont mises d'accord pour faire un règlement spécial, elles ne transmettent pas de relevé au Bureau international.

8. — Le payement des soldes a lieu dans les conditions prévues à l'article 72.

ARTICLE 74.

CARTES D'IDENTITÉ.

1. — Les Administrations désignent les bureaux de poste ou les services postaux qui délivrent les cartes d'identité.

2. — Ces cartes sont établies sur des formules conformes au modèle *C 28* ci-annexé. Ces formules sont fournies, au prix coûtant, par le Bureau international.

3. — Au moment de la demande, le requérant remet sa photographie et justifie de son identité. Les Administrations édictent les prescriptions nécessaires pour que les cartes ne soient délivrées qu'après examen minutieux de l'identité du requérant.

L'agent inscrit cette demande dans un registre, remplit à l'encre et en carctères latins toutes les indications que comporte la formule de carte d'identité, colle sur celle-ci la photographie à l'endroit désigné, applique mi-partie sur cette photographie et mi-partie sur la carte un timbre-poste représentant la taxe perçue et annule cette figurine au moyen d'une empreinte bien nette du timbre à date.

Il appose ensuite de nouveau l'empreinte de ce timbre ou de son sceau officiel, de manière qu'elle porte à la fois sur la partie supérieure de la photographie et sur la carte, puis reproduit cette empreinte au recto de la carte, signe celle-ci et la remet à l'intéressé après avoir recueilli sa signature.

4 — Lorsque la physionomie, du titulaire s'est modifiée au point qu'elle ne réponde plus à la photographie ou au signalement, la carte doit être renouvelée.

5. — Chaque pays conserve la faculté de délivrer les cartes d'identité du service international selon les règles appliquées pour les cartes en usage dans son service intérieur.

ARTICLE 75.

DÉPÊCHES ÉCHANGÉES AVEC DES BATIMENTS DE GUERRE.

1. — L'établissement d'un échange, en dépêches closes, entre un Office postal et des divisions navales ou bâtiments de guerre de même nationalité, ou entre une division navale ou bâtiment de guerre et une autre de même nationalité, doit être notifié, autant que possible à l'avance, aux Offices intermédiaires.

2. — La suscription de ces dépêches est redigée comme suit:

Du bureau de...

Pour.... { la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à.........
le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à } (Pays).

ou

De la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à......................
Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à
Pour le bureau de.......................... } (Pays).

ou

De la division navalle (nationalité) de (désignation de la division) à......................
Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à } (Pays).

Pour.... { la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à........
le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à } (Pays).

3. — Les dépêches à destination ou provenant de divisions navales ou de bâtiments de guerre sont acheminées, sauf indication d'une voie spéciale sur l'adresse, par les voies les plus rapides et dans les mêmes conditions que les dépêches échangées entre bureaux de poste.

Le capitaine d'un paquebot postal qui transporte des dépêches à destination d'une division navale ou d'un bâtiment de guerre les tient à la disposition du commandant de la division ou du bâtiment destinataire pour les cas où celui-ci viendrait lui en demander la livraison en route.

4. — Si les bâtiments ne se trouvent pas au lieu de destination quand les dépêches à leur adresse y arrivent, ces dépêches sont conservées au buraeu de poste, en ettendant leur

retrait par le destinataire ou leur réexpédition sur un autre point. La réexpédition peut être demandée, soit par l'Office postal d'origine, soit par le commandant de la division navale ou du bâtiment destinataire, soit enfin par un Consul de même nationalité.

5. — Celles des dépêches dont il s'agit qui portent la mention "Aux soins du Consul d.........." sont consignées au Consulat du pays d'origine. Elles peuvent être ultérieurement à la demande du Consul, réintégrées dans le service postal et réexpédiées sur le lieu d'origine ou sur une autre destination.

6. — Les dépêches à destination d'un bâtiment de guerre sont considérées comme étant en transit jusqu'à leur remise au commandant de ce bâtiment, alors même qu'elles auraient été primitivement adressées aux soins d'un bureau de poste ou à un Consul chargé de servir d'agent de transport intermédiaire; elles ne sont donc pas considérées comme étant parvenus à leur adresse, tant qu'elles n'ont pas été livrées au bâtiment de guerre destinataire.

ARTICLE 76.

Bulletins d'affranchissement, décompte des frais de douane, etc.

1. — *Le décompte relatif aux frais de douane, etc., déboursé par chaque Offoce pour le compte d'un autre, est effectué au moyen des comptes particuliers mensuels conformes au modèle C 4 ci-annexé, qui sont établis par l'Office débiteur dans la monnaie du pays créditeur. Les bulletins d'affranchissement sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux qui ont fait l'avance des frais et suivant l'ordre numérique qui leur a été donné.*

Si les deux Administrations intéressées assurent également le service des colis postaux dans leurs relations réciproques, elles peuvent comprendre, sauf avis contraire, dans les décomptes des bulletins d'affranchissement de ce dernier service, ceux de la poste aux lettres.

2. — *Le compte particulier, accompagné des bulletins d'affranchissement, est transmis à l'Administration créditrice au plus tard à la fin du mois qui suit celui auquel il se rapporte. Il n'est pas dressé de compte négatif.*

3. — *La vérification des comptes est effectuée d'après les règles fixées par le Règlement des mandats de poste.*

4. — *Les décomptes donnent lieu à une liquidation spéciale. Chaque Office peut, toutefois, demander que ces, comptes soient annexés, soit aux comptes des mandats de poste, soit aux compte C P 14 ou C P 15 des colis postaux.*

ARTICLE 77.

FORMULES À L'USAGE DU PUBLIC.

En vue de l'application des dispositions de l'article *30*, § *2*, de la Convention, sont considérées comme formules à l'usage du public:

Les formules *C 1* (*Etiquette* de douane), *C 2* (*Déclarations en douane*), *C 6* (Avis de réception), *C 8* (mandat de remboursement international). *C 10* (*Enveloppe de réexpédition*), *C 11* (Demande de retrait ou de modification d'adresse), *C 12* (Renseignements à fournir en cas de réclamation d'un envoi ordinaire), *C 13* (Réclamation d'un envoi recommandé).

ARTICLE 78.

DÉLAI DE GARDE DES DOCUMENTS.

Les documents du service international doivent être conservés pendant une période minimum de deux ans.

ARTICLE 79.

ADRESSE TÉLÉGRAPHIQUE.

Les Administrations font usage, pour les communications télégraphiques qu'elles échangent entre elles, de l'adresse télégrafique "Postgen", suivrè de l'indication de la ville où se trouve le siège de l'Administration centrale.

TITRE IX.

Bureau international.

CHAPITRE UNIQUE.

ARTICLE 80.

CONGRÈS ET CONFÉRENCES.

Le Bureau international prépare les travaux des Congrès ou Conférences. Il pourvoit aux impressions et à la distribution des documents nécessaires.

Le Directeur de ce Bureau assiste aux séances des Congrès où Conférences et prend part aux discussions, sans voix délibérative.

ARTICLE 81.

RENSEIGNEMENTS. DÉMANDES DE MODIFICATIONS DES ACTES.

Le Bureau international doit se tenir en tout temps à la disposition des membres de l'Union, pour leur fournir, sur les questions relatives au service, les renseignements dont ils pourraient avoir besoin.

Il instruit les demandes de modification ou d'interprétation des dispositions qui régissent l'Union et notifié les résultats des consultations.

ARTICLE 82.

PUBLICATIONS

1. — Le Bureau international rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition, un journal spécial en langues allemande, anglaise, espagnole et française.

2. — Il publie, d'aprè s'es informations fournies en vertu des prescriptions de l'article 90 ci-après, un recueil officiel de tous les renseignements d'intérêt général concernant l'exécution de la Convention et du Règlement dans chaque pays. Les modifications ultérieures *sont notifiées par circulaires.*

Des recueils analogues concernant l'exécution des Arrangements sont publiés sur la demande des Administrations participant à ces Arrangements.

3. — Les documents publiés par le Bureau international sont distribués aux Administrations dans la proportion du nombre d'unités contributives assignées à chacune d'elles par l'article 24 de la Convention.

Les exemplaires supplémentaires de ces documents qui seraient réclamés par les Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

4. — Le Bureau international est chargé de publier un dictionnaire alphabétique de tous les bureaux de poste du monde, avec une mention spéciale pour ceux de ces bureaux chargés de services qui ne sont pas encore généralisés. Ce dictionaire est tenu au courant au moyen de suppléments ou de toute autre manière que le Bureau international juge convenable.

Le dictionnaire est distribué aux Administrations à raison de 10 exemplaires par unité contributive assignée à chacune d'elles par l'article 24 de la Convention. Les exemplaires supplémentaires demandés par les Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

ARTICLE 83.

RAPPORT ANNUEL.

Le Bureau international fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à toutes les Administrations.

ARTICLE 84.

LANGUE OFFICIELLE DU BUREAU INTERNATIONAL.

La langue officielle du Bureau international est la langue française.

ARTICLE 85.

COUPONS-RÉPONSE. CARTES D'IDENTITÉ. TABLEAU DES ÉQUIVALENTS.

Le Bureau international est *chargé* de la confection et de l'approvisionnement des coupons-réponse *et* des cartes d'identité, ainsi que de l'établissement et de la distribution du tableau des équivalents *prévu* à l'article 5 ci-dessus.

ARTICLE 86.

BALANCE ET LIQUIDATION DES COMPTES.

1. — Le Bureau international est chargé d'opérer la balance et la liquidation des comptes de toute nature relatifs au service international des postes entre les Administrations qui déclarent vouloir emprunter son intermédiaire. Celles-ci se concertent, à cet effet, entre elles et avec ce Bureau.

2. — Sur la demande des Administrations intéressées, les décomptes télégraphiques peuvent aussi être indiqués au Bureau international pour entrer dans compensation des soldes.

3. — Chaque Administration conserve le droit d'établir à son choix des décomptes spéciaux pour diverses branches du service et d'en opérer à sa convenance le règlement avec ses

correspondants, sans employer l'intermédiaire du Bureau international, auquel elle se borne à indiquer pour quelles branches de service et pour quels pays elle réclame ses offices.

4. — Les Administrations qui auront emprunté l'intermédiaire du Bureau international pour la balance et la liquidation des décomptes peuvent cesser d'user de cet intermédiaire trois mois après en avoir donné avis.

ARTICLE 87.

ETABLISSEMENT DES COMPTES.

1. — Lorsque les comptes particuliers ont été débattus et arrêtés d'un commun accord, les Offices débiteurs transmettent aux Offices créditeurs, pour chaque nature d'opérations, une reconnaissance, établie en francs et centimes, du montant de la balance des deux comptes particuliers, avec l'indication de l'objet de la créance et de la période à laquelle elle se rapporte.

Sauf entente contraire, l'Office qui désirerait, pour sa comptabilité intérieure, avoir des comptes généraux, aurait à les établir lui-même et à les soumettre à l'acceptation de l'Office correspondant.

Les Offices peuvent s'entendre pour pratiquer un autre système dans leurs relations.

2. — Chaque Office adresse au Bureau international mensuellement ou trimestriellement, si des circonstances spéciales le rendent désirable, un tableau indiquant son Avoir du chef des décomptes particuliers, ainsi que le total des sommes dont il est créditeur envers chacun des Offices contractants; chaque créance figurant dans ce tableau doit être justifiée par une reconnaissance de l'Office débiteur.

Ce tableau doit parvenir au Bureau international le 19 de chaque mois ou du premier mois de chaque trimestre au plus tard. A défaut, il n'est compris que dans la liquidation du mois ou du trimestre suivant.

3. — Le Bureau international constate, en rapprochant les reconnaissances, si les tableaux sont exacts. Toute rectification nécessaire est notifiée aux Offices intéressés.

Le Doit de chaque Office envers un autre est reporté dans un tableau récapitulatif; afin d'établir le total dont chaque Office est débiteur, il suffit d'additionner les diverses colonnes de ce tableau récapitulatif.

ARTICLE 88.

BALANCE GÉNÉRALE.

1. — Le Bureau international réunit les tableaux et les récapitulations en une balance générale indiquant:

a) le total du Doit et de l'Avoir de chaque Office;

b) le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque Office;

c) les sommes à payer par *les Offices débiteurs et la répartition de ces sommes entre les Offices créditeurs*.

Il veille, dans la mesure du possible, à ce que chaque Office n'ait à effectuer, pour se libérer, qu'un ou deux payements distincts.

Toutefois, l'Office qui se trouve habituellement à découvert vis-à-vis d'un autre Office pour une somme supérieure à 50,000 francs a le droit de réclamer des acomptes.

Ces acomptes sont inscrits, tant par l'Office créditeur que par l'Office débiteur, au bas des tableaux à adresser au Bureau international.

2. — Les reconnaissances transmises au Bureau international avec les tableaux sont classées par Office.

Elles servent de base pour l'établissement de la liquidation des comptes de chacun des Offices intéressés. Dans cette liquidation doivent figurer:

a) les sommes afférentes aux comptes spéciaux portant sur les divers échanges;

b) le total des sommes résultant de tous les comptes spéciaux par rapport à chacun des Offices intéressés;

c) les totaux des sommes dues à tous les Offices créditeurs pour chaque branche du service, ainsi que leur total général.

Ce total doit être égal au total du Doit qui figure dans la récapitulation.

Au bas du bordereau de liquidation, la balance est établie entre le Doit et l'Avoir résultant des tableaux adressés par

les Offices au Bureau international. Le montant net du Doit ou de l'Avoir doit être égal au solde débiteur ou au solde créditeur porté dans la balance générale. En outre, le bordereau indique les Offices en faveur desquels le payement doit être effectué par l'Office débiteur.

Les bordereaux de liquidation doivent être transmis aux Offices intéressés par le Bureau international, au plus tard le 22 de chaque mois.

ARTICLE 89.

PAYEMENT

Le payement des sommes dues, en vertu d'une liquidation, par un Office à un autre Office, doit être effectué aussitôt que possible et au plus tard quinze jours après la réception du bordereau de liquidation par l'Office débiteur. Quant aux autres conditions de payement, les dispositions du § 1 de l'article 72 sont applicables. Les dispositions du § 2 du dit article font règle en cas de non-payement du solde dans le délai fixé.

Les soldes débiteurs ou créditeurs n'excédant pas 500 francs peuvent être reportés à la liquidation du mois suivant, à la condition toutefois que les Offices intéressés soient en rapport mensuel avec le Bureau international. Il est fait mention de ce rapport dans les récapitulations et dans les liquidations pour les Offices créditeurs et débiteurs. L'Office débiteur fait parvenir, le cas échéant, à l'Office créditeur, une reconnaissance de la somme due, pour être portée au prochain tableau.

ARTICLE 90.

COMMUNICATIONS À ADRESSER AU BUREAU INTERNATIONAL.

1. — Les Administrations doivent se communiquer notamment par l'intermédiaire du Bureau international:

a) l'indication des surtaxes qu'elles perçoivent pour frais de transporte extraordinaire en vertu des articles *36* et *76* de la Convention, ainsi que la nomenclature des pays auxquels s'appliquent ces surtaxes et, s'il y a lieu, la désignation des services qui en motivent la perception;

b) la collection en trois exemplaires de leurs timbres-poste et des impressions-types de leurs machines à affran-

chir, avec indication de la date à partir de laquelle les timbres-poste des émissions antérieures cesseraient d'avoir cours;

c) leur décision au sujet de la faculté d'appliquer ou non certaines dispositions générales de la Convention et du Règlement;

d) les taxes modérées qu'elles ont adoptés, en vertu de l'article 5 de la Convention, et l'indication des relations auxquelles ces taxes sont applicables;

e) *tous les renseignements utiles concernant les prescriptions douanières ou autres, ainsi que les interdictions ou restrictions réglant l'importation et le transit des envois postaux* dans leurs services respectifs;

f) *la liste des distances kilométriques pour les parcours territoriaux suivis par les dépêches en transit;*

g) la liste *des* lignes de paquebots en partance de leurs ports et utilisées pour le transport des dépêches avec indication des parcours, des distances et des durées de parcours entre *le port d'embarquement et chacun des ports* d'escale *successifs*, de la périodicité du service et des pays auxquels les frais de transit maritime, en cas d'utilisation des paquebots, doivent être payés;

h) l'indication qu'elles admettent *ou non*, dans les envois affranchis au tarif des lettres, des objets passibles de droits de douane;

i) *leurs taxes postales intérieures.*

2. — Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard.

3. — Les Administrations doivent fournir au Bureau international deux exemplaires des documents qu'elles publient, tant sur le service intérieur que sur le service international.

ARTICLE 91.

STATISTIQUE GÉNÉRALE.

1. — Le Bureau international dresse une statistique générale pour chaque année.

A cet effet, les Administrations lui font parvenir une série aussi complète que possible de renseignements statistiques sous forme de tableau à dresser conformément aux modèles

C 29 et *C 30* ci-annexés. Le Tableau *C 29* est transmis à la fin du mois de juillet de chaque année mais les renseignements compris dans les parties I, II et IV de ce tableau ne sont fournis que tous les trois ans; le tableau *C 30* est également transmis tous les trois ans, à la même date. Les renseignements fournis se rapportent toujours à l'année précédente.

2. — Les opérations de service qui donnent lieu à enregistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3. — Pour toutes les autres opérations, il est procédé chaque année à un comptage des objets de toute nature, sans distinction entre les lettres, cartes postales, papiers *d'affaires, imprimés*, échantillons de marchandises *et petits paquets*, et, au moins tous les trois ans, à un dénombrement des differentes catégories de correspondances.

Chaque Administration fixe elle-même l'époque et la durée de ces comptages.

4. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les statistiques spéciales, le dénombrement des différentes catégories est fait d'après les chiffres proportionnels tirés de la précédente statistique spéciale.

5. — Le Bureau international fait imprimer et distribue les formules de statistique à remplir par chaque Administration. Il fournit aux Administrations qui en font la demande toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer l'uniformité des opérations de statistique.

ARTICLE 92.

DÉPENSES DU BUREAU INTERNATIONAL.

1. — Les dépenses ordinaires du Bureau international ne doivent pas dépasser, par année, la somme de *350,000* francs suisses.

2. — L'administration des postes suisses surveille les dépenses du Bureau international, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel qui est communiqué aux autres Administrations.

3. — Les sommes avancées par l'Administration des postes suisses, suivant le § 2 de cet article, doivent être remboursées par les Offices débiteurs dans le plus bref délai possible,

et au plus tard avant le 31 décembre de l'année d'envoi du compte. Passé ce délai, les sommes dues sont productives d'intérêt au profit de ladite Administration, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour d'expiration dudit délai.

4. — Les pays de l'Union sont classés ainsi qu'il suit en vue de la répartition des frais:

1re classe: Union de l'Afrique du Sud, Allemagne, Etats-Unis d'Amérique, République Argentine, Commonwealth de l'Australie, Canada, Chine, France, Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord, Inde britannique, Etat libre d'Irlande, Italie, Japon, Nouvelle-Zélande, Turquie, Union des Républiques Soviétiques Socialistes;

2e classe: Espagne, Mexique;

3e classe: Ensemble des Possessions insulares des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines, Belgique, Brésil, Egypte, Algérie, Colonies et Protectorats français de l'Indochine, Ensemble des autres Colonies françaises, Grèce, Pays-Bas, Indes néerlandaises, Pologne, Roumanie, Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, Suède, Suisse, Tchécoslovaquie;

4e classe: Autriche, Danemark, Finlande, Hongrie, Chosen, Norvège, Portugal, Colonies portugaises de l'Afrique, Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie;

5e classe: Bulgarie, Chili, République de Colombie, Estonie, Lettonie, Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), Maroc (Zone espagnole), Pérou, Perse, Tunisie;

6e classe: Afghanistan, Albanie, Bolivie, République de Costa-Rica, République de Cuba, Ville libre de Dantzig, République Dominicaine, Equateur, Ethiopie, Guatémala, République d'Haïti, République du Honduras, Lithuanie, Luxembourg, Nicaragua, République de Panama, Paraguay, Colonies néerlandaises en Amérique, République du Salvador, Territoire de la Sarre, Siam, Uruguay, Etats-Unis de Vénézuela;

7e classe: Iles Philippines, Colonie du Congo belge, Ensemble des Colonies espagnoles, Royaume de Hedjaz et de Nedjde et Dépendances, Iraq, Islande, Ensemble des Colonies italiennes, Ensemble des Dépendances japonaises autres que le Chonsen, République de Libéria, République de Saint-Marin, *État de la Cité du Vatican.*

Dispositions finales.

ARTICLE 93.

MISE À EXECUTION ET DURÉE DU RÈGLEMENT

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention postale universelle. Il aura la même durée que cette Convention, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les Parties intéressées.

Fait à Londres, le 28 juin 1929.

Pour l'Afghanistan:

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

J. N. Redelinghuys.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour les Etats Unis d'Amérique:

Pour Joseph Stewart:
E. R. White.
Eugene R. White.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Eugene R. White.

Pour les Iles Philippines:

C. E. Unson.
José Topacio.

Pour la République Argentine:

Pour la Commonwealth de l'Australie:

M. B. Harry.

Pour l'Autriche:

Walter Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewyck de Heusch.
F. G. Tondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Canada:

L. J. Gaboury.
Arthur Webster.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Costa-Rica:

Percy G. Harrison.

Pour la République de Cuba:

Guillermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Equateur:

E. Chacón Q.
E. L. Andrade.

Pour l'Espagne:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Estonie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.
Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:

J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord:

F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumleà.

Pour la Grèce:

The. Penthéroudakis.
D. Bernardos.

Pour le Guatémala:

José Matos.

Pour la République d'Haïti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedje et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fonbona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'inde britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Iraq:

Douglas W. Gumbley.

Pour l'Etat libre d'Irdande:

P. S. O'-Eigeartaigh.
R. S. O'Cruimí.
S. S. Puirsséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuàs.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole).

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

A. Camacho.

Pour le Mexique:

Lino B. Rochín.
José V. Chávez.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zelande:

G. McNamara.

Pour la République de Panama:

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werf.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
Dommisse.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oosterbeek.
Hoogewooning.

Pour le Pérou:

M. de Freyre y S.
A. S. Salazar.

Pour la Perse:

Hovhannès Hhan Mossaed.
R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint-Martin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour la République du Salvador:

Antonio Reyes-Guerra.

Pour les Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.
Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders Örne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.
Josef Zabrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Union des Républiques Soviétiques Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeeff.
E. Syrevitch.

Pour l'Uruguay:

F. A. Costanzo.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etat-Unis de Vénézuela:

Luiz Alexandre Aguiar.
E. Arroyo Lameda.

PROTOCOLE FINAL DU RÈGLEMENT

Au moment de procéder à la signature du Règlement d'exécution de la Convention arrêté par le Congrès postal universel de Londres, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

PAYEMENT DES SOLDES DE FRAIS DE TRANSIT.

1. —En cas de payement au moyen de *chèques ou* traites du solde prévu à l'article 72, *ces chèques ou traites* sont *exprimés* en monnaie d'un pays où *la banque centrale d'émission ou une autre institution officielle d'émission achète et*

vend de l'or ou des devises-or contre la monnaie nationale à des taux fixes déterminés par la loi ou en vertu d'un arrangement avec le Gouvernement.

Si les monnaies de plusieurs pays répondent à ces conditions, c'est au pays créditeur de désigner la monnaie qui convient. La conversion se fait au pair des monnaies d'or.

2. — Les *chèques* ou traites peuvent être exprimés aussi en monnaie du pays créditeur, si les deux pays se sont mis d'accord à ce sujet. Dans ce cas, le solde est converti au pair des monnaies d'or en monnaie d'un pays *répondant aux conditions prévues au paragraphe précédent*. Le résultat obtenu est ensuite converti dans la monnaie du pays débiteur et de celle-ci dans la monnaie du pays créditeur au cours de la bourse de la capitale ou d'une place commerciale du pays débiteur au jour de la remise de l'ordre d'achat *du chèque ou de la traite*.

II.

Confection des dépêches.

L'Administration des Etats-Unis d'Amérique a la faculté d'insérer la feuille d'avis dans un sac contenant des lettres ordinaires, pourvu que l'indice F figure clairement sur l'étiquette de ce sac.

En foi de quoi, les Plénipotentaires ci-dessous ont dressé le présent Protocolle, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans le texte même du Règlement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement *du Royaume-Uni* de la *Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord* et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Londres, le 28 juin 1929.

Pour l'Afghanistan:

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

J. N. Redelinghuys.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Pour *Joseph Stewart*:
E. R. White.
Eugene R. White.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Eugene R. White.

Pour les Iles Philippines:

C. E. Unson.
José Topacio.

Pour la République Argentine:

Pour la Commonwealth de l'Australie:

M. B. Harry.

Pour l'Autriche:

Walther Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewyck de Heusch.
F. G. Tondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Canada:

L. J. Gaboury.
Arthur Webster.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Costa-Rica:

Percy G. Harrison.

Pour la République de Cuba:

Guillermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Equateur.

E. Chacón Q.
E. L. Andrade.

Pour l'Espagne.

A. Camacho.

Pour l'ensemble das Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcıa.

Pour l'Estonie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.
Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de L'Indochine;

Pour M. Régismanset:
J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de L'Irlande; du Nord:

F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.
D. Bernardos.

Pour le Guatémala:

José Matos.

Pour la République d'Haïti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedjde et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'Inde britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Iraq:

Douglas W. Gumbley.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

P. S. óh-Éigeartaigh.
R. S. O'Cruimín.
S. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.

Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble das autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

A. Camacho.

Pour le Mexique:

Lino B. Rochín.
José V. Chávez.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

G. McNamara.

Pour la République de Panama:

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werf.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
Dommisse.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oosterbeek.
Hoogewooning.

Pour le Pérou:

M. de Freyre y S.
A. S. Salazar.

Pour la Perse:

Hovhannès Khan Mossaed.
R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint-Marin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour la République du Salvador:

Antonio Reyes-Guerra.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.
Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders Orne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.
Josef Zábrodsky

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Union des Républiques Soviétiques:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeef.
E. Syrevitch.

Pour l'Uruguay:

F. A. Costanzo.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

ANNEXES

C 1

(Règl., art. 10, § 1)

DOUANE
(Peut être ouvert d'office)
..
A remplir seulement en cas d'absence de déclaration séparée ; sinon à détacher.
Nature de la marchandise : ..
Poids : ..
Valeur : ...
..

(Dimension : 44×62 mm., couleur verte)

C 2
(Règl., art. 10, § 1)

LIEU D'EXPÉDITION

LIEU DE DESTINATION

ADMINISTRATION DES POSTES d..

DÉCLARATION EN DOUANE

M...

Envois — Nombre 1	Envois — Espèce 2	Désignation du contenu 3	Valeur — avec indication précise de l'unité monétaire employée 4	Poids — Brut — Grammes 5	Poids — Net — Grammes 6	Observations 7
Pays d'origine ou de fabrication de la marchandise:						

L'expéditeur :

..

(Dimensions: 125×176 ou 148×210 mm.)

C 3 (RECTO)
(Règl. art. 11, § 2)

COUPON

Timbre du bureau d'origine

L'expéditeur d.......................(*

N°....................................

avec valeur déclarée de................

déposé........... à...................

......................................

pour M...............................

à.....................................

a payé les droits indiqués au verso.

PAYS D'ORIGINE.................................

Timbre du bureau d'origine

BULLETIN D'AFFRANCHISSEMENT

L..............................(*) N°........de.....................avec valeur

déclarée de Fr............................, expédié...........par.................

à..

à l'adresse de...

...

à...

(Lieu de destination) *(Rue et numéro)*

doit être remis franc........de tous droits

..............................

(Signature de l'expéditeur)

A renvoyer au bureau d...

(Indiquer le nom du bureau chargé du recouvrement des frais ou, le cas échéant, celui du bureau d'échange.)

(*) Indiquer la nature de l'objet.

(Dimensions: 105×148 mm., couleur jaune)

C 3 (VERSO)

(Doit être imprimé en sens inverse du recto)

DÉTAIL DES DROITS DUS
(dans la monnaie du pays destinataire)

Droit de commission....		
Droits de douane........		
Droit de dédouanement..		
Autres frais.............		
Total........		

soit (*)...................................

Timbre du bureau d'origine de l'envoi

(*) Dans la monnaie du pays d'orgine de l'envoi,

TOTAL DES FRAIS DÉBOURSÉS

(Voir le détail sur le coupon)

Timbre du bureau qui a fait l'avance des frais

(dans la monnaie du pays de destination de l'envoi)

Soit
(à convertir par l'Office d'origine de l'envoi)

Date de l'avance	N° du registre	Bureau qui a fait l'avance	Signature de l'agent

Registre d'arrivée	Converti par (nom de l'agent)	Timbre du bureau recouvrant
N°...........		

C 4
(Règl., art. 76, §1)

ADMINISTRATION DES POSTES

d............................

COMPTE

des frais payés par l'Office d..

pour le compte de l'Office d..

Mois d.. 19

Numéro d'ordre 1	Date des avances 2	Numéro du bulletin 3	Bureau Qui a fait l'avance 4	Montant de chaque bulletin 5	Observations 6
			Total		

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

C 5
(Règl., art. 25, § 4)

R LAUSANNE
Nº 1460

C 7
(Règl., art. 29)

REMBOURSEMENT

(Couleur orange)

C 6 (RECTO)

(Règl., art. 26, § 2)

ADMINISTRATION DES POSTES

d..........................

(A remplir par le bureau d'origine)

Envoi recommandé (......................................) (1)

Lettre—Boite—Colis

avec valeur déclarée de....................................

Mandat de post de..

enregistré au bureau de poste de...........................

...

le..................... sous le N°.........................

expédié par M..

et adressé à M...

à..

(1) Indiquer dans la parenthèse la nature de l'envoi (lettre, imprimé, etc.).

Timbre dn burea
expéditeur
de l'avis

AVIS DE { RÉCEPTION / PAYEMENT

(A remplir par l'expéditeur)

A ..

..

..

(Lieu de destination)

..

(Rue et numéro)

Service

..

des postes..

..

(Pays de destination)

(Dimensions : 105 × 148 mm., couleur rouge clair)

C 6 (VERSO)

Le soussigné déclare que l'envoi / le mandat mentionné d'autre part

a été dûment livré / payé le ...19.........

(Signature (1))

Timbre du bureau destinataire

du destinataire:

de l'agent du bureau destir

..

(1) Cet avis doit être signé par le destinataire ou si les règlements du pays de destination le comportent, par l'agent du bureau destinataire et renvoyé par premier courrier directement à l'expéditure.

C 8 (RECTO)
(Règl., art. 30)

COUPON

Peut être détaché par le destinataire du mandat

Timbre du bureau d'émission

Montant du remboursement en chiffres

ɪour l'envoi N°

léposé le 19....

ı

ɪar M

ı l'adresse de

..

..

Pays de destination de l'envoi grevé de remboursement..............................

Service des objets de correspondance

MANDAT DE REMBOURSEMENT INTERNATIONAL

de la somme de

(en chiffres arabes)

(les unités en toutes lettres et en caractères latins)

pour l'envoi N°................ expédié le ..

payable à M ..

Lieu de destination ..

Rue et numéro ..

Pays de destination ..

INDICATIONS DE SERVICE (1)

Numéro } d'émission

Date

Bureau

Pays

Somme versée

(Monnaie du pays destinataire de l'envoi grevé de remboursement)

Timbre du bureau d'émission

Signature de l'agent qui a dressé le mandat:

(1) Indications à remplir par l'Office destinataire de l'envoi après encaissement du montant du remboursement

(Dimensions: 114 × 162 ou 105 × 148 mm., couleur vert clair)

C 8 (VERSO)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part

Lieu...

Le .. 19

Signature du destinataire:

..

Registre d'arrivée

N°

Timbre du bureau payeur

C 9
(Règl., art. 40, § 1°

ADMINISTRATION DES POSTES
d..........................

COMPTE PARTICULIER

les mandats de remboursement payés par l'Office d..
pour le compte de l'Office d.... ..:
pendant le mois d....................................19......

Nº d'ordre	Numéro d'émission	Date d'émission	Bureau d'émission	Montant des mandats		Observations
1	2	3	4	5		6
			Total			
			A déduire { 1/4 % du total....................			
			Quote—part de la taxe fixe (.......			
			par mandat)			
			Reste au profit de l'Office			
			d.................................			

(Dimensions : 210×297-mm.)

C 10 (RECTO)
(Règl., art. 46, § 1)

(Dimensions: 162×229 mm.)

C 10 (VERSO)

ADMINISTRATION DES POSTES
d............

Montant des taxes à percevoir.....

Timbre du bureau réexpéditeur

SERVICE DES POSTES

M..........................(nom et adresse du destinataire)
á.........................(bureau de destination)

.........................
(Pays de destination)

Pate à refermer

Timbre du bureau de destination

C 11 (RECTO)
(Régl., art. 48, § 1)

ADMINISTRATION DES POSTES
d.........................

BUREAU d..................

DEMANDE DE RETRAIT OU DE MODIFICATION D'ADRESSE (1)

RÉCLAMATION PAR VOIE POSTALE

(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau d*(d'origine)*. pour être remis à l'expéditeur 1*(nature de l'objet)* numéro.........adressé.........à votre bureau le 19....et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

.................., le................ ...19.....

Timbre du bureau

Signature:

....................................

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer .. *(telle indication)* à... *(telle autre indication)* sur la suscription de 1.................... *(nature de l'objet)* numéro......... adressé à votre bureau le 19....du bureau d.............. et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

.................., le........................ ...19.....

Timbre du bureau

Signature:

....................................

(1) Biffer le recto ou le verso, suivant le cas.

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

C 11 (VERSO)
(Règl., art. 48, § 1)

RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE

(Télégramme aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Renvoyer (tel objet)...................(numéro)........... adressé........(ce jour) ou le............)................................à (adresse exacte du destinataire,
...
...
(Description: Indication éventuelle de l'expéditeur, format et couleur de l'envoi, cachet éventuel, annotations et signes de toute nature)...................................
...
...

Timbre du bureau

Postes

(Sans signature)

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE OU DE REMBOURSEMENT (1)

(2) Substituer (telle indication)............................à (telle autre indication)
Annuler remboursement...
Réduire à.................................. remboursement...............
..sur (nature de l'objet, bordereau d'un envoi avec valeurs à recouvrer)..
(numéro)...........................adressé (ce jour ou le........)..........
à (adresse exacte du destinataire)...
...
...
(Description: Indication éventuelle de l'expéditeur, format et couleur de l'envoi, cachet éventuel, annotations et signes de toute nature)........................

Timbre du bureau

Postes

(Sans signature)

(1) Il ne peut être satisfait, le cas échéant, à cette demande qu'après réception du fac-similé par la poste.
(2) Biffer s'il y a lieu.

C 12 (RECTO)
(Règl., art. 50, § 1)

ADMINISTRATION DES POSTES
d................,..........

BUREAU d....................

Timbre du bureau expéditeur

RENSEIGNEMENTS À FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN ENVOI ORDINAIRE NON PARVENU

I. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)

Demandes 1	Réponses 2
a) Nature de l'envoi (lettre, carte postale, papiers d'affaires, journaux ou autre imprimé, échantillon ou petit paquet).	..
b) Adresse portée sur l'envoi.	..
c) Quelle est l'adresse exacte du destinataire ?	..
d) L'envoi était-il volumineux ?	..
e) Que renfermait-il ? (Signalement aussi exact et complet que possible).	..
f) Date précise ou approximative du dépôt à la poste.	..
g) Nom et domicile de l'expéditeur.	..
h) En cas de recherches fructueuses à qui, de l'expéditeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé ?	..

II. PAR L'EXPÉDITEUR

i) L'envoi était-il affranchi et, dans l'affirmative, quelle était la valeur des timbres-poste apposés ?	..
j) Date et heure du dépôt à la poste.	..
k) Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boîte ? Dans ce dernier cas, à quelle boîte ?	..
l) Le dépôt a-t-il été effectué par l'expéditeur lui-même ou par un tiers ? Dans ce dernier cas, par quelle personne ?	..

m) Renseignements particuliers du bureau d'origine.	..
n) Renseignements du 1er bureau intermédiaire.	..
o) Renseignements du 2e bureau intermédiaire.	..
La présente formule doit être renvoyée à..............................	..

(Dimensions : 210×297 mm.)

ADMINISTRATION DES POSTES

d..............................

BUREAU d....................

C 12 (VERSO)

(Règl., art. 50, § 1)

Timbre du bureau expéditeur

III. RENSEIGNEMENTS À FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN ENVOI ORDINAIRE NON PARVENU

Demandes 1	Réponses 2
p) L'envoi est-il parvenu au destinataire ?	..
q) Les correspondances sont-elles d'ordinaire rétirées au bureau de poste ou distribuées à domicile ?	..
r) A qui sont-elles confiées dans le premier cas ?	..
s) Dans le second cas, sont-elles remises directement au destinataire ou à une personne attachée à son service, ou bien déposées dans une boîte particulière ? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée ?	..
t) La perte de correspondances s'est-elle déjà produite souvent ? Dans l'affirmative, indiquer la provenance des correspondances perdues.	..
u) Renseignements particuliers du bureau de destination.	

La présente formule doit être renvoyée à..

C 13 (RECTO)
(Règl., art. 51 § 1)

ADMINISTRATION DES POSTES
d..........................

BUREAU d..................

Timbre du bureau d'origine

RÉCLAMATION

A remplir dans le service d'origine

d'un envoi recommandé (..........) (*a*) remboursement (................,
ou d'un envoi de valeur déclarée de (.........) (*b*) remboursement (.......,
contenant (...,(*c*)
déposé par M...............................le..........................
sous le N°...........au bureau de.............à l'adresse suivante:
..)
..
..(*d*
et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception.................(*e*)

A remplir dans le service de destination

en cas de distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le...

Timbre du bureau distributeur

Le Chef du bureau distributeur:

..................................

en cas de non-distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné.........................
est encore en instance au bureau de.....................................
a été renvoyé au bureau d'origine le....................................
a été réexpédié le...
n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau distributeur

Le Chef du bureau distributeur:

..................................

(*a*) Lettre, imprimé, échantillon, etc.
(*b*) Lettre ou boîte.
(*c*) Description du contenu, autant que possible.
(*d*) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.
(*e*) Biffer le cas échéant.
(*f*) Indiquer l'adresse exacte et complète.

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

C 13 (VERSO)
(Règl., art. 51; § 1)

A REMPLIR SEULEMENT DANS LE CAS OÙ LE SORT DE L'ENVOI N'A PU ÊTRE ÉTABLI PAR LES RECHERCHES PREVUES AU RECTO

A remplir dans le service d'origine

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange d....... du........... 19........(.... e envoi) pour le bureau d'échange d.... du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

Timbre du bureau

Il a été inscrit sous le N°....________________ de la feuille d'envoi.

Signature:

...............................

A remplir dans les services intermédiaires

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange d....... du........... 19........(.... e envoi) pour le bureau d'échange d.... du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

Timbre du bureau

Il a été inscrit sous le N°....________________ de la feuille d'envoi

Signature:

...............................

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange d....... du........... 19........(.... e envoi) pour le bureau d'échange d..... du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale

Timbre du bureau

Il a été inscrit sous le N°....________________ de la feuille d'envoi

Signature:

...............................

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange d....... du........... 19........(.... e envoi) pour le bureau d'échange d.... du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale

Timbre du bureau

Il a été inscrit sous le N°....________________ de la feuille d'envoi

Signature:

...............................

RÉPONSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

C 14
(Règl., art. 53, §

PAYS D'ORIGINE

........................

Timbre du bureau expéditeur

FEUILLE D'AVIS

Dépêche (...e envoi) du bureau d'échange d............................

pour le bureau d'échange d..

expédiée le........................... 19......, à...... h. m.

arrivée le............................ 19......, à...... h. m.

PAYS DE DESTINATION

........................

Timbre du bureau destinataire

I. ENVOIS EXPRÈS

Application éventuelle du timbre « Exprès »

II. NUMÉRO DE LA DÉPÊCHE ET NOMBRE DES SACS

Numéro d'ordre de la dépêche...

Paquebot...

Via..

Nombre des sacs composant la dépêche (y compris les sacs contenant les sacs vides)...................................

III. RÉCAPITULATION DES ENVOIS INSCRITS

	Nombre
Sacs / Paquets } contenant des envois recommandés	 /
Listes spéciales................................	
Total des envois recommandés....................	
Sacs / Paquets { contenant des envois avec valeur déclarée	 /
Feuilles d'envoi................................	
Total des envois avec valeur déclarée...........	

IV. INDICATIONS DE SERVICE

	Nombre
Sacs utilisés pour la confection de la dépêche appartenant à l'Office expéditeur	
Sacs en retour appartenant à l'Office destinataire	

..

..

V. LISTE DES ENVOIS RECOMMANDÉS

N° d'ordre 1	Bureau d'origine 2	Numéro d'inscription 3	Observation 4
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
20			

VI. DÉPÊCHES CLOSES INSÉRÉES DANS LA PRÉSENTE DÉPÊCHE

Bureau d'origine 1	Bureau de destination 2	Nombres des sacs 3

L'agent du bureau d'échange expéditeur :

....................................

L'agent du bureau d'échange des

....................................

(Dimensions : 210 × 297 mm.)

C. 15
(Règl., art. 53

PAYS D'ORIGINE

LISTE SPÉCIALE No......

PAYS DE DESTINATION

Timbre du bureau expéditeur

Timbre du bureau destinataire

des envois recommandés de la dépêche No........ (..... envoi)

d............................ pour.........................

N° d'ordre 1	Bureau d'origine 2	Numéro d'inscription 3	Observations 4	N° d'ordre 1	Bureau d'origine 2	Numéro d'inscription 3	Observati 4
1				23			
2				24			
3				25			
4				26			
5				27			
6				28			
7				29			
8				30			
9				31			
10				32			
11				33			
12				34			
13				35			
14				36			
15				37			
16				38			
17				39			
18				40			
19				41			
20				42			
21				—			
22				60			

L'agent du bureau d'échange expéditeur :

..

L'a ent du bureau d'échange destinataire :

..

(Dimensions : 210 × 297 mm.)

C. 1
(Règl., art. 5

ADMINISTRATION DES POSTES

d.............

BUREAU d...................

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFI

d..................................

BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau expéditeur

pour la constatation et la rectification des erreurs et irrégularités de toute nature reconnues

dans la dépêche N°...

du bureau d'échange d...

pour le bureau d'échange d...

Timbre du b destinata

.................... expédition du................................19.............à..........h...........

ERREURS OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

(Manque de la dépêche, manque d'envois recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche spoliée, sac déchiré ou en mauvais état, etc.)

......................., le..................19.......

Les agents du bureau d'échange destinataire :

..

......................, le..............................19.

Vu et accepté :

Le Chef du bureau d'échange expéditeur :

..

(Dimensions : 148 × 210 mm.)

C 1

(Règl., art.

ADMINISTRATION DES POSTES
d..........................

BUREAU d...................

Office expéditeur :
..............................

Office destinataire :
..........................

TRANSIT EN DÉPÊCHES CLOSES

Dépêches du bureau d'échange d...

pour le bureau d'échange d...

expédiées par l'intermédiaire d...

et par des paquebots d...

Date	Première dépêche expédiée à.......h. du......						Deuxième dépêche expédiée à.......h. du....						
	Lettres et cartes postales			Autres objets			Lettres et cartes postales			Autres objets			
	Nombre de sacs.						Nombre de sacs.						
	jusqu'à 5 kg.	de plus de 5 jusqu'à 15 kg.	de plus de 15 kg.	jusqu'à 5 kg.	de plus de 5 jusqu'à 15 kg.	de plus de 15 kg.	jusqu'à 5 kg.	de plus de 5 jusqu'à 15 kg.	de plus de 15 kg.	jusqu'à 5 kg.	de plus de 5 jusqu'à 15 kg.	d 1	
1	Sacs légers 2	Sacs moyens 3	Sacs lourds 4	Sacs légers 5	Sacs moyens 6	Sacs lourds 7	Sacs légers 8	Sacs moyens 9	Sacs lourds 10	Sacs légers 11	Sacs moyens 12	lo	
Totaux....													

.................., le....................19.......

.................., le....................19.

Vu et accepté :

Le Chef du bureau d'échange destinataire :
..

Le Chef du bureau d'échange expéditeur :
..

(Dimensions : 210 × 297 mm.)

ADMINISTRATION DES POSTES
d..........................

C 18
(Règ., art. 7

TRANSIT EN DÉPÊCHES CLOSES

Compte des sommes dues à l'Office d.. pour le transport des dépêches closes ex
par l'Office de.............................. en transit par les services.......... pendant l'année 19

Bureau d'origine	Bureau de destination	Dépêches expédiées pendant la période de la statistique											
		Lettres et cartes postales						Autres objets					
		Nombre des sacs du poids moyen			Poids totaux	Prix de transit par kg.	Avoir de	Nombre des sacs du poids moyen de			Poids totaux	Prix de transit par kg.	Avoir de
		4 kg.	12 kg.	24 kg.				4 kg.	12 kg.	24 kg.			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
					kg.	Fr. c.	Fr. c.				kg.	c.	Fr. c.

Total des lettres et des cartes postales.......... | | | Total des autres objets.......

Report du total des lettres et cartes postales..........

Total.........

Multiplié par 26 (ou 13)
A déduire 10 %

Total à reporter au relevé
(Formule C 23)

.........................,.., le................19...

........................., le............

Vu et acepté:

..............................

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

C. 19

(Règl., art. 67, § 4

ADMINISTRATION DES POSTES

d............................

BUREAU d...................

Office expéditeur:

..............................

Office destinataire réexpéditeur:

...

TRANSIT À DÉCOUVERT

Relevé des correspondances transmises à découvert dans les dépêches du bureau d.............................pour le bur
...............................expédiés pendant la période de la statistique du................19....au..................19.

Date 1	Nombre de correspondances à découvert 2
Total......	

..................................., le....................19....

Le Chef du bureau d'échange destinata

..

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

C 20

(Règl., art. 70, § 4)

ADMINISTRATION DES POSTES

d..........................

Office expéditeur

Office destinataire réexpéditeur:

TRANSIT À DÉCOUVERT

Compte des sommes dues à l'Office d..........................pour le transit des correspondances transmises à découvert par l'Office d.............pendant l'année 19....

Bureaux d'origine 1	Bureaux destinataires réexpéditeurs 2	Nombre de correspondances à découvert 3
	Total	
	Multiplié par 26 (ou 13) à 5 c. par objet	Fr, c.*)

*) A reporter au relevé (Formule C 23)

................,le................19.... ,le................19....

Vu et accepté:

..............................

(Dimensions: 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

C 21

(Règl., art. 68, 1er al.)

ADMINISTRATION DES POSTES

d...........................

BUREAU d...........................

Office entreposeur:

...........................

DÉPÊCHES EN ENTREPÔT

Entrepôt de..........................

Journée du..................mai, octobre ou novembre 19...(1)

Bureaux expéditeurs des dépêches entreposées 1	Date d'expédition 2	Bureaux destinataires des dépêches entreposées 3	Nom et nationalité du navire qui a livré les dépêches entreposées 4	Nom et nationalité du navire auquel ont été confiées les dépêches entreposées réexpédiées 5	Nombre des sacs composant la dépêche 6
				Total ...	

NOTA. Si un bureau reçoit plus d'une fois en une seule journée des dépêches closes de même origine et pour la même destination, il doit répéter leur inscription en l'accompagnant de la mention: 1ère réception, 2e réception, etc.

....................de....................19....

Le Chef de l'entrepôt:

......................................

(1) Il n est pas établi de relevé negatif.

(Dimensions: 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

C 22

(Règl., art. 68, 2ª al.)

ADMINISTRATION DES POSTES

d............................

Office entreposeur :

..................................

Office expéditeur :

.............................

DÉPÊCHES EN ENTREPÔT

Compte des sommes dues à l'Office d..........pour l'entrepôt de dépêches closes expédiées par l'Office d........... pendant l'année 19....

Entrepôt de 1	Date 2	Nombre des sacs entreposés pendant la statistique 3
	Total Multiplié par 26 (ou 13) à 50 centimes	Fr. c. (*)

(*) A reporter au relevé (Formule C 23)

................., le.............19....

................, le............19...

Vu et accepté :

.......................

(Dimensions : 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

C 23

(Régl., art. 71, § 2)

ADMINISTRATION DES POSTES

d...............................

FRAIS DE TRANSIT ORDINAIRES

RELEVÉ

Indiquant les montants totaux des comptes particuliers réciproques entre les Administrations des postes d......................... et d......................

Sommes dues pour chacune des années........... sur la base de la statistique d..............,...... 1	Avoir de l'Office d........... 2	Avoir de l'Office d........... 3
	Fr.	Fr.
Correspondances a découvert		
Envois d....................................		
Envois d....................................		
Dépêches closes		
Envois d....................................		
Envois d....................................		
Dépêches en entrepôt		
Envois d....................................		
Envois d....................................		
Totaux		
Déduction		
Solde au crédit de l'Office d.........................		

............................, le................. 19...

Signature :

.....................................

(Dimensions : 210 × 297 mm.)

ADMINISTRATION DES POSTES
d...........................

(Règl., art. 62 §

BUREAU d....................

STATISTIQUE DE TRANSIT

BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau expéditeur

pour la constatation et la rectification des erreurs et irregularités reconnues dans la dépêche
du bureau d'échange d..
pour le bureau d'échange d...
..........e expédition du....................19........à........h....................

Timbre du bure destinataire

	Nombre des sacs	
	d'après la déclaration du bureau expéditeur 1	d'après la constatation du bureau destinataire 2
1. Transit en dépêches closes.		
a) L. C. Sacs légers....................		
Sacs moyens....................		
Sacs lourds....................		
b) A. O. Sacs légers....................		
Sacs moyens....................		
Sacs lourds....................		
c) Sacs exempts de tous frais de transit...		

	Nombre d'envois	
	d'après la déclaration du bureau expéditeur	d'après la constatation du bureau destinataire (1)
2. Transit à découvert		

(1) *Nota.* Seules les différences de plus de 5 objets donnent lieu à une rectification des indications bureau expéditeur.

OBSERVATIONS

Prière de renvoyer le bulletin après examen et acceptation au bureau de poste d..

..............., le....................19.......

Les agents du bureau d'échange destinataire:

...

..............., le....................19...

Vu et accepté:

Le Chef du bureau d'échange expedi

.............................

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

C 25

(Règl., art. 66, §

AVIS. — A transporter à découvert simultanément avec la dépêche à laquelle ce bulletin se rapporte et à remplir ava la remise.

Office expéditeur: Office destinataire :

BULLETIN DE TRANSIT DES DÉPÊCHES

Bureau d'origine: Bureau de destination:

Date de l'expédition:......................... Nombre de sacs:.........................

ATTENTION ! Chaque Office ne dispose que d'une seule ligne pour les indications concernant le transit territorial et d'une seule autre ligne pour le transit maritime éventuel.

Les renseignements concernant le transit doivent être indiqués successivement par le bureau d'échange d'entrée et le bureau d'échange de sortie de chaque Office participant au transport des dépêches, à l'exclusion de tout autre bureau intermédiaire, en commençant par le premier bureau d'échange étranger. Le dernier bureau d'échange intermédiaire doit remettre le bulletin directement au bureau de destination qui le renvoie au bureau d'origine joint au relevé C 17 respectif.

	Date d'arrivée	Timbre du bureau d'échange d'entrée	Date d'expédition	Timbre du bureau d'échange de sortie	Services utilisés (En cas de transit territorial, indiquer T. t., la route suivie. En cas de transit maritime, indiquer T. m., la route suivie et le nom et la nationalité du paquebot)	Pays auquel revie le transit
1	2	3	4	5	6	7
Premier parcours.................						
Deuxième parcours...............						
Troisième parcours...............						
Quatrième parcours...............						
Cinquième parcours...............						
Sixième parcours.................						
Septième parcours................						
Huitième parcours................						
Neuvième parcours................						
Dixième parcours.................						

(Dimensions : 210 × 297 mm., couleur verte)

C 26

(Règl., art. 73, § 1)

COUPON-RÉPONSE INTERNATIONAL

a) ..

b) ..

c)

(Dessin)

Timbre du bureau d'origine

Timbre du bureau d'échange

d) Ce coupon est échangeable dans tous les pays de l'Union contre un timbre-poste ou des timbres-poste représentant le montant de l'affranchissement d'une lettre simple à destination de l'étranger.

(Nom du pays d'émission)

(*a*) Traduction de l'en-tête dans la langue du pays d'émission.
(*b*) Cet espace est occupé par une traduction du texte *d*) dans la langue du pays d'émission.
(*c*) Prix de vente dans le pays d'émission.
(*d*) Cette explication est répétée au verso dans les langues de plusieurs pays.

(Dimensions: 74×105 mm.)

C 27

(Règl., art. 73,

ADMINISTRATION DES POSTES
d...........................

COUPONS-RÉPONSE

RELEVÉ

des coupons échangés dans les relations réciproques entre les Offices d.......................................
et d.......................................pendant.......................................

1	2 Nombre	3 Valeur calculée à 37 1/2 c par unité	
		Fr.	c
Coupons émis par..			
et échangés contre des timbres-poste d..			
..			
Coupons émis par..			
et échangés contre des timbres-poste d..			
..			
Solde au {crédit / débit} de l'Office d..			

.................................., le..............................19.......
...

(Dimensions : 148×210 mm.)

C 28
(Règl., art. 74, § 2)

4

OBSERVATIONS

1. Cette carte erst econnue comme pièce justificative d'identité pour les opérations postales.
2. Les cartes d'identité, valables pendant trois ans, sont délivrées par les bureaux ou services postaux, pourvu que le demandeur soit connu notoirement à la poste ou qu'il soit à même de justifier de son identité d'une manière irréfutable. Les cartes doivent être libellées en caratères latins.
3. Si, pendant la validité de la carte, la physionomie du titulaire s'est modifiée au point qu'elle ne réponde plus à la photographie ou au signalement, la carte doit être renouvelée.
4. Les Administrations des postes ne sont pas responsables des conséquences que peut entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux de la présente carte.

1

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Administration des Postes

d...

Carte d'identité N°...........

valable jusqu'au...................................

Titulaire
- Nom:...............................
- Prénoms:...........................
- Profession:........................
- Domicile:..........................

Délivré

d

(Dimensions: 105 × 148

2

Photographie

Timbre-poste

(La moitié sur la photographie)

Signature du titulaire:

Lieu de naissance: ..

Taille: ..

Cheveux ..

Yeux ..

Marques particulières: ..

(1) Les indications du signalement doivent, le cas échéant, porter une tr-duction interlinéaire en langue française.

ADMINISTRATION DES POSTES
d..........................

C 29
(Règl., art. 91, § 1)

TABLEAU STATISTIQUE

DU SERVICE POSTAL EN

ANNÉE 19....

(Dimensions: 210×297 ou 420×594^{mm}.)

I. GÉNÉRALITÉS

Colonne			Colonne		
	Année....................................		5	Nombre d'habitants par bureau de poste....	
1	Pays....................................		6	Nombre, par habitant, des lettres et cartes postales soumises à la taxe dans le service intérieur et des mêmes objets pour l'étranger..........................	
2	Superficie en kilomètres carrés............		7	Nombre, par habitant, des autres objets de correspondance soumis à la taxe dans le service intérieur et des mêmes objets pour l'étranger........................	
3	Nombre d'habitants.......................				
4	Nombre de kilomètres carrés par bureau de poste..................................				

II. ORGANISATION DES POSTES

Colonne					
	Nombre des bureaux de poste:			Nombre des fonctionnaires, employés, etc.:	
8	á l'intérieur............................		14	Service de l'Administration centrale et des Administrations régionales............	
	a) Bureaux chargés de la réception et de la distribution des envois postaux de toute nature....................		15	Service des bureaux de poste............	
	b) Bureaux dont les attributions de réception et de distribution d'envois postaux sont restreintes...........		16	Total du personnel......................	
	c) Bureaux ambulants (Nombre de services fonctionnant tant á l'aller qu'au retour)............................		17	Nombre des entrepreneurs du transport des malles....................................	
9	á l'étranger..............................		18	Nombre des relais de la poste aux chevaux de l'Etat et privés....................	
10	Total des bureaux de poste...............		19	Nombre des chevaux de trait, etc., de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés)......................	
11	Nombre des Administrations des postes régionales..............................		20	Nombre des voitures (á l'exception des automobiles) et des traîneaux de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés)............................	
12	Nombre des boîtes aux lettres á l'usage du public..................................		21	Nombre des automobiles et des motocyclettes de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés)........	
13	Nombre des machines á affranchir en usage.		22	Nombre des vélocipèdes (tricycles et bicycles)................................	

III. SERVICE POSTAL

	Service intérieur		Service international					
			Réception		Expédition		Transit	
Objets de la poste aux lettres ordinaires et recommandés	Colonne		Colonne		Colonne		Colonne	
Envois soumis á la taxe (Nombre):								
Lettres affranchies	32		57		89		119 (*)	
» non affranchies	24		58		90		120 (*)	
Cartes postales (simples et avec réponse payée)	25		59		91		121 (*)	
Papiers d'affaires	26		60		92		122 (*)	
Imprimés	27		61		93		123 (*)	
Echantillons de marchandises	28		62		94		124 (*)	
Petits paquets	29		63		95		125 (*)	
Envois admis á la franchise de port (Nombre)	30		64		96		126 (*)	
Totaux des envois inscrits aux colonnes 23-30, 57-64, 89-96 et 119 à 126 (Nombre)	31		65		97		127 (*)	
Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrits aux colonnes 31-65, 97 et 127 (Nombre)	32		66		98		128 (*)	
Envois «par avion» trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 31, 65, 97 et 127 (Nombre)	33		67		99		129 (*)	
Lettres et boîtes avec déclaration de valeur:								
Nombre	34		68		100		130 (*)	
Valeur (Francs)	35		69		101		131 (*)	
Envois «par avion» trouvés parmi les envois inscrits aux colonnes 34, 68, 100 et 130 (Nombre)	36		70		102		132 (*)	
Colis:								
Colis ordinaires (Nombre)	37		71		103		133 (*)	
Colis avec valeur déclarée:								
Nombre	38		72		104		134 (*)	
Valeur (Francs)	39		73		105		135 (*)	
Colis "par avion" trouvés parmi les envois inscrits aux colonnes 37, 71, 103, 133 et 38, 72, 104; 134: (Nombre)	40		74		106		136 (*)	
Remboursements:								
Objets de correspondances (Nombre)	41		75		107		—	—
Montant des remboursements (Francs)	42		76		108		—	—
Colis (Nombre)	43		77		109		—	—
Montant des remboursements (Francs)	44		78		110		—	—
Remboursements non recouvrés (Nombre)	45		79		111		—	—
Mandats de poste:								
Nombre	46		80		112		—	—
Valeur (Francs)	47		81		113		—	—
Recouvrements:								
Nombre	48		82		114		—	—
Valeurs á encaisser (Francs)	49		83		—	—	—	—
Non encaissés (Nombre)	50		84		—	—	—	—
Chèques et virements postaux:								
Nombre de comptes	51		—	—	—	—	—	—
Opérations (versements, remboursements et virements — Service intérieur) — Nombre.	52		—	—	—	—	—	—
Montant (Francs)	53		—	—	—	—	—	—
Virements dans le service internationel-Nombre	—	—	85		115		—	—
Montant (Francs)	—	—	86		116		—	—
Journaux et écrits périodiques servis par abonnement:								
Nombre des abonnements	54		87		117		—	—
Nombre de numéros	55		88		118		—	—
Nombre des voyageurs transportés	56		—	—	—	—	—	—
Nombre des dépêches closes em transit	—	—	—	—	—	—	137	

(*) Les chiffres á indiquer dans les colonnes 119 á 136 ne doivent se rapporter qu'au transit ã découvert.

IV. CORRESPONDANCES-REBUT (Service intérieur)

	Colonne	Correspondances ordinaires et recommandées tombées en rebut (Nombre)	Colonne	Correspondances en rebut qui ont pu être remises en distribution ou renvoyées aux expéditeurs	Colonne	Correspondances restées en souffrance
Lettres et cartes postales ordinaires et recommandées............................t	138		140		142	
Papiers d'affaires, imprimés, échantillons e petits paquets ordinaires et recommandés....	139		141		143	

IV. CORRESPONDANCES-REBUT. (Service international)

	Colonne	Correspondances de l'intérieur pour l'étranger qui sont rentrées au bureau des rebuts	Colonne	Correspondances en rebut renvoyées de l'étranger et qui ont pu être placées	Colonne	Correspondances renvoyées de l'étranger qui sont restées en souffrance	Colonne	Correspondances de l'étranger tombées en rebut et renvoyées au pays d'origine
Lettres et cartes postales ordinaires et recommandées.	144		146		148		150	
Papiers d'affaires, imprimés, échantillons et petits paquets ordinaires et recommandés................	145		147		149		151	

V. RÉSULTAT FINANCIER

Colonne	Recettes	Francs	Colonne	Dépenses	Francs
152	Produit de la vente des timbres-poste et autres formules d'affranchissement.....		157	Traitements et émoluments:	
				a) des fonctionnaires et employés..................	
				b) des facteurs et autres agents subalternes	
153	Recettes effectuées en numéraire (y compris les machines à affranchir)..............				
154	Taxes perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages et autres recettes diverses...............		158	Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de location, de chauffage et d'éclairage, fournitures de bureau et autres menus frais..........	
155	Bonifications reçues des Administrations étrangères		159	Frais de transport par les vois ferrées, pavées, macadamisées, maritimes, fluviales et aériennes (y compris les frais des constructions et d'entretien des voitures postales, ainsi que les subventions aux entrepreneurs de relais de poste)	
156	Total des recettes.......................				
			160	Indemnités pour perte et avarie d'envois postaux	
			161	Subventions aux compagnies de navigation.	
			162	Bonifications payées aux Administrations étrangéres..............................	
			163	Autres dépenses diverses..................	
			164	Total des dépenses.........................	
			—	Total des recettes.........................	
			165	Excédent des recettes.....................	
			166	Excédent des dépenses....................	

ADMINISTRATION DES POSTES
d............................

C 30
(Règl., art. 91, § 1)

TABLEAU STATISTIQUE

DU

SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)

POUR L'ANNÉE 19..........

(Dimensions: 210×290 ou 420×594 mm.)

Pays	Objets de la poste aux lettres ordinaires et recommandés: Envois soumis à la taxe:							Envois admis à la franchise de port	Totaux des envois inscrits aux colonnes 2—9	Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 2—9	Envois «par avion» trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 2—9
	Lettres		Cartes postales simples et avec réponse payée	Papiers d'affaires	Imprimés	Echantillons de marchandises	Petits paquets				
	affranchies	non affranchies									
	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre
	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
I. EUROPE											
...................											
...................											
...................											
...................											
II. AFRIQUE											
...................											
...................											
...................											
...................											
III. AMÉRIQUE											
...................											
...................											
...................											
...................											
IV. ASIE											
...................											
...................											
...................											
...................											
V. AUSTRALIE et OCÉANIE											
...................											
...................											
...................											
...................											
TOTAUX											

Lettres et boîtes avec déclaration de valeur.			Colis				Remboursements				Mandats de poste		Recouvrements	Virements postaux		Journaux, etc., servis par abonnement
Nombre	Valeur	Envois «par avion» trouvés parmi les envois inscrits à la colonne 13	ordinaires	avec valeur declarée		Colis «par avion» trouvés parmi les envois inscrits aux colonnes 16 et 17	Objets de correspondance	Montant des remboursements	Colis	Montant des remboursements	Nombre	Valeur		Nombre	Montant	
	Fr.	Nombre	Nombre	Nombre	Valeur Francs	Nombre	Nombre	Francs	Nombre	Francs		Frs.	Nombre		Frs.	Nombre des numéros
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29

DISPOSITIONS CONCERNANT LE TRANSPORT DE LA POSTE AUX LETTRES PAR VOIE AÉRIENNE

Table des matières.

CHAPITRE I.

Dispositions générales.

1. Objects de correspondance admis au transport aérien.
2. Liberté de transit.
3. Taxes et conditions générales d'admission des correspondances-avion.
4. Correspondances-avion non affranchies ou insuffisamment affranchies.
5. Distribution des correspondances-avion.
6. Réexpédition et renvoi des correspondances-avion.

CHAPITRE II.

Envois recommandés ou avec valeur déclarée.

I. Envois recommandés.

Art.
7. Envois recommandés.
8. Responsabilité.

II. Envois avec valeur declarée.

Art.
9. Envois avec valeur declarée.

CHAPITRE III.

Attribution des surtaxes aériennes. Frais de transport.

Art.
10. Attribution des surtaxes.
11. Frais de transport aérien des dépêches closes.
12. Frais de transport des correspondances-avion à découvert.
13. Calcul des distances entre deux pays reliés par plusieurs lignes aériennes.

CHAPITRE IV.

Bureau international.

Art.

14. Communications à adresser au Bureau international.

CHAPITRE V.

Règlement de compte.

Art.

15. Statistique de décompte.
16. Confection des dépêches ordinaires ou des dépêches-avion pendant les périodes de statistique des frais de transport aérien.
17. Constataion du poids des correspondances-avion.
18. Liste des dépêches-avion closes.
19. Etablissement des relevés A V 3 et A V 4 des dépêches-avion.
20. Compte des frais de transport aérien.
21. Décompte général.

CHAPITRE VI.

Dispositions diverses.

Art.

22. Signalisation des correspondances-avion.
23. Acheminement par la voie aérienne sur une partie seulement du parcours.
24. Mode d'expédition des correspondances-avion dans les dépêches ordinaires.
25. Annotations à porter sur les feuilles d'avis et d'envois et sur les étiquettes des dépêches contenant des correspondances-avion.
26. Acheminement des correspondances-avion.
27. Dédouanement des correspondances passibles de droits de douane.
28. Application des disposition de la Convention et des Arrangements.
29. Mise à exécution et durée des Dispositions adoptées.

PROTOCOLE FINAL DES DISPOSITIONS CONCERNANT LE TRANSPORT DE LA POSTE AUX LETTRES PAR VOIE AÉRIENNE.

ARTICLE UNIQUE

Frais de transport aérien des dépêches closes.

ANNEXES.

Formules A V 1 à AV 4

Dispositions concernant le transport de la poste aux lettre par voie aérienne.

CHAPITRE I.
Dispositions générales.

ARTICLE PREMIER.

OBJECTS DE CORRESPONDANCE ADMIS AU TRANSPORT AÉRIEN.

1. — Sont admis au transport aérien, sur tout ou partie du parcours, tous les objets désignés à l'article 32 de la Convention postale universelle, savoir: les lettres, cartes postales simples ou avec réponse payée, papiers d'affaires, imprimés de toute nature (y compris les imprimés en relief à l'usage des aveugles), *échantillons de marchandises*, *petits paquets*, ainsi que les mandats de poste *et les abonnements-poste. Ces envois prennent, dans ce cas, la dénomination de "Correspondances-avion"*.

2. — Les objets mentionnés à l'article 32 de la Convention peuvent être soumis à la formalité de la recommandation.

3. — Les envois avec valeur déclarée — lettres et boîtes — peuvent être également admis au transport aérien dans les relations entre pays qui *conviennent* d'échanger des objets de l'espèce par la voie de l'air.

ARTICLE 2.

LIBERTÉ DE TRANSIT.

La liberté de transit prévue à l'article 25 de la Convention postale universelle est garantie aux correspondances-avion dans le territoire entier de l'Union, que les Administrations intermédiaires prennent part *ou non* au réacheminement des correspondances.

ARTICLE 3.

TAXES ET CONDITIONS GÉNÉRALES D'ADMISSION DES CORRESPONDANCES-AVION.

1. — Les objets à transmettre par voie aérienne acquittent, en sus des taxes postales réglementaires, une surtaxe spéciale de transport aérien dont il appartient à l'Administration du pays d'origine de fixer le montant; cette surtaxe ne doit pas dépasser 25 centimes-or par 20 grammes et par 1.000 kilomètres de parcours aérien.

2. — En ce qui concerne les cartes postales et les mandats de poste, la surtaxe est de 25 centimes-or au maximum dar pièce et par 1.000 kilomètres de parcours aérien.

3. — La surtaxe des cartes postales avec réponse *payée* est perçue pour chaque partie séparément *au point de départ de chacune de ces parties.*

4. — *Les surtaxes mentionnées aux §§ 1, 2 et 3 du présent article s'appliquent seulement aux services auxquels le tarif prévu à l'article 11, § 10, est applicable. Elles doivent être uniformes pour chaque pays de destination.*

5. — La surtaxe des correspondances-avion transportées par les services extraordinaires (article 11, § 11) peut être majorée, *compte tenu des* frais extraordinaires que l'utilisation de ces services occasionne.

6. — *Les surtaxes doivent* être acquittées obligatoirement au départ. Sauf dans les cas prévus à l'article 6, *elles* ne *peuvent* être *perçues* sur le destinataire.

7. — *Les correspondances-avion sont affranchies dans les conditions prévues par l'article 46 de la Convention postale universelle. Toutefois, et sans égard à la nature de ces correspondances, l'affranchissement peut être représenté par une mention manuscrite en chiffres, de la somme perçue, exprimée en monnaie du pays d'origine sous la forme:*

Affranchissement perçu: Fr. c.

Cette mention peut, soit figurer dans une griffe spéciale ou sur une figurine ou étiquette spéciale, soit encore être simplement inscrite sur l'enveloppe de l'objet par un procédé quelconque. Dans tous les cas, la mention doit être appuyée du timbre à date du bureau d'origine.

ARTICLE 4.

CORRESPONDANCES-AVION NON AFFRANCHIES OU INSUFFISAMMENT AFFRANCHIES.

1. — En cas d'absence totale d'affranchissement, les correspondances-avion sont traitées conformément aux dispositions des articles 34 et 35 de la Convention postale universelle. Les objets dont l'affranchissement postal n'est pas obligatoire au départ sont transmis par les voies ordinaires.

2. — En cas d'insuffisance d'affranchissement, les correspondances-avion sont transmises par la voie de l'air, lorsque les taxes acquittées représentent au moins le montant de la surtaxe aérienne. Les dispositions de l'article 35 de la Convention postale universelle sont applicables en ce qui concerne la perception des taxes postales non acquittées au départ.

3. — Lors de la transmission de ces envois par voie ordinaire, le bureau de dépôt ou le bureau d'échange doit biffer toute annotation relative au transport aérien.

ARTICLE 5.

DISTRIBUTION DES CORRESPONDANCES-AVION.

1. — Les correspondances-avion sont distribuées dans les meilleures conditions de rapidité possibles et doivent au moins être comprises dans la première distribution qui suit leur arrivée au bureau de distribution.

2. — Les expéditeurs ont la faculté de demander la remise à domicile par porteur spécial immédiatement après l'arrivée, en acquittant la taxe spéciale d'exprès prévue par l'article 44 de la Convention postale universelle. Cette faculté n'existe que dans les relations entre pays qui ont organisé le service des envois exprès dans leurs relations réciproques.

3. — Moyennant rémunération supplémentaire, les Administrations pourront, après entente entre elles, procéder à la remise au domicile par des moyens spéciaux, notamment par utilisation des tubes pneumatiques.

ARTICLE 6.

RÉEXPÉDITION ET RENVOI DES CORRESPONDANCES-AVION.

1. — Les correspondances-avion adressées à des destinataires ayant changé de résidence sont réexpédiées *sur la nouvelle destination* par les moyens de transport ordinaires, à moins que le destinataire n'ait demandé expressément la réexpédition par la voie aérienne et n'ait payé d'avance au bureau réexpéditeur la surtaxe aérienne du nouveau parcours. Les correspondances tombées en rebut sont renvoyées à l'origine para la voie ordinaire.

2. — Si la réexpédition ou le renvoi a lieu par les moyens ordinaires de la poste, l'etiquette *"Par avion"* et toute annotation se rapportant à la transmission par la voie aérienne doivent être barrées d'office au moyen de deux forts traits transversaux.

CHAPITRE II.

Envois recommandés ou avec valeur déclarée.

I. Envois recommandés.

ARTICLE 7.

ENVOIS RECOMMANDÉS.

Les envois recommandés sont soumis aux taxes postales et conditions générales d'admission prévues par la Convention postale universelle. Ils acquittent, en outre, les mêmes surtaxes aériennes que les envois ordinaires.

ARTICLE 8.

RESPONSABILITÉ.

Les Administrations *assument à l'égard* des envois recommandés acheminés par voie aérienne *la même responsabilité* que pour les autres envois recommandés.

II. Envois avec valeur déclarée.

ARTICLE 9.

ENVOIS AVEC VALEUR DÉCLARÉE.

1. — Les Administrations qui *admettent* les envois avec valeur déclarée *au transport aérien* sont autorisées à percevoir du chef de ces envois un droit spécial d'assurance dont elles fixent le montant.

Le total du droit d'assurance ordinaire et du droit spécial devra rester dans les limites fixées par l'article *3*, lettre *c*, de l'Arrangement concernant les lettres et boîtes avec valeur déclarée.

2. — En ce qui concerne les envois avec valeur déclarée qui transitent en dépêches closes par le territoire *de* pays non adhérents à l'Arrangement concernant les envois de l'espèce ou qui transitent par des services aériens pour lesquels *les pays en cause n'acceptent pas la* responsabilité des valeurs, la responsabilité de ces pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés.

CHAPITRE III.

Attribution des surtaxes aériennes. Frais de transport.

ARTICLE 10.

ATTRIBUTION DES SURTAXES.

Chaque Administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues au titre des surtaxes aériennes de toute nature.

ARTICLE 11.

FRAIS DE TRANSPORT AÉRIEN DES DÉPÊCHES CLOSES.

1. — Les frais de transit prévus à l'article 73 de la Convention postale universelle ne s'appliquent pas aux services aériens.

2. — Par dérogation aux dispositions de la Convention, les pays de destination qui *assurent* le réacheminement des correspondances-avion par la voie aérienne dans leur réseau interne ont droit à la bonification des frais de transport à l'intérieur. Cette bonification doit être uniforme pour tous les parcours du réseau *intérieur* d'un même pays.

3. — Les frais de transport afférents à un même parcours aérien sont uniformes pour toutes les Administrations qui font emploi de ce service sans participer aux frais d'exploitation.

4. — Sauf les exceptions prévues aux §§ 5 et 6 ci-après, les frais de transport aérien sont payables à l'Administration des postes du pays ou se trouve l'aéroport dans lequel les correspondances ont été prises en charge par le service aérien.

5. — L'Office qui remet à une entreprise de transport aérien des dépêches destinées à emprunter successivement plusieurs services aériens distincts peut, s'il est d'accord avec les Offices intermédiaires, régler directement avec cette entreprise les frais de transport pour la totalité du parcours. Les Offices intermédiaires ont, de leur côté, le droit de demander l'application pure et simple des dispositions du § 4.

6. — Par dérogation aux stipulations des §§ 4 et 5 ci-dessus, est réservé à chaque Administration dont dépend un service aérien, le droit de percevoir directement de chaque Administration qui *utilise ce service les frais de transport afférents à la totalité du parcous.*

7. — Les frais du transport aérien des correspondances-avion expédiées en dépêches closes sont à la charge de l'Administration du pays d'origine; les frais du transport aérien des correspondances expédiées à découvert sont à la charge de l'Administration qui les remet à découvert à une autre Administration.

8. — Sauf entente contraire entre les Administrations des postes intéressées, le transbordement en cours de route dans un même aéroport des dépêches qui empruntent successivement plusieurs services aériens distincts se fait obligatoirement par l'intermédiaire de l'Administration des postes du pays ou a lieu le transbordement. Cette règle ne s'applique pas lorsque ce transbordement a lieu entre des appareils assurant les sections successives d'un même service.

9. — *Il n'est* pas *perçu de frais d'entrepôt* pour les dépêches-avion.

Toutefois, dans le cas où, pour des circonstances exceptionnelles, des frais considérables *doivent* être *supportés* du fait de cet entrepôt, les Administrations sont autorisées à percevoir les frais d'entrepôt prévus à l'article 74 de la Convention.

10. — Comme mesure temporaire, le tarif de base à appliquer aux règlements des comptes entre les Administrations du chef des transports aériens est fixé à 6 *centimes* de franc-or par fraction indivisible de 100 grammes de poids *brut* et de 100 kilomètres. Toutes fractions de 100 grammes et de 100 kilomètres sont arrondies respectivement aux 100 grammes et aux 100 kilomètres supérieures *et cela séparément porur chaque dépêche qui fait l'objet de la statistique-avion. Les* dépêches

aériennes transportées en service intérieur *sont soumises aux mêmes règles.*

11. — Les prix de transport spécifiés ci-dessus ne s'appliquent pas aux transports à longue distance effectués au moyen de services dont la création et l'entretien nécessitent des frais extraordinaires. Les conditions de l'utilisation de ces services sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées; elles doivent être uniformes pour toutes les Administrations empruntant ces services.

12. — Les frais de transport précités sont dûs aussi pour les correspondances exemptes de frais de transit ainsi que pour les dépêches ou correspondances mal dirigées, dans le cas où elles sont acheminées par la voie aérienne.

13. — *En dehors des frais éventuels d'entrepôt* (§ 9 *ci-dessus*), *les Administrations des pays survolés n'ont droit à aucune rémunération pour les dépêches transportées par voie aérienne au-dessus de leur territoire.*

ARTICLE 12

FRAIS DE TRANSPORT DES CORRESPONDANCES-AVION À DÉCOUVERT

1. — Les correspondances-avion peuvent être échangées à découvert entre deux Administrations par la voie aérienne.

2. — Les frais de transport aérien sont payé en entier à l'Administration des postes du pays auquel les correspondances sont adressées à découvert en vue de leur reéxpédition par voie aérienne; cette Administration peut exiger la formation de liasses distinctes pour les destinations qu'elle indiquera.

3. — Pour déterminer les frais de transport, le poids net des correspondances-avion transmises à découvert est majoré de 25 % pour tenir compte des dépenses afférentes aux travaux de tri. *Toutefois, la majoration des frais de transport aérien qui en résulte en faveur d'un pays de transit ne peut dépasser* 1 *franc* 50 *centimes par* 100 *grammes de poids net.*

ARTICLE 13

CALCUL DES DISTANCES ENTRE DEUX PAYS RELIÉS PAR PLUSIEURS LIGNES AÉRIENNES

Si deux pays sont reliés par plusieurs lignes aériennes, les frais de transport sont calculés d'après la distance moyenne de ces parcours et leur importance pour le trafic international.

CHAPITRE IV

Bureau international

ARTICLE 14

COMMUNICATIONS Á ADRESSER AU BUREAU INTERNATIONAL

1. — Les Administrations doivent se communiquer par l'intermédiaire du Bureau international:

a) l'indication des surtaxes aériennes qu'elles perçoivent pour des correspondances-avion tant à l'intérieur qu'à destination d'autres pays;

b) l'indication si elles admettent ou non des lettres et boîtes avec valeur déclarée au transport aérien;

c) la liste *des* lignes aériennes nationales ou étrangères qu'elles utilisent pour le transport des correspondances-avion soit que ces lignes fonctionnent à l'intérieur du pays, soit qu'elles partent de ses aéroports vers les pays étrangers; ces dernières lignes doivent figurer dans la liste avec le parcours *pour lequel* l'Administration qui les utilise assume la responsabilité *du chef des* correspondances qu'elle leur confie. La liste doit indiquer, notamment, pour chaque ligne, la distance et la durée du parcours, à partir du port de départ jusqu'aux différents ports d'escale, la périodicité du service, le pays auquel les frais du transport aérien sur la ligne doivent être payés et les conditions ou restrictions spéciales auxquelles l'utilisation de cette ligne est subordonnée. A la fin des indications concernant les lignes intérieures, chaque Administration doit indiquer la distance moyenne qu'elle a adoptée pour la bonification du transport aérien des correspondances-avion destinées à l'intérieur de son pays;

d) la liste des pays à destination desquels elles assument la réexpédition des correspondances-avion par la voie aérienne, pour tout ou partie du parcours, avec indication des voies par lesquelles la réexpédition a lieu, des distances du parcours aérien et des frais de transport y afférents.

Ces renseignemens sont consignés sur une formule du modèle A X 1 ci-annexé.

2. — Les communications sous *c* et *d* doivent être envoyées régulièrement deux fois par an, un mois avant le commencement du service d'été et un mois avant celui du service d'hiver. Toute modification apportée ultérieurment doit être notifiée sans retard.

3. — Le Bureau international *dresse*, d'après les communications qui lui parviennent, *un Recueil de renseignements concernant le service postal aérien, y compris* l'échange des lettres
cernant le service postal aérien, y compris l'échange des lettres
postales aériennes et une liste générale des pays desservis par des lignes aériennes. *Ces documents sont répartis* sans délai entre les Administrations. *La liste générale* à établir par le Bureau internacional *doit* correspondre *au modèle A V 1 ci-annexé*.

Le Bureau international est chargé également de dresser une carte mondiale indiquant les lignes postales de communications internationales aériennes, *ainsi que* des cartes supplémentaires donnant les lignes intérieures de chaque continent.

4. — A titre de renseignement provisoire, une copie des communications sous *c* et *d* sera transmise directement par chaque Administration à tous les autres Offices qui en exprimeront le désir.

5. — Les Administrations communiqueront, en outre, régulièrement, à tous les Offices qui en feront la demande, les horaires des lignes aériennes de leurs réseaux intérieur et international avec indication, pour chaque port d'escale, des heures d'arrivée et de départ des avions.

CHAPITRE V

Réglement de compte

ARTICLE 15

STATISTIQUE DE DÉCOMPTE

1. — Le décompte général des frais de transport aérien a lieu d'après des relevés statistiques établis dans *les sept jours qui suivent le* 14 *juin et le* 14 *novembre* de chaque année. Les données de la statistique de juin forment la base des bonifications dues pour le service d'été; celles de novembre comptent pour le service d'hiver.

2. — Les statistiques concernant des services qui ne fonctionnent pas pendant les mois de juin et novembre seront établies après entente entre les Adminstrations intéressées.

3. — Par mesure transitoire, tout Office a la faculté de demander que les règlements de compte aient lieu trimestriellement sur la base du poids brut des envois réellement trans-

portés pendant le trimestre précédent. Dans ce cas, une entnte intervient entre les Offices intéressés sur la procédure à suivre.

ARTICLE 16

CONFECTION DES DÉPÊCHES ORDINAIRES OU *des dépêches*-AVION PENDANT LES PÉRIODES DE STATISTIQUE DES FRAIS DE TRANSPORT AÉRIEN.

Les dispositions de l'article 61 du Règlement d'exécution de la Convention postale universelle ne s'appliquent pas aux statistiques bi-annuelles pour l'évaluation des frais du transport aérien. Toutefois, pendant la période de ces statisques, les étiquettes ou suscriptions de dépêches qui contiennent des correspondances-avion doivent porter, d'une manière apparente, la mention "Statistique-avion".

ARTICLE 17

CONSTATION DU POIDS DES CORRESPONDANCES-AVION

1. — *Pendant les périodes de statistique, la date d'expédition et le* poids *brut* de la dépêche *sont indiqués* sur l'étiquette ou sur la suscription extérieure de la dépêche. *L'insertion* de dépêches-avion entrantes dans une autre dépêche de même nature est interdite.

2. — *Dans* le cas ou des correspondances à découvert destinées à être réacheminées par voie aérienne *sont* comprises dans une dépêche ordinaire ou *dans une dépêche*-avion, le poids *doit* être indiqué séparément sur la feuille d'avis pour chaque pays auquel les correspondances-avion sont destinées. *Au* besoin, les indications de poids peuvent être faites sur un bordereau spécial correspondant au modèle *A V 2 ci-après* et qui *est annexé* à la feuille d'avis.

3. — Ces indications sont vérifiées par le bureau d'échange destinataire. Si ce bureau constate que le poids réel *indiqué* diffère de plus de 20 grammes du poids *annoncé,* il rectifie la feuille *d'avis ou l'étiquette* et signale immédiatement l'erreur au bureau d'échange expéditeur *par* bulletin de vérification; *une copie de ce bulletin est adressée, le cas échéant, à chaque Office intermédiaire.* Si les différences de poids constatées restent dans les limites précitées, les indications du bureau expéditeur sont tenues pour valables.

ARTICLE 18

LISTE DES DÉPÊCHES-AVION CLOSES

Aussitôt que possible, et, en tout cas, dans un délai de quinze jours après chaque période de *statistique*, les Administrations qui ont expédié des dépêches-avion closes envoient la liste de ces dépêches aux différentes Administrations dont elles ont emprunté les services aériens, y compris, le cas échéant, celle de destination.

ARTICLE 19

ÉTABLISSEMENT DES RELEVÉS *A V* 3 ET *A V* 4 DES DÉPÊCHES-AVION

1. — Pendant les périodes de statistique, les Administrations intermédiaires prennent note, dans un relevé conforme ou modèle *A V* 3 ci-annexé, *des poids indiqués* sur les étiquettes ou suscriptions extérieures des dépêches-avion qu'elles ont réacheminées par la voie aérienne au delà des frontières de leurs pays. Il est dressé un relevé pour chaque bureau d'échange expéditeur de dépêches-avion.

2. — Les Administrations de réception des dépêches-avion qui *assurent, par la voie aérienne*, le réacheminement des correspondances-avion *qu'elles contiennet, soit* dans leur réseau interne, *soit* au delà des frontières de leurs pays, dressent un relevé conforme au modèle *A V* 4 ci-annexé, d'après les indications figurant dans les feuilles d'avis. Il est procédé de la même manière en ce qui concerne les correspondances-avion contenues dans les dépêches ordinaires.

3. — Aussitôt que possible, et, au plus tard, un mois après la clôture des opérations de statistique, les relevés *A V* 3 et *A V* 4 sont transmis aux bureaux d'échange expéditeurs pour être revêtus de leur acception. Ces bureaux, après avoir accepté les relevés, les transmettent à leur tour à *leur* Administration centrale qui les fait parvenir à l'Administration centrale de l'Office créditeur.

4. — Si l'Office créditeur n'a reçu aucune observation rectificative dans un intervalle de 3 mois à compter de l'envoi, les relevés sont considérés comme admis de plein droit. En cas de circonstances extraordinaires (longue distance, etc.), ces délais peuvent être prolongés d'un commun accord entre les Offices intéressés.

ARTICLE 20

COMPTE DES FRAIS DE TRANSPORT AÉRIEN

1. — Les poids *bruts ou* nets des correspondances-avion figurant dans les revelés *A V 3 ou A V 4* sont multipliés par un chiffre établi d'après la fréquence des services d'été et d'hiver et les produits ainsi obtenus servent de base à des comptes particuliers établissant en francs les prix de transport revenant à chaque Office pour le semestre en cours.

2. — Le soin de dresser ces comptes incombe à l'Office créditeur qui les transmet à l'Office débiteur.

3. — Les comptes particuliers sont dressés en double expédition et transmis aussitôt que possible *à l'Office débiteur*. Si l'Office créditeur n'a reçu aucune observation rectificative dans un intervalle de 3 mois à compter de l'envoi, ce compte est consideré comme admis de plein droit.

ARTICLE 21

DÉCOMPTE GÉNERAL

Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, le décomte général des frais du transport aérien est *établi* deux fois par an par le Bureau International d'après les règles fixées pour le décompte des frais de transit.

CHAPITRE VI

Dispositions diverses

ARTICLE 22

SIGNALISATION DES CORRESPONDANCES-AVION

Les correspondances-avion sont revêtues au départ d'une étiquette spéciale *ou d'une empreinte* de couleur bleue comportant les mots "Par avion" *avec* traduction dans la langue du pays d'origine.

ARTICLE 23

ACHEMINEMENT PAR LA VOIE AÉRIENNE SUR UNE PARTIE SEULLEMENT DU PARCOURS

Si l'expéditeur désire que sa correspondance soit expédiée par la voie aérienne sur une partie du parcours aérien seulement, il doit en faire mention. A la fin de la transmission

aérienne de ces correspondances, la mention et l'étiquette "Par avion" ainsi que l'annotation spéciale doivent être barrées d'office par deux forts traits transversaux.

ARTICLE 24

MODE D'EXPEDITIÓN DES CORRESPONDANCES-AVION DANS LES DÉPÊCHES ÓRDINAIRES

Le mode d'expédition prescript à l'article 55 du Règlement d'exécution de la Convention postale universelle pour les envois exprès s'appliquent également aux correspondances-avion insérées dans des dépêches ordinaires, à cette exception près que le mot "Exprès" sur l'étiquette des liasses et dans la colonne "Observations" des feuilles d'avis doit être remplacé par les mots "Par avion".

ARTICLE 25

ANNOTATIONS Á PORTER SUR LES FEUILLES D'AVIS ET D'ENVOI ET *sur* LES ÉTIQUETTES DES DÉPÊCHES CONTENANT DES CORRESPONDANCES-AVION.

1. — La présence de correspondances-avion dans les dépêches ordinaires est indiquée par les mots "Par avion" au tableau n. I de la feuille d'avis et sur la feuille d'envoi, dont la contexture sera modifiée en conséquence.

2. — Les feuilles d'avis accompagnant des dépêches-avion doivent être revêtues dans leur en-tête de l'étiquette "Par avion". La même étiquette "Par avion" est appliquée sur les étiquettes ou suscriptions de ces dépêches.

ARTICLE 26

ACHEMINEMENT DES CORRESPONDANCES-AVION

1. — Les Administrations qui se servent des communications aériennes pour le transport de leurs propres correspondances sont tenues d'acheminer, par ces mêmes communications, les correspondances-avion qui leur parviennent des autres Administrations.

2. — Les Administrations qui ne disposent pas d'un service aérien acheminent les correspondances-avion par les voies les plus rapides utilisées par la poste.

Il en est de même si, pour une raison quelconque, l'acheminement par ces autres voies offre des avantages sur une voie aérienne existante.

ARTICLE 27

DÉDOUANEMENT DES CORRESPONDANCES PASSIBLES DE DROITS DE DOUANE

Les Administrations prennent des mesures pour accélérer autant que possible le dédouanement des correspondances-avion passibles de droits de douane.

ARTICLE 28

APPLICATION DES DISPOSITIONS DE LA CONVENTION *et des Arrangements*

Les dispositions de la Convention *et des Arrangements, ainsi que de leurs Règlements respectifs, exception faite de l'Arrangement des colis postaux et de son Règlement,* sont applicables en tout ce qui n'est pas expressément réglé par les articles précédents.

ARTICLE 29

MISE Á EXECUTION ET DURÉE DES DISPOSITIONS ADOPTÉES

Les présentes Dispositions seront *exécutoires à partir du jour de la mise en viguer de la Convention postale universelle. Elles auront la même durée que cette Convention, à moins qu'elles ne soient renouvelées d'un commun accord entre les Parties intéressées.*

Fait à *Londres, le* 28 *juin* 1929.

Pour l'Afghanistan:

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

J. N. Redelinghuys.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Pour Joseph Stewart:

E. H. White.
Eugene R. White.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philypines:

Eugene R. White.

Pour les Iles Philippines:

C. E. Unson.
José Topacio.

Pour la République Argentine:

Pour la Commonwealth de l'Australie:

M. B. Harry.

Pour l'Autriche:

Walther Stoeckel.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Habuyck de Heusch.
F. G. Fondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Jac. Benavich.

Pour le Brésil:

M. Eulalio.

Pour la Bulgaire:

M. Savoff.

N. Boschnacoff.

Pour le Canada:

L. J. Gaboury.
Arthur Webster.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Costa-Rica:

Percy G. Harrison.

Pour la République de Cuba:

Guilhermo Patterson.

Pour la Dinemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Stanisław Łos.
Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour le République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Equateur

E. Chacón Q.
E. L. Andrade.

Pour l'Espagne:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Estonie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.
Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:

J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord:

F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.
D. Bernardos.

Pour la Guatémala:

José Matos.

Pour la République d'Haïti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedjde et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'nde Britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Iraq:

Douglas W Gumbley.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

P. S. óh-Éigeartaigh.
R. S. O'Cruimín.
S. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Naboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Liberia:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour la Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole) :

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole) :

A. Camacho.

Pour le Mexique :

Lino B. Rochín.
José V. Chávez.

Pour le Nicaragua :

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège :

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande :

G. McNamara.

Pour la République de Panama :

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay :

Pour les Pays-Bas :

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes Néerlandaises :

J. van der Werf.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique :

W. F. Gerdes Oasterbeek.

Hoogewooning.

Pour le Pérou :

M. de Freyre y S.
A. S. Salazar.

Pour la Perse:

Hovhannès Khan Mossaed.
R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Los.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco le Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint-Marin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour la République du Salvador:

Antonio Reyes-Guerra.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.

Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders Örne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Rúzicka.
Josef Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Uuion des Républiques Soviétistes Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeeff.
E. Syrevitch.

Pour l'Uruguay:

F. A. Costanzo.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

PROTOCOLE FINAL DES DISPOSITIONS

CONCERNANT.

LE TRANSPORT DE LA POSTE AUX LETTRES PAR VOIE AÉRIENNE

ARTICLE UNIQUE.

Frais de Transport aérien des dépêches closes

Les Administrations de l'Inde britannique et de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes ont la faculté de percevoir les frais de transport prévus à l'article 11 des Dispo-

sitions concernant le transport de la poste aux lettres par voie aérienne pour chaque parcours de leur réseau aérien interne.

Fait à Londres, le 28 juin 1929.

Pour l'Afghanistan:

Pour l'Union d'Afrique du Sud:

J. N. Redelinghuys.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour les Etats-Unis d'Amerique:

Pour Joseph Stewart:

E. R. White.
Eugene R. White.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Eugene R. White.

Pour les Iles Philippines:

C. E. Unson.
José Topacio.

Pour la République Argentine:

Pour la Commonwealth de l'Australie:

M. H. Harry.

Pour l'Autriche:

Walther Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewych de Heusch.
F. G. Tondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Canada:

L. J. Gaboury.
Arthur Webster.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Costa-Rica:

Percy G. Harrison.

Pour la République de Cuba:

Guillermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Stanislaw Los.
Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Equateur:

E. Chacón Q.
E. L. Andrade.

Pour l'Espagne:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Estonie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.
Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:

J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord:

F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.
D. Bernardos.

Pour le Guatémala:

José Matos.

Pour la République d'Haïti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedjde et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'Inde britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Iraq:

Douglas W. Gumbley.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

P. S. óh. Éigeartaígh.
R. S. O'Crumin.
S. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Homblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdo.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingaro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzms.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour la Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

A. Camacho.

Pour le Mexique:

Lino B. Rochin.
José V. Chávez.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

G. McNamara.

Pour la Republique de Panama:

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werf.
W. F. Perdes Oosterbeek.
Dommisse.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oosterbeek.
Hoogewooning.

Pour le Pérou:

M. de Freyre y S.
A. S. Salazar.

Pour la Perse:

Hovhannès Khan Mossaed.
R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Los.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.
Luciano Botelho da Costa Martins.
Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint Marin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour la République du Salvador:

Antonio Reyes-Guerra.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.
Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders örne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.
Josef Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeeff.
E. Syrevitch.

Pour l'Uruguay:

F. A. Costanzo.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

ANNEXES

AV 1
(art. 14, § 1)

LISTE DES LIGNES AÉRIENNES, DES PAYS DESSERVIS ET DES SURTAXES AÉRIENNES

N° d'ordre	Noms des pays desservis par voie aérienne	1° Parcours / 2° Nom de la Compagnie	Longueur réelle de la ligne et classement des services (km)	Durée du trajet (heures)	Périodicité du service	Prix de transport pour le parcours aérien: jusqu'au pays de destination (francs-or)	Prix de transport pour le parcours aérien: dans le pays de destination même (francs-or)	Pays auquel les frais de transport aérien doivent être payés	Surtaxe aérienne perçue	Observations
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11

(Dimensions : 210 × 297 mm.)

AV [cut off]
(art. 17,

Office expéditeur de la dépêche :

..................................

Office destinataire de la dépêche [cut off]

..................................

BORDEREAU

des poids des correspondances-avion

contenues dans la dépêche $\frac{\text{ordinaire}}{\text{-avion}}$

du bureau d'échange d..

pour le bureau d'échange d...

expédiée le..19......à......h......m.

arrivée le...19......à......h......m.

Numéro d'ordre 1	Noms des pays de destination des correspondances-avion 2	Poids net Grammes 3	Observations 4

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

AV 3
(art. 19, §

Office expéditeur de la dépêche :

..................................

Office réacheminant la dépêche :

..................................

TRANSPORT AÉRIEN DE DÉPÊCHES-AVION CLOSES

Relevé des poids bruts des dépêches-avion réacheminées par le bureau d'échange d.................................. pendan[t la]
période de la statistique du..................au..........................

Numéro d'ordre 1	Date d'expédition du bureau d'origine 2	Bureau d'origine 3	Bureau de destination 4	La dépêche a été réacheminée par voie aérienne d.......... à.......... 5	Poids brut de la dépêche Grammes 6	Distance en kilomètres 7	Frais de transport aérien afférents à la dépêche Fr. 8	 c.	Observations 9
		de la dépêche							
				Totaux					

.............................., le.................19[cut off]

Vu et accepté :

Le Chef du bureau d'origine :

..................................

...................... le...................19...

Le Chef du bureau transitaire :

..................................

(Dimensions : 210 × 297 mm.)

AV 4
(art. 19, § 2)

Office expéditeur de la dépêche :
.....................................

Office destinataire de la dépêche :
.....................................

TRANSPORT AÉRIEN DE CORRESPONDANCES-AVION

Relevé du poids net des correspondances-avion contenues dans les dépêches $\frac{\text{ordinaires}}{\text{-avion}}$

du bureau d'échange d................................ pour le bureau d'échange d..............................expédiées pendan

la période de la statistique du..........................au.................................

Numéro d'ordre	Date d'expédition du bureau d'origine	Poids des correspondances-avion destinées au pays de réception de la dépêche (1) (moyenne du parcours aérien intérieur)	Poids net des correspondances-avion destinées à d'autres pays												Pays de destination	Observations
			Parcours aériens intermédiaires						Moyenne du parcours aérien dans le pays de destination (1)							
			avec majoration de taxe			sans majoration de taxe										
		 km.) (1)	km.	km.	km.	km.	km.		km.	km.	km.	km.	km.			
		gr.	gr.	gr.	gr.	gr.	gr.		gr.	gr.	gr.	gr.	gr.			
1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11	12	13		14	15
		Totaux.....														

(1) Les colonnes 3 et 9 à 13 ne sont remplies que dans le cas où le pays de destination des correspondances-avion se charge de leur réacheminement par la voie aérienne à l'intérieur de son territoire. Les correspondances-avion destinées à la localité de l'aéroport de réception d'une dépêche-avion n'entrent pas dans le calcul de poids.

......................., le...................... 19.....

Le Chef du bureau transitaire :

...

......................., le 19.....

Vu et accepté :

Le Chef du bureau d'origine :

...

(Dimensions : 210×297 mm.)

UNION POSTALE UNIVERSELLE.

ARRANGEMENT

CONCERNANT

LES LETTRES ET LES BOITES AVEC VALEUR DECLARE'E

CONCLU ENTRE

L'ALBANE, L'ALLEMAGNE, LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE, L'AUTRICHE, LA BELGIQUE, LA COLONIE DU CONGO BELGE, LA BOLIVIE, LE BRÉSIL, LA BULGARIE, LE CHILI, LA CHINE, LA RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE, LA RÉPUBLIQUE DE CUBA, LE DANEMARK, LA VILLE LIBRE DE DANTZIG, LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE. L'ÉGYPTE, L'ESPAGNE, L'ENSEMBLE DES COLONIES ESPAGNOLES, L'ESTONIE, L'ÉTHIOPIE, LA FINLANDE, LA FRANCE, L'ALGÉRIE, LES COLONIES ET PROTECTORATS FRANÇAIS DE L'INDOCHINE, L'ENSEMBLE DES AUTRES COLONIES FRANÇAISES, LE ROYAUME-UNI DE LA GRANDE-BRETAGNE ET DE L'IRLANDE DU NORD, LA GRÈCE, LA RÉPUBLIQUE D'HAITI, LE ROYAUME DE HEDJAZ ET DE NEDJDE ET DÉPENDANCES, LA RÉPUBLIQUE DU HONDURAS, LA HONGRIE, L'INDE BRITANNIQUE, L'ÉTAT LIBRE D'IRLANDE, L'ITALIE, L'ENSEMBLE DES COLONIES ITALIENNES, LE JAPON, LE CHOSEN, L'ENSEMBLE DES AUTRES DÉPENDANCES JAPONAISES, LA LETTONIE, LA RÉPUBLIQUE DE LIBERIA, LA LITHUANIE, LE LUXEMBOURG, LE MAROC (A L'EXCLUSION DE LA ZONE ESPAGNOLE), LE MAROC (ZONE ESPAGNOLE), LE NICARAGUA, LA NORVÈGE, LA NOUVELLE-ZÉLANDE, LA RÉPUBLIQUE DE PANAMA, LE PARAGUAY, LES PAYS-BAS, LES INDES NÉERLANDAISES, LES COLONIES NÉERLANDAISES EN AMÉRIQUE, LA PERSE, LA POLOGNE, LE PORTUGAL, LES COLONIES PORTUGAISES DE L'AFRIQUE, LES COLONIES PORTUGAISES DE L'ASIE ET DE L'OCÉANIE, LA ROUMANIE, LA RÉPUBLIQUE DE SAINT-MARIN, LE TERRITOIRE DE LA SARRE, LE ROYAUME DES SERBES, CROATES ET SLOVÈNES, LE SIAM, LA SUÈDE, LA SUISSE, LA TCHÉCO-

SLOVAQUIE, LA TUNISIE, LA TURQUIE, L'UNION DES RÉPUBLIQUES SOVIÉTIQUES SOCIALISTES, L'ÉTAT DE LA CITÉ DU VATICAN ET LES ÉTATS-UNIS DE VENEZUELA.

Les soussignés, Plénipotentaires *des Gouvernements* des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant :

Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

Table des matières.

CHAPITRE I

Dispositions générales.

Art.

1. Objet de l'Arrangement.
2. Maximum de déclaration de valeur.
3. Taxes.
4. Conditions générales.
5. Récépissé.
6. Droit de dédouanement et taxe de poste restante.
7. Droits de douane et autres droits non postaux. Envois francs de droits.
8. Remise par exprès.
9. Déclaration frauduleuse de valeur.
10. Interdictions.
11. Franchises.
12. Retrait. Modification d'adresse.
13. Avis de réception.
14. Réexpédition. Rebuts.
15. Réclamations.

CHAPITRE II.

Responsabilité.

Art.

16. Etendue de la responsabilité.
17. Exceptions au principe de la responsabilité.
18. Cessation de la responsabilité.
19. Payement de l'indemnité. Délai de payement.

20. Détermination de la responsabilité.
21. Limitation de la responsabilité.
22. Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur.

CHAPITRE III.

Envois contre remboursement.

Art.

23. Taxes et conditions.
24. Annulation ou réduction du montant du remboursement.
25. Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.
26. Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.
27. Garantie des sommes encaissées. Obligation de payer. Délais et recours. Partage des taxes.

CHAPITRE IV.

Attribution des taxes. Frais de transit.

Art.

28. Attribution des taxes.
29. Frais de transit et d'entrepôt.

CHAPITRE V.

Dispositions diverses.

Art.

30. Application des règles de la Convention.
31. Bureaux participant au service.
32. Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Dispositions finales.

33. Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

PROTOCOLE FINAL DE L'ARRANGEMENT.

ARTICLE UNIQUE.

Maximum de déclaration de valeur.

CHAPITRE I.

Dispositions générales.

ARTICLE PREMIER.

OBJET DE L'ARRANGEMENT.

Il peut être échangé entre les Pays contractants, sous le nom de lettres ou de boites avec valeur déclarée, des lettres contenant des valeurs-papier et des documents de valeur, ainsi que des boîtes contenant des bijoux et objets précieux, avec assurance du contenu pour le montant de la déclaration.

Dans les relations entre les Pays qui se sont *déclarés* d'accord à ce sujet, les lettres avec valeur déclarée peuvent aussi contenir des objets passibles de droits de douane.

La participation à l'échange des boîtes avec valeur déclarée est limitée à ceux des Pays adhérents *qui déclarent assurer* ce service.

ARTICDE 2.

MAXIMUM DE DÉCLARATION DE VALEUR.

Les divers Offices, dans leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui ne peut être inférieur à 10.0000 francs par envoi.

ARTICLE 3.

TAXES.

La taxe des lettres et des boîtes avec valeur déclarée doit être acquittée à l'avance.

Cette taxe se compose:

a) pour les lettres, du port et du droit fixe applicables à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination;

b) pour les boîtes, d'une port de 20 centimes par 50 grammes avec un minimum de 1 franc et, en outre, du droit fixe de recommandation;

c) pour les lettres et les boîtes d'un droit d'assurance qui ne doit pas dépasser 50 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs déclarés, quel que soit le pays de destination, même dans les pays qui se chargent des risques pouvant dériver du cas de force majeure.

ARTICLE 4.

CONDITION GÉNÉRALES.

1\. — Les boîtes avec valeur déclarée ne doivent contenir *aucune* lettre, *note* ou document *ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle.*

Il est permis, cependant, d'insérer dans l'envoi une facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives, ainsi qu'une simple copie de la subscription de la boîte avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

2\. — Les boîtes avec valeur déclarée ne peuvent pas dépasser le poids de 1 kilogramme, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 20 centimètres en larguer et 10 centimètres en hauteur.

3\. — *Les envois avec valeur déclarée qui ne remplissent pas les conditions requises et qui auraient été admis à tort peuvent être renvoyés à lOffice d'origine. Toutefois, l'Office de destination dont les règlements intérieures ne s'y opposent pas est autorisé à remettre ces envois aux destinataires, en leur appliquant, le cas échéant, les règles de taxation fixées à l'article* 33, § 8, *de la Convention. Le fait qu'une boîte avec valeur déclarée contient une lettre, une note ou un document ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle ne peut, en aucun cas, entrainer le renvoi à l'expéditeur.*

ARTICLE 5.

RÉCÉPISSÉ.

L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit gratuitement au moment du dépôt un récépissé de son envoi.

ARTICLE 6.

DROIT DE DÉDOUANEMENT ET TAXE DE POSTE RESTANTE.

Les envois soumis au contrôle douanier dans le pays de destination *peuvent être frappés de ce chef, au titre postal, d'un* droit *de dédouanement* de 50 centimes au maximum par envoi.

L'Administration du pays destinataire est également autorisée à percevoir pour les envois avec valeur déclarée adressés poste restante une taxe spéciale d'après sa législation.

ARTICLE 7.

DROIT DE DOUANE ET AUTRES DROITS NON POSTAUX

Envois francs de droits.

1. — Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou du pays de destination en ce qui concerne à l'exportation, la restitution de droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2. — Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation sont perçus sur les destinataires lors de la destribution. Si par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre cause, une boîte de valeur déclarée vient à être réexpédiée sur un autre pays participant à l'échange ou renvoyée au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à la réexportation sont recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

3. — Dans les relations entre Offices qui se sont *déclarés d'accord à cet égard, les expéditeurs de lettres et* boîtes avec valeur déclarée peuvent prendre à leur charge, *dans les conditions déterminées par l'article 42 de la Convention, la totalité des droits postaux et non postaux dont ces envois sont grevés à la livraison.*

ARTICLE 8.

REMISE PAR EXPRÈS.

L'expéditeur d'un envoi peut en demander la remise à domicile par porteur spécial aussitôt après l'arrivée, aux conditions fixées par l'article 44 de la Convention.

Est, toutefois, reservée à l'Office de destination, la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivé de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même lorsque ses règlements le comportent.

ARTICLE 9.

DÉCLARATION FRAUDULEUSE DE VALEUR.

La déclaration de valeur ne peut pas dépasser le valeur réelle du contenu de l'envoi, mais il est permis de ne déclarer qu'une partie de cette valeur. Le montant de la déclaration des papiers représentant une valeur à raison de leurs frais d'établissement ne peut pas dépasser les frais de remplacement éventuels de ces documents en cas de perte.

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu d'un envoi est passible des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

ARTICLE 10.

INTERDICTIONS.

1. — Il est interdit d'insérer dans les lettres avec valeur déclarée:

a) les objets mentionnés à l'article 45, § 1, de la Convention, sous les lettres *a*, *b*, *e*, *f* et *g*;

b) des animaux vivants;

c) des *pièces de monnaie;*

d) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs-papier, sous réserve des dispositions de l'article premier;

e) *du platine*, de l'or ou de l'argent, manufacturés ou non, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

2. — Il est interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée:

a) les objets mentionnés à l'article 45, § 1, de la Convention, sous les lettres *a*, *b*, *f*, *g* et au § 1 ci-dessus, lettre *b;*

b) des billets de banque, *des billets de monnaie*, ou *des* valeurs quelconques au porteur;

c) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, l'interdiction ne s'applique pas aux envois de l'espèce effectués dans un but médical *ou scientifique* pour les pays qui les admettent à cette condition.

3. — Les dispositions prévus au 2° alinéa de l'article précédent sont applicables lorsque les lettres ou boîtes avec valeur déclarée contiennent des objets dont l'insertion est interdite.

4. — Les dispositions de l'article 45, § 2, de la Convention sont applicables aux objets admis à tort à l'expédition qui tomberaient sous le coup des interdictions prévues au *présent* article.

ARTICLE 11.

FRANCHISES.

1. — Les lettres avec valeur déclarée relatives au service postal échangées, soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le Bureau international, sont exemptes de toutes taxes postales.

2. — Il en est de même des lettres et des boîtes avec valeur déclarée non grevées de remboursement *concernant les* prisonniers de guerre, *expédiées ou reçues conformément aux dispositions* de l'article 47, § 2, de la Convention.

ARTICLE 12.

RETRAIT. MODIFICATION D'ADRESSE.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpédier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitive, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aux conditions fixées par l'article 49 de la Convention.

S'il s'agit d'une demande de modification d'adresse par voie télégraphique, la taxe du télégramme est augmentée de la taxe applicable à une lettre simple recommandée.

ARTICLE 13.

AVIS DE RÉCEPTION

L'expéditeur peut obtenir un avis de réception dans les conditions déterminées par l'article 53 de la Convention.

ARTICLE 14.

RÉEXPÉDITION. REBUTS.

Les dispositions de l'article 5 de la Convention s'appliquent aux envois avec valeur déclarée réexpédiés ou tombés en rebut.

ARTICLE 15.

RÉCLAMATIONS.

En ce qui concerne les réclamations des lettres et boîtes avec valeur déclarée, les Administrations se conforment aux dispositions de l'article 51 de la Convention.

CHAPITRE II.

Responsabilité.

ARTICLE 16.

ÉTENDUE DE LA RESPONSABILITÉ

1. — Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte, de la spoliation ou de l'avarie des envois avec valeur déclarée.

Leur responsabilité est engagée tant pour les envois transportés à decouvert que pour ceux acheminés en dépêches closes.

L'expéditeur a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas le montant de la déclaration de valeur.

2. — Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

3. — En cas de perte de l'envoi ou de destruction complète de son contenu, l'expéditeur a *droit*, en outre, à la restitution des frais d'expédition.

4. — Le droit d'assurance reste acquis dans tous les cas aux Administrations.

ARTICLE 17.

EXCEPTIONS AU PRINCIPE DE LA RESPONSABILITÉ.

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité:

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (article 3, lettre *c*);

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suite de la destriction des documents de service *résultant d'un cas de force majeure;*

c) lorsque le dommage a été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou provient de la nature de l'objet;

d) lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 10;

e) lorsqu'il s'agit d'envois qui ont fait l'objet d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu;

f) *lorsque l'expéditeur n'a formulé* aucune réclamation dans le délai prévu à l'article 51 de la Convention;

g) en matière de transport maritime, lorsque les Offices des pays adhérents ont fait connaître qu'ils n'étaient pas en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des navires dont ils font emploi; *ces Offices assument néanmoins pour le transit d'envois avec dépêches closes la responsabilité qui est prévue pour les envois recommandés.*

ARTICLE 18.

CESSATION DE LA RESPONSABILITÉ.

Les Administrations cessent d'être responsables des envois avec valeur déclarée *dont elles ont effectué* la remise dans les conditions prescrites par leur règlement *intérieur.*

Toutefois, la responsabilité est maintenue:

a) *lorsque, le règlement intérieur le permettant, le destinataire formule des réserves en prenant livraison d'un envoi spolié ou avarié;*

b) *lorsque* le destinataire, monobstant *décharge donnée régulièrement, déclare sans délai avoir constaté un dommage et prouve à la satisfaction de l'Administration destinataire que la spoliation ou l'avarie est antérieure à la livraison.*

ARTICLE 19.

PAYEMENT DE L'INDEMNITÉ. DÉLAI DE PAYEMENT.

En ce qui concerne le payement de l'indemnité et le délai de payement, les dispositions des articles 57 et 58 de la Convention s'appliquent au service des valeurs déclarées.

ARTICLE 20.

DÉTERMINATION DE LA RESPONSABILITÉ.

1. — *Jusqu'à preuve du contraire,* la responsabilité incombe à l'*Office* qui, ayant reçu l'objet sans faire d'obser-

vation et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'*Office suivant*.

Toutefois, un Office intermédiaire ou destinataire est dégagé de toute responsabilité lorsqu'il peut proveur qu'il n'a été saisi de la réclamation qu'après la destruction des documents de service relatifs à l'envoi recherché, le dédai de garde prévu à l'article 78 *du Réglement de la Convention étant expiré. Cette réserve ne porte pas atteints aux droits du réclamant.*

Jusqu'à preuve du contraire, l'Administration qui a transmis une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées à une autre Administration est déchargée de toute responsabilité, si le bureau d'échange auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait parvenir, par le premier courrier utilisable après la vérification, à l'Administration expéditrice, un procès-verbal constatant l'absence ou l'altération, soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

2. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite en cours de transport, sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les *Offices* en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, si la spoliation ou l'avarie a été constatée dans le pays de destination *ou, en cas de renvoi à l'expéditeur, dans le pays d'origine*, il incombe à l'*Office* de ce pays de prouver que ni l'emballage, ni la fermeture de l'objet n'ont *décelé* aucune défectuosité apparente et que le poids n'a pas différé de celui *constaté* lors du dépôt.

Si une telle preuve a été faite par l'Office de destination, ou le cas échéant par l'Administration d'origine, aucune des autres Administrations en cause ne peut décliner sa part de responsabilité en invoquant le fait qu'elle a livré l'envoi sans que l'Administration suivante ait formulé d'objection.

3. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire qui n'a pas adhéré au présent Arrangement, les autres Administrations supportent *par parts égales* le dommage *non couvert par cet Office en vertu des dispositions prévues à l'article* 25 *de la Convention*. Dans ce cas, l'expéditeur doit prouver d'une manière authentique que le contenu de l'envoi était complet, intact et soigneusement emballé.

La procédure prévue à l'alinéa précédent pour la répartition de l'indemnité à payer entre les Administrations intéressées est également appliquée en cas de transport maritime si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite dans le service d'un Office adhérent qui n'accepte pas la responsabilité (art. 17, lettre *g*).

4. — *Les droits de douane et autres dont l'annulation n'a pu être obtenue tombent à la charge des Administrations responsables de la perte.*

5. — Par le fait du payement de l'indemnité, l'Administration responsable est subrogée, *jusqu'à concurrence du montant de cette indemnité,* dans les droits de la personne qui l'a reçue, pour tout recours éventuel, soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre *des* tiers.

6. — *En cas de découverte ultérieure d'*un envoi considéré comme perdu, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'*elle* peut prendre *livraison de l'envoi contre* restitution du montant de l'indemnité *versée.*

ARTICLE 21.

LIMITATION DE LA RESPONSABILITÉ.

1. — La responsabilité de chaque Administration n'est dans tous les cas engagée, à l'égard des autres Administrations, que jusqu'à concurrence du maximum de déclaration de valeur qu'elle a adopté.

2. — Lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée *dans des circonstances* de force majeure, l'*Office* sur le territoire ou dans le srevice *duquel* la perte, la spolation ou l'avarie *a eu lieu* n'en est responsable *envers l'Office expéditeur* que si les deux pays se chargent des risques *dérivant du* cas de force majeure.

ARTICLE 22.

REMBOURSEMENT DE L'INDEMNITÉ À L'OFFICE EXPÉDITEUR.

1. — L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué est tenu de rembourser à l'Office expéditeur, dans un délai de 3 mois après notification du payement, *le montant de l'indemnité effectivement payée à l'expéditeur.*

Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste, *d'un chèque* ou

d'une traite payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, soit en espèces ayant cours dans ce pays. Passé le délai de trois mois, la somme due *à l'Office expéditeur* est productive d'intérêt à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration dudit délai.

2. — *L'Office d'origine ne peut réclamer le remboursement de l'indemnité à l'Office responsable que dans le délai de deux ans à compter de la date de notification de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, ou s'il y a lieu du jour de l'expiration du délai prévu à l'article* 58, § 2, *de la Convention.*

3. — L'Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le payement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

CHAPITRE III.

Envois contre remboursement.

ARTICLE 23.

TAXES ET CONDITIONS.

Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être grevées de remboursement aux conditions admises par l'article 61 de la Convention. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

ARTICLE 24.

ANNULATION OU RÉDUCTION DU MONTANT DU REMBOURSEMENT.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur declarée, grevé de remboursement, peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises au dispositions de *l'article* 62 *de la Convention.*

ARTICLE 25.

RESPONSABILITÉ EN CAS DE PERTE, DE SPOLIATION OU D'AVARIE.

La perte, la spoliation ou l'avarie d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée, grevée de remboursement, engagent la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par le chapitre précédent.

ARTICLE 26.

INDEMNITÉ EN CAS DE NON ENCAISSEMENT, D'ENCAISSEMENT INSUFFISANT OU FRAUDULEUX

1. — Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 51, § 2, de la Convention et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou à une négligence de sa part ou que le contenu de l'envoi ne tombe sous le coup des interdictions prévues aux articles 9 et 10.

Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l' encaissement a été effectué frauduleusement.

L'indemnité ne pourra dépasser, *en* aucun cas, le montant du remboursement.

2. — Par le fait du payement de l'indemnité, l'Administration responsable est subrogée, *jusqu'à concurrence du montant de cette indemnité,* dans les droits de *la personne qui l'a reçue,* pour tout recours éventuel, *soit* contre le destinataire, *soit contre l'expéditeur* ou *contre des teirs.*

ARTICLE 27.

GARANTIE DES SOMMES ENCAISSÉES. OBLIGATION DE PAYEMENT ET RECOURS. PARTAGE DES TAXES.

Les dispositions des articles 64, 66, 67, 68, 69, 70 et 71 de la Convention s'appliquent au service des valeurs déclarées grevées de remboursement.

CHAPITRE IV

Attribution des taxes. Frais de transit.

ARTICLE 28.

ATTRIBUTION DES TAXES.

Sauf ce qui est stipulé à l'article 71 de la Convention, les taxes et droits postaux prévus par l'Arrangement sont acquis en entier à l'Office qui les a perçus.

ARTICLE 29.

FRAIS DE TRANSIT ET D'ENTREPÔT

Les lettres et les boîtes avec valeur declarée sont assujetties aux frais de transit et d'entrepôt prévus par la Convention.

CHAPITRE V

Dispositions diverses.

ARTICLE 30.

APPLICATIONS DES RÈGLES DE LA CONVENTION.

Les dispositions de la Convention et de son Règlement s'appliquent aux envois avec valeur déclarée pour tout ce qui n'est pas expressément prévu dans le présent Arrangement et son Règlement.

ARTICLE 31.

BUREAUX PARTICIPANT AU SERVICE.

Les Administrations prennent les mesures nécessaires pour assurer, autant que possible, le service des lettres et boîtes avec valeur déclarée dans tous les bureaux de leurs pays.

ARTICLE 32.

APPROBATION DES PROPOSITIONS FAITES DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS.

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (art. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) l'unanimié des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1 à 6, 8, 11, 12, 13, 15 à 30 et 33 ou de l'article *16* du Règlement;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autres que celles des articles précités ou des articles 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11 et 15 du Règlement;

c) la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles du Règlement ou de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement ou du Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 10 de la Convention.

Dispositions finales.

ARTICLE 33.

MISE À EXÉCUTION ET DURÉE DE L'ARRANGEMENT.

Le présent Arrangement sera mis à exécution le *1^er^ juillet 1930* et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires *des Gouvernements* des Pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement *du Royaume-Uni* de la *Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord* et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Londres, le 28 juin 1929.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour la République Argentine:

Pour l'Autriche:

Walther Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewyck de Heusch.
F. G. Tondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Cuba:

Guillermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Stanislaw Los.
Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Espagne:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Estonie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.
Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:

J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord:

F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.
D. Bernardos.

Pour la République d'Haïti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedjde et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'Inde britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

R. S. O'Cruimín.
S. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Jamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour le Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

Jaaques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

G. McNamara.

Pour la République de Panama:

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werf.
W. G. Gerdes Oosterbeek.
Dommisse.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oosterbeek.
Hoogewooning.

Pour la Perse:

Hovhannès Khan Mossaed.
R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Los.

Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint-Marin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.
Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders Örne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.
Josef Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Union des Républiques Soviétiques Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeeff.
E. Syrevitch.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

PROTOCOLE FINAL DE L'ARRANGEMENT.

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée, conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE UNIQUE.

MAXIMUM DE DÉCLARATION DE VALEUR.

En dérogation à la disposition de l'article 2 de l'Arrangement qui fixe à 10,000 francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut être fixé, il est

convenu que tout pays peut réduire ce maximum à 5000 francs, ou au chiffre adopté dans son service intérieur, si ce chiffre est inférieur à 5000 francs.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement du *Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord* et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à *Londres, le 28 juin 1929.*

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour la République Argentine:

Pour l'Autriche:

Walther Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewyck de Heudsch.
F. G. Toudeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorge Garcés B.

Pour la République de Cuba:

Guillermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Stanislaw Los.
Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Espagne:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Ethiopie:

G. Jallajas.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.

L. Genthon.

Bousquié.

Mainguet.

Grandsimon.

Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:

J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande du Nord:

F. H. Williamson.

W. G. Gilbert.

F. C. G. Twinn.

F. R. Radice.

D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.

D. Bernardos.

Pour la République d'Haiti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedje et Dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour la République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.

Charles de Forster.

Pour l'Inde britannique:

H. A. Sams.

G. V. Bewoor.

L. P. Kulkarni.

P. N. Mukerji.

Pour l'État libre d'Irlande:

R. S. O'Cruimín.

S. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biaggio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colonies:

Ricardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.

Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.

Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.

G. Krolis.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole):

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (zone espagnole):

A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.

Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

G. McNamara.

Pour la République de Panama:

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.

Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werf.

W. F. Gerdes Oosterbeek.

Dommisse.

Hoogewooning.

PPour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oosterbeek.

Hoogewooning.

Pour la Perse:

Houvhannès Khan Mossaed.

R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Los.
Dr. Marian Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.
I. Manea.

Pour la République de Saint-Marin:

M. A. Jamieson.
Giovanni Sovrani.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.
A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.
Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders Örne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.
L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.
Josef Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.
Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arifi.

Pour l'Union des Républiques Soviétiques Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeeff.
E. Syrevitch.

Pour l'État de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les États-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

RÈGLEMENT D'EXE'CUTION DE L'ARRANGEMENT

CONCERNANT

LES LETTRES ET LES BOITES AVEC VALEUR DE'CLARE'E.

Table des matières.

CHAPITRE I.

Dispositions générales.

1. Renseignements à fournir aux Administrations.
2. Voies de transmission.
3. Mode de transmission.

CHAPITRE II.

Conditions d'acceptation.

4. Conditionnement des envois.
5. Indication du montant des valeurs. Déclarations en douane.
6. Déclaration frauduleuse.

CHAPITRE III.

Opérations au départ et à l'arrivée.

Art.

7. Indication du poids des envois. Timbre à date. Lettres et boîtes franches de droits.
8. Feuilles d'envoi. Confection des paquets. Insertion dans les dépêches.
9. Vérification des paquets. Irrégularités diverses.
10. Réexpédition. Rebuts.

CHAPITRE IV.

Comptabilité. Règlement des comptes.

Art.

11. Frais de transit et d'entrepôt.
12. Lettres et boîtes franches de droits. Liquidation des comptes.

CHAPITRE V.

Dispositions diverses.

Art.

13. Avis de réception. Remboursements.. Exprès. Réclamations.
14. Retrait. Modification d'adresse.
15. Communications et notifications.

Dispositions finales.

16. Mise à exécution et durée du Règlement.

ANNEXES.

Formules V D 1 à V D 3.

Règlement d'exécution de l'arrangement concernant les lettres e les boites avec valeur déclarée.

Les soussignées, vu l'article 4 de la Convention postale universelle conclue à *Londres* le 28 *juin* 1929,, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commum accord, les mesures suivantes, pour assurer l;exécution de l'arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée :

CHAPITRE I.

Dispositions génerales

ARTICLE PREMIER.

RENSEIGNEMENTS À FOURNIER AUX ADMINISTRATIONS

1. — Les Administrations qui entretiennent des services pondances ordinaires dans le ressort de l'Union, désignent aux maritimes réguliers, utilisés pour le transport des corres- autres Administrations ceux de ces services qui peuvent être affectéés au transport des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées avec garantie de responsabilité.

2. — Les Administrations des pays contractants qui entretiennent des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle *V D* 1 ci-annexé:

a) la nomenclature des pays par rapport auxquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaire pour le transport des lettres et des boîtes avec valeur déclarée;

b) les voies ouvertes à l'acheminement desdits envois, à partir de leur entrée sur leur territoire ou dans leurs services;

c) le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées;

d) le nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes avec valeur déclarée.

ARTICLE 2.

VOIES DE TRANSMISSION.

Au moyen des tableaux *V D 1* reçus de ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses valeurs déclarées.

ARTICLE 3.

MODE DE TRANSMISSION.

1. — La transmission des envois contenant des valeurs déclarées entre pays limitrophes, ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct, est effectuée par ceux des bureaux d'échange que les deux Offices intéressés désignent d'un commun accord à cet effet.

2. — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs services intermédiaires, les lettres et boîtes avec valeur déclarée doivent toujours suivre la voie la plus directe et, *en*

règle générale, être livrées à découvert au premier Office intermédiaire, si cet Office est à même d'assurer la transmission dans les conditions déterminées par les articles 1 et 2 ci-dessus.

3. — Toutefois, est réservée aux Offices d'origine et de destination la faculté de s'entendre entre eux, pour échange des valeurs déclarées en dépêches closes, au moyen des services d'un ou de plusieurs pays intermédiaires participant ou non à l'Arrangement. *Les Offices intermediaires doivent être prévenus en temps utile.*

Les Offices intéressés peuvent également s'entendre pour assurer la transmission à découvert par des voies détournées, au cas où ce mode de transmission *par la voie directe* ne comporte pas la garantie de responsabilité sur tout le parcours.

CHAPITRE II.

Condition d acceptation.

ARTICLE 4.

CONDITIONNEMENT DES ENVOIS.

1. — Les lettres contenant des valeurs déclarées ne peuvent être admises que sous une enveloppe fermée au moyen de cachets identiques en cire fine, espacés, reproduisant un signe particulier, et appliqués en nombre suffisant pour retenir tous les plis de l'enveloppe. Les enveloppes doivent être solides, confectionnées d'une seule pièce et permettre la parfaite adhérence des cachets. Il est interdit d'employer des enveloppes entièrement transparentes ou à bords coloriés et des enveloppes à panneau transparent.

2. — Chaque lettre doit être conditionnée de manière qu'il ne puisse être porté atteinte à son contenu sans endommager extérieurement et visiblement l'enveloppe ou les cachets.

3. — Les timbres-poste employés à l'affranchissement et les étiquettes se rapportant au service postal doivent être espacés, afin qu'ils ne puissent servir à cacher des lésions de l'enveloppe. Ils ne doivent pas, non plus, être repliés sur les deux faces de celle-ci de manière à couvrir la bordure. Il est interdit d'apposer sur les lettres avec valeur déclarée des étiquettes autres que celles se rapportant au service postal.

4. — Les bijoux et objets précieux doivent être renfermés dans des boites suffisamment résistantes, en bois ou en métal;

les parois des boîtes en bois doivent avoir au moins 8 millimètres d'épaisseur.

5. — Les faces supérieure et inférieure des boîtes doivent être recouvertes de papier blanc pour recevoir l'adresse du destinataire, la déclaration de la valeur et l'empreinte des timbres de service. Puis ces boîtes sont entourées d'un croisé de ficelle solide sans noeuds, et dont les deux bouts sont réunis sous un cachet en cire portant une empreinte particulière. Elles sont enfin scellées sur les quatre faces latérales de cachets identiques.

6. — Les lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées adressées sous des initiales ou dont l'addresse est indiquée au crayon, ainsi que celles qui portent des ratures ou surcharges dans leur suscription, ne sont pas admises. Les envois de l'espèce qui auraient été, à tort, admis à l'expédition sont obligatoirement renvoyés au bureau d'origine.

ARTICLE 5.

INDICATION DU MONTANT DES VALEURS. DÉCLARATION EN DOUANE.

1 — La déclaration des veleur doit être exprimée dans la monnaie du pays d'origine et être inscrite par l'expéditeur sur l'adresse de l'envoi, en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres arabes sans rature, ni surcharge, même approuvées.

2. — Le montant de la déclaration de valeur doit être converti en francs-or par l'expéditeur ou par l'Office d'origine. Le résultat de la conversion doit être indiqué par de nouveaux chiffres placés à côte ou au-dessous de ceux qui représentent le montant de la déclaration dans la monnaie du pays d'origine. Cette disposition n'est pas applicable aux relations directes entre pays ayant une monnaie commune.

Le montant en francs-or doit être souligné d'un fort trait au crayon de couleur.

3. — Les boîtes avec valeur déclarée doivent être accompagnées de déclarations en douane conformes au modèle *C 2*, annexé *au Règlement de la Convention* dans les relations qui comportent l'emploi de semblabes déclarations.

4. — Les Administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane.

ARTICLE 6.

DÉCLARATIONS FRAUDULEUSES.

Lorsque des circonstances quelconques ou les réclamations des intéressés viennent à révéler l'existence d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle insérée dans une lettre ou boîte, avis en est donné à l'Office d'origine, dans le plus bref délai possible, et le cas échéant, avec les pièces de l'enquête à l'appui.

CHAPITRE III.

Opérations au départ et à l'arrivée.

ARTICLE 7.

INDICATION DU POIDS DES ENVOIS. TIMBRE À DATE. *Lettres et* BOÎTES FRANCHES DE DROITS.

1. — Le poids exact, en grammes, de chaque lettre ou boîte contenant des valeurs déclarées doit être inscrit sur l'envoi, par l'Office d'origine, à l'angle gauche supérieur de la suscription.

2. — L'envoi doit être frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt. En outre, chaque envoi doit être revêtu d'une étiquette indiquant, en caractères latins, le nom du bureau de dépôt et le numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau, ainsi que d'une étiquette de couleur rouge portant, en gros caractères, la mention: «Valeur déclarée".

Toutefois, il est loisible aux Offices de faire usage, au lieu des deux étiquettes prévues à l'alinéa précédent, d'une seule étiquette de couleur rouge conforme au modèle V D 2 ci-annexé, avec l'indication en caractères latins de la lettre V, du nom du bureau d'origine et du numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

3. — *Aucun numéro d'ordre ne doit être porté au recto des lettres et boîtes avec valeur déclarée par les Offices intermédiaires, afin d'éviter des confusions avec le numéro d'inscription de l'envoi au bureau d'origine.*

4. — Le bureau destinataire applique, au verso, son timbre à la date de la réception.

5. — Les dispositions des articles 11 et 44 du Règlement *de la Convention* sont applicables aux *lettres et* boîtes *contenant des valeurs déclarées* à remettre franches de droits.

ARTICLE 8.

FEUILLES D'ENVOI. CONFECTION DES PAQUETS. INSERTION DANS LES DÉPÊCHS.

1. — Les lettres et les boîtes contenant des valeurs déclarées sont inscrites individuellement par le bureau d'échange expéditeur sur des feuilles d'envoi spéciales, conformes au modèle *V D* 3 ci-annexé, avec tous les détails que ces formules comportent.

En regard de l'inscription des envois à faire remettre par exprès, on doit faire figurer, dans la colonne "Observations", la mention "Exprès".

2. — Les lettres et boîtes avec valeur déclarée forment, avec la feuille ou les feuilles d'envoi, un ou plusieurs paquets spéciaux qui sont ficelés et enveloppés de papier solide, puis ficelés extérieurement et cachetés à la cire fine sur tous les plis, au moyen du cachet du bureau d'échange expéditeur. Ces paquets portent pour suscription les mots "Valeurs déclarées" ou «Lettres de valeur déclarée" *ou* "Boîtes" de valeur déclarée".

Les lettres avec valeur déclarée, au lieu d'être réunis en un paquet, peuvent être insérées dans une enveloppe de fort papier fermée au moyen de cachets à la cire.

Si le nombre ou le volume des lettres et boîtes de valeur déclarée le nécessite, elles peuvent aussi être renfermées dans un sac, lequel doit être convenablement clos et cacheté à la cire ou plombé.

3. — La présence de ces paquets ou sacs est signalée par l'indication de leur nombre *au tableau N° III de la feuille d'avis dans lequel est inscrit également le total des envois avec valeur déclarée compris dans la dépêche*. Lorsque la dépêche ne continent pas de paquets ou sacs avec valeur déclarée, la mention "Néant" est portée *à ce tableau*.

4 — *Le paquet* ou *sac* de *valeurs déclarées est inséré* dans *le paquet* ou *sac contenant* les objets recommandés. *Lorsque les objets recommandés sont renfermés dans plus d'un*

sac, le paquet ou sac de valeurs déclarées doit être placé dans le sac ou col duquel, conformément aux prescriptions du Règlement de la Convention, l'enveloppe spéciale renfermant la feuille d'avis est fixée.

5. — Toutes les fois qu'un des deux Offices correspondants le demande, les boîtes avec valeur déclarée doivent être décrites sur des formules *V D 3* distinctes et être emballées séparément.

ARTICLE 9.

VÉRIFICATION DES PAQUETS. IRRÉGULARITÉS DIVERSES.

1. — A la réception d'un paquet *ou sac* de valeurs déclarées, le bureau d'échange destinataire commence par rechercher si ce paquet *ou sac* ne présente aucune irrégularité, soit dans son état ou sa confection extérieure, soit dans l'accomplissement des formalités auxquelles la transmission est soumise par l'article précédent.

2. — Ce bureau procède ensuite à la vérification particulière des envois contenant des valeurs déclarées, et, s'il y a lieu à la costatation des manquants ou autres irrégularités, ainsi qu'à la rectification des feuilles d'envoi, en se conformant aux règles tracées pour les objets recommandés par l'article 58 du Règlement de la Convention.

3. — La constatation, soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives est opérée au moyen d'un procès-verbal qui est transmis, accompagné, *autant que possible, de l'emballage complet* (*sac, enveloppe,* ficelles et cachets) de *tous les paquets ou sacs intérieurs et extérieurs dans lesquels les envois avec valeur déclarée étaient insérés,* et sous recommandation, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange expéditeur, indépendamment du bulletin de vérification à transmettre immédiatement à ce bureau. Un double du procès-verbal est, en même temps, adressé à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange destinataire ou à tout autre organe de direction désigné par cette dernière.

4. — Sans préjudice de l'application des dispositions du § 3, le bureau d'échange qui reçoit d'un bureau correspondant

un envoi insuffisament emballé ou avarié doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif.

Si l'avarie est telle que le contenu de l'envoi a pu être soustrait, le bureau doit procéder d'abord à l'ouverture d'orffice de l'envoi et à la vérification de son contenu.

Dans les deux cas, le poids de l'envoi doit être constaté avant et après le nouvel emballage et indiqué sur l'enveloppe. Cette indication est suivie de la mention "Remballé à...", d'une empreinte du timbre à date et de le signature des agents ayant effectué le remballage.

Le résultat de la vérification du contenu fait l'objet d'un procès-verbal dont une copie est jointe à l'envoi.

5. — Les envois avec valeur déclarée non ou insuffisamment affranchis sont remis sans taxe aux destinataires, *sauf les cas où ils ont été grevés de taxes par suite de réexpédition au delà du premier parcours (article 14 de l'Arrangement). L'irrégularité est toutefois signalée au bureau d'origine par bulletin de vérification.*

ARTICLE 10.

RÉEXPÉDITION. REBUTS.

1. — Toute lettre ou boîte avec valeur déclarée, dont le destinataire est parti pour un pays non participant au présent Arragement, est renvoyée immédiatement en rebut au pays d'origine, pour être rendue à l'expéditeur, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de la faire parvenir.

2. — Les envois avec valeur déclarée qui sont tombés en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyés, aussitôt que possible, et au plus tard, dans les délais *fixés par la Convention (article* 50).

Ces envois sont inscripts sur la feuille *V D 3* et compris dans le paquet *ou sac* intitulé "Valeurs déclarées".

3. — *Les droits de douane et les autres droits non postaux dont l'annulation n'a pu être obtenue à la réexpédition ou au renvoi à l'origine sont recouvrés, sur l'Office de la nouvelle destination, dans les conditions prévues à l'article 45, § 8, du Règlement de la Convention.*

CHAPITRE IV.

Comptabilité. Réglement des comptes.

ARTICLE 11.

FRAIS DE TRANSIT ET D'ÉNTREPÔT.

Les frais de transit et d'éntrepôt dus aux Offices intermédiaires sont calculés de la manière prescrite par la Convention.

ARTICLE 12.

Lettres et BOÎTES FRANCHES DE DROITS. LIQUIDATION DES COMPTES.

Les dispositions de l'article 76 du Règlement *de la Convention* sont applicables à la liquidation des comptes afférents aux *lettres et* boîtes à remettre franches de droits.

Toutefois, les Offices qui déclarent ne pouvoir adhérer au mode de règlement prévu par cet article doivent indiquer les dispositions qu'ils désirent adopter.

CHAPITRE V.

Dispositions diverses.

ARTICLE 13.

AVIS DE RÉCEPTION. REMBOURSEMENTS. EXPRÈS. RÉCLAMATIONS.

Les dispositions suivantes du Règlement de la Convention sont applicables:

a) aux avis de réception, articles 26 et 27; ;

b) aux remboursements, articles 28 à 40;

c) aux exprès, articles 42 et 55;

d) aux réclamations, article 51.

ARTICLE 14.

RETRAIT. MODIFICATIONS D'ADRESSE.

Les dispositions des articles 48 et 49 du Règlement de la Convention sont applicables aux retraits ou modifications d'adresse.

S'il s'agit d'une modification d'adresse demandée par voie télégraphique, cette demande doit être confirmée par le premier courrier, par une demande postale acompagnée du

fac-similé dont il est question à l'article 48, § 1, du Règlement de la Convention, et portant en tête l'annotation soulignée au crayon de couleur Confirmation de la demande télégraphique du.....".

Dans ce cas, le bureau destinataire se borne à la réception du télégramme et attend la confirmation postale pour faire droit à la demande.

Toutefois, l'Office destinataire peut, sous sa propre responsabilité, donner suite à une demande télégraphique de modification d'adresse sans attendre cette confirmation.

ARTICLE 15.

COMMUNICATIONS ET NOTIFICATIONS.

1. — Les Administrations doivent, trois mois avant de mettre l'Arrangement à exécution, communiquer ou notifier aux autres Administrations, par l'intermédiaire du Bureau internacional.

a) le tarif des droits d'assurance applicable dans leur service aux lettres et boîtes avec valeur déclarée, en conformité de l'article 3 de l'Arangement;

b) le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées;

c) le nombre de déclarations en douane *exigé pour les* boîtes avec valeur déclarée *à destination de leur pays et pour les boîtes en transit, ainsi que les langues dans lesquelles ces déclarations doivent être rédigées;*

d) le cas échéant la liste de ceux de leurs bureaux à destination desquels il peut être admis des envois avec valeur déclarée (Arrangement, art. 31).

2. — Toute notification apportée ultérieurement à l'égard des points ci-dessus mentionnés doit être notifiée, sans retard, de la même manière.

Dispositions finales.

ARTICLE 16.

MISE À EXÉCUTION ET DURÉE DU RÈGLEMENT.

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en viguer de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

Il aura la même durée que cet Arrangement à moins qu'il soit renouvelé d'un commun accord entre les Parties intéressées .

Fait *à Londres, le* 28 *juin* 1929.

Pour l'Albanie:

M. Libohova.

Pour l'Allemagne:

Dr. K. Sautter.
Dr. W. Küsgen.
K. Ziegler.

Pour la République Argentine:

Pour l'Autriche:

Walther Stoeckl.

Pour la Belgique:

O. Schockaert.
Hub. Krains.

Pour la Colonie du Congo belge:

Halewyck de Heusch.
F. G. Tondeur.
Jamar.

Pour la Bolivie:

Zac. Benavides.

Pour le Brésil:

Jm. Eulalio.

Pour la Bulgarie:

M. Savoff.
N. Boschnacoff.

Pour le Chili:

Antonio Huneeus.
Miguel A. Parra.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Liu Shu-fan.

Pour la République de Colombie:

Jorges Garcés B.

Pour la Republique de Cuba:

Guillermo Patterson.

Pour le Danemark:

V. Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Victor Zander.
Alfred Nordmann.

Pour la République Dominicaine:

Dr. E. R. Lluberes.

Pour l'Espagne:

H. Mazloum.
R. Sidhom.

Pour l'Estonie:

A. Camacho.

Pour l'ensemble des Colonies espagnoles:

A. Ramos Garcia.

Pour l'Estonie:

G. Jallajas.

Pour l'Egypte:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
L. Genthon.
Bousquié.
Mainguet.
Grandsimon.
Dusserre.

Pour l'Algérie:

E. Huguenin.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

Pour M. Régismanset:

J. Cassagnac.

Pour l'ensemble des autres Colonies français:

J. Cassagnac.

Pour le Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et de l'Irlande: du Nord:

V. Holmblad.
F. H. Williamson.
W. G. Gilbert.
F. C. G. Twinn.
F. R. Radice.
D. O. Lumley.

Pour la Grèce:

Th. Penthéroudakis.

D. Bernardos.

Pour la République d'Haïti:

J. G. Dalzell.

Pour le Royaume de Hedjaz et de Nedjde et dépendances:

Cheik Hafiz Wahba.

Pour le République du Honduras:

Humberto Blanco-Fombona.

Pour la Hongrie:

G. Baron Szalay.
Charles de Forster.

Pour l'Inde britannique:

H. A. Sams.
G. V. Bewoor.
L. P. Kulkarni.
P. N. Mukerji.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

R. S. O'Cruimín.
R. S. Puirséal.

Pour l'Islande:

V. Holmblad.

Pour l'Italie:

Biagio Borriello.
Pietro Tosti.
Michele Galdi.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Riccardo Astuto.

Pour le Japon:

H. Kawai.
Naotaro Yamamoto.
J. Shimidzu.

Pour le Chosen:

Naotaro Yamamoto.
Jingoro Hirao.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

H. Kawai.
Noboru Tomizu.

Pour la Lettonie:

A. Auzins.

Pour la République de Libéria:

C. W. Dresselhuys.

Pour la Lithuanie:

A. Sruoga.
G. Krolis.

Pour le Luxemburg:

Jaaques.

Pour le Maroc (*à l'exclusion de la Zone espagnole*):

Jacques Truelle.

Pour le Maroc (Zone espagnole) :

A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Eduardo Pérez-Triana.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

G. McNamara.

Pour la République de Panama:

Carlos A. López G.

Pour le Paraguay:

Pour les Pays-Bas:

Damme.
Duynstee.

Pour les Indes néerlandaises:

J. van der Werf.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
Dommisse.
Hoogewooning.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

W. F. Gerdes Oosterbeek.
Hoogewooning.

Pour la Perse:

Hovhannès Khan Mossaed.
R. Ardjomende.

Pour la Pologne:

Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

José Vasco de Carvalho.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Mario Corrêa Barata da Cruz.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Luciano Botelho da Costa Martins.

Pour la Roumanie:

Général Mihail.

I. Manea.

Pour la République de Saint-Marin:

M. A. Jamieson.

Giovanni Sovrani.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

A. Arend.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

G. Diouritch.

Pour le Siam:

Phya Prakit Kolasastra.

Luang Bahiddha Nukara.

Pour la Suède:

Anders Örne.
Gunnar Lager.
Fr. Sandberg.

Pour la Suisse:

P. Dubois.

C. Roches.

L. Roulet.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka.

Josef Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

Jacques Dumaine.

Dupont.

Pour la Turquie:

Ali Raana.
Yusuf Arif.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Dr. Eugène Hirschfeld.
M. Khodeeff.
E. Syrevitch.

Pour l'Etat de la Cité du Vatican:

W. A. S. Hewins.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.
E. Arroyo Lameda.

ANNEXES

V D 1
(Règl., art. 1er, § 2

DMINISTRATION DES POSTES
d..............................

—

ECHANGE DE LETTRES ET BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE ENTRE PAYS NON LIMITROPHES

Tableaux indiquant les pays pour lesquels des postes d..
est à même de servir d'intermédiaire.

Pays de destination	Voies de transmission	Désignation des pays intermédiaires et des services maritimes à employer	Limite supérieure de la déclaration de valeur	Nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes	Observations
1	2	3	4	5	6

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

V D 2
(Règl., art. 7, § 2

V	**Amsterdam** N. 732

(Couleur rouge)

V D 3
(Règl., art. 8, § 1

PAYS D'ORIGINE
........................

PAYS DE DESTINATION
........................

FEUILLE D'ENVOI

DES LETTRES ET BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Timbre du bureau expéditeur

Timbre du bureau destinataire

expédiées par le bureau d'échange d..
au bureau d'échange d.......................................

—

Départ (....................e envoi) du................................ 19...., à........... h...........
Arrivée le........................... 19...., à...........h...........m,

Numéro d'ordre	Bureau d'origine	Numéro d'inscription au bureau d'origine	Lieu de destination	Montant des valeurs déclarées	Observations
1	2	3	4	5	6
1 2 3 4 5 . . . 21				Fr.-or.	
			Totaux		

Les agents du bureau expéditeur:
....................................

Les agents du bureau destinataire:
....................................

(Demensions: 148 × 210 ou 210 ×297 mm.)